

CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM

**Relatório do
Plano Director Municipal
de Ourém**

Proposta Final

Volume I

JULHO 2002

EQUIPA TÉCNICA:

Prof. Engº Paulo V.D. Correia (Coordenação geral, infraestruturas e gestão urbanística).

Engª Rosa Maria Corvêlo de Sousa (Apoio à coordenação, infraestruturas, saneamento básico e energia).

Drª Isabel Maria Costa Lobo (Apoio à coordenação, estudos de caracterização, demografia e equipamentos colectivos).

Dr. Rui Amaro Alves (Desenvolvimento socio-económico).

Arqtº Fernando Brandão Alves (Planeamento urbano e articulação com os Planos de Urbanização).

Engº Vitor Oliveira (Circulação e transportes).

Arqtª Pais. Filipa Monteiro (Arquitectura paisagista - responsável).

Dr. António Lorena de Sèves (Aspectos jurídicos - responsável).

Drª Isabel Abalada Matos (Aspectos jurídicos).

Engº Paulo Costa (Computação gráfica – responsável e desenvolvimento socio-económico).

Paulo Martins (Computação gráfica).

Isabel Duarte (Composição de texto).

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 ANTECEDENTES DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO	1
1.2 CONDICIONANTES E ESPECIFICIDADE DE FÁTIMA/COVA DA IRIA	2
1.3 PRINCIPAIS QUESTÕES DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO E OBJECTIVOS DO PLANO.....	5
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	9
3. CARACTERIZAÇÃO	11
3.1 APONTAMENTO HISTÓRICO.....	11
3.2 LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO CONCELHO NA REGIÃO	16
3.3 ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E LEGAL.....	17
3.4 RELEVO, SOLOS, CLIMA E RECURSOS NATURAIS	23
3.5 Povoamento e Perímetros Urbanos	47
3.5.1 Introdução	47
3.5.2 Metodologia de análise – critérios de delimitação de áreas edificadas	48
3.5.3 Características do povoamento	51
3.6 DEMOGRAFIA E HABITAÇÃO	52

3.7 ACTIVIDADES ECONÓMICAS	79
3.8 EQUIPAMENTOS COLECTIVOS, COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	98
3.9 CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES.....	117
3.9.1 Acessibilidades	117
3.9.2 Características e funcionalidade das redes viárias	126
3.9.3 Tráfego rodoviário.....	131
3.9.4 Transportes.....	146
3.10 SISTEMAS DE INFRAESTRUTURAS	156
3.10.1 Abastecimento de água	156
3.10.2 Saneamento	160
3.10.3 Rede eléctrica.....	160
3.10.4 Recolha de resíduos sólidos e limpeza mecânica	161
4. SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA	163
4.1 PATRIMÓNIO NATURAL	163
4.1.1 Recursos hídricos	163
4.1.2 Recursos geológicos	163
4.1.3 Áreas de reserva e protecção de solos e de espécies vegetais	164
4.1.4 Sítios Classificados ao abrigo da Directiva 92/43/CEE	166

4.2 PATRIMÓNIO EDIFICADO	167
4.2.1. Imóveis Classificados e Zona de Protecção do Santuário de Fátima	167
4.2.2 Valores Municipais Inventariados e Património Arqueológico.....	168
4.3 INFRAESTRUTURAS BÁSICAS.....	168
4.4 INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.....	169
4.5 EQUIPAMENTOS.....	170
4.6 PROTECÇÃO AOS MARCOS GEODÉSICOS.....	171
 5. PROPOSTA DE ORDENAMENTO E DE ESTRUTURA TERRITORIAL	 172
5.1 CONCEITOS E ESTRUTURA TERRITORIAL	172
5.2 USOS DO SOLO	179
5.3 PERÍMETROS URBANOS.....	186
5.3.1 Hierarquia da rede urbana.....	186
5.3.2 Limites administrativos	188
5.3.3. Delimitação de perímetros urbanos.....	189
5.4 REDE VIÁRIA, CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES	194
5.4.1 Alterações na rede rodoviária.....	194
5.4.2 Alterações na rede ferroviária.....	203
5.4.3 Alterações nos transportes colectivos rodoviários, regionais e urbanos. Transportes escolares	206
5.4.4 Estudos de tráfego, circulação, estacionamento e transportes	209

5.5 INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	212
5.5.1 Abastecimento de água	212
5.5.2 Sistema de águas residuais.....	213
5.6 EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	214
5.7 PATRIMÓNIO.....	222
5.8 PROTECÇÃO CIVIL.....	232
6. AVALIAÇÃO ESTATÍSTICA E URBANÍSTICA	234
7. MEDIDAS E DISPOSIÇÕES NORMATIVAS	249
7.1 INTRODUÇÃO	249
7.2 ESTRUTURA DO REGULAMENTO	250
7.3 DISPOSIÇÕES NORMATIVAS	251
8. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E PROGRAMA DE EXECUÇÃO	256
9. PLANO DE FINANCIAMENTO.....	261
ANEXO – POPULAÇÃO RESIDENTE E NÚMERO DE ALOJAMENTOS NOS LUGARES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE OURÉM EM 1981 E 1991.....	263

ÍNDICE DAS PEÇAS DESENHADAS

- 0.** - Enquadramento
- 1.** - Ordenamento
- 2.A** - Condicionantes – Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Perímetro de Regadio Tradicional
- 2.B** - Condicionantes – Reserva Ecológica Nacional (REN) e Áreas Protegidas
- 2.C** - Condicionantes (excepto RAN, REN e Áreas Protegidas)
- 3.** - Situação Existente
- 4.** - Estrutura Territorial Proposta
- 5.** - Rede Viária
- 6.** - Rede Principal de Distribuição de Energia Eléctrica
- 7.** - Rede de Abastecimento de Água
- 8.** - Património Municipal e Património Classificado

ÍNDICE DAS FIGURAS

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO	11
FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO E CONCELHOS CONTÍGUOS	12
FIGURA 3 - REDE VIÁRIA PRINCIPAL E FERROVIÁRIA DO CONCELHO DE OURÉM.....	13
FIGURA 3A - ENQUADRAMENTO DO CONCELHO DE OURÉM NA REGIÃO	17
FIGURA 4 - REGIÕES E SUB-REGIÕES E CAPITAIS DE DISTRITO	18
FIGURA 4A - REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO E SUB-REGIÕES.....	19
FIGURA 5 - REGIÕES DE TURISMO	20
FIGURA 6 - ZONAS AGRÁRIAS.....	21
FIGURA 7 - REDE HIDROGRÁFICA PRINCIPAL DO CONCELHO DE OURÉM	27
FIGURA 8 - OCUPAÇÃO DO SOLO NO CONCELHO DE OURÉM	33
FIGURA 9 - OCUPAÇÃO DO SOLO, POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM.....	35
FIGURA 10 - PERCENTAGEM DA ÁREA FLORESTAL POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1997	36
FIGURA 11 - PERCENTAGEM DA ÁREA AGRÍCOLA RASTEIRA POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1997	37
FIGURA 12 - PERCENTAGEM DA ÁREA DE INCULTOS POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1997	38

FIGURA 13 - PERCENTAGEM DA ÁREA DE OCUPAÇÃO HUMANA POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1997	39
FIGURA 14 - OCUPAÇÃO FLORESTAL DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM.....	41
FIGURA 15 - GRUPO FLORESTAL (repartição pelas espécies predominantes).....	42
FIGURA 16 - OCUPAÇÃO AGRÍCOLA DAS CULTURAS DOMINANTES POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM.....	43
FIGURA 17 - GRUPO AGRÍCOLA (culturas dominantes) NO CONCELHO DE OURÉM.....	44
FIGURA 18 - DENSIDADE POPULACIONAL DOS CONCELHOS DA SUB-REGIÃO DO MÉDIO TEJO, EM 1991	55
FIGURA 19 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991	67
FIGURA 20 - EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS POPULACIONAIS POR ESCALÃO ETÁRIO E POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM DE 1981 A 1991	70
FIGURA 21 - EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS POPULACIONAIS POR ESCALÃO ETÁRIO NO CONCELHO DE OURÉM DE 1981 A 1991	72
FIGURA 22 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS ENTRE 1981 E 1991	74
FIGURA 23 - VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991	75

FIGURA 24 - POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE NO CONCELHO DE OURÉM EM 1981	80
FIGURA 25 - POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE NO CONCELHO DE OURÉM EM 1991	81
FIGURA 26 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA NO SECTOR PRIMÁRIO NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991	82
FIGURA 27 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA NO SECTOR SECUNDÁRIO NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991	82
FIGURA 28 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA NO SECTOR TERCIÁRIO NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991	83
FIGURA 29 - NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO (%) NOS RAMOS INDUSTRIAS DOMINANTES NO CONCELHO DE OURÉM EM 1989	92
FIGURA 30 - PERCENTAGEM DE VAB NOS RAMOS INDUSTRIAS DOMINANTES NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1989	93
FIGURA 31 - LOCALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE NO CONCELHO DE OURÉM	100
FIGURA 32 - CAPITAÇÃO MÉDIA DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS NO CONCELHO DE OURÉM.....	108
FIGURA 33 - ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO CONCELHO DE OURÉM. Fonte: Informação disponibilizada pela C.M. Ourém, 1998	111

FIGURA 34 - ENSINO PRÉ-ESCOLAR – JARDINS DE INFÂNCIA NO CONCELHO DE OURÉM.

Fonte: Informação disponibilizada pela C.M. Ourém,
1998 114

FIGURA 35 - REDE RODOVIÁRIA ENVOLVENTE – POSTOS JAE 133

FIGURA 36 - DIAGRAMA – TMD 95..... 134

FIGURA 37 - REDE DE PERCURSOS DE TRANSPORTES COLECTIVOS 150

ÍNDICE DOS QUADROS

QUADRO 1	- ÁREAS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE OURÉM.	
	Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997, Notícia explicativa da Carta Administrativa	22
QUADRO 2	- OCUPAÇÃO DO SOLO NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1996.	
	Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997	33
QUADRO 3	- OCUPAÇÃO DO SOLO, POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM.	
	Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997	35
QUADRO 4	- OCUPAÇÃO AGRÍCOLA E FLORESTAL POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM.	
	Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997	40
QUADRO 5	- EVOLUÇÃO DE ÁREAS (AGRÍCOLA, FLORESTAL E INCULTOS), EM % DA SUPERFÍCIE TERRITORIAL DO CONCELHO DE OURÉM.	
	Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997	45

QUADRO 6	- EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO E SUB-REGIÃO DO MÉDIO TEJO DE 1981 A 1991. Fonte: Atlas Demográfico do Continente, DOTDU, 1996	53
QUADRO 7	- ÁREA, POPULAÇÃO RESIDENTE, DENSIDADE POPULACIONAL E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NOS CONCELHOS DA SUB-REGIÃO DO MÉDIO TEJO, EM 1981 E 1991. Fonte: INE, XII, XIII Recenseamento Geral da População, 1981 e 1991.; RLVT, Caracterização Socio-Económica Regional, CCRLVT, 1997.....	54
QUADRO 8	- ESTRUTURA DA POPULAÇÃO NO MÉDIO TEJO, EM 1981 E 1991. Fonte: Atlas Demográfico do Continente, DGOTDU, 1996	56
QUADRO 9	- PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARA O MÉDIO TEJO. Fonte: Atlas Demográfico do Continente, DGOTDU, 1996	57
QUADRO 10	- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS CONCELHOS DO MÉDIO TEJO DE 1890 A 1991. Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1970, 1981, 1991 e PGU de Fátima/1995	58
QUADRO 11	- TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS CONCELHOS DO MÉDIO TEJO DE 1890 A 1991	59
QUADRO 12	- EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS POPULACIONAIS DE CADA ESCALÃO ETÁRIO NO MÉDIO TEJO DE 1960 A 1991. Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1981, 1991 e PGU de Fátima/1995	61

QUADRO 13 - EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS POPULACIONAIS DE CADA ESCALÃO ETÁRIO NO CONCELHO DE OURÉM DE 1960 A 1991.	
Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1981, 1991 e PGU de Fátima/1995.....	62
QUADRO 14 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA (I_D) E DE ENVELHECIMENTO (I_E), DE 1960 A 1991, NO MÉDIO TEJO E CONCELHO DE OURÉM.	
Fonte: Quadros 6 e 7	63
QUADRO 15 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE OURÉM DE 1890 A 1991.	
Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1970, 1981, 1991 e PGU de Fátima/1995	64
QUADRO 16 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE OURÉM DE 1890 A 1991	65
QUADRO 17 - EFECTIVOS POPULACIONAIS POR ESCALÃO ETÁRIO E POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM EM 1981 E 1991.	
Fonte: Censos Gerais da População e Habitação, INE, 1981 e 1991	68
QUADRO 18 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, N ^º DE FAMÍLIAS E N ^º DE ALOJAMENTOS, DE 1980 A 1991.	
Fonte: Censos Gerais da População e Habitação, INE, 1981 e 1991	73
QUADRO 19 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E ALOJAMENTOS, 1980/91	74
QUADRO 20 - RECENSEAMENTO ELEITORAL E POPULAÇÃO ESTIMADA PARA 1998, NO CONCELHO DE OURÉM.	
Fonte: Recenseamento eleitoral 1998 (STAPE)	78

QUADRO 21 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS COLECTIVOS NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991, DISCRIMINANDO TRÊS FREGUESIAS. Fonte: Censos Gerais da População e Habitação, INE, 1981 e 1991	79
QUADRO 22 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR SECTORES DE ACTIVIDADE, EM 1981 E 1991. Fonte: Censos Gerais da População e Habitação, INE, 1981 e 1991	80
QUADRO 23 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA POR RAMO DE ACTIVIDADE, NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991. Fonte: Censos Gerais da População e Habitação, INE, 1981 e 1991	85
QUADRO 24 - ÁREAS DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (Ha) NO MÉDIO TEJO EM 1989. Fonte: RLVT – Caracterização Socio-Económica Regional, MEPAT/CCRLVT, 1997 e Recenseamento Geral Agrícola, INE, 1989	87
QUADRO 25 - EFECTIVOS PECUÁRIOS NO MÉDIO TEJO EM 1989. Fonte: RLVT – Caracterização Socio-Económica Regional, MEPAT/CCRLVT, 1997 e Recenseamento Geral Agrícola, INE, 1989	88
QUADRO 26 - NÚMERO DE EMPRESAS DO CONCELHO DE OURÉM DE 1985 A 1994. Fonte: Emprego na RLVT, MEPAT/CCRLVT, 1997; Indicadores Regionais, 94 e Quadros de Pessoal, 85/94 da DEMESS	89
QUADRO 27 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DO CONCELHO DE OURÉM DE 1985 A 1994. Fonte: Emprego na RLVT, MEPAT/CCRLVT, 1997; Indicadores Regionais, 94 e Quadros de Pessoal, 85/94 da DEMESS	90

QUADRO 28 - NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS DO CONCELHO DE OURÉM DE 1985 A 1994.	
Fonte: Emprego na RLVT, MEPAT/CCRLVT, 1997; Indicadores Regionais, 94 e Quadros de Pessoal, 85/94 da DEMESS	91
QUADRO 29 - RAMOS INDUSTRIAIS DOMINANTES NO EMPREGO E NO VAB NO CONCELHO DE OURÉM EM 1989.	
Fonte: RLVT – Caracterização Socio-Económica Regional, MEPAT/CCRLVT, 1997 e Estatísticas Industriais, INE, 1989.....	92
QUADRO 30 - VALOR ACRESCENTADO BRUTO DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA NO MÉDIO TEJO, EM 1989.	
Fonte: RLVT – Caracterização Socio-Económica Regional, MEPAT/CCRLVT, 1997 e Estatísticas Industriais, INE, 1989.....	93
QUADRO 31 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS GROSSISTAS E RETALHISTAS E RESPECTIVOS NÚMEROS DE PESSOAS AO SEU SERVIÇO, NO MÉDIO TEJO, EM 1993.	
Fonte: RLVT – Caracterização Socio-Económica Regional, MEPAT/CCRLVT, 1997 e Estatísticas do Cadastro Comercial, DG Comércio, 1993	94
QUADRO 32 - EMPRESAS DO CONCELHO DE OURÉM DENTRO DAS 100 MAIORES EMPRESAS DO DISTRITO DE SANTARÉM.	
Fonte: As 100 Maiores Empresas do Distrito de Santarém, Jornal “O Ribatejo”, Novembro 1998	95
QUADRO 33 - EQUIPAMENTOS DE SAÚDE PÚBLICOS, NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1997.	
Fonte: Informação disponibilizada pela C.M. Ourém, 1998	99

QUADRO 34 - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM.	
Fonte: Informação disponibilizada pela C.M. Ourém, 1998	102
QUADRO 35 - CAPITAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS NO CONCELHO DE OURÉM.	
Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém, 1998	107
QUADRO 36 - ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE OURÉM, ANO LECTIVO 1998/99.	
Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém, 1998	109
QUADRO 37 - JARDINS DE INFÂNCIA NO CONCELHO DE OURÉM, ANO LECTIVO 1998/99.	
Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém, 1998	112
QUADRO 38 - CARACTERÍSTICAS DOS RESERVATÓRIOS EXISTENTES E PROJECTADOS NO CONCELHO DE OURÉM.	
Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém, 1998	158
QUADRO 39 - PROPOSTA DE REDISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR EXISTENTE NO CONCELHO DE OURÉM, NO ANO LECTIVO DE 1998/99	218
QUADRO 40 - ÁREAS, NÚMERO DE HABITANTES E NÚMERO DE ALOJAMENTOS EM 1991 NO CONCELHO DE OURÉM	234
QUADRO 41 - AGLOMERADOS URBANOS DE NÍVEL 1 – EXISTENTE E PROPOSTO.....	238

QUADRO 42A - AGLOMERADOS URBANOS DE NÍVEL 2 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FOGOS E SITUAÇÃO EXISTENTE.....	239
QUADRO 42B - AGLOMERADOS URBANOS DE NÍVEL 2 – FOGOS E DENSIDADES ESTIMADAS EM 2011.....	240
QUADRO 43 - AGLOMERADOS URBANOS DE NÍVEL 3 – EXISTENTE E PROPOSTO.....	243
QUADRO 44 - QUADRO-RESUMO DAS ÁREAS URBANAS E URBANIZÁVEIS.....	246

1. INTRODUÇÃO

1.1 ANTECEDENTES DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO

O processo de elaboração do Plano Director Municipal de Ourém teve início há já alguns anos. No entanto, por vicissitudes da equipa anteriormente encarregue da sua elaboração, os estudos não passaram da fase de caracterização.

A equipa autora da presente proposta de Plano iniciou os seus trabalhos em Julho de 1998.

Até agora, o planeamento urbanístico no concelho de Ourém limitou-se até há poucos anos à elaboração de Planos de Urbanização. Neste aspecto destaca-se Fátima/Cova da Iria: entre 1957 e 1966 foi elaborado e aprovado o Ante-Plano de Urbanização de Fátima pela DGSU (actual DGOTDU), coordenado pelo Arqtº Luís Xavier.

Este Ante-Plano foi substituído em 1995 pelo Plano de Urbanização actualmente em vigor. Encontra-se concluída e em fase final de aprovação uma proposta de revisão deste Plano de Urbanização, da autoria da mesma equipa responsável pela elaboração do PDM.

A Cidade de Ourém foi, no passado, objecto de elaboração de uma proposta de Plano de Urbanização que não chegou, no entanto a ser aprovada. Encontra-se presentemente em elaboração um novo Plano de Urbanização.

Nos últimos anos o Município tem promovido a elaboração de numerosos Planos de Pormenor, designadamente para a Cidade de Fátima e Cidade de Ourém, bem como de projectos de loteamentos industriais.

Na sequência da criação do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros foi elaborado o respectivo Plano de Ordenamento que abrange uma pequena área no extremo sul do concelho.

A presente proposta de PDM permitirá, pela primeira vez, dispor de um quadro de ordenamento para todo o território concelhio, que espacializará fundamentadamente a sua estratégia de desenvolvimento, bem como os investimentos públicos em curso e a programar.

1.2 CONDICIONANTES E ESPECIFICIDADE DE FÁTIMA/COVA DA IRIA

Para uma melhor percepção do “fenómeno” Fátima/Cova da Iria e da importância actual do seu significado, é importante conhecer um pouco da história das Aparições de Nossa Senhora aos 3 Pastorinhos (Lúcia, Francisco e Jacinta).

Na Primavera de 1916, num local chamado Cabeço, os Pastorinhos tiveram a primeira aparição do Anjo; nesse mesmo Verão, o Anjo apareceu pela segunda vez, junto do poço da casa de Lúcia; no Outono do mesmo ano o Anjo apareceu pela terceira e última vez na Loca do Cabeço, como que a preparar as posteriores aparições de Nossa Senhora.

No dia 13 de Maio de 1917, os 3 Pastorinhos (naturais de Aljustrel) tinham levado as ovelhas a pastar a um local a 2 Km de distância, chamado Cova da Iria. Nesse dia dá-se a primeira aparição de Nossa Senhora. A Cova da Iria era uma propriedade rural dos pais de Lúcia.

Seguiram-se mais cinco aparições, nesse local, todos os dias 13 dos meses que se seguiram, até Outubro, com excepção do dia 13 de Agosto, em que não houve aparição. Nesse dia os Pastorinhos estavam presos em Vila Nova de Ourém e Nossa Senhora apareceu somente no dia 19 de Agosto, num local chamado Valinhos, num monte entre Aljustrel e a Cova da Iria.

Após esses acontecimentos, superiormente confirmados, Fátima alcançou uma grande projecção nacional e internacional como local de grandes peregrinações, pelo seu elevado significado religioso e simbólico para todo o mundo católico e cristão.

Foi por isso necessário adaptar o conjunto dos sítios de peregrinação e das áreas urbanas próximas às necessidades determinadas pelos afluxos periódicos de centenas de milhar de peregrinos, o que levou à construção do Santuário. Todo o Santuário nasce da pequena Capela das Aparições, construída pela população em 1919, no local onde Nossa Senhora apareceu. Em 1922 foi reconstruída no mesmo local, após demolição da primeira e em 1982 foi-lhe acrescentado um grande alpendre, aquando da visita do Papa João Paulo II. Apesar das reparações que já teve, a Capelinha das Aparições mantém o traçado de ermida popular.

Foi iniciado em Maio de 1928 o projecto da Basílica, da autoria de um arquitecto holandês, e a sua sagrada efectuou-se em Outubro de 1953. A colunata é o conjunto arquitectónico que liga a Basílica aos edifícios construídos dum e doutro lado do recinto e é constituída por 200 colunas e 14 altares, da autoria do Arqtº António Lino. O recinto de oração em frente da Basílica tem uma área de cerca de 87.000 m², podendo conter 300.000 peregrinos.

O conjunto da Capelinha das Aparições, recinto de oração, Basílica, Colunatas, Casas de Retiros, Praça Pio XII e Centro Pastoral Paulo VI é entendido e denominado como Santuário.

Além do Santuário, lugar sagrado por excelência, aonde acorrem, em número impressionante, tanto peregrinações portuguesas como de todo o mundo, há outros locais importantes, sob o ponto de vista religioso, considerados lugares complementares do Santuário e que traduzem a história e o percurso das aparições. Refira-se o trajecto de uma subida ao Monte dos Valinhos, cujo percurso começa na Rotunda Sul (Santa Teresa de Ourém) e segue o caminho que os pastorinhos faziam até ao local onde apareceu o Anjo e Nossa Senhora (na sua 4^a aparição), constituindo uma Via Sacra com 15 estações, conhecida como Calvário Húngaro. Neste monte, além da Via Sacra, os pontos mais significativos são: Valinhos, Capela de Santo Estevão e Loca do Cabeço (este a mais de 390 metros de altitude).

Em Aljustrel localizam-se as 2 casas dos Pastorinhos, consideradas desde 1961 imóveis de interesse público, assim como a Casa-Museu de Aljustrel, que recria a vida da aldeia na época dos Pastorinhos.

O conhecimento dos locais de peregrinação mais significativos é importante para a compreensão da estrutura urbana de que Fátima deve dispôr. É preciso, por exemplo, garantir um acesso pedonal seguro, a todos os que pretendam efectuar a Via Sacra, assim como a todos os que pretendam vir a pé, do norte e sul do país, para o Santuário de Fátima.

Em termos urbanísticos Fátima dispõe hoje do Plano de Urbanização aprovado pela Portaria nº 633/95, de 21 de Junho, actualmente em fase de Revisão, de forma a ajustar e desenvolver soluções urbanísticas e regras que a implementação do Plano em vigor revelou necessárias ou

recomendáveis, no sentido de tornar o Plano revisto mais adequado à realidade e tornar a gestão urbanística mais operativa, pois houve desfasamento entre a sua elaboração e aprovação.

1.3 PRINCIPAIS QUESTÕES DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO E OBJECTIVOS DO PLANO

A elaboração da proposta de Plano Director Municipal de Ourém (PDM de Ourém) enquadrava-se no D.L. nº 69/90 e legislação complementar, e visa dar resposta aos actuais problemas de ordenamento do território e as suas questões específicas, designadamente de disponibilização de áreas urbanas e urbanizáveis, de infraestruturação e equipamentos, de protecção ambiental e de desenvolvimento socio-económico.

Há ainda a considerar todos os objectivos que a legislação explicita, em termos gerais.

Podem, no entanto destacar-se alguns aspectos específicos, que são de certo modo singulares, resultantes das condições muito particulares do concelho de Ourém e que a seguir se referem:

1. As condições de acessibilidade e de circulação (tanto nos modos rodoviário como ferroviário) reflectem algumas carências, enfrentando uma orografia difícil, um solo pedregoso com afloramentos rochosos frequentes e importante área de formações cársicas. A construção da Auto-Estrada do Norte melhorou a situação mas não é ainda suficiente. A falta de ligações E-W será colmatada com a construção do novo Itinerário Complementar – IC 9, a passar a sul de Ourém, ligando a Auto-Estrada do Norte a Tomar, por Ourém.

2. A natureza cárstica do território, as suas depressões (covas), dolinas e grutas, implicam soluções específicas e de elevados custos, para a infraestruturação do concelho, tanto no abastecimento de água (que neste momento cobre a totalidade do concelho), como na protecção de toalhas freáticas e tratamento de esgotos, que continua a ser uma carência fundamental em todo o concelho, de modo a evitar a poluição das fontes, dos cursos de água e do solo em geral. Estão previstas e já em construção alguns emissários e respectivas ETAR, assim como a implementação de projectos de despoluição da ribeira de Seiça e do rio Nabão.
3. O Santuário de Fátima, centro de peregrinação único, com as suas enormes potencialidades atractivas, nomeadamente a prática de peregrinações a pé, justificariam uma rede pedonal regional, visando a segurança e conforto dos peregrinos e a valorização paisagística desses percursos, tendo em vista simultaneamente um objectivo religioso e a intenção de contacto com a Natureza, incentivando a contemplação, a meditação e a preocupação com as riquezas da Natureza, recordando que na metade sul do concelho se localiza ainda parte do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros,
4. É de notar a composição singular dos centros urbanos, junto a Fátima, com um elevado número de alojamentos colectivos, muitas vezes com o apoio de Ordens Religiosas, e um pouco por todo o concelho, um elevado número de moradias de habitação secundária, para quem decide viver próximo do Santuário (reformados, emigrantes) ou simplesmente para quem procura desafogo num local privilegiado.

Os aspectos funcionais relativos à utilização de infraestruturas são muito especiais, com uma população flutuante e peregrinações frequentes de vários milhares de pessoas, saturando pontualmente as capacidades existentes, exigindo dispositivos de configuração e patamares específicos.

A dificuldade em prever evoluções destes aspectos, por não ser fácil usar o processo de estudos comparados, reforça a necessidade de manter uma gestão municipal atenta e permanente.

5. A preocupação de manter e fazer crescer a população residente do concelho passa por várias vertentes, das quais se destaca um investimento claro nas oportunidades comparativas que o concelho oferece ou pode oferecer:

- a) investimento na qualificação e especialização dos recursos humanos, apostando em unidades de ensino especializadas (caso de Escola de Hotelaria, por exemplo);
- b) dotação de espaços para equipamentos culturais, recreativos e associativos (proposta de um Centro de Congressos em Fátima) capazes de atrair acontecimentos regionais, nacionais e internacionais, usufruindo de todas as capacidades e estruturas já instaladas, especialmente em Fátima.
- c) dotação de espaços, devidamente localizados e infraestruturados, para Zonas Industriais, de pequena ou grande dimensão, como forma de manter e atrair a pequena e média indústria para o concelho, tirando partido das vantagens que pode oferecer, nomeadamente nos ramos da Indústria da Madeira, Serrações, Carpintarias, no ramo das Serralharias e Alumínios, no ramo da Construção Civil, no ramo da exploração de pedra e areia, e do tratamento da pedra, etc..

- d) protecção da agricultura existente, em especial o vinho e o azeite, tanto em explorações mais extensivas, com dimensões viáveis, promovendo o emparcelamento e/ou a associação, como incentivando o cultivo das terras, ou como actividade complementar de outras actividades.
6. Preocupação de combate às causas de risco de incêndio, na sequência de estudos já efectuados e dos incêndios registados, promovendo adequada ocupação do território, reflorestação e apertada vigilância na sua detecção e controle.
7. Ordenamento do crescimento urbano habitacional segundo localizações e padrões de desafogo simultaneamente adequados à preservação dos recursos naturais, à viabilidade da sua infraestruturação e equipamento e à procura do mercado.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A elaboração da proposta de PDM de Ourém tem seguido uma metodologia inovadora, propondo novos modelos de ordenamento constituindo-se como PDM de 2^a geração, apesar das limitações impostas por um quadro legal que se considera desadequado no que diz respeito a servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

As suas raras especificidades, designadamente as que decorrem de Fátima/Cova da Iria requerem ainda a introdução e experimentação de alguns métodos novos e esquemas de solução que terão sempre que ter em conta a crítica e o diálogo dos restantes parceiros e uma monitorização permanente a acompanhar todo o processo, para permitir antecipar problemas e proceder a inflexões necessárias no devido tempo.

A utilização da cartografia digital permite uma maior celeridade na caracterização, diagnóstico e elaboração da proposta de ordenamento e um maior rigor na compatibilização entre condicionantes e transformações do solo.

As componentes inovadoras da metodologia seguida podem sintetizar-se nos seguintes pontos:

- A introdução do conceito de aglomerado urbano de baixa e de muito baixa densidade permite responder à maior componente de procura de nova habitação (fora das Cidades de Ourém e de Fátima), simultaneamente permite a sua adequada infraestruturação, equipamento e dotação de acessibilidade ao exterior, e ainda retira a pressão de edificação dispersa em todo o espaço não urbano, sobretudo por pessoas não ligadas à agricultura.

- A adopção do conceito anterior implica a delimitação de perímetros urbanos generosos, sempre respeitadores das condicionantes sobretudo em áreas de expansão, que permitem que em cada parcela edificada ou edificável, a maioria da área fique livre de qualquer ocupação edificada ou pavimentada.
- A forte limitação à edificação fora dos perímetros urbanos torna-se assim mais fácil, em termos da sua eficácia real. Note-se que, mesmo em aglomerados actualmente sem crescimento habitacional e/ou populacional se permite a ocupação de “vazios” e a regularização e/ou consolidação do seu perímetro, com vista a proporcionar oferta alternativa à construção dispersa.
- A compatibilização entre usos, designadamente entre indústrias extractivas e transformadoras, e a habitação é assegurada através da segregação e, tanto quanto possível, distanciamento entre aqueles usos, bem como pela sua distribuição por todo o concelho na proporção da procura estimada de espaços para a instalação ou relocalização de actividades industriais.
- A consolidação da eficácia real da proposta de ordenamento e das suas normas requer a explicitação de estratégia (em estudo) para o desenvolvimento do concelho, e do programa de investimentos e programa de realizações a curto/médio prazo.
- Finalmente, à proposta de Plano será associado um Regulamento Municipal de Edificações Urbanas que detalhará os aspectos relativos à implantação de edifícios, suas tipologias e elementos de ordem arquitectónica, procurando salvaguardar e valorizar a paisagem do concelho. Até à conclusão da proposta final de PDM admite-se que aspectos normativos habitualmente contidos em PDM possam ser antes incluídos com vantagem naquele regulamento municipal específico.

3. CARACTERIZAÇÃO

3.1 APONTAMENTO HISTÓRICO

O concelho de Ourém situa-se na Região de Lisboa e Vale do Tejo, junto à Região Centro, localizando-se a cidade de Ourém a cerca de 140 km de Lisboa e 200 Km do Porto (Figura nº 1) e distando do litoral (por Leiria) pouco mais de 50 Km (distâncias por estrada).



FIGURA Nº 1 - LOCALIZAÇÃO

Ourém é um concelho extenso, comparado com os concelhos vizinhos (Figura nº 2), com cerca de 420 Km² de superfície. Os oito concelhos contíguos são:

- a norte: Pombal, Alvaízere e Leiria;
- a sul: Torres Novas e Alcanena;
- a oeste: Leiria e Batalha;
- a este: Tomar, Ferreira do Zêzere e Alvaízere;

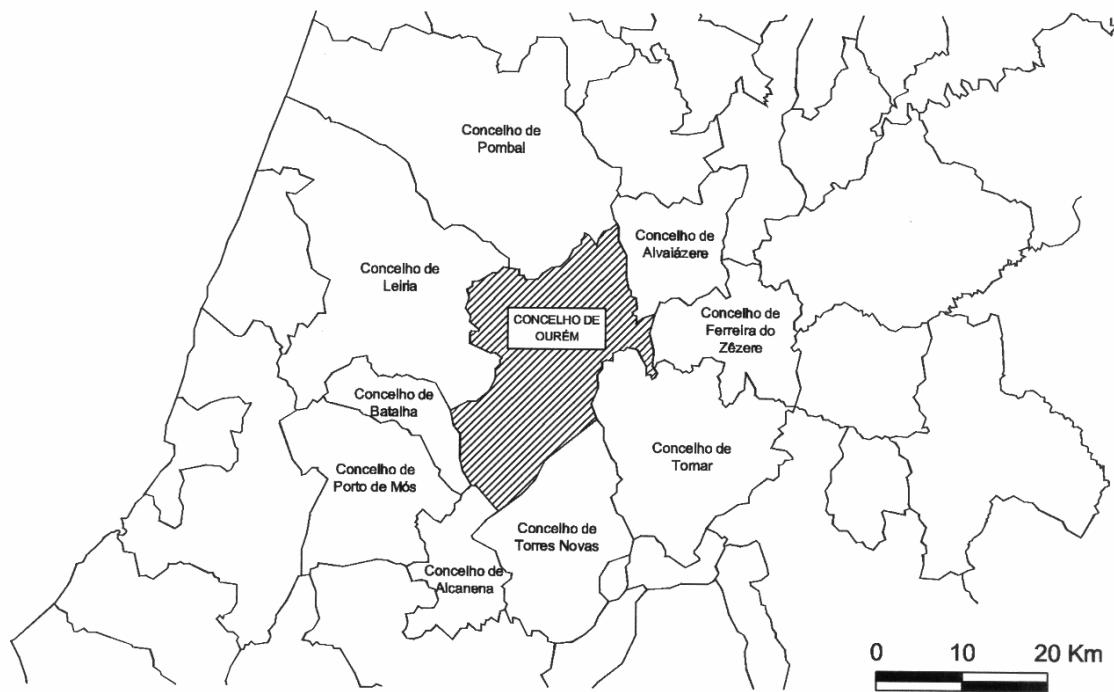


FIGURA N° 2 – LOCALIZAÇÃO E CONCELHOS CONTÍGUOS

O concelho de Porto de Mós apesar de ficar muito próximo (a cerca de 3 km), não é contíguo.

O concelho de Ourém é atravessado no sentido nordeste/sudoeste pela EN 356, desde Fátima a Freixianda, passando por Ourém, e no sentido noroeste/sudeste pela ER 349, desde Espite à Lagoa do Furadouro, passando também por Ourém (Figura nº 3).

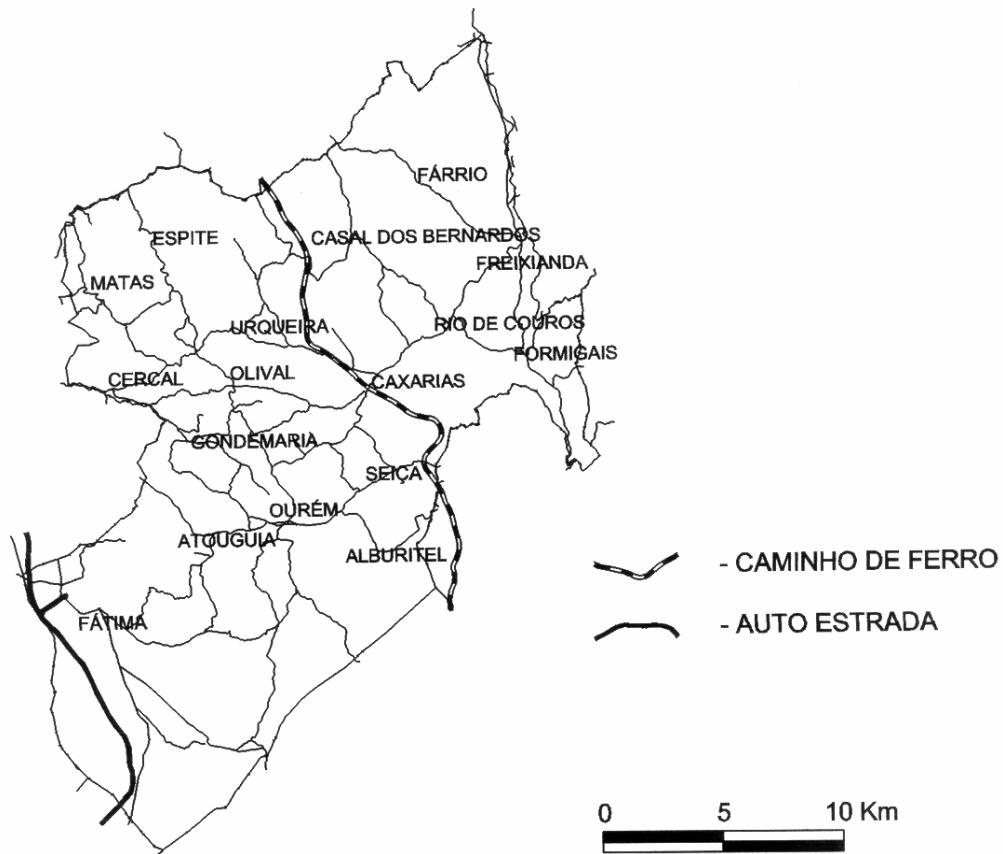


FIGURA Nº 3 – REDE VIÁRIA PRINCIPAL E FERROVIÁRIA DO CONCELHO DE OURÉM

Ourém localiza-se ligeiramente a sul do centro geográfico do concelho, no cruzamento das duas diagonais formadas pelas Estradas Nacionais acima referidas.

No concelho há ainda outras Estradas Nacionais (Figura nº 3): a EN 360, de Fátima com ligação a Minde; no limite nor/noroeste, a EN 350 que faz a ligação a Leiria e Albergaria dos Doze; e, atravessando Ourém no sentido nascente/poente, a EN 113 e a sua variante EN 113-1, em direcção a Tomar e Leiria, respectivamente.

Historicamente, a origem do nome Ourém tem duas explicações: uma remonta ao ano de 1136, data em que D. Afonso Henriques, após conquistas e reconquistas, conquista definitivamente aos mouros o primitivo castelo, que nessa altura se denominou *Auren*; e outra, na lenda de uma moura chamada Fátima, que o cavaleiro templário Gonçalo Hermigues raptara e com quem viria a casar, recebendo pelo baptismo o nome de Oureana. Esta lenda pode explicar a origem do nome da cidade de Ourém e da Vila de Fátima.

Em 1180, *Auren* recebe a 1^a Carta de Foral, com título de município, de D^a. Teresa, filha de D. Afonso Henriques.

Em 1385, o 3º Conde de Ourém, D. Nuno Álvares Pereira, parte deste mesmo local para a vitoriosa batalha de Aljubarrota contra um exército castelhano cinco vezes superior em número.

Por volta de 1430, D. Afonso, 4º Conde de Ourém, neto de D. João I e de D. Nuno Álvares Pereira e filho do Duque de Bragança, instala-se com a sua corte em Ourém, defendendo-a com muralhas e erguendo os Torreões e o Paço sobre o Castelo do século XII, que já tinha sido construído num morro com acentuados declives em algumas faces e lhe deram fama de inexpugnável.

O castelo é de fundação muçulmana, sendo o castelo residencial composto por um grande corpo quadrangular mais duas torres hexagonais avançadas. A torre solar, corpo principal de maior volume tem no topo um friso cerâmico, certamente da autoria de artistas mudejares.

Em 1445 o mesmo D. Afonso, Conde de Ourém, que também ficou com o senhorio de Porto de Mós, congrega as quatro paróquias da Vila na Colegiada de N^a. S^a. das Misericórdias, que durante 500 anos funcionou como o grande centro espiritual e religioso de toda a região.

Após a morte de D. Afonso, em 1460, a donatária do Burgo de Ourém, passou a ser a Casa de Bragança.

O terramoto de 1755 também afectou Ourém significativamente, destruindo, entre outros edifícios importantes a Igreja da Colegiada de N^a S^a das Misericórdias, posteriormente construída em estilo barroco. Após essa data e depois das Invasões Francesas (1807 a 1811), cujas tropas assaltaram e destroçaram Ourém e o seu castelo, saqueando o belíssimo túmulo de D. Afonso na cripta da Colegiada, a população começou a "descer" das colinas do castelo e a instalar-se no vale fronteiro, em terrenos mais planos e mais próximos da ribeira de Seiça, surgindo então o nome de Vila Nova de Ourém para o novo aglomerado.

Em 1917, num local relativamente próximo de Ourém, a cerca de 11 km, a pequena vila de Fátima torna-se conhecida e falada internacionalmente, após as Aparições de N^a S^a de Fátima aos três pastorinhos: Lúcia, Francisco e Jacinta, no lugar da Cova da Iria (a 2,5 km de Fátima), nos dia 13 de cada mês, de Maio a Outubro desse ano.

Este acontecimento marcou Fátima e projectou-a para o Mundo, originando a sua rápida transformação e crescimento. Fátima passou a ser um destino religioso fundamental e local de peregrinação privilegiado para os portugueses e para os cristãos espalhados pelo mundo.

Em 1928 iniciou-se a construção da Basílica, que viria a ser sagrada em 1953. Além de todo o recinto do Santuário, há vários monumentos e centros de apoio e outros locais de peregrinação importantes que condicionam e motivam determinados movimentos, como por exemplo: a Via-Sacra, que começa na Rotunda de Stª. Teresa de Ourém (Rotunda Sul) e percorre o monte dos Valinhos, aí terminando num local chamado Calvário, perto da Loca do Anjo; e o aglomerado de Aljustrel, onde os Pastorinhos nasceram e as suas residências são imóveis classificados.

3.2 LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO CONCELHO NA REGIÃO

O concelho de Ourém, em termos viários, tem o seu principal acesso através do nó de Fátima, na Auto Estrada do Norte (AE1), e, em termos ferroviários, pela Linha do Norte, na estação de Caxarias. Encontra-se, assim, numa posição estratégica e de relativa centralidade entre Lisboa e Porto.

Em termos turísticos faz parte do arco formado pelas cidades de Tomar, Ourém/Fátima, Batalha, Alcobaça, Caldas da Rainha e Óbidos (Figura nº 3A).

Em termos económicos fica integrado nos eixos de desenvolvimento entre Leiria, Tomar, Torres Novas e Abrantes, podendo usufruir das respectivas complementariedades, que deverá explorar da forma mais vantajosa para o seu progresso e identificação.

Em termos paisagísticos e naturais, a sua metade sul, sobre as formações cársticas do maciço de Porto de Mós, é ocupada por: parte do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC) e ainda o monumento natural das Pegadas de Dinossáurios; a área florestal da Serra de Aire; e no seu limite nascente, no seguimento das escarpas escavadas pelo rio Nabão, próximo da Palmaria, integra o sítio do Agroal, nascente em sítio de elevada riqueza ecológica e paisagística.

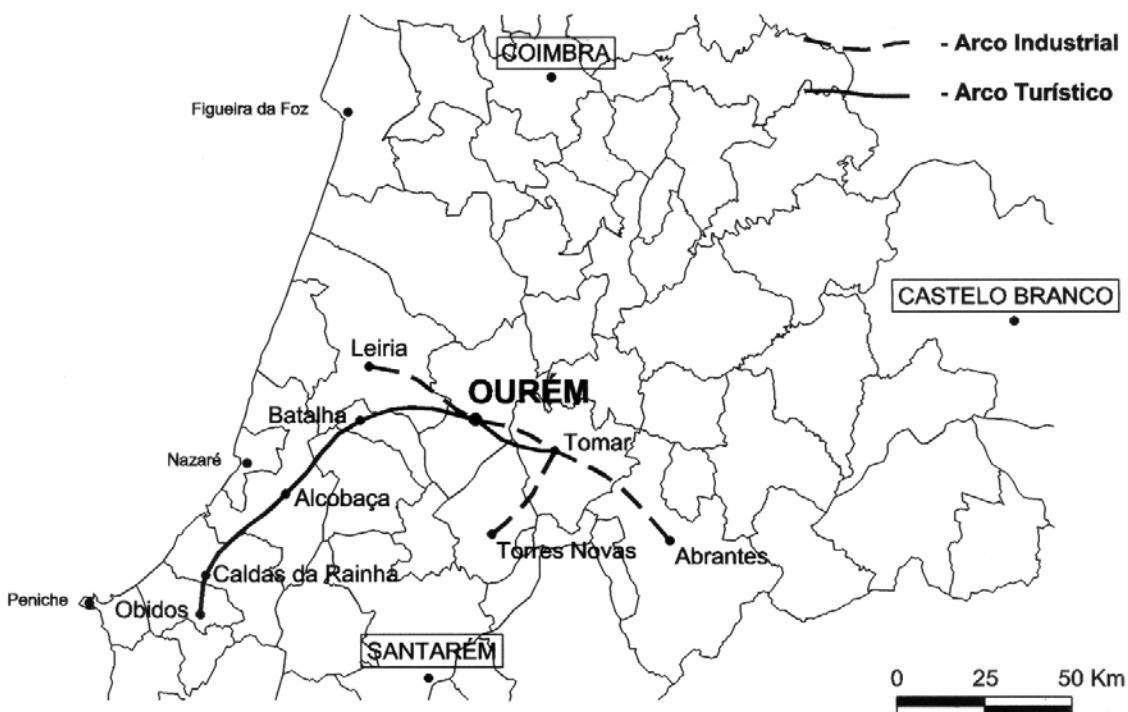


FIGURA Nº 3A – ENQUADRAMENTO DO CONCELHO DE OURÉM NA REGIÃO

É de notar que, se por um lado, a sua localização periférica, a norte do distrito de Santarém e da Região de Lisboa e Vale do Tejo, localizandose entre concelhos que pertencem já à Região do Centro, como é o caso de Leiria, com quem o concelho de Ourém tem importantes ligações económicas, sociais e religiosas (a própria denominação da diocese: Leiria/Fátima), o coloca em situação menos favorável, por outro, pode constituir uma mais-valia que importa aproveitar e explorar.

3.3 ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E LEGAL

O concelho de Ourém em termos administrativos pertence: ao Distrito de Santarém; à NUT II - Região de Lisboa e Vale do Tejo, localizando-se no seu limite norte contíguo à Região Centro; e à NUT III - sub-região do Médio Tejo, que faz fronteira com as sub-regiões Pinhal Litoral e Pinhal Interior Sul da Região Centro (Figuras nº 4 e 4A).

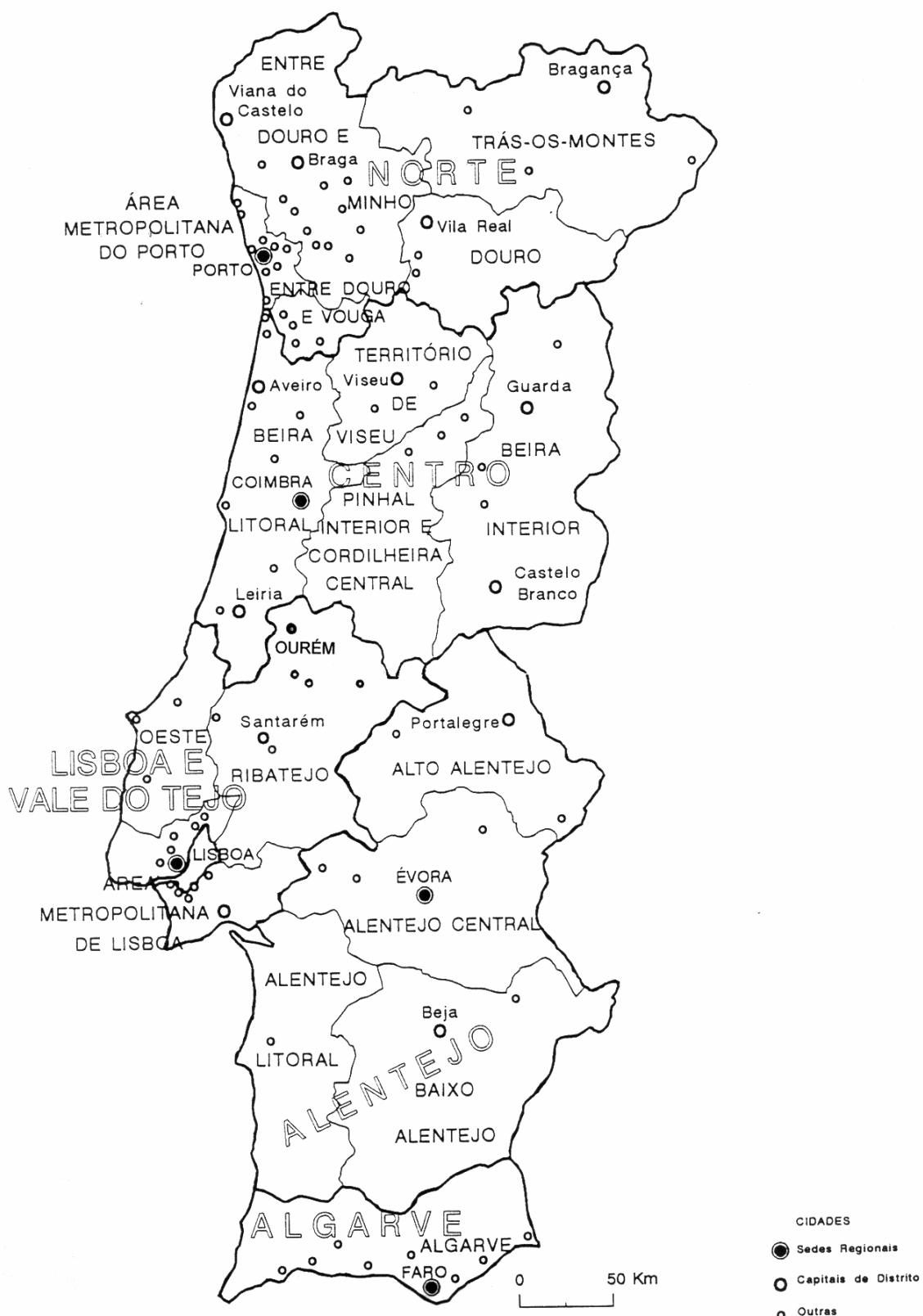


FIGURA N° 4 – REGIÕES E SUB-REGIÕES E CAPITAIS DE DISTRITO

Fonte: "As Regiões Portuguesas", Jorge Gaspar, MEPAT, 1993.



FIGURA N^º 4A – REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO E SUB-REGIÕES

Em termos turísticos, Ourém pertence à Região de Turismo de Leiria - Fátima - incluída na Região da Costa de Prata (Figura nº 5).



FIGURA Nº 5 – REGIÕES DE TURISMO

Em termos agrícolas o concelho de Ourém pertence ao Agrupamento de Zonas Agrárias da Zona Interior (Figura nº 6).

Pode considerar-se que Ourém é um dos concelhos que faz a transição entre o Ribatejo e a Beira Litoral, ou seja, funcionando um pouco como fronteira e aparecendo integrado numa ou noutra área consoante as

classificações. Prova disso está também, por exemplo, o facto de, em termos meteorológicos, Ourém pertencer à Região do Ribatejo e Oeste, mas para a sua caracterização ser necessário conhecer os dados de algumas estações das Beiras (Beira Litoral e Beira Baixa).

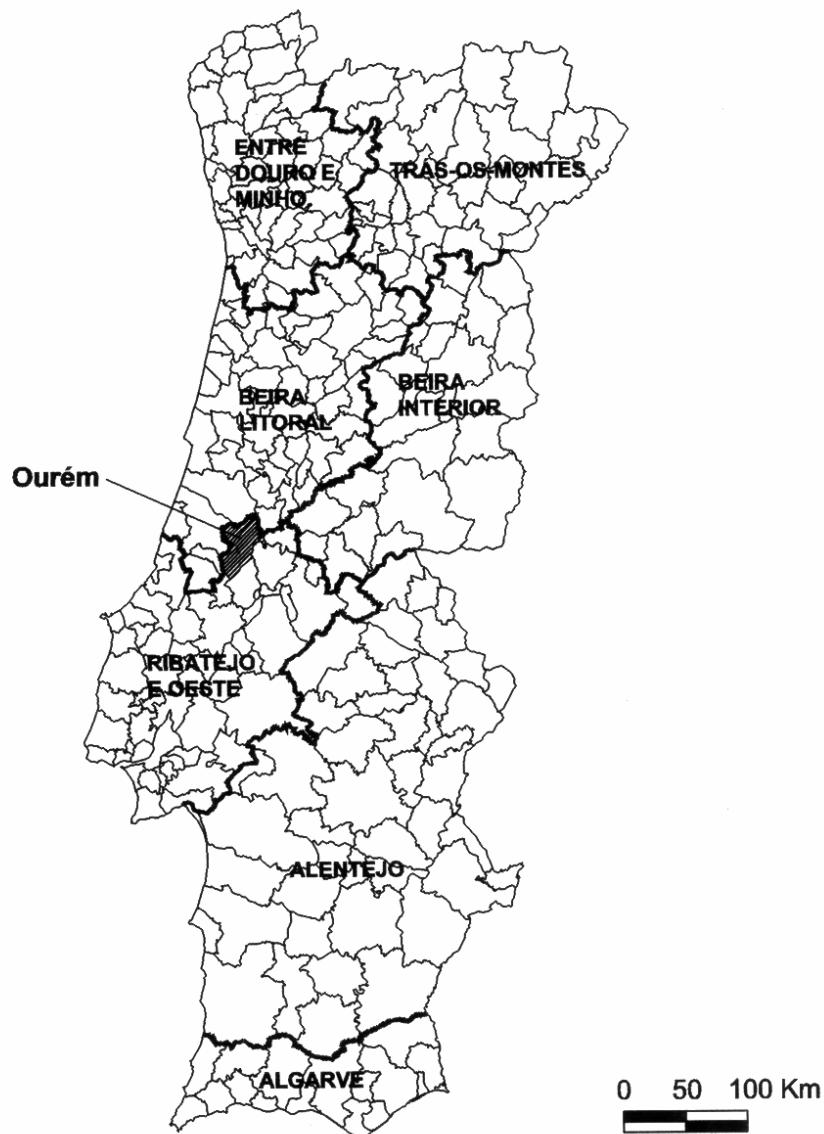


FIGURA Nº 6 – DIRECÇÕES REGIONAIS DE AGRICULTURA

Actualmente, o concelho de Ourém está dividido em 18 freguesias, que apresentam grande diversidade de áreas. sendo a mais pequena o Cercal, com cerca de 620 ha e a maior Fátima, com um pouco mais de

7.100 ha (Quadro nº 1). Na década de 80, houve desmembramento da freguesia de Espite em mais duas novas freguesias - Cercal e Matas - e da freguesia de Freixianda em mais uma nova freguesia - Ribeira do Fárrio -, passando das 15 freguesias existentes em 1981 para as 18 que actualmente existem.

QUADRO N° 1 - ÁREAS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE OURÉM

FREGUESIAS	ÁREAS (HA)
Espite	2.273
Urqueira	3.128
Matas	914
Cercal	623
Casal dos Bernardos	2.397
Ribeira do Fárrio	1.838
Freixianda	3.270
Caxarias	2.025
Rio de Couros	1.808
Formigais	1.153
Olival	2.325
Seiça	2.514
Gondemaria	860
Nª Sª da Piedade	2.052
Atouguia	1.955
Nª Sª das Misericórdias	4.235
Alburitel	1.151
Fátima	7.129
TOTAL DO CONCELHO	41.650

Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997, Notícia Explicativa da Carta Administrativa.

A Cidade de Ourém localiza-se em duas freguesias, Nª. Sª. da Piedade e Nª. Sª. das Misericórdias, que correspondem "grosso modo", a uma e outra margem da ribeira de Seiça: a primeira a norte, área mais plana e desafogada, onde se localiza a parte nova da cidade e a segunda a sul, área mais acidentada, onde numa colina se situa o Castelo de Ourém, localizações facilmente explicadas por razões históricas, nomeadamente questões de defesa e posteriormente necessidade de mais área para crescer.

3.4 RELEVO, SOLOS, CLIMA E RECURSOS NATURAIS

O concelho de Ourém tem um relevo ondulado, com áreas muito declivosas a sudeste, perto da Serra de Aire, áreas menos declivas e planálticas próximo de Fátima e áreas mais planas e férteis nas margens de algumas das ribeiras principais do maciço calcário de Porto de Mós, como a de Seiça. A altitude média situa-se entre os 200 e 300 m.

Na parte sul/sudeste, o concelho de Ourém faz parte do Maciço Calcário Estremenho, constituído pelas Serras de: Aire, Candeeiros e Montejunto, caracterizado pelos fenómenos de carsificação subterrânea que originam grutas e outras formas, como dolinas, algares, cornijas, poldjes e vales cegos.

As regiões calcárias possuem uma morfologia típica inconfundível, a morfologia cársica, que deriva simultaneamente do alto poder de dissolução destas rochas e da sua densa rede de diaclasamento, facilitando a penetração das águas de escorrência a grande profundidade. A rede hidrográfica reaparece à superfície em exsurgências como as nascentes do Almonda e do Alviela, no sopé da Serra de Aire.

Também típico da paisagem cársica são os inúmeros muros de pedra solta a limitar campos e caminhos, resultado das acções de despedrar o solo ao longo dos tempos.

A diferença de altitudes em todo o concelho é apreciável, variando do ponto mais baixo, na foz da ribeira de Seiça com o rio Nabão, aqui designado por ribeira da Sabacheira - a cerca de 90 m de altitude, outros troços da ribeira de Caxarias e no próprio rio Nabão, até à cumeada da Serra de Aire, a quase 700 m de altura.

No que diz respeito ao relevo e ao clima, o concelho pode dividir-se em duas grandes regiões climáticas, relacionadas com o tipo de orografia que apresenta:

- Região 1 - a parte norte e central do concelho, abrangendo a maioria da sua área, com altitudes inferiores a 300 m e relevos suaves, regista uma temperatura média mensal anual de 14,5º C e oscilação térmica de 24,2º C, ou seja, maiores amplitudes térmicas (diferença da temperatura média máxima do mês mais quente, com a temperatura mínima do mês mais frio) que a Região 2 e precipitações médias anuais inferiores às da Região 2, que são todavia superiores a 1.000 mm anuais;
- Região 2 - a parte sul e sudoeste do concelho (freguesia de Fátima e área a sul da Cidade de Ourém) com um relevo mais acidentado, declives maiores e altitudes quase sempre superiores a 300 m. Regista uma temperatura média mensal anual de 14,2º C, com menores amplitudes térmicas que a Região 1, pois apresenta uma oscilação térmica de 18,7º C, mas níveis de pluviosidade que ultrapassam os 1.200 mm de precipitação média anual.

Segundo a classificação de Koppen, todo o concelho apresenta um clima mesotérmico húmido e um clima subtropical com verão seco, com escassez de água no período estival. O norte e centro do concelho é mais húmido que o sul, enquanto o sul é mais quente que o norte e centro.

Especialmente no sul e sudoeste do concelho, o "déficit" de água no solo não se verifica só no Verão porque, apesar da precipitação elevada, a água "perde-se" nas fissuras dos terrenos cársicos, infiltrando-se rapidamente. Esta é uma das razões para um cuidado especial no tratamento das águas residuais, de forma a evitar contaminações das águas subterrâneas (lençóis freáticos).

Os ventos mais frequentes no concelho são dos quadrante norte, noroeste e sudoeste, de Junho a Setembro, com velocidades entre 8 e 16 km/hora. Os ventos menos frequentes, são dos quadrantes sul e sudeste, sendo considerados perigosos para a propagação de incêndios, embora muito pouco frequentes no concelho, enquanto os de leste, considerados de perigosidade intermédia, têm frequência significativa no Verão, em especial no norte e centro do concelho. De forma geral, os ventos não apresentam velocidades elevadas, não sendo superiores, em velocidade média mensal, a 18 km/hora.

Em termos geomorfológicos, o concelho de Ourém constitui numa enorme bacia de abatimento do Maciço Calcário Estremenho. Parte deste Maciço situa-se a sul e sudeste do concelho, onde aparecem as cotas mais elevadas e são do período jurássico. Enquanto o resto do concelho apresenta cotas mais baixas e corresponde à bacia de abatimento propriamente dita. A bacia é ocupada por depósitos marinhos mais recentes do período cretácico.

A geomorfologia do concelho e o tipo de processos de erosão existentes traduzem-se numa litologia diversificada, admitindo-se 3 zonas mais ou menos homogéneas no concelho:

- 1) zona norte do concelho - engloba as freguesias quase completas de Casal dos Bernardos, Ribeira do Fárrio, Freixaíanda, Caxarias e Rio de Couros e a parte nascente das freguesias de Espite, Urqueira, Matas e Cercal, zona do período cretácico, onde predominam areias e alguns aluviões recentes no fundo de vales estreitos, que resultaram da erosão dos calcários margosos;

- 2) zona central do concelho - engloba as freguesias do Olival, Seiça, Gondemaria e N^a. S^a. da Piedade (Ourém), a parte norte das freguesias de Alburitel, N^a. S^a. das Misericórdias (Ourém/Castelo) e Atouguia, a parte poente das freguesias de Espite, Urqueira, Matas e Cercal e a parte sul das freguesias de Casal dos Bernardos, Ribeira do Fárrio, Freixianda, Caxarias e Rio de Couros, zona do período cretácico, onde predominam os calcários margosos nas cotas mais altas e as areias, argilas e aluviões recentes no fundo dos vales, nas cotas mais baixas. Em algumas encostas, e por cima de calcários margosos, podem ainda existir depósitos de areias ainda não destruídos pela erosão;
- 3) zona sul e limite nascente do concelho - engloba as freguesias de Fátima e Formigais e a parte nascente das freguesias de Alburitel, N^a. S^a. das Misericórdias (Ourém/Castelo) e Atouguia, zona do período jurássico, onde predominam os calcários duros;

Como consequência desta formação litológica aparecem também 3 manchas de solos, dispostas no sentido norte-sul:

- 1) zona norte do concelho - solos litólicos não húmicos nas zonas de areia e solos de aluvião ligeiro nas manchas de aluvião;
- 2) zona central do concelho - solos calcários nas zonas de calcários margosos, solos litólicos não húmicos nas areias e solos de aluvião ligeiros nas manchas de aluvião;
- 3) zona sul e limite nascente do concelho - solos vermelhos mediterrâneos de materiais calcários, de uma forma geral em fase delgada e elevada pedregosidade;

No que diz respeito às características dos solos, nomeadamente quanto ao seu grau de PH, pode dizer-se que: na parte norte do concelho os solos são ácidos, na parte central existem simultaneamente solos alcalinos e solos ácidos e, no sul, os solos são pouco alcalinos.

Dados importantes destas características são por exemplo, o facto das espécies florestais apresentarem taxas de crescimento positivo nos solos Litólicos não Húmicos.

A rede hidrográfica (Figura nº 7) do concelho está quase totalmente incluída na bacia hidrográfica do Tejo, à excepção da faixa poente das freguesias de Espite, Urqueira, Matas e Cercal.

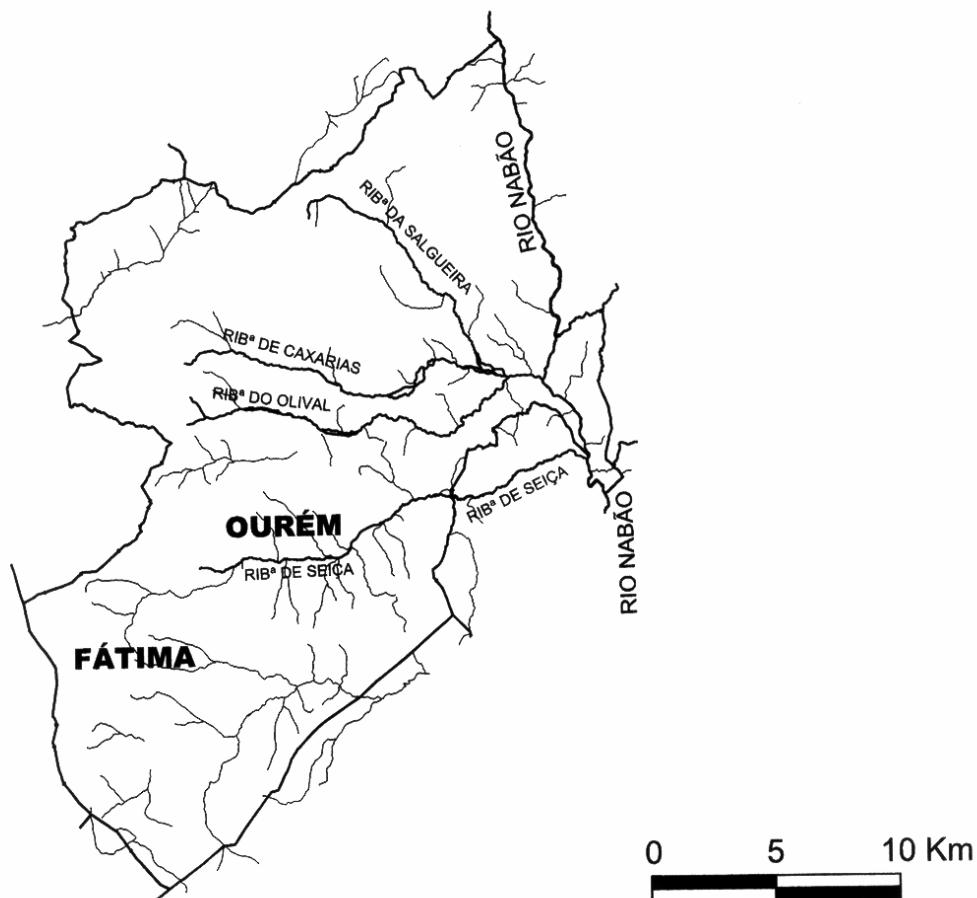


FIGURA N° 7 – REDE HIDROGRÁFICA PRINCIPAL DO CONCELHO DE OURÉM

As quatro ribeiras principais do concelho, que alimentam o rio Nabão, limite nor/nordeste do concelho são as seguintes:

- Ribeira de Seiça;
- Ribeira de Caxarias;
- Ribeira da Salgueira (que desagua na ribeira de Caxarias);
- Ribeira do Olival.

O rio Nabão que, na parte norte do concelho, estabelece a fronteira com o concelho de Alvaiázere, mostrando neste troço uma orientação norte/sul, atravessa a freguesia e o aglomerado de Formigais, local onde também vêm confluir a ribeira do Olival, vinda de sul, e a ribeira de Caxarias, vinda de poente. No seu percurso pelo concelho, o rio Nabão passa de vales amplos, na Frexianda, para vales cada vez mais estreitos, à medida que corre para sul. No Agroal (limite sul/nascente), a rede hidrográfica subterrânea aparece à superfície, formando uma piscina natural de água límpida cujas águas se juntam depois ao rio Nabão, que aqui sai do concelho em direcção a Tomar.

A ribeira de Seiça atravessa e "divide" a cidade de Ourém, com o Castelo de Ourém a sul e a nova Cidade de Ourém a norte. A topografia da margem norte permitiu um maior desenvolvimento da cidade e de várias povoações que se localizam nas suas margens, nomeadamente Seiça. No concelho, a ribeira de Seiça surge após a povoação da Melroeira e no seu trajecto vai passando por: Beltroa, Corredoura, Hortas, Ourém, Pêras Ruivas, Olaia, Coroados, Valada, Seiça, Outeiro e Carvalhal. De salientar que antes de sair do concelho a ribeira muda de denominação, ficando a chamar-se ribeira da Sabacheira, ribeira esta que depois conflui com o rio Nabão.

A ribeira de Caxarias, que corre com orientação poente/nascente, tem um percurso cheio de meandros, aparecendo inicialmente com a designação de ribeira da Urqueira, seguindo-se a denominação de ribeira de Pisões, após a povoação de Pontes. Neste troço inicial vai atravessando ou bordejando os seguintes aglomerados: Caxarias, Vendas, Pontes e Pisões. Após Pisões passa a designar-se Ribeira de Caxarias e continua a atravessar as povoações: Águas Formosas, Rio de Couros (local onde a Ribeira da Salgueira desagua na ribeira de Caxarias), Sandoeira, Castelejo e Soalheira, até Formigais onde conflui com o rio Nabão.

A ribeira da Salgueira nasce na Salgueira de Cima, próximo do limite norte do concelho, e tem uma orientação noroeste/sudeste, desaguando na ribeira de Caxarias, próximo de Rio de Couros. No seu percurso atravessa sucessivamente as povoações: Salgueira do Meio e de Baixo, Casal dos Moleiros, Casal dos Bernardos, Casal Domingos João, Rio de Couros e Casal de Baixo.

A ribeira do Olival nasce nas proximidades dos aglomerados do Olival e Moçomodia, com orientação poente/nascente no troço inicial e sudoeste/nordeste no troço final. Tem várias denominações ao longo do seu percurso, como por exemplo, ribeira da Abadia e ribeira da Sorieira, encontrando-se, entre as povoações de Castelejo e Marta, com a ribeira de Caxarias donde depois de troço comum conflui com o rio Nabão. As povoações que atravessa na parte final são: Lameirinha, Barreira e Marta.

Das linhas de água que não pertencem à bacia hidrográfica do Tejo , no canto nor/noroeste do concelho são de destacar o ribeiro de Espite, que passa nas freguesias de Espite e Matas e a ribeira dos Mosqueiros que nasce na povoação da Barrocária e atravessa o aglomerado do Cercal.

Em termos de circulação hídrica há 2 zonas distintas no concelho de Ourém:

- a) o norte e centro, com vales bem definidos e inúmeras linhas de água correndo para nascente;
- b) o sul do concelho caracterizado por várias depressões (dolinas ou covas como são mais conhecidas, que tantas vezes aparecem na toponímia dos lugares) resultado da sua natureza geolitológica, fazendo com que a circulação de água se faça a nível subterrâneo. Nesta parte do concelho as águas pluviais escoam-se rapidamente, de tal modo que durante o período de Verão não há fontes nem cursos de água à superfície.

Relativamente a pontos dominantes, que se alternam um pouco por todo o concelho, caracterizado pelo seu relevo ondulado, são de referir alguns, cuja localização e denominação corresponde à dos marcos geodésicos (devidamente assinalados na Planta de Condicionantes), que não coincide na maior parte dos casos com a localização das povoações com os mesmos nomes:

- na metade norte do concelho - próximo de Gondemaria, limite poente do concelho há o marco geodésico do Homem Morto a 359 m de altitude; entre as povoações do Cercal e Olival, localiza-se o da Barrocária a 305 m; um pouco mais a norte o da Aldeia Nova a 287 m e o de Óbidos a 371 m; mais a norte ainda, próximo da povoação do Resouro situa-se o marco do Baldio a 330 m de altitude; o marco da Lomba Gorda a 310 m entre os aglomerados da Salgueira do Meio e de Baixo; e o do Fárrio a 329 m de altitude, próximo do limite nor/nordeste do concelho;

- na metade sul do concelho - o local mais elevado é o marco geodésico de Aire a 678 m, na ponta sul do concelho, seguindo-se em altura o da Goucha Larga a 547 m; o da Lagoa situa-se a 360 m, no limite sul (sudoeste), próximo da povoação do Bairro; o das Cabeças Ladras a 459 m no limite sul (sudoeste); o da Giesteira a 471 m; o de Farto a 345 m, próximo da povoação da Maxieira; o de Fátima situa-se a 380 m, a Basílica na Cova da Iria a 359 m, o monte dos Valinhos a 396 m e o marco geodésico da Fazarga a 409 m de altitude;

Ainda nesta metade sul, o Castelo de Ourém está construído numa colina, a 330 m de altitude, enquanto, a fazer a transição para a metade norte do concelho, na outra margem da ribeira de Seiça, se estende a cidade de Ourém, numa zona mais plana e fértil, entre os 140 e 180 m de altitude.

As paisagens variadas que se desfrutam em todo o concelho e a sua diversidade e singularidade tornam-no um destino procurado.

O vale onde se situa Seiça, Alcaidaria, Olaia e Sorieira mostra várias quintas nobres, cujo aproveitamento para fins turísticos (Turismo de habitação, ou Agro-Turismo) poderia ser uma vertente a desenvolver.

No vale da ribeira de Gondemaria, as encostas revestidas de vinhas permitem a produção de um dos melhores vinhos da região, enquanto os vales da Ribeira do Fárrio e da ribeira da Salgueira têm encostas com pinhal e milheirais com hortas ribeirinhas.

Na freguesia da Frexianda, limitada a nascente pelo rio Nabão, e na de Formigais, atravessada pelo mesmo rio, os contrastes são evidentes, entre as áreas de floresta e as de agricultura, sendo ambas as freguesias importantes produtoras de azeite.

O rio Nabão escava abruptas escarpas no calcário até chegar ao sítio do Agroal, local de grande interesse ecológico e paisagístico, no limite este/sudeste do concelho, próximo da povoação Palmaria. No Agroal a água brota formando uma lagoa no leito do rio, água termal com propriedades terapêuticas.

Apesar de se localizar somente na ponta sul do concelho de Ourém não pode deixar de se referir o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC) com uma paisagem agreste numa região calcária e uma fauna característica.

Também, em termos de património natural, foi recentemente divulgada a descoberta de Pegadas de Dinossáurios (Pedreira do Galinha), a cerca de 10 km de Fátima, numa jazida do Jurássico médio, com pelo menos 175 milhões de anos, junto ao aglomerado do Bairro.

Uso e ocupação actual do solo

Uma fonte importante para a caracterização do uso e ocupação actual do solo em todo o concelho é o "Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua Prevenção no Concelho de Ourém", elaborado em 1997 pela GEOTERRA, no qual é feito um levantamento rigoroso e actualizado da ocupação do solo a nível concelhio. Este estudo tem uma finalidade muito específica pelo que, na elaboração da proposta de ordenamento é necessário recorrer, cumulativamente a outros critérios de análise proposta, designadamente os relativos ao povoamento e à política de desenvolvimento do concelho.

Desse estudo foi possível tirar várias conclusões:

- Foram considerados seis grupos diferentes de ocupação do solo:
 - agrícola (arbórea e rasteira);
 - florestal (arbórea e rasteira);
 - vegetação espontânea (caso da vegetação herbácea, mato e vegetação ribeirinha);

- áreas naturais sem vegetação (ex.: afloramentos rochosos e queimadas);
 - águas (cursos de água e charcos);
 - ocupação humana (que inclui a área industrial, auto-estrada, área social - os aglomerados urbanos, jardins, lixeiras, pedreira e saibreira).
- Com base nos seis grupos definidos e com valores aproximados para identificar as ordens de grandeza, considera-se que no concelho de Ourém a ocupação do solo em 1996 é a seguinte (Quadro nº 2 e Figura nº 8):

QUADRO Nº 2 – OCUPAÇÃO DO SOLO NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1996

OCUPAÇÃO DO SOLO	(HA)	%
Agrícola	8.400	20
Florestal	20.400	49
Vegetação espontânea	7.500	18
Áreas naturais sem vegetação	1.200	3
Águas	50	0
Ocupação humana	4.100	10
TOTAL	41.650	100

Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997.

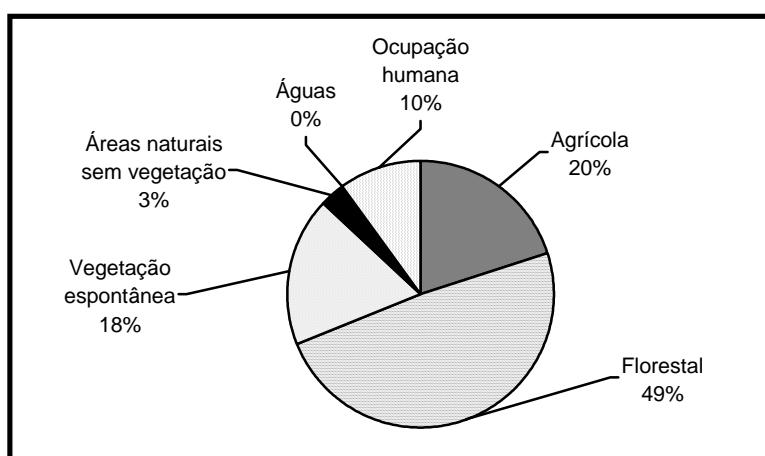


FIGURA Nº 8 – OCUPAÇÃO DO SOLO NO CONCELHO DE OURÉM

Conclui-se rapidamente que o concelho de Ourém tem grandes manchas florestais, que ocupam quase 50% do solo, enquanto o uso agrícola representa 20%.

A ocupação humana, que representa 10%, é em grande parte devido aos núcleos de Ourém e Fátima.

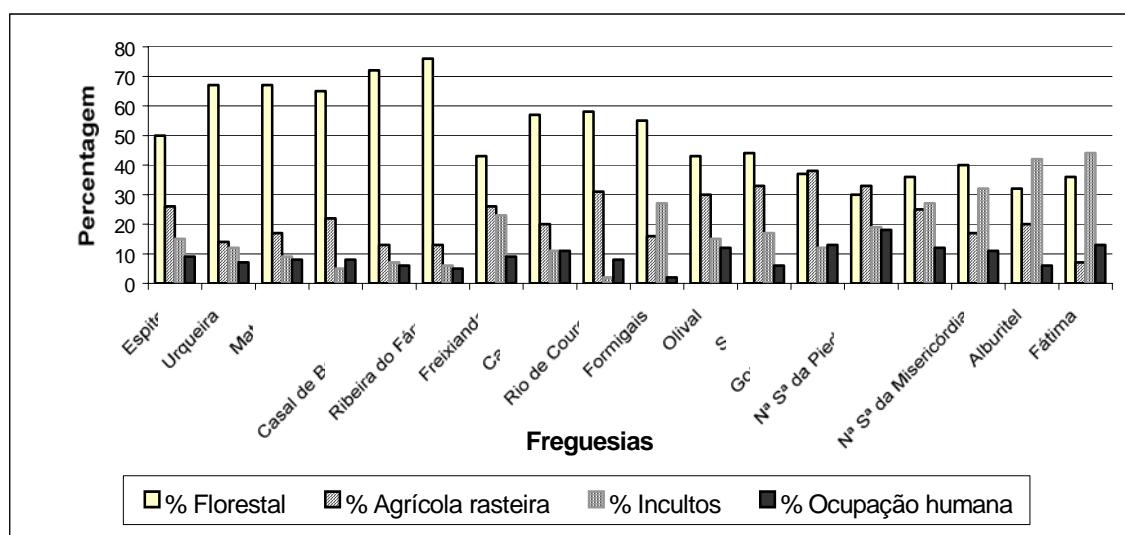
- Dentro do grupo florestal, a nível do concelho, no que diz respeito a espécies, o pinheiro bravo é a espécie predominante com cerca de 29% (≈ 12.000 ha), seguindo-se o eucalipto com 11% (≈ 4.400 ha), a azinheira com 4% (≈ 1.700 ha) e o carvalho cerquinho, cuja ocupação não chega a 1% (cerca de 330 ha);
- Relativamente às áreas agrícolas, a nível concelhio, são dominados pelo olival, com um peso relativo de 15% (mais de 6.000 ha), apesar de em muitos casos estar abandonado e por isso se contabilizar como vegetação natural rasteira (ervas e mato), seguindo-se a vinha com uma percentagem de ocupação de 8%, mais de 3.300 ha e os hortícolas com 5%, que corresponde a uma área de mais de 2.000 ha;
- Estudando cada freguesia isoladamente e definindo somente os quatro principais grupos de ocupação do solo: florestal, agrícola, ocupação humana e incultos, classificação, onde os incultos são a área que sobra da área total retirados os três primeiros grupos, foi possível obter o seguinte quadro (Quadro nº 3 e Figura nº 9):

QUADRO N° 3 - OCUPAÇÃO DO SOLO, POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM

FREGUESIAS	% FLORESTAL	% AGRÍCOLA	% INCULTOS	% OCUPAÇÃO HUMANA
Espite	50	26	15	9
Urqueira	67	14	12	7
Matas	67	17	9	8
Cercal	65	22	5	8
Casal de Bernardos	72	13	7	6
Ribeira do Fárrio	76	13	6	5
Freixianda	43	26	23	9
Caxarias	57	20	11	11
Rio de Couros	58	31	2	8
Formigais	55	16	27	2
Olival	43	30	15	12
Seiça	44	33	17	6
Gondemaria	37	38	12	13
N ^a S ^a da Piedade	30	33	19	18
Atoouguia	36	25	27	12
N ^a S ^a das Misericórdias	40	17	32	11
Alburitel	32	20	42	6
Fátima	36	7	44	13
TOTAL	48	20	22	10

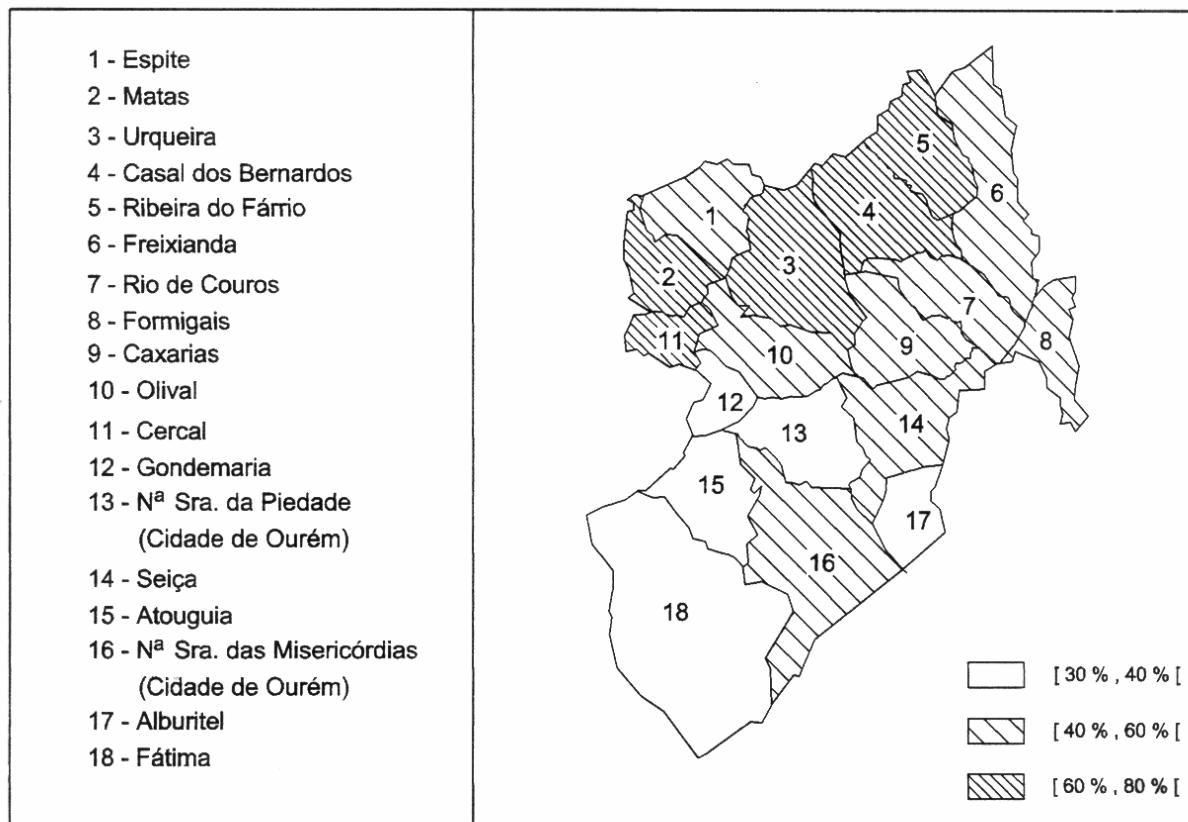
Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997.

FIGURA N° 9 - OCUPAÇÃO DO SOLO, POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM



Como já se tinha referido o uso florestal é o que tem maior representatividade no concelho, com quase 50%, apresentando valores por freguesia desde 30%, caso da N^a S^a da Piedade (cidade de Ourém), até 76%, caso da freguesia de Ribeira do Fárrio (Quadro nº 3).

Espacialmente (Figura nº 10) as grandes manchas florestais do concelho aparecem no norte e centro e numa faixa nascente que engloba Seiça e a freguesia de N^a. S^a. das Misericórdias (Ourém/Castelo). As freguesias onde o uso florestal é predominante são Matas e Cercal (noroeste) e Urqueira, Casal dos Bernardos e Ribeira do Fárrio (norte). As freguesias de Fátima e Atouguia com valores mais baixos de área florestal são consequência das características litológicas e dos afloramentos rochosos de calcário.

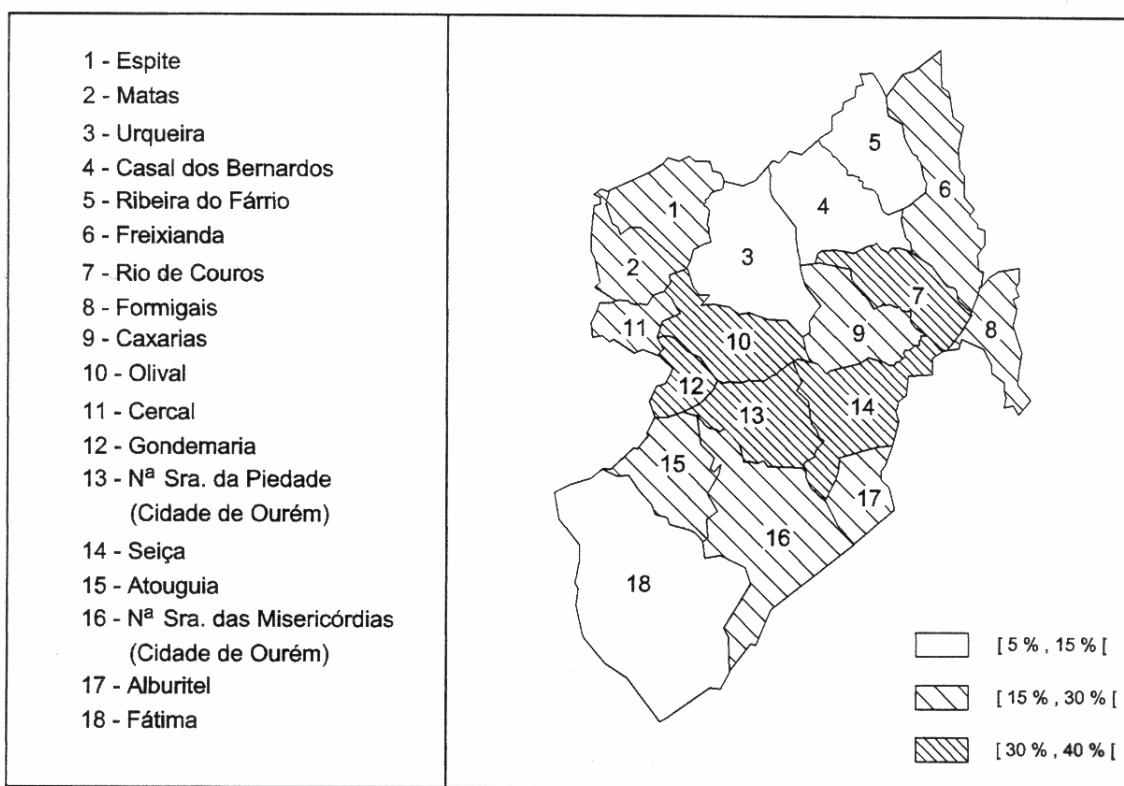


Fonte: Estudo das causas dos incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém, Geoterra / CMO, 1997

FIGURA N^º 10 – PERCENTAGEM DA ÁREA FLORESTAL POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1997

Quanto à ocupação agrícola rasteira (Quadro nº 3), cuja percentagem a nível concelhio é de 20%, a nível de freguesia tem percentagens que variam entre os 7% (Fátima) e os 38% (Gondemaria).

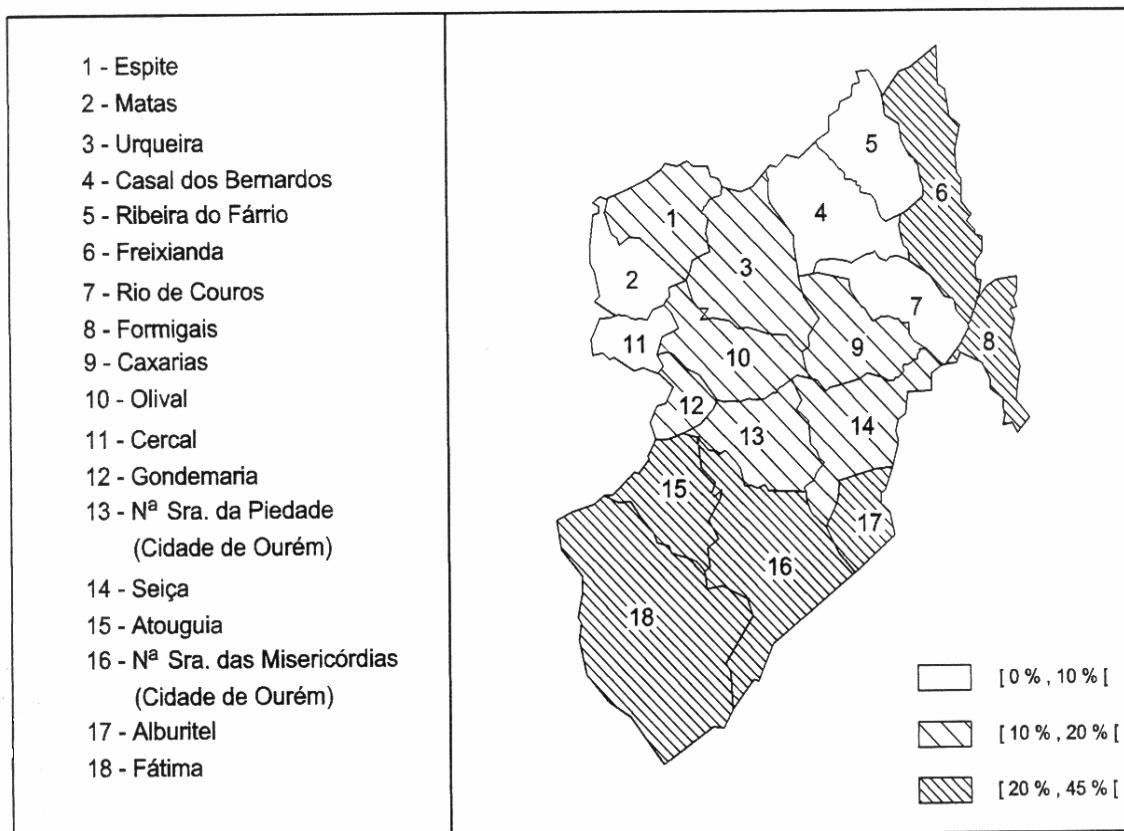
Como se observa na Figura nº 11, a distribuição espacial da percentagem de área agrícola por freguesia evidencia que este uso tem maior peso na faixa central do concelho e nas faixas junto aos seus limites, à excepção do sudoeste. As freguesias onde a agricultura é mais importante são: Gondemaria, Olival, N^a. S^a da Piedade (Ourém), Seiça e Rio de Couros, atravessadas em parte pelas principais ribeiras do concelho, nomeadamente pela ribeira de Seiça, A freguesia de Fátima continua a ter uma área agrícola baixa, consequência da alta pedregosidade dos solos, da litologia calcária e da morfologia, com declives acentuados nalguns locais e depressões ou covas noutras.



Fonte: Estudo das causas dos incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém, Geoterra / CMO, 1997

FIGURA Nº 11 – PERCENTAGEM DA ÁREA AGRÍCOLA RASTEIRA POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1997

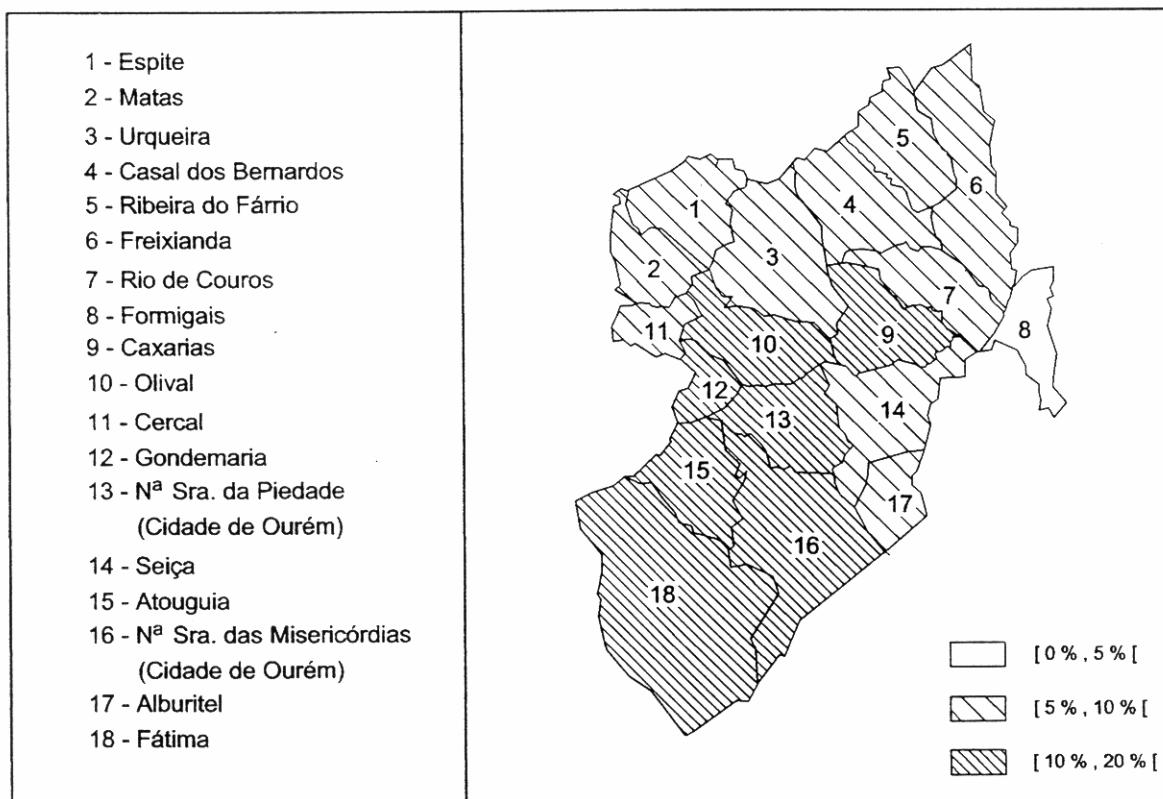
A distribuição da percentagem de área de incultos, que a nível do concelho tem um peso relativo de 22%, por freguesia, tem valores que variam entre 2% (Rio de Couros) e 44% (Fátima). A sua representação espacial (Figura nº 12) mostra uma clara diferença das duas metades do concelho, a metade sul onde a área de incultos é significativa (Fátima, Atouguia, Nª Sª das Misericórdias (Ourém/Castelo e Alburitel) e a metade norte onde a área de incultos é menor, à excepção da faixa nordeste constituída pelas freguesias de Frexianda e Formigais. As freguesias com menor área de incultos: Matas, Cercal, Casal dos Bernardos, Ribeira do Fárrio e Rio de Couros são as que apresentam maior ocupação agrícola ou florestal.



Fonte: Estudo das causas dos incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém, Geoterra / CMO, 1997

FIGURA Nº 12 – PERCENTAGEM DA ÁREA DE INCULTOS POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1997

A percentagem de ocupação humana, a nível do concelho, tem um peso de 10%, enquanto por freguesia tem valores que variam entre 2% (Formigais) e 18% (N^a S^a da Piedade - Ourém). A representação espacial desta variável também mostra uma diferenciação entre o norte e o sul do concelho (Figura nº 13). A metade sul é a que apresenta maiores percentagens de ocupação humana, a freguesia de Fátima, as duas freguesias da cidade de Ourém (N^a S^a da Piedade e N^a S^a das Misericórdias) e Atouguia e uma faixa central com as freguesias de Gondemaria, Olival e Caxarias. Nesta última freguesia, a passagem da linha do caminho de ferro (linha do norte) e a localização da estação ferroviária de Caxarias explicam, em parte, uma ocupação humana maior.



Fonte: Estudo das causas dos incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém, Geoterra / CMO, 1997

FIGURA Nº 13 – PERCENTAGEM DA ÁREA DE OCUPAÇÃO HUMANA POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1997

- Nas áreas ocupadas por floresta, onde a árvore que predomina é o Pinheiro, seguindo-se o Eucalipto e depois a Azinheira, a sua distribuição por freguesia permite identificar os locais onde se localizam e a importância relativa que têm em cada uma delas (Quadro nº 4 e Figura nº 14).

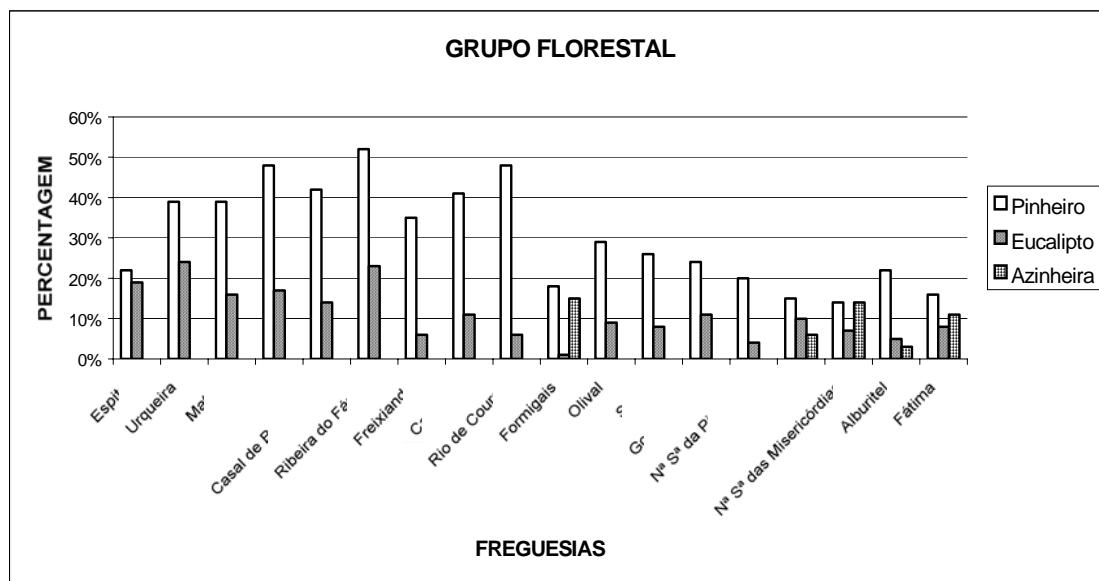
QUADRO N° 4 - OCUPAÇÃO AGRÍCOLA E FLORESTAL POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM

FREGUESIAS	GRUPO AGRÍCOLA						GRUPO FLORESTAL					
	Olival (ha)	% (*)	Vinha (ha)	% (*)	Hortícolas (ha)	% (*)	Pinheiro (ha)	% (*)	Eucalipto (ha)	% (*)	Azinheira (ha)	% (*)
Espite	147	8%	389	21%	97	5%	417	22%	363	19%	---	
Urqueira	130	4%	92	3%	147	5%	1.247	39%	761	24%	---	
Matas	95	7%	121	8%	111	8%	551	39%	219	16%	---	
Cercal	40	5%	93	11%	90	11%	395	48%	133	17%	---	
Casal de Bernardos	56	2%	103	4%	125	5%	1.050	42%	334	14%	---	
Ribeira do Fárrio	69	4%	27	1%	90	5%	1.001	52%	436	23%	---	
Freixianda	477	15%	331	10%	93	3%	1.086	35%	171	6%	---	
Caxarias	169	8%	110	5%	46	2%	831	41%	218	11%	---	
Rio de Couros	84	5%	220	12%	77	4%	866	48%	119	6%	---	
Formigais	198	16%	56	5%	47	4%	214	18%	15	1%	184	15%
Olival	387	18%	255	12%	152	7%	629	29%	197	9%	---	
Seiça	467	18%	261	10%	116	5%	676	26%	200	8%	---	
Gondemaria	100	13%	227	30%	29	4%	188	24%	84	11%	---	
Nª Sª da Piedade	492	24%	253	13%	207	10%	401	20%	89	4%	---	
Atouguia	554	29%	191	10%	114	6%	300	15%	207	10%	114	6%
Nª Sª das Misericórdias	1.336	32%	381	9%	208	5%	618	14%	288	7%	583	14%
Alburitel	506	46%	172	16%	12	1%	236	22%	56	5%	35	3%
Fátima	843	12%	35	0%	344	5%	1.178	16%	520	8%	775	11%
TOTAIS	6.150		3.317		2.105		11.884		4.410		1.691	

(*) Percentagem da área ocupada por cada tipo de cultura em cada freguesia

Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997.

FIGURA N^º 14 - OCUPAÇÃO FLORESTAL DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM



Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997.

As percentagens de ocupação do solo pelo Pinheiro, que no concelho ocupam cerca de 11.900 ha e englobam o: Pinheiro Bravo (novedio, jovem e adulto) e o Pinheiro Manso variam, por freguesia, entre 14% (678 ha) na (N^a S^a da Misericórdia - Ourém) e 52% (Ribeira do Fárrio) traduzindo-se espacialmente (Figura n^º 15) num predomínio do pinheiro na metade norte do concelho, sempre com ocupações de mais de 35% do solo.

O eucalipto tem percentagens de ocupação, por freguesia, que variam entre os 4% (N^a S^a da Piedade - Ourém) e 24% (Urqueira), que se traduzem espacialmente (Figura n^º 15) numa maior ocupação do norte e centro do concelho.

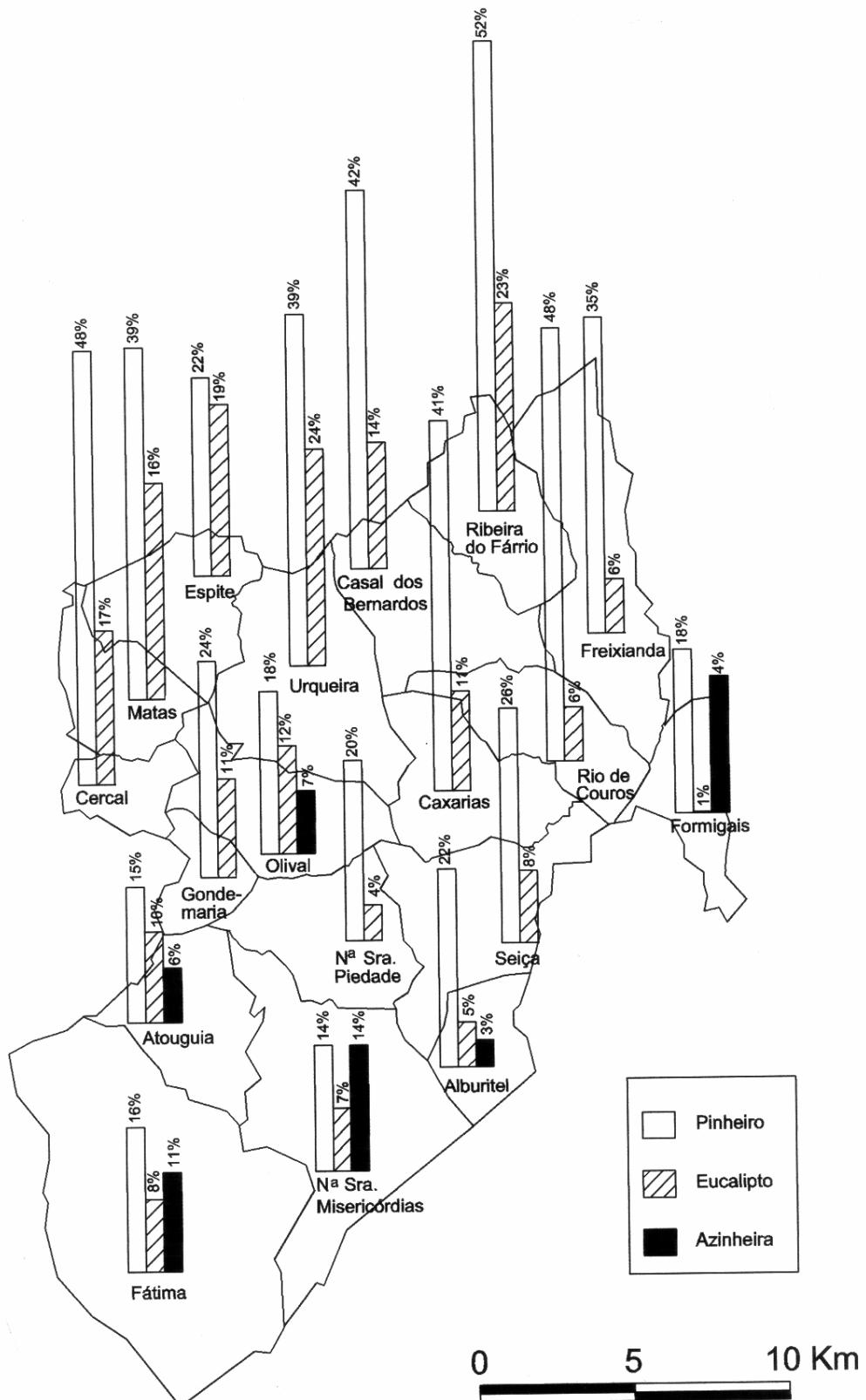
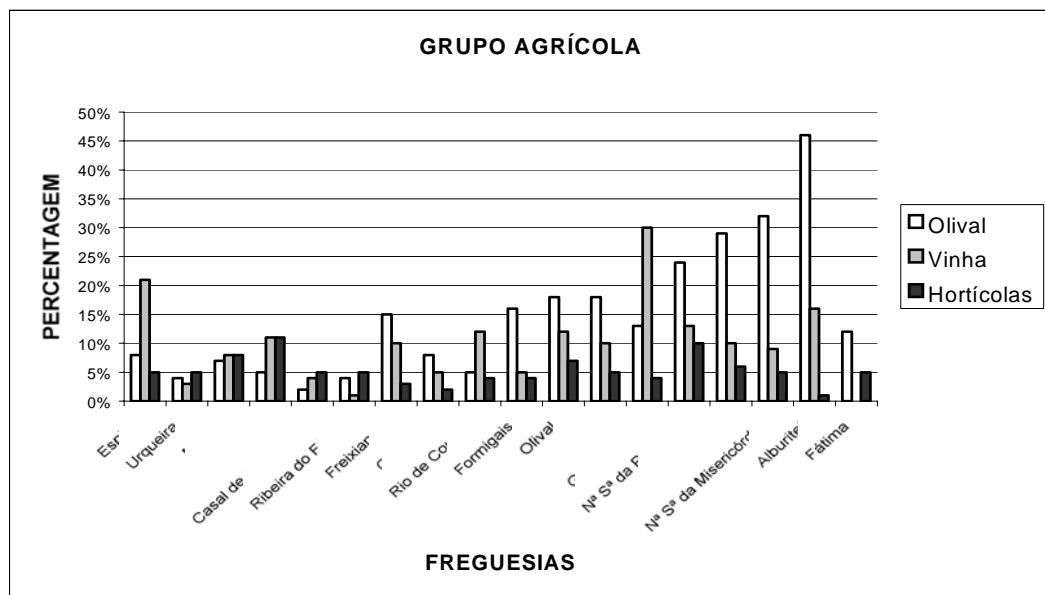


FIGURA Nº 15 – GRUPO FLORESTAL (repartição pelas espécies predominantes)

A azinheira tem percentagens de ocupação do solo, por freguesia, que variam entre os 0% (há muitas freguesias onde praticamente não existem azinheiras) e os 15% (Formigais). Há azinheiras em 5 freguesias: Formigais, Atouguia, N^a S^a das Misericórdias (Ourém/Castelo), Alburitel e Fátima, representando espacialmente (Figura nº 15) uma ocupação do sul, sudeste e ponta nascente do concelho.

- Quanto às produções agrícolas (Quadro nº 4 e Figura nº 16) as que têm maior importância são o olival, a vinha e os hortícolas.

FIGURA Nº 16 - OCUPAÇÃO AGRÍCOLA DAS CULTURAS DOMINANTES POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM



Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997.

O olival, que em muitos áreas está abandonado, tem por, por freguesia, percentagens de ocupação que variam entre os 2% (Casal dos Bernardos) e os 46% (Alburtel). Espacialmente (Figura nº 17) as áreas de olival são dominantes na metade sul do concelho apesar de, como foi referido anteriormente, estar abandonado em muitos casos.

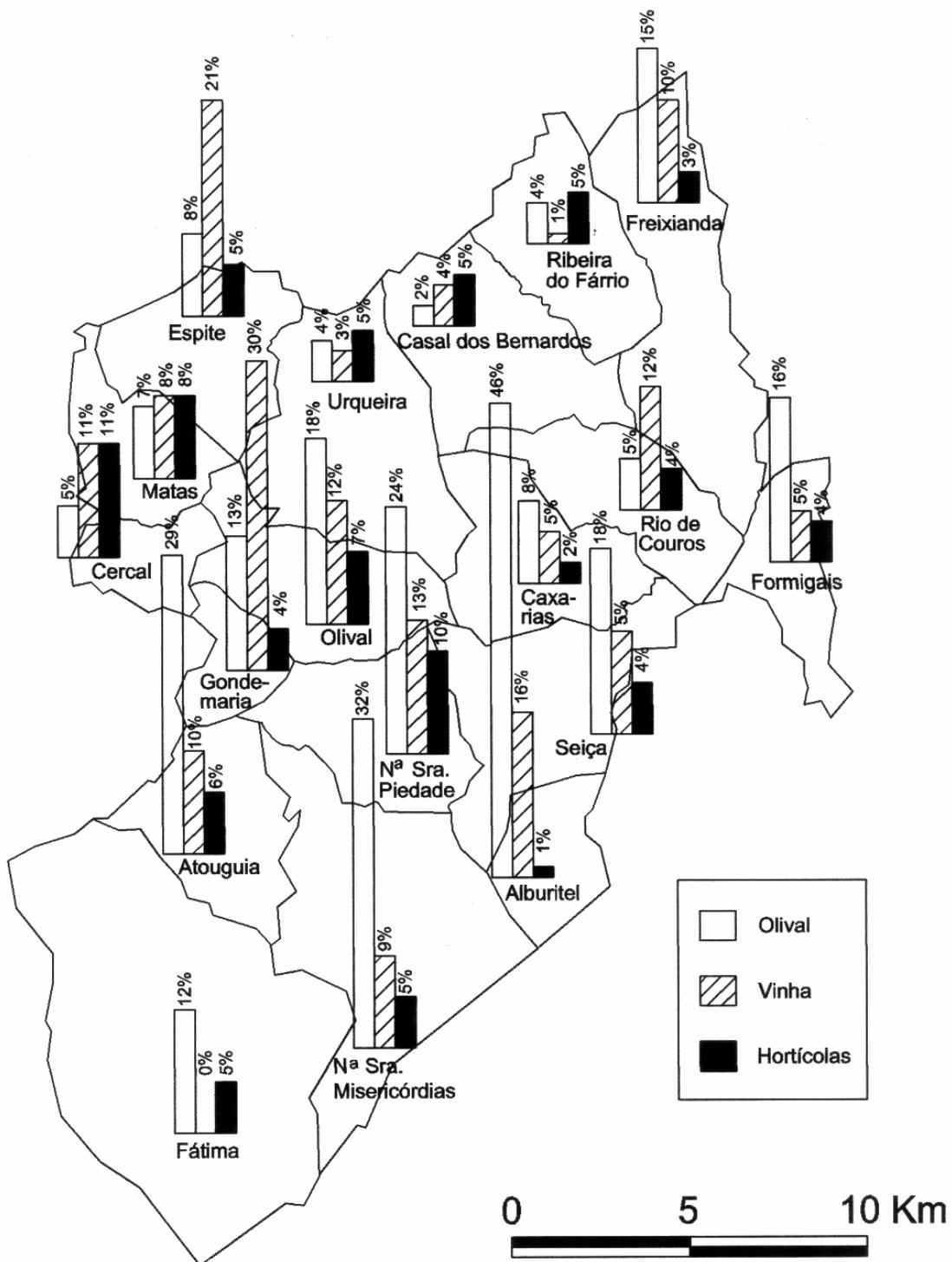


FIGURA Nº 17 – GRUPO AGRÍCOLA (culturas dominantes) NO CONCELHO DE OURÉM

A vinha tem percentagens de ocupação, por freguesia, que variam entre os 0% (Fátima) e os 30% (Gondemaria). Em termos espaciais (Figura nº 17), há uma maior concentração da vinha na faixa central e a norte do concelho, sobressaindo aí a freguesia de Espite.

As culturas hortícolas têm, por freguesia, percentagens de ocupação que variam entre 1% (Alburitel) e 11% (Cercal). Espacialmente, há uma maior ocupação do solo por hortícolas (Figura nº 17), na parte central e noroeste do concelho.

Ainda com base nos Estudos Sectoriais efectuados no âmbito do trabalho “Estudos das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém” foi apresentado um quadro com a evolução dos valores das áreas ocupadas pelo uso Agrícola e Florestal Arbóreo de 1974 a 1995 (Quadro nº 5).

QUADRO Nº 5 – EVOLUÇÃO DE ÁREAS (AGRÍCOLA, FLORESTAL E INCULTOS), EM % DA SUPERFÍCIE TERRITORIAL, DO CONCELHO DE OURÉM

		VALORES OFICIAIS 1974 (1)	VALORES DA GEOTERRA 1995 (2)	DIFERENÇA 1974-1995
AGRÍCOLA	Olival e árvores de fruto	28,9	9,7	-19,2
	Vinha	2,9	8,0	+5,1
	Sistemas culturais arvenses	24,2	11,9	-12,3
TOTAL AGRÍCOLA		56,0	29,6	-26,4
FLORESTAL ARBÓREO	Pinhal bravo	36,6	30,6	-6,0
	Eucalipto	0,6	10,6	+10,0
	Carvalho	0,0	0,8	+0,8
	Azinheira	0,0	4,1	+4,1
	Sobreiro	0,1	0,1	0,0
	Castanheiro	0,0	0,0	0,0
	Outras	0,7	2,2	+1,5
TOTAL FLORESTAL		38,0	48,4	+10,4
INCULTOS		6,0	22,0	+16,0

NOTAS:

(1) Valores obtidos com base na Direcção Geral das Florestas (inventário florestal realizado em 1974) e na carta agrícola e florestal do CNROA.

(2) Elementos obtidos na Cartografia da Geoterra com fotografia aérea de Julho de 1995.

Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997.

Os valores apresentados mostram a evolução e as tendências de ocupação de solo no concelho nos últimos 20 anos e as conclusões mais importantes são:

- 1) Entre 1974 e 1995 a área agrícola decresceu consideravelmente, passando para cerca de metade (aproximadamente 11.000 ha), reflexo do abandono desta actividade em especial nas áreas das culturas arvenses, olival e árvores de fruto, pois a vinha, no mesmo período até registou um acréscimo da área na ordem dos 5% (\approx 2.100 ha).
- 2) Entre 1974 e 1995 a área florestal registou um acréscimo considerável, superior a 10%, ou seja cerca de 4.300 ha, devido quase exclusivamente ao aumento da área ocupada pelo eucalipto. Também registou um acréscimo a área ocupada pela azinheira e carvalho que nalguns casos se explica pelo maior rigor cartográfico do último levantamento feito, com base na fotografia aérea. A área ocupada pelo pinheiro bravo diminuiu significativamente, cerca de 6%, ou seja 2.500 ha, em parte ocupada por eucalipto, abandonada, ou para instalações de gado. É de evidenciar a expansão do eucalipto no concelho, aumentando cerca de 4.000 ha o que pode originar determinados problemas face à sua evolução previsível alterando o coberto vegetal típico e o próprio solo. Convirá ter presente esta realidade e esta tendência nas propostas do Plano, assim como a salvaguarda de outros tipos de culturas ou paisagens.
- 3) A área inculta, resultado do elevado grau de abandono da agricultura também regista um acréscimo de cerca de 11% ou seja 6.600 ha.

3.5 POVOAMENTO E PERÍMETROS URBANOS

3.5.1 Introdução

A elaboração do PDM de Ourém requer a análise e caracterização do povoamento existente. Não existe informação cartográfica actualizada (designadamente do IGOE) para o concelho de Ourém, pelo que foi indispensável recorrer a fotografia aérea e a ortofotomapas georeferenciados, em suporte digital, tão actualizados quanto possível (1995) para que, com fiabilidade e rapidez, fosse possível superar aquela limitação.

O conhecimento das características do povoamento é fundamental para justificar a elaboração de propostas de ordenamento e ocupação do solo, nomeadamente a nível do PDM (planta de ordenamento) e, para a integração da informação relativa a servidões administrativas e restrições de utilidade pública (em especial as decorrentes do regime da RAN e da REN). A RAN encontra-se já publicada, enquanto a delimitação da REN ainda se encontra em fase de elaboração.

Em virtude do pouco tempo disponível, não foi possível (o que seria desejável) comparar duas fotografias aéreas com datas diferentes, no sentido de avaliar as áreas de ocupação mais recente, identificar as dinâmicas de ocupação edificada e as tendências de crescimento urbano e de edificação fora dos perímetros urbanos.

A informação recolhida com base nos ortofotomapas foi posteriormente transposta para a cartografia digitalizada à escala 1/25.000, sendo claras as diversas tipologias das áreas edificadas e dos núcleos urbanos, sobre o suporte dos ortofotomapas.

3.5.2 Metodologia de análise - critérios de delimitação de áreas edificadas

Uma primeira amostragem da observação dos ortofotomaps permitiu concluir da inexistência de situações claramente distintas que configurassem tipologias de povoamento muito diferentes, seja na textura, localização ou dimensão, entre outros parâmetros normalmente utilizados para avaliar o povoamento.

É, contudo, evidente a identificação das áreas urbanas mais coerentes correspondendo às cidades de Ourém e Fátima ocorrendo, no restante território concelhio, áreas edificadas de dimensão e continuidade variável e, com frequência, de estrutura fragmentada a dispersa.

Face às características pouco consolidadas de povoamento (situação de ruralidade e reduzida concentração, baixas e muito baixas densidades de edificação e tipologia mais frequente de moradia unifamiliar em pequena parcela ou lote), optou-se pela delimitação das áreas edificadas que apresentassem continuidade.

O traçado da linha que define o contorno que separa a área edificada do espaço agrícola, florestal ou agro-florestal, é realizada com base num conjunto de critérios que a experiência e observação das características das áreas em análise permite aplicar.

Assim:

1. O primeiro objectivo consiste na definição do contorno dos perímetros urbanos, ainda que de muito baixa densidade, que correspondem às aglomerações de edificações de qualquer natureza, vias, terrenos com movimentação de terras e limites visíveis de parcelas.

2. Estes perímetros originam sempre áreas fechadas contínuas, ainda que possam ocorrer “vazios” ainda por edificar no seu interior. Segundo este modelo inclui-se, no entanto, dentro do perímetro, a área não edificada de cada parcela, que pode ser significativa, desde que não corresponda a baixa aluvionar ou a área com outras condicionantes naturais importantes (designadamente RAN e REN).
3. Não são definidas zonas de transição, pelo que ocorrem como resultado da aplicação deste modelo áreas edificadas delimitadas por um polígono fechado, ainda que de contorno irregular.
4. Distinguem-se as unidades de carácter industrial quando isoladas.
5. Os tipos e os critérios para a delimitação dos perímetros urbanos existentes são explicados e desenvolvidos no Capítulo 5 – Proposta de Ordenamento e de Estrutura Territorial, mas assentam essencialmente em: critérios de proximidade das construções existentes, função da sua localização no norte ou sul do concelho e função da capacidade de atracção dos aglomerados; critérios cadastrais que dependem da própria localização do aglomerado, norte ou sul (a sul do limite cársico) e proximidade a condicionantes da RAN e/ou REN; e critérios de rigor cartográfico com expressão à escala a que o PDM é apresentado (1/25.000).
6. A linha poligonal aproxima-se do limite exterior da parcela com construções, sempre que não se esteja em presença de zonas de baixa aluvionar com uso agrícola. Nestas últimas áreas, a linha acompanha o limite da implantação das construções e não limites de parcelas, excluindo as áreas não edificáveis na zona de baixa aluvionar.

7. Nas restantes áreas (olival, culturas de sequeiro e frutícolas, povoamentos mistos ou agro-florestais) a linha poligonal procura um desenvolvimento mais linear e abrangente, incluindo as áreas de parcelas sem construção, que são assim englobadas na área urbana e predominantemente edificada. Na proximidade das áreas de mata e floresta, o limite da área edificada acompanha o contorno da área florestal.
8. Ocorrem duas tipologias principais de áreas edificadas, onde os critérios acima descritos são ajustados à natureza da estrutura do povoamento:

A – Conjuntos de edificações com carácter linear acompanhando vias

Nestes conjuntos, delimitam-se formas rectangulares e com edificação mais compacta, por englobar maior número de construções, sempre com aplicação do critério de aproximação da linha poligonal ao limite das construções e não ao limite da parcela, quando em proximidade de baixa aluvionar ou área agrícola com interesse.

B – Conjuntos de edificações com carácter descontínuo sobre estrutura viária em rede

Estes conjuntos ocorrem de forma mais significativa sobre o maciço calcário, onde a natureza geológica do terreno e das áreas agrícolas configura ocupação mais compacta, dando origem a polígonos com tendência para o quadrado ou círculo e a estrutura viária em malha ou em rede reticulada.

Na maior parte dos casos, esta estrutura é incipiente e tem por base caminhos de terra batida e algumas vias pavimentadas.

9. Áreas industriais

As instalações industriais (extractivas e transformadoras) ocorrem em forma de aglomeração, frequentemente na proximidade de áreas edificadas, sendo assinaladas de forma diferenciada. As unidades ou conjuntos de unidades localizadas no interior, ou contíguas a áreas edificadas, só são assinaladas desde que a sua dimensão o justifique.

3.5.3 Características do povoamento

1. A aplicação do modelo descrito (com exclusão das áreas urbanas das cidades de Ourém e de Fátima) evidencia a existência de conjuntos de áreas edificadas ocorrendo de forma homogénea em todo o concelho, com reduzidos graus de nucleação, diferenciação e estrutura.
2. Ocorrência de áreas edificadas de baixa densidade, ocupadas maioritariamente por habitações de um a dois pisos, sob a forma de edifícios isolados, em parcelas de reduzida dimensão.

As densidades habitacionais variam entre 3 a 5 fogos/ha nos Aglomerados de Muito Baixa Densidade e entre 4 e 8 fogos/ha nos Aglomerados de Baixa Densidade atingindo pontualmente cerca de 10 fogos/ha.

3. O povoamento é fragmentado, ocorrendo de forma mais compacta na parte sul do concelho (sobre o maciço calcário) e de forma mais fraccionada, descontínua e linear na parte norte do concelho, acompanhando os vales agrícolas nas suas faixas marginais.

A habitação isolada ocorre com maior incidência na parte norte do concelho, acompanhando as áreas agrícolas e os pequenos vales das linhas de água de primeira ordem.

4. A ocupação industrial assume geralmente a forma de conjuntos industriais, fora das áreas habitacionais, e unidades isoladas, no interior de áreas habitacionais.

5. A nucleação das áreas edificadas é, com frequência, inexistente, sobretudo no norte do concelho, com excepção de algumas sedes de freguesia onde existem alguns serviços, comércio e equipamentos, ainda que pouco desenvolvidos. O carácter rural das áreas edificadas é dominante, embora grande parte destas áreas já esteja parcialmente infraestruturada ou esteja prevista a sua infraestruturação.

3.6 DEMOGRAFIA E HABITAÇÃO

Em termos regionais o concelho de Ourém pertence à sub-região do Médio Tejo (NUT III), constituída por 11 concelhos, e à região de Lisboa e Vale do Tejo (NUT II) constituída por cinco sub-regiões.

Para um melhor enquadramento começaremos por apresentar os valores de alguns indicadores (Quadro nº 6) que evidenciam as características do Médio Tejo em relação à Região de Lisboa e Vale do Tejo.

QUADRO N^º 6 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO E SUB-REGIÃO DO MÉDIO TEJO DE 1981 A 1991

INDICADORES	REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO		MÉDIO TEJO	
	1981	1991	1981	1991
• Taxa bruta de natalidade (%)		1,16 (a)	1,36	0,98
• Taxa bruta de mortalidade (%)		1,04 (a)	1,16	1,23
• Taxa líquida de reprodução	0,93	0,71	0,98	0,70
• Taxa de crescimento natural (%)		1,32		-0,02
• Taxa de crescimento migratório (%)		-0,08		-3,02
• Índice de envelhecimento	0,334	0,489	0,478	0,702

(a) Valores para o Continente e não só a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Fonte: Atlas Demográfico do Continente, DGOTDU, 1996.

As conclusões mais importantes são: a taxa bruta de natalidade no Médio Tejo é inferior à do Continente e a taxa de mortalidade é superior. Não admira, assim, o envelhecimento da população do Médio Tejo, que é muito superior ao da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Também importa realçar a elevada taxa negativa de crescimento migratório que o Médio Tejo regista relativamente ao resto da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

No Médio Tejo o concelho de Ourém (Quadro n^º 7) é o segundo maior, com cerca de 420 km² e um dos que tem maior número de habitantes, num grupo de 4 concelhos, designadamente: Abrantes, Tomar, Ourém e Torres Novas.

QUADRO Nº 7 - ÁREA, POPULAÇÃO RESIDENTE, DENSIDADE POPULACIONAL E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NOS CONCELHOS DA SUB-REGIÃO DO MÉDIO TEJO, EM 1981 E 1991

CONCELHOS	ÁREA (km ²)	POPULAÇÃO RESIDENTE				DENSIDADE POPULACIONAL (Hab./km ²)		DISTRIB. DA POPULAÇÃO (%)	
		1981	1991	VARIAÇÃO		1981	1991	1981	1991
				ABSOLUTA	%				
Abrantes	700	48.653	45.697	-2.956	-6,1	70	65	20,8	20,1
Alcanena	127	14.287	14.373	86	0,6	112	113	6,1	6,3
Constância	80	3.949	4.170	221	5,6	49	52	1,7	1,8
Entroncamento	14	11.976	14.226	2.250	18,8	855	1.016	5,1	6,3
Ferreira do Zêzere	184	11.099	9.954	-1.145	-10,3	60	54	4,7	4,4
Gavião	294	6.850	5.920	-930	-13,6	23	20	2,9	2,6
Ourém	417	41.376	40.185	-1.191	-2,9	99	96	17,6	17,7
Sardoal	92	5.022	4.430	-592	-11,8	55	48	2,1	1,9
Tomar	350	45.672	43.139	-2.533	-5,5	130	123	19,5	19,0
Torres Novas	270	37.399	37.692	293	0,8	139	140	16,0	16,6
Vila Nova da Barquinha	49	8.167	7.553	-614	-7,5	167	154	3,5	3,0
MÉDIO TEJO	2.577	234.450	227.339	-7.111	-3,0	91	88	100,0	100,0
RLVT	11.930	3.261.578	3.296.715	35.137	1,1	273	276	-	-
CONTINENTE	88.797	9.336.760	9.375.926	39.166	0,4	105	106	-	-

Fonte: INE, XII e XIII Recenseamento Geral da População, 1981 e 1991;
RLVT, Caracterização Socio-Económica Regional, CCRLVT, 1997.

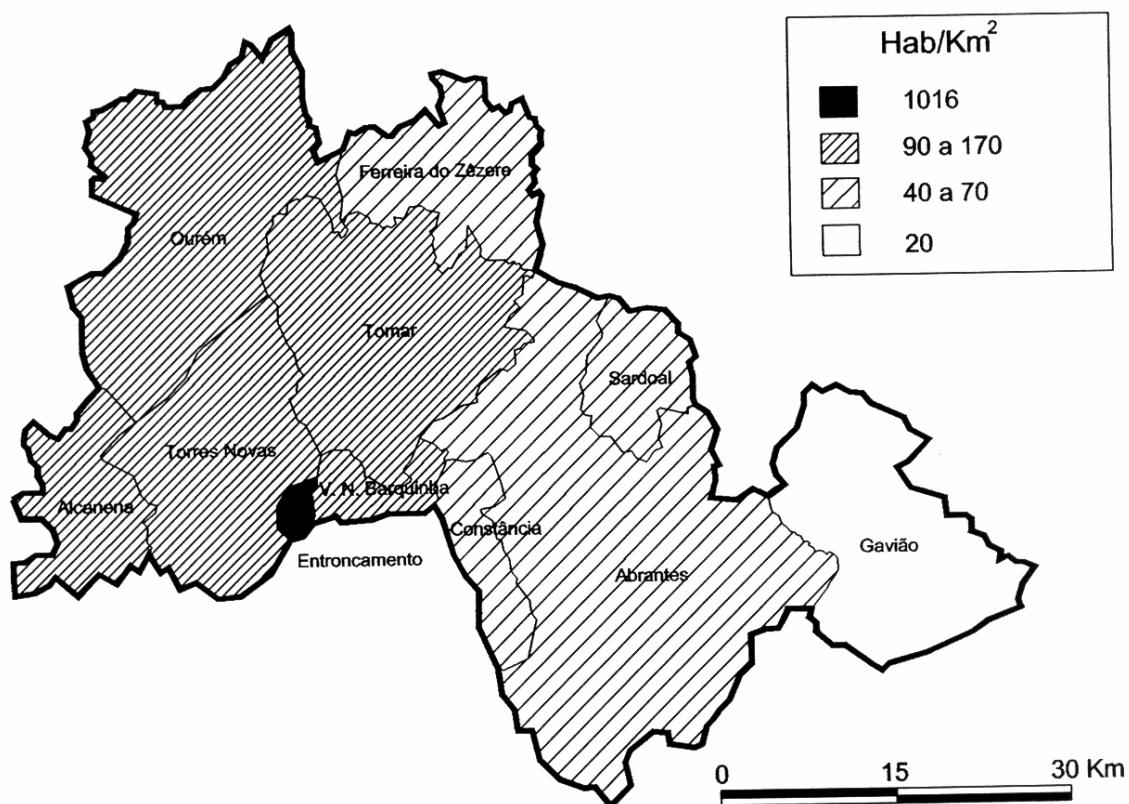
A população da Região de Lisboa e Vale do Tejo cresceu ligeiramente de 1981 para 1991 ($\approx 1\%$) enquanto a do Médio Tejo decresceu 3%.

Relativamente aos decréscimos populacionais relativos na década de 80, dos concelhos do Médio Tejo, Ourém apresenta um decréscimo reduzido, idêntico à média da sub-região, ou seja cerca de 3%.

De 1981 para 1991 as densidades populacionais dos vários concelhos que formam a sub-região do Médio Tejo (Figura nº 18) registaram na generalidade quebras reduzidas à excepção do concelho do Entroncamento que registou um acréscimo muito elevado e forte dinâmica populacional. Estes concelhos em 1991 têm valores que variam entre 48 hab/km² e 1016 hab/km², respectivamente no concelho do Sardoal e no

do Entroncamento. A densidade média da sub-região é de 88 hab/km² enquanto o concelho de Ourém regista uma densidade populacional superior à média, quase 100 hab/km² (o valor mais baixo dos concelhos com densidades mais elevadas). A densidade populacional de Ourém é ligeiramente inferior à densidade populacional média do Continente.

FIGURA N° 18 - DENSIDADE POPULACIONAL DOS CONCELHOS DA SUB-REGIÃO DO MÉDIO TEJO, EM 1991



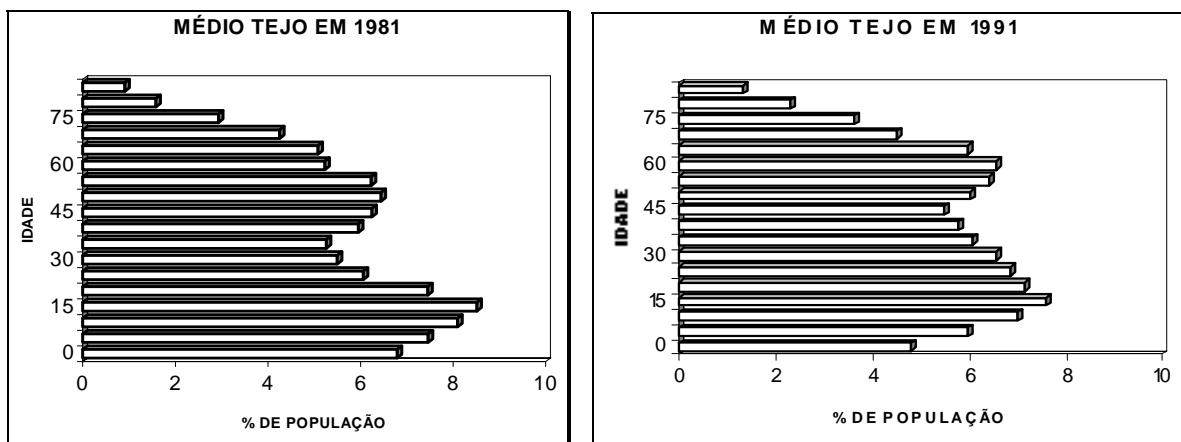
Em termos de distribuição da população, no concelho de Ourém residem cerca de 18% da população do Médio Tejo, que conjuntamente com os concelhos de Abrantes, Tomar e Torres Novas totalizam mais de 73% da população residente.

Apresenta-se também a estrutura etária da população da sub-região do Médio Tejo (Quadro nº 8 e respectivos gráficos) que é a seguinte:

QUADRO N° 8 - ESTRUTURA DA POPULAÇÃO NO MÉDIO TEJO EM 1981 E 1991

IDADE	HM 1981	HM 1991	HM (%) 1981	HM (%) 1991
0	15.927	10.928	6,79	4,81
5	17.498	13.587	7,46	5,98
10	18.994	15.897	8,10	6,99
15	19.962	17.212	8,51	7,57
20	17.469	16.199	7,45	7,13
25	14.210	15.572	6,06	6,85
30	12.884	14.906	5,50	6,56
35	12.326	13.768	5,26	6,06
40	13.952	13.139	5,95	5,78
45	14.664	12.498	6,25	5,50
50	15.101	13.709	6,44	6,03
55	14.598	14.601	6,23	6,42
60	12.255	14.882	5,23	6,55
65	11.921	13.589	5,08	5,98
70	9.971	10.255	4,25	4,51
75	6.869	8.270	2,93	3,64
80	3.713	5.242	1,58	2,31
85 +	2.136	3.085	0,91	1,36
Total	234.450	227.339	100,00	100,00

Fonte: Atlas Demográfico do Continente, DGOTDU, 1996.



No Médio Tejo, de 1981 para 1991, a população com idade igual ou superior a 5 anos decresceu cerca de 24%, agravando-se a potencialidade demográfica, enquanto a população com mais de 85 anos cresceu quase 50%.

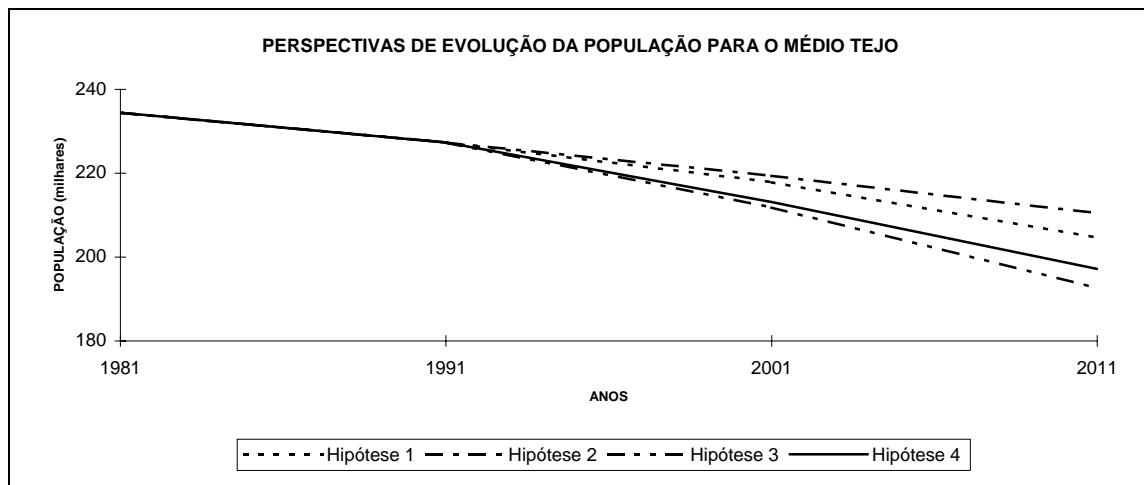
Tanto a estrutura demográfica como os indicadores gerais apresentados mostram esquematicamente, mas de forma clara, um significativo envelhecimento geral da população do Médio Tejo, à qual pertence o concelho de Ourém.

As perspectivas para os valores de população no ano 2001 e no ano 2011, segundo as várias hipóteses testadas, apontam todas para um decréscimo da população do Médio Tejo e são as seguintes (Quadro nº 9 e respectivo gráfico):

QUADRO N° 9 - PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARA O MÉDIO TEJO

	POP. 1991	POP. 2001	POP. 2011
Hipótese 1 Mortalidade e fecundidade decrescentes; saldos migratórios nulos	227.339	217.884	204.665
Hipótese 2 Mortalidade decrescente e fecundidade constante; saldos migratórios nulos	227.339	219.424	210.437
Hipótese 3 Mortalidade e fecundidade decrescentes; saldos migratórios com taxas de 1981/91	227.339	211.858	192.588
Hipótese 4 Mortalidade e fecundidade constantes; saldos migratórios com taxas de 1981/91	227.339	213.166	197.142

Fonte: Atlas Demográfico do Continente, DGOTDU, 1996.



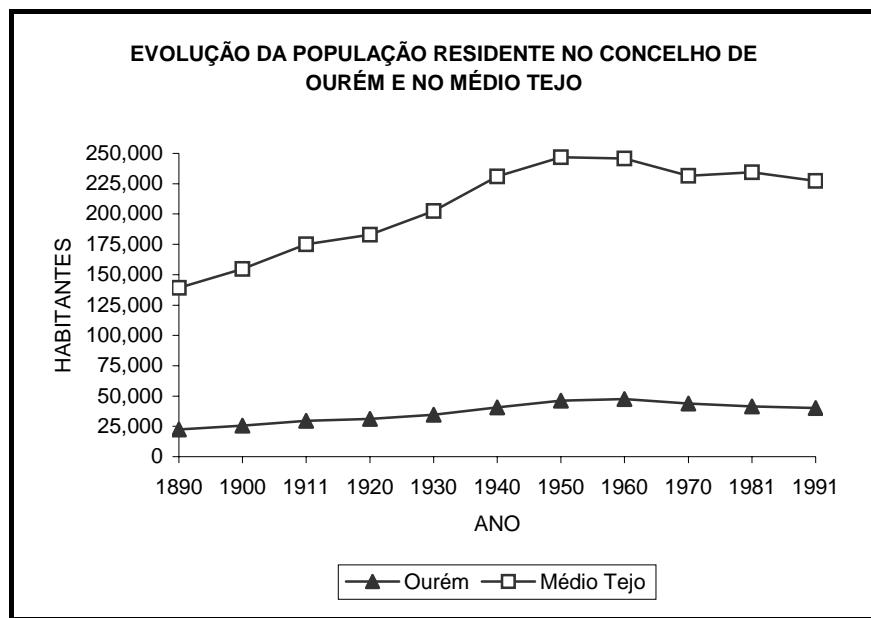
A hipótese 2 é a mais optimista, mas mesmo assim tem uma projecção para o ano 2001 que apresenta um decréscimo populacional da ordem dos 3,5 %. No seu conjunto, o Médio Tejo mostra, como aliás todo o país, tendências de diminuição da população.

Descendo na escala de análise, para os concelhos do Médio Tejo, temos para a população residente os valores apresentados no Quadro nº 10 e respetivo gráfico (para o concelho de Ourém) e, para as taxas de crescimento correspondentes, o Quadro nº 11 e respetivo gráfico (para o concelho de Ourém).

QUADRO Nº 10 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS CONCELHOS DO MÉDIO TEJO DE 1890 A 1991

CONCELHOS	ANO										
	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Abrantes	24.671	27.453	32.322	34.367	39.327	45.332	48.925	51.869	47.566	48.653	45.697
Alcanena	8.100	8.754	9.670	10.207	11.122	12.897	14.087	14.773	13.508	14.287	14.373
Constância	2.952	3.034	3.214	3.067	3.248	3.466	3.521	4.077	3.532	3.949	4.170
Entroncamento	-	-	-	-	3.800	6.577	6.804	7.355	9.421	11.976	14.226
Ferreira do Zêzere	12.318	13.708	14.960	15.306	16.008	16.979	17.559	15.739	12.564	11.099	9.954
Gavião	6.086	6.462	7.578	8.172	9.168	10.439	11.023	10.049	7.796	6.850	5.920
Sardoal	5.219	5.804	6.401	6.463	6.863	7.163	7.073	6.854	9.421	5.022	4.430
Tomar	27.987	31.360	34.951	36.907	39.179	44.210	46.071	44.161	41.036	45.672	43.139
Torres Novas	25.481	28.135	31.769	31.983	33.892	37.114	38.220	36.732	35.860	37.399	37.692
V.N. da Barquinha	3.954	4.336	4.664	5.314	5.211	6.037	7.313	6.547	7.092	8.167	7.553
Ourém	22.460	25.726	29.586	31.269	34.534	40.750	46.326	47.511	43.737	41.376	40.185
Médio Tejo	139.228	154.772	175.115	183.055	202.352	230.964	246.922	245.667	231.533	234.450	227.339

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1970, 1981, 1991 e PGU de Fátima/1995.

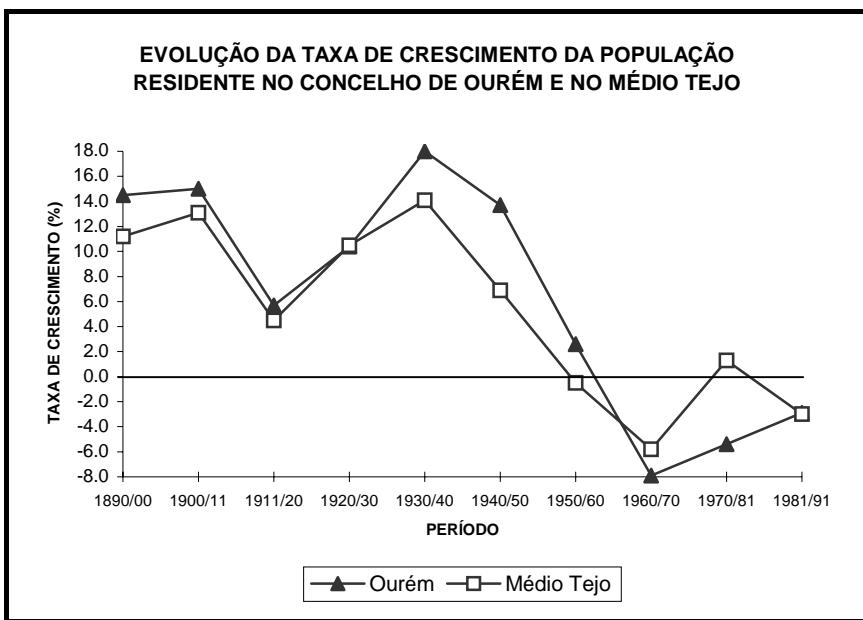


De um modo geral, mostra-se que o concelho de Ourém apresenta uma evolução demográfica média que não se afasta da tendência geral da sub-região.

QUADRO Nº 11 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS CONCELHOS DO MÉDIO TEJO DE 1890 A 1991

CONCELHOS	ANOS									
	1890/00	1900/11	1911/20	1920/30	1930/40	1940/50	1950/60	1960/70	1970/81	1981/91
Abrantes	11.3	17.7	6.3	14.4	15.3	7.9	6.0	-8.3	2.3	-6.1
Alcanena	8.1	10.5	5.6	9.0	16.0	9.2	4.9	-8.6	5.8	0.6
Constância	2.8	5.9	-4.6	5.9	6.7	1.6	15.8	-13.4	11.8	5.6
Entroncamento	-	-	-	-	73.1	3.5	8.1	28.1	27.1	18.8
Ferreira do Zêzere	11.3	9.1	2.3	4.6	6.1	3.4	-10.4	-20.2	-11.7	-10.3
Gavião	6.2	17.3	7.8	12.2	13.9	5.6	-8.8	-22.4	-12.1	-13.6
Sardoal	11.2	10.3	1.0	6.2	4.4	-1.3	-3.1	37.5	-46.7	-11.8
Tomar	12.1	11.5	5.6	6.2	12.8	4.2	-4.1	-7.1	11.3	-5.5
Torres Novas	10.4	12.9	0.7	6.0	9.5	3.0	-3.9	-2.4	4.3	0.8
V.N. da Barquinha	9.7	7.6	13.9	-1.9	15.9	21.1	-10.5	8.3	15.2	-7.5
Ourém	14.5	15.0	5.7	10.4	18.0	13.7	2.6	-7.9	-5.4	-2.9
Médio Tejo	11.2	13.1	4.5	10.5	14.1	6.9	-0.5	-5.8	1.3	-3.0

Nota: Os valores constantes neste quadro foram calculados a partir do quadro anterior.



O Médio Tejo apresenta valores crescentes desde o início do século até aos anos 50, período a partir do qual começa a decrescer (taxas de crescimento negativos), primeiro lentamente e depois a um ritmo mais acelerado, consequência do elevado surto migratório que Portugal sofreu e que teve o seu valor máximo na década de 60. A contrariar esta tendência de decréscimo populacional, por razões não previsíveis a nível demográfico, na década de 70 regista-se um acréscimo da população (taxas de crescimento positivas), como resultado das alterações de regime político que implicaram o regresso de muitos portugueses de África e da Europa. Na década de 80, a tendência anterior de decréscimo reaparece, apesar de mostrar um ritmo inferior.

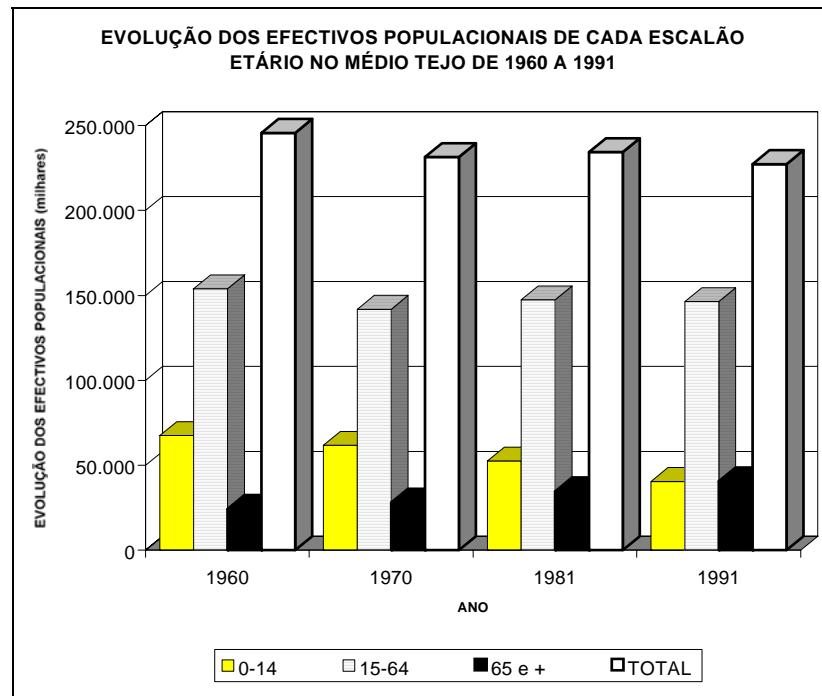
Relativamente ao concelho de Ourém, como atrás já se previa, o seu comportamento em termos populacionais é semelhante, à excepção dos anos 70, cuja população não aumentou, como aconteceu na sub-região e região.

A estrutura da população nos 3 escalões etários principais do Médio Tejo, desde 1960 a 1991 (Quadro nº 12 e respectivo gráfico) e no concelho de Ourém (Quadro nº 13 e respectivo gráfico), confirma o envelhecimento populacional.

QUADRO Nº 12 - EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS POPULACIONAIS DE CADA ESCALÃO ETÁRIO NO MÉDIO TEJO DE 1960 A 1991

Grupos Etários	Ano							
	1960		1970		1981		1991	
0-14	67.561	27%	61.647	27%	52.419	22%	40.412	18%
15-64	153.932	63%	141.896	61%	147.421	63%	146.486	64%
65 e +	24.174	10%	27.989	12%	34.610	15%	40.441	18%
TOTAL	245.667	100%	231.532	100%	234.450	100%	227.339	100%

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1981, 1991 e PGU de Fátima/1995.

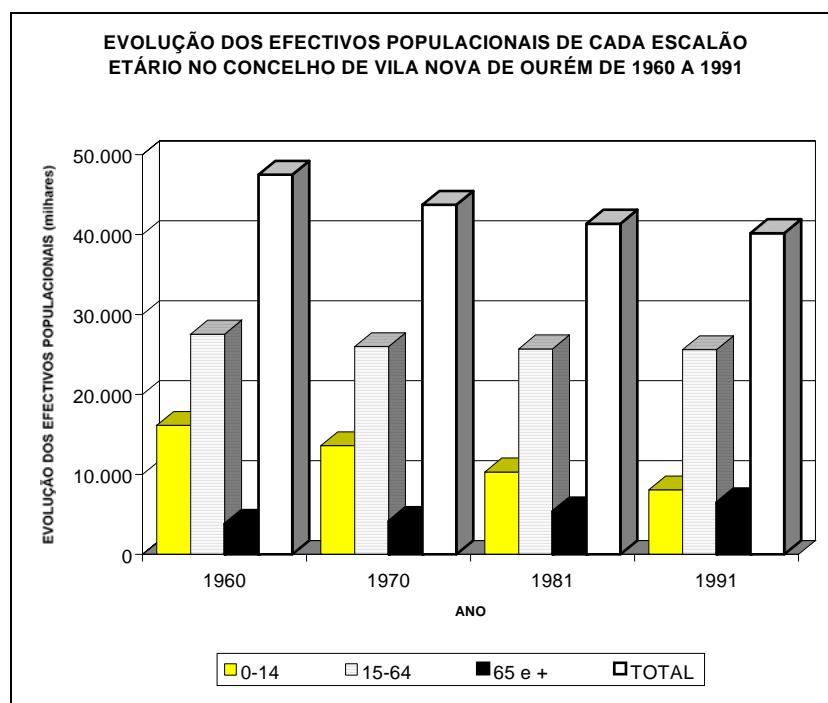


No Médio Tejo, além do já referido decréscimo populacional de 3% na década de 80, verifica-se que os efectivos populacionais com menos de 14 anos têm vindo a descer gradualmente, e apresentam valores semelhantes aos efectivos populacionais com mais de 65 anos. Em 1991, a população com menos de 14 anos representa 18% do total e a população com mais de 65 anos representa também a mesma proporção, enquanto em 1981 a população com menos de 14 anos representava 22% e a população com mais de 65 anos representava 15%.

QUADRO Nº 13 - EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS POPULACIONAIS DE CADA ESCALÃO ETÁRIO NO CONCELHO DE OURÉM DE 1960 A 1991

Grupos Etários	Ano							
	1960		1970		1981		1991	
0-14	16.146	34%	13.593	31%	10.300	25%	8.076	20%
15-64	27.558	58%	25.984	59%	25.718	62%	25.623	64%
65 e +	3.807	8%	4.159	10%	5.358	13%	6.486	16%
TOTAL	47.511	100%	43.736	100%	41.376	100%	40.185	100%

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1981, 1991 e PGU de Fátima/1995.



No Médio Tejo, de 1960 a 1991, a população com idade igual ou inferior a 14 anos decresceu cerca de 40%, enquanto no concelho de Ourém decresceu cerca de 50%; no mesmo período, no Médio Tejo, a população com idade igual ou superior a 65 anos cresceu cerca de 67%, enquanto no concelho de Ourém cresceu cerca de 70%; ou seja o concelho mostra uma tendência para um envelhecimento superior à sub-região do Médio Tejo. Os dados da população por escalão etário (Quadros nº 12 e 13) permitem o cálculo de 2 índices que ajudam a caracterizar o comportamento populacional, que são designadamente o Índice de Dependência (I_D) e o Índice de Envelhecimento (I_E), apresentados no Quadro nº 14.

Estes índices podem sugerir que a população idosa (nomeadamente reformados) acorre a este lugar como local preferido para a sua residência, o que implica serviços e equipamentos próprios e um desenho urbano favorável para o efeito, se se pretender potenciar esta vocação local.

QUADRO Nº 14 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA (I_D) E DE ENVELHECIMENTO (I_E), DE 1960 A 1991, NO MÉDIO TEJO E CONCELHO DE OURÉM

		ANOS			
		1960	1970	1981	1991
(I_D)	• Médio Tejo	0,60	0,63	0,59	0,55
	(1) • Ourém	0,72	0,68	0,61	0,57
(I_E)	• Médio Tejo	0,36	0,45	0,66	1,00
	(2) • Ourém	0,24	0,31	0,52	0,80

Fonte: Quadros 6 e 7.

$$(1) \quad I_D = \frac{P_{<15} + P_{>64}}{P_{15-64}}$$

$$(2) \quad I_E = \frac{P_{>64}}{P_{<15}}$$

Ao longo dos anos o índice de dependência diminui gradualmente tanto no concelho como na sub-região, apesar de ter valores mais elevados no concelho, o que pode significar um maior número de pessoas mais velhas ou mais novas. Para perceber que factores implicam o decréscimo deste índice é fundamental conhecer os valores do índice de envelhecimento que explicam o próprio índice de dependência.

No Médio Tejo e no concelho de Ourém, o índice de envelhecimento regista desde a década de 60 acréscimos significativos, apresentando o Médio Tejo valores mais elevados. De notar que na década de 80 os índices de envelhecimento crescem mais de 50%, atingindo no concelho o valor de 0,8 e na sub-região o valor de 1, ou seja, a população com mais de 65 anos é maior que a população com menos de 15 anos. Isto significa que a razão do decréscimo do índice de dependência se deve a uma redução acentuada do número de pessoas jovens (em Ourém, na década de 80, decresceram 22% \approx 2.220 pessoas), apesar da população mais idosa ter aumentado menos (em Ourém, na mesma década, cresceu 21% \approx 1.1130 pessoas), consequência da maior esperança de vida, melhores condições de saúde e opção residencial de reformados.

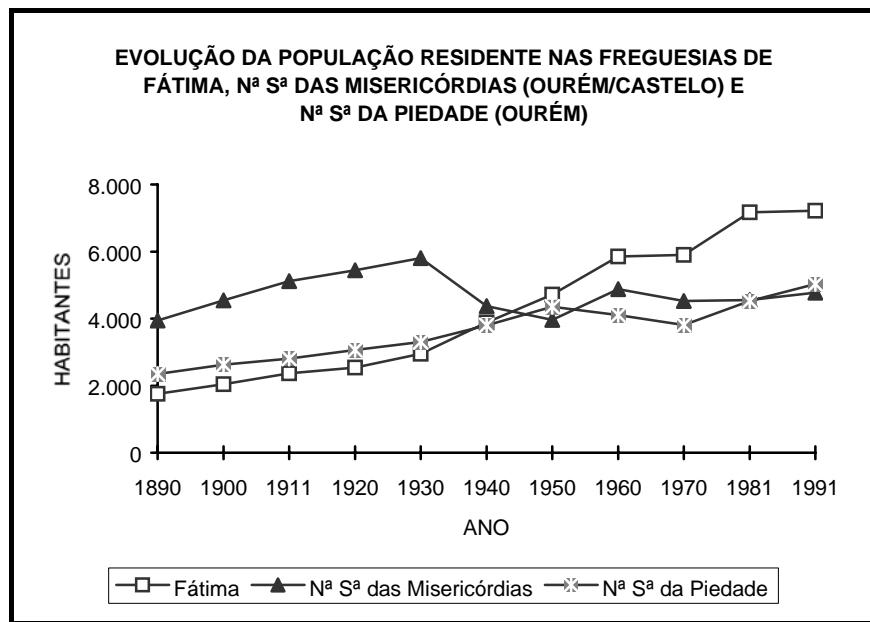
As freguesias do concelho de Ourém apresentam os seguintes valores da sua população residente - Quadro nº 15 e respectivo gráfico e das taxas de crescimento respectivas - o Quadro nº 16 e respectivo gráfico.

QUADRO Nº 15 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE OURÉM DE 1890 A 1991

FREGUESIAS	ANOS										
	1890	1900	1911	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991
Alburitel	-	-	-	-	996	1.103	1.163	1.160	945	1.008	1.181
Atouguia	-	-	-	-	-	2.322	2.760	2.677	2.778	2.283	2.196
Casal dos	-	-	-	-	-	-	-	-	2.006	1.279	1.175
Bernardos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Caxarias	-	-	-	-	-	-	2.625	2.598	2.553	2.429	2.182
Cercal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	809
Espite	1.985	2.249	2.456	2.455	2.920	3.615	4.249	4.104	4.101	2.913	1.194
Fátima	1.760	2.044	2.371	2.536	2.949	3.890	4.719	5.852	5.898	7.169	7.213
Formigais	486	522	599	668	677	783	841	909	729	629	490
Freixianda	3.415	3.599	4.275	4.677	5.000	6.337	7.225	7.219	4.710	4.198	2.638
Gondemaria	-	-	-	-	1.184	1.249	1.508	1.484	1.356	1.020	1.166
Matas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	986
Olival	4.532	5.179	5.816	5.892	3.216	3.329	3.772	3.442	2.493	2.537	2.031
Nossa S^a das Misericórdias (Ourém/Castelo)	3.946	4.545	5.113	5.439	5.802	4.376	3.962	4.880	4.526	4.549	4.777
Ribeira do Fárrio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	915
Rio de Couros	954	1.126	1.428	1.608	1.624	2.118	2.601	2.666	2.611	2.278	1.901
Seiça	3.029	3.837	4.723	4.925	4.438	5.156	3.508	3.218	2.745	2.471	2.291
Urqueira	-	-	-	-	2.426	2.668	3.036	3.196	2.473	2.088	2.013
Nossa S^a da Piedade (Ourém)	2.353	2.625	2.805	3.069	3.302	3.804	4.357	4.106	3.813	4.525	5.027
TOTAL	22.460	25.726	29.586	31.269	34.534	40.750	46.326	47.511	43.737	41.376	40.185

Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1970, 1981, 1991 e PGU de Fátima/1995.

Das várias freguesias há sempre a destacar as sedes de concelho, que normalmente mostram dinâmicas populacionais superiores às restantes.

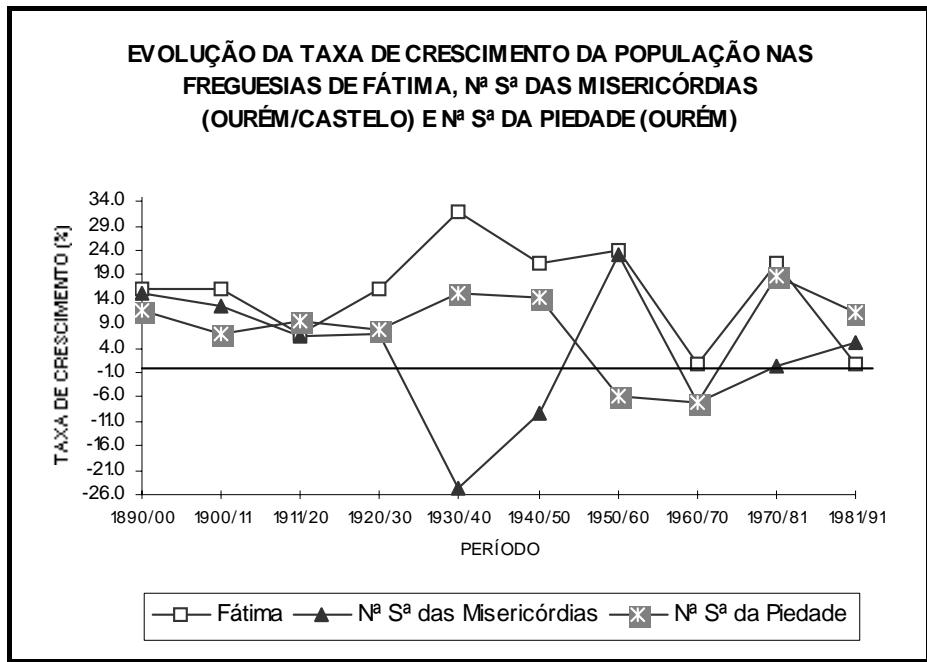


É de notar o decréscimo da população na freguesia de Nª Sª das Misericórdias a partir de 1930, que corresponde ao início da clara expansão para fora da área antiga, muralhada.

QUADRO Nº 16 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE OURÉM DE 1890 A 1991

FREGUESIAS	ANOS									
	1890/00	1900/11	1911/20	1920/30	1930/40	1940/50	1950/60	1960/70	1970/81	1981/91
Alburitel	-	-	-	-	10.7	5.4	-0.3	-18.5	6.7	17.2
Atouguia	-	-	-	-	-	18.9	-3.0	3.8	-17.8	-3.8
Casal dos Bernardos	-	-	-	-	-	-	-	-	-36.2	-8.1
Caxarias	-	-	-	-	-	-	-1.0	-1.7	-4.9	-10.2
Cercal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Espite	13.3	9.2	0.0	18.9	23.8	17.5	-3.4	-0.1	-29.0	-59.0
Fátima	16.1	16.0	7.0	16.3	31.9	21.3	24.0	0.8	21.5	0.6
Formigais	7.4	14.8	11.5	1.3	15.7	7.4	8.1	-19.8	-13.7	-22.1
Freixianda	5.4	18.9	9.4	6.9	26.7	14.0	-0.1	-34.8	-10.9	-37.2
Gondemaria	-	-	-	-	5.5	20.7	-1.6	-8.6	-24.8	14.3
Matas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Olival	14.3	12.3	1.3	-45.4	3.5	13.3	-8.7	-27.6	1.8	-19.9
Nossa Sª das Misericórdias (Ourém/Castelo)	15.2	12.5	6.4	6.7	-24.6	-9.5	23.2	-7.3	0.5	5.0
Ribeira do Fárrio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rio de Couros	18.0	26.8	12.6	1.0	30.4	22.8	2.5	-2.1	-12.8	-16.5
Seica	26.7	23.1	4.3	-9.9	16.2	-32.0	-8.3	-14.7	-10.0	-7.3
Urqueira	-	-	-	-	10.0	13.8	5.3	-22.6	-15.6	-3.6
Nossa Sª da Piedade (Ourém)	11.6	6.9	9.4	7.6	15.2	14.5	-5.8	-7.1	18.7	11.1
TOTAL	14.5	15.0	5.7	10.4	18.0	13.7	2.6	-7.9	-5.4	-2.9

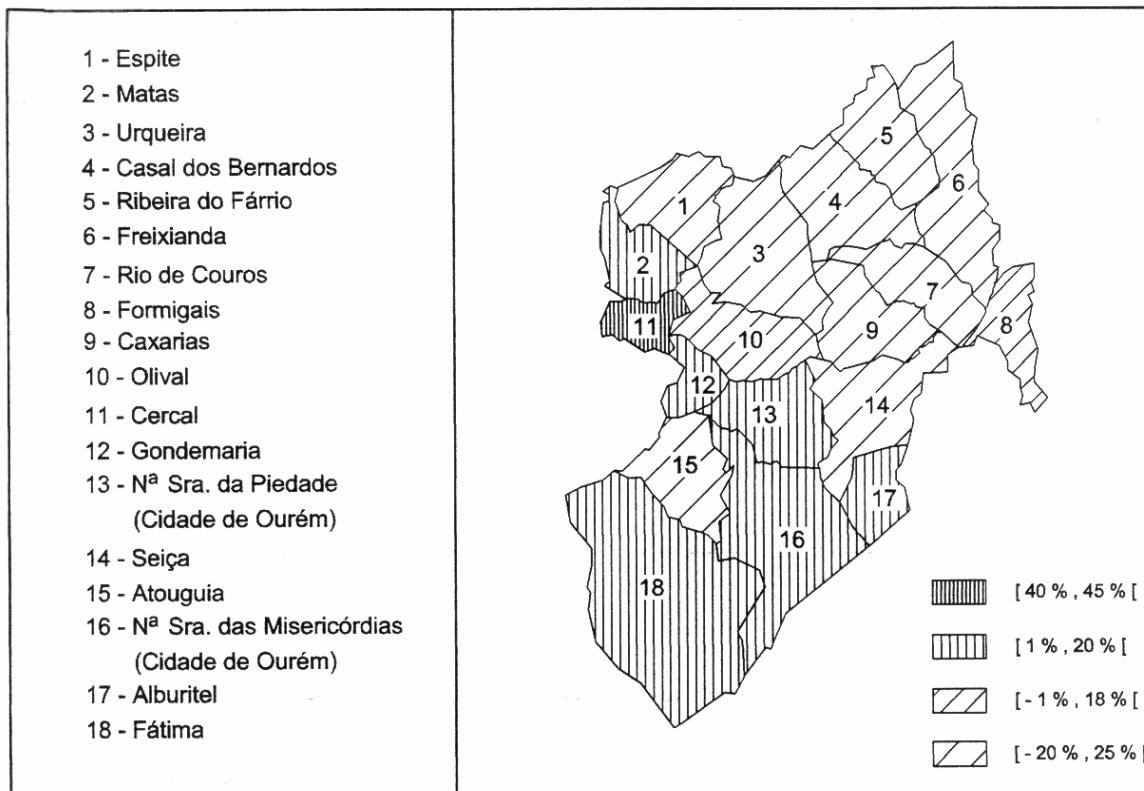
Nota: Os valores constantes neste quadro foram calculados a partir do quadro anterior.



A cidade de Ourém localiza-se em duas freguesias: N^a S^a da Piedade e N^a S^a das Misericórdias. Como resultado da dinâmica de Ourém ser sede de concelho, essas freguesias apresentam taxas de crescimento positivo a partir de 1970. Como também é normal, a freguesia de N^a S^a da Piedade, que corresponde à actual cidade, é a que apresenta maior acréscimo populacional. Das 16 freguesias restantes só 3 apresentam um acréscimo de população, entre as quais se encontra Fátima, cujo ritmo de crescimento (de 1981 para 1991) foi o menor entre elas. Alburitel e Gondemaria são as freguesias que registam os maiores crescimentos que foram respectivamente 17% e 14%, revelando uma dinâmica que importa aproveitar e estudar.

Observando a evolução da população das diferentes do concelho de Ourém, na década de 80 (Figura nº 19) e calculando os valores das três novas freguesias criadas na década de 80 (Cercal, Matas, Ribeira do Fárrio) conclui-se, em termos espaciais que os maiores crescimentos se

registaram na metade sul do concelho, onde se localizam as duas freguesias de Ourém e a de Fátima e na franja ocidental que corresponde às duas novas freguesias do Cercal e Matas, mostrando o Cercal uma dinâmica de crescimento acentuada.



Fonte: INE, Censos 1981 e 1991

FIGURA Nº 19 – VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991

Comparando as diferentes freguesias de Ourém quanto à evolução entre 1981 e 1991 dos escalões etários mais significativos (Quadro nº 17 e respectiva Figura nº 20) também há conclusões e dinâmicas que importa realçar.

QUADRO N° 17 - EFECTIVOS POPULACIONAIS POR ESCALÃO ETÁRIO E POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM EM 1981 E 1991

FREGUESIA	1981	1991
Alburitel		
0 - 14	203	233
15-64	669	764
mais de 65	136	184
<i>Sub-total</i>	<i>1.008</i>	<i>1.181</i>
Atouguia		
0 - 14 anos	591	424
15-64 anos	1.417	1.432
mais de 65 anos	275	340
<i>Sub-total</i>	<i>2.283</i>	<i>2.196</i>
Casal Bernardos		
0 - 14 anos	322	241
15-64 anos	790	729
mais de 65 anos	167	205
<i>Sub-total</i>	<i>1.279</i>	<i>1.175</i>
Caxarias		
0 - 14 anos	647	408
15-64 anos	1.457	1.414
mais de 65 anos	325	360
<i>Sub-total</i>	<i>2.429</i>	<i>2.182</i>
Espite (**)		
0 - 14 anos	690	556
15-64 anos	1.830	1.855
mais de 65 anos	393	578
<i>Sub-total</i>	<i>2.913</i>	<i>2.989</i>
Fátima		
0 - 14 anos	1.768	1.430
15-64 anos	4.535	4.710
mais de 65 anos	866	1.073
<i>Sub-total</i>	<i>7.169</i>	<i>7.213</i>
Formigais		
0 - 14 anos	138	103
15-64 anos	397	276
mais de 65 anos	94	111
<i>Sub-total</i>	<i>629</i>	<i>490</i>
Freixianda (*)		
0 - 14 anos	1.025	712
15-64 anos	2.575	2.161
mais de 65 anos	598	680
<i>Sub-total</i>	<i>4.198</i>	<i>3.553</i>

(continua)

(continuação)

Gondemaria		
0 - 14 anos	254	248
15-64 anos	658	740
mais de 65 anos	108	178
<i>Sub-total</i>	<i>1.020</i>	<i>1.166</i>
Olival		
0 - 14 anos	622	378
15-64 anos	1.532	1.268
mais de 65 anos	383	385
<i>Sub-total</i>	<i>2.537</i>	<i>2.031</i>
Nª Sª Misericórdias		
0 - 14 anos	1.294	1.038
15-64 anos	2.764	3.104
mais de 65 anos	491	635
<i>Sub-total</i>	<i>4.549</i>	<i>4.777</i>
Rio de Couros		
0 - 14 anos	621	417
15-64 anos	1.418	1.215
mais de 65 anos	239	269
<i>Sub-total</i>	<i>2.278</i>	<i>1.901</i>
Seiça		
0 - 14 anos	470	371
15-64 anos	1.535	1.461
mais de 65 anos	466	459
<i>Sub-total</i>	<i>2.471</i>	<i>2.291</i>
Urqueira		
0 - 14 anos	487	419
15-64 anos	1.275	1.209
mais de 65 anos	326	385
<i>Sub-total</i>	<i>2.088</i>	<i>2.013</i>
Nª Sª Piedade		
0 - 14 anos	1.168	1.098
15-64 anos	2.866	3.285
mais de 65 anos	491	644
<i>Sub-total</i>	<i>4.525</i>	<i>5.027</i>
<i>Total</i>	<i>41.376</i>	<i>40.185</i>

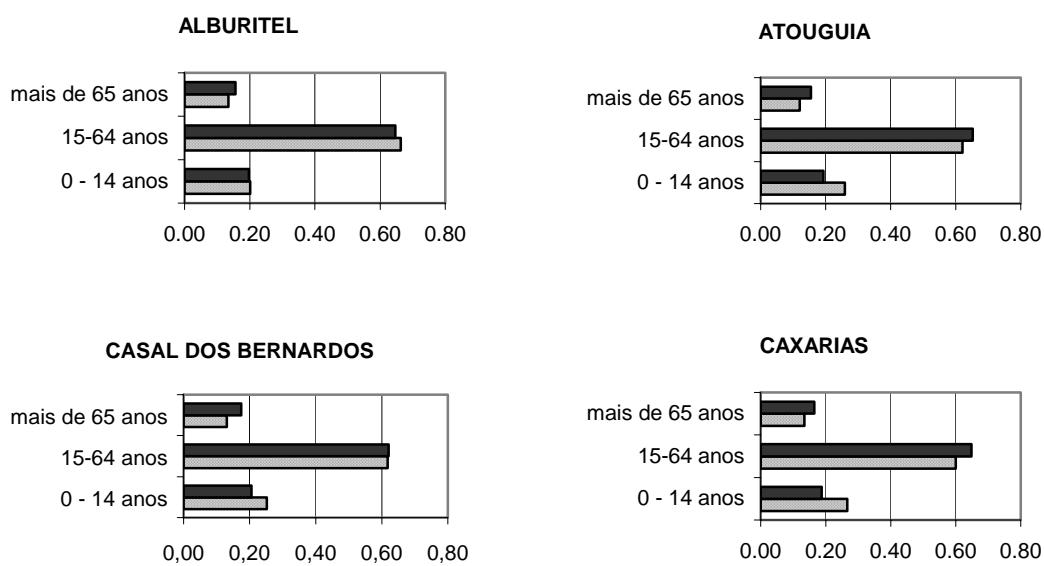
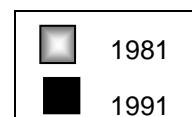
(*) A freguesia Ribeira do Fárrio pertencia à Freixianda em 1981

(**) As freguesias Cercal e Matas pertenciam a Espite em 1981

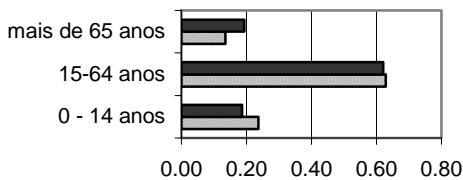
Fonte: Censos Gerais da População e Habitação, INE, 1981 e 1991.

Na década de 80, em todas as freguesias à excepção de Seiça, o número de pessoas com mais de 65 anos aumentou, enquanto o número de pessoas com menos de 14 anos diminuiu, sendo de referir Formigais pelo acentuado crescimento de população com mais de 65 anos e as freguesias que constituem Ourém, cujos valores de crescimento são dos mais baixos do concelho, ficando na ordem dos 13% da população residente. São também de realçar, para o escalão etário dos menores de 14 anos, o maior decréscimo em Caxarias e o valor percentual mais baixo em Seiça (só com 16% da população) e os menores decréscimos e valores percentuais, nas duas freguesias de Ourém (N^a S^a das Misericórdias e N^a S^a da Piedade), Gondemaria, Formigais e Rio de Couros com valores acima dos 21% da população total.

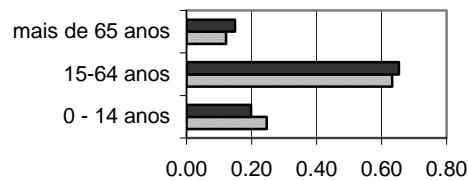
FIGURA N^º 20 - EVOLUÇÃO DOS EFEKTIVOS POPULACIONAIS (EM %) POR ESCALÃO ETÁRIO E POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991



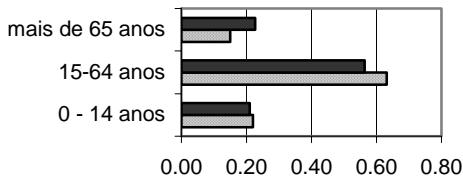
ESPITE



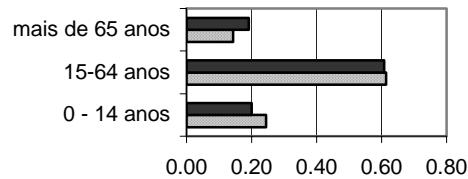
FÁTIMA



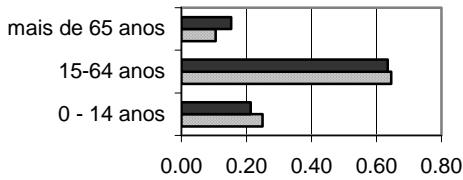
FORMIGAIS



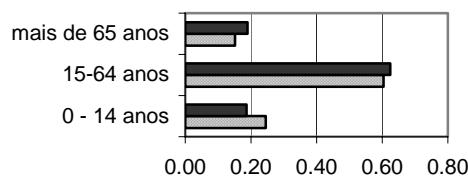
FREIXIANDA



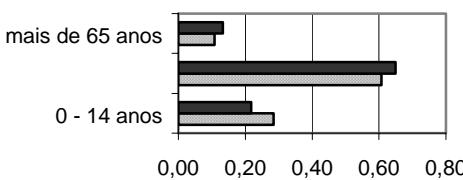
GONDEMARIA



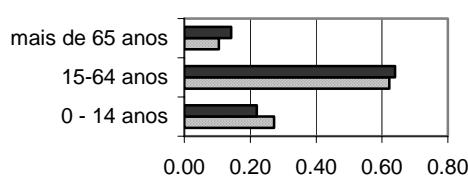
OLIVAL



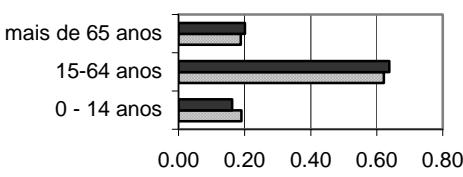
N. S^a DAS MISERICÓRDIAS



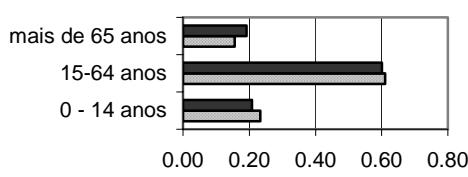
RIO DE COUROS



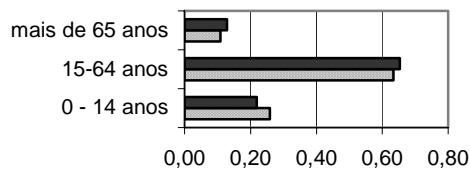
SEIÇA



URQUEIRA

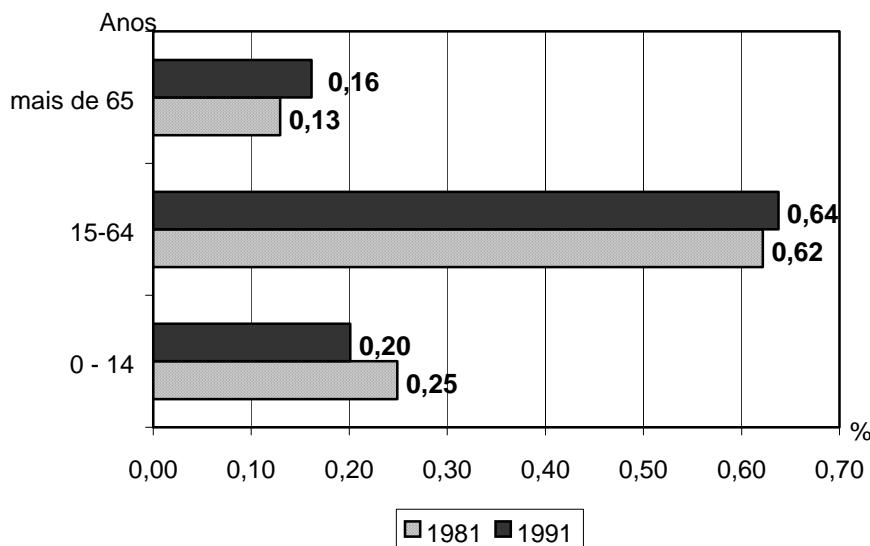


N. S^a DA PIEDADE



Relativamente ao total do concelho de 1981 para 1991 (Figura nº 21) há uma quebra significativa na população com menos de 15 anos, um decréscimo de 5% e um aumento da população com mais de 65 anos, um acréscimo de 3%. Em 1991, no concelho, o peso da população com mais de 65 anos, cerca de 16%, ainda é menor que o peso da população com menos de 15 anos, cerca de 20%, mas as tendências são de contínuo agravamento dos acréscimos e decréscimos respectivos.

FIGURA N° 21 - EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS POPULACIONAIS (EM %), POR ESCALÃO ETÁRIO, NO CONCELHO DE OURÉM DE 1981 A 1991



Em termos urbanísticos, se é importante conhecer a dinâmica populacional e se há tendência para acréscimo, manutenção ou diminuição da população, é também muito importante conhecer a evolução das famílias, pois é a estrutura familiar que vai implicar maior ou menor procura de alojamentos para a população residente e por isso maiores ou menores áreas para expansão habitacional.

Os dados relativamente às famílias e alojamentos do ano de 1981 e 1991 apresentam-se no Quadro nº 18, o que já permite ter uma ideia da evolução recente no concelho de Ourém e nas diferentes freguesias.

QUADRO N° 18 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, Nº DE FAMÍLIAS E Nº DE ALOJAMENTOS, DE 1980 A 1991

FREGUESIAS	POPULAÇÃO		FAMÍLIAS		ALOJAMENTOS		% variação 81/91			HAB/FAM		FAM/ALOJ		HAB/ALOJ		% variação 81/91	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991	Popul.	Famil.	Alojam	1981	1991	1981	1991	1981	1991	Hab/Fam.	Hab/Aloj.
Alburitel	1.008	1.181	336	411	434	511	17	22	18	3.0	2.9	0.8	0.8	2.3	2.3	-4	0
Atouguia	2.283	2.196	685	712	903	1.059	-4	4	17	3.3	3.1	0.8	0.7	2.5	2.1	-7	-18
Casal dos Bernardos	1.279	1.175	405	388	668	725	-8	-4	9	3.2	3.0	0.6	0.5	1.9	1.6	-4	-15
Caxarias	2.429	2.182	772	753	1.036	1.113	-10	-2	7	3.1	2.9	0.7	0.7	2.3	2.0	-8	-16
Espite (1)	1.379	1.194	484	464	909	998	-13	-4	10	2.8	2.6	0.5	0.5	1.5	1.2	-10	-21
Fátima	7.169	7.213	1.624	1.998	2.200	3.001	1	23	36	4.4	3.6	0.7	0.7	3.3	2.4	-18	-26
Formigais	629	490	188	180	263	288	-22	-4	10	3.3	2.7	0.7	0.6	2.4	1.7	-19	-29
Frexianda (1)	3.148	2.638	1.096	918	1.571	1.442	-16	-16	-8	2.9	2.9	0.7	0.6	2.0	1.8	0	-9
Gondemaria	1.020	1.166	302	377	465	573	14	25	23	3.4	3.1	0.6	0.7	2.2	2.0	-8	-7
Olival	2.537	2.031	824	700	1.189	1.138	-20	-15	-4	3.1	2.9	0.7	0.6	2.1	1.8	-6	-16
Nª Sª Misericórdias	4.549	4.777	1.301	1.482	1.712	2.066	5	14	21	3.5	3.2	0.8	0.7	2.7	2.3	-8	-13
Rio de Couros	2.278	1.901	710	646	919	1.056	-17	-9	15	3.2	2.9	0.8	0.6	2.5	1.8	-8	-27
Seiça	2.471	2.291	871	827	1.090	1.169	-7	-5	7	2.8	2.8	0.8	0.7	2.3	2.0	-2	-14
Urqueira	2.088	2.013	687	713	1.069	1.230	-4	4	15	3.0	2.8	0.6	0.6	2.0	1.6	-7	-16
Nª Sª Piedade	4.525	5.027	1.339	1.578	1.712	2.676	11	18	56	3.4	3.2	0.8	0.6	2.6	1.9	-6	-29
Matas (1) (**)	969	986	281	309	429	516	2	10	20	3.4	3.2	0.7	0.6	2.3	1.9	-7	-15
Cercal (1) (**)	565	809	148	238	193	337	43	61	75	3.8	3.4	0.8	0.7	2.9	2.4	-11	-18
Ribeira do Fárrio (1) (*)	1.050	915	221	303	428	437	-13	37	2	4.8	3.0	0.5	0.7	2.5	2.1	-36	-15
TOTAL	41.376	40.185	12.274	12.997	17.190	20.335	-3	6	18	3.4	3.1	0.7	0.6	2.4	2.0	-8	-18

(1) valores de 1981 calculados pela soma dos valores dos lugares

(*) pertencia à freguesia da Frexianda em 1981

(**) pertenciam à freguesia de Espite em 1981

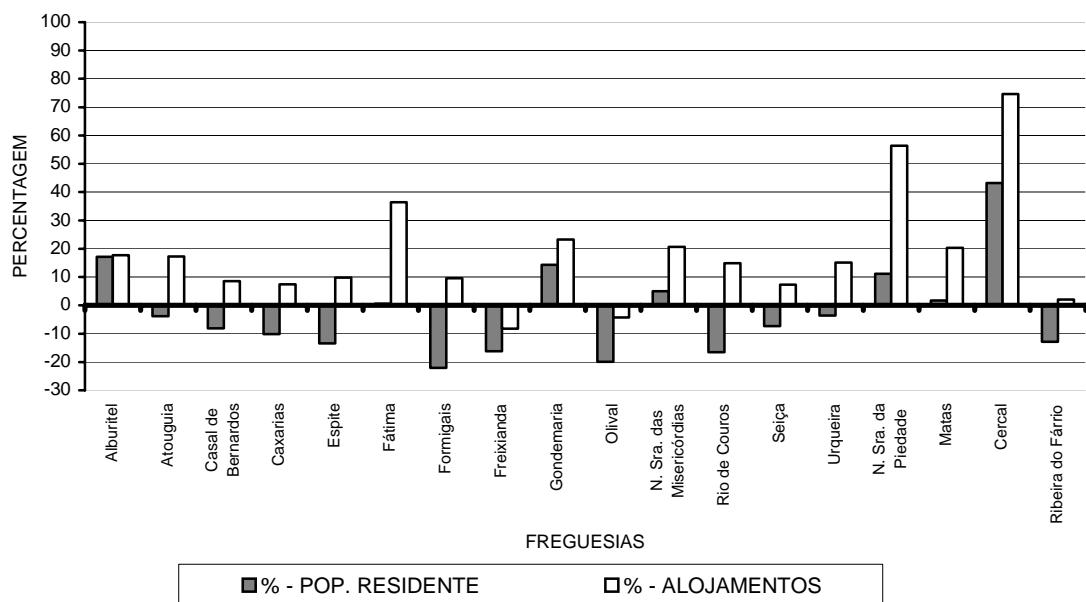
Fonte: Censos Gerais da População e Habitação, INE, 1981 e 1991.

Na década de 80, a nível do concelho (Quadro nº 19), enquanto a população residente decresce 3%, o número de famílias cresce 6% e o número de alojamentos cresce 18% (Figuras nº 22 e nº 23). Ou seja, apesar da população residente (dados do Recenseamentos Gerais) diminuir, o aumento do número de famílias e alojamentos mostra não só uma dinâmica que importa realçar como uma tendência de crescimento que deverá ser considerado nas áreas urbanizáveis.

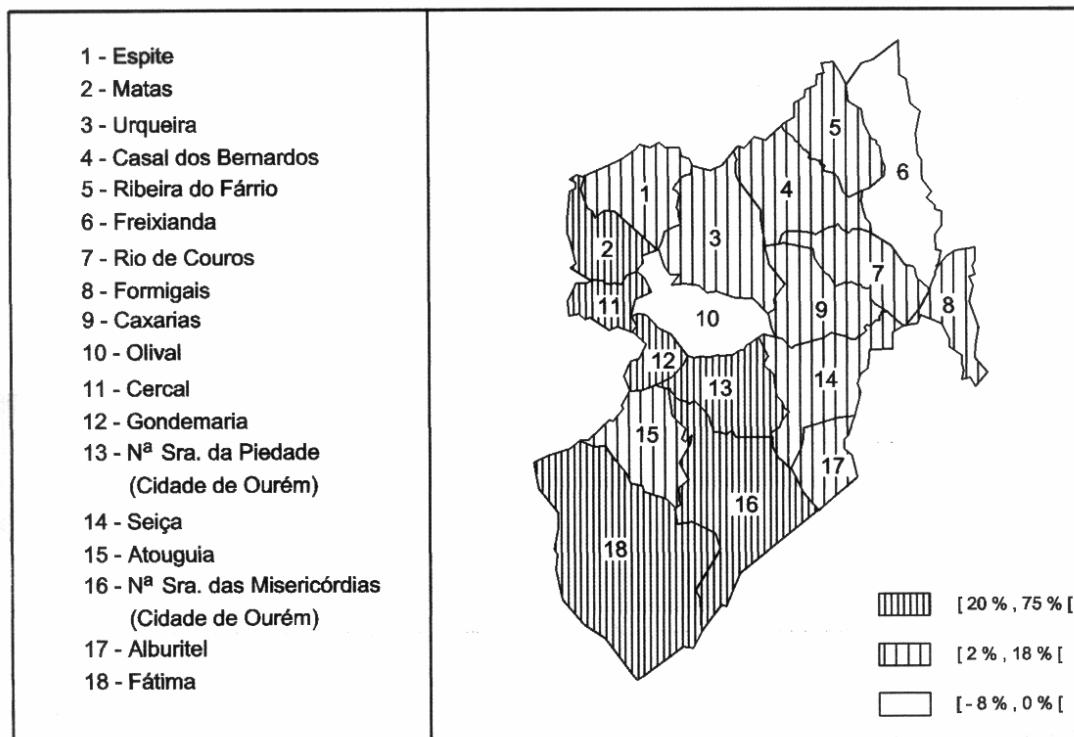
QUADRO Nº 19 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E ALOJAMENTOS, 1980/91

FREGUESIA	POP. RESIDENTE %	ALOJAMENTOS %
Alburitel	17	18
Atouguia	-4	17
Casal de Bernardos	-8	9
Caxarias	-10	7
Espite	-13	10
Fátima	1	36
Formigais	-22	10
Freixianda	-16	-8
Gondemaria	14	23
Olival	-20	-4
Nª Sª das Misericórdias	5	21
Rio de Couros	-17	15
Seiça	-7	7
Urqueira	-4	15
Nª Sª da Piedade	11	56
Matas	2	20
Cercal	43	75
Ribeira do Fárrio	-13	2
TOTAL	-3%	+18%

FIGURA Nº 22 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS ENTRE 1981 E 1991



Em termos espaciais, a metade sul do concelho, que corresponde principalmente às freguesias de Ourém, Fátima e a franja oriental do concelho mostram elevados acréscimos do nº de alojamentos, na ordem dos 20% a 75%. A metade norte do concelho também regista acréscimos no nº de alojamentos, apesar de menores (2 a 18%) e só as freguesias de Freixianda e Olival registam decréscimos do nº de alojamentos.



Fonte: INE, Censos 1981, 1991

FIGURA Nº 23 - VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991

A reforçar as tendências de crescimento ou a maior necessidade de alojamentos no concelho, estão os valores médios do número de residentes por família e o número de residentes por alojamento (Quadro nº 18). De 1981 a 1991, no concelho de Ourém, o número de pessoas por família desceu 8%, passando de 3,4 para 3,1 pessoas/família, enquanto o número de pessoas por alojamento desceu 18%, passando de 2,4 para 2,0 pessoas/alojamento. A diferença entre estes dois indicadores é elevada por várias razões, nomeadamente pela existência de casas secundárias (2^{as} residências) e casas devolutas (eventualmente propriedade de emigrantes).

O comportamento destes dois ratios mostra tendências acentuadas de diminuição, permitindo concluir que o concelho de Ourém se aproxima dos comportamentos regionais e nacionais, que foram, em 1991, respectivamente de 2,9 pessoas/família e 2,5 pessoas/família. Isto mostra que, mesmo sem acréscimos da população residente, o facto do ratio pessoas/família diminuir pode implicar novas necessidades de alojamentos.

Para se ter uma melhor percepção das dinâmicas de construção e do número de alojamentos versus número de famílias residentes também se apresentam (Quadro nº 18) os valores do indicador famílias/alojamento, nas diferentes freguesias de Ourém, na década de 80. Os valores deste indicador são sempre inferiores a 1 o que revela uma certa “folga” de alojamentos face às famílias residentes. A nível do concelho o indicador baixou, passando de 0,7 para 0,6 o que denota maior número de alojamentos não ocupados, seja por saída das famílias, seja por aumento de novas construções (residências secundárias ou pertencentes a emigrantes). Nas várias freguesias de Ourém, nos 10 anos referidos, a tendência geral é estabilidade do valor do indicador, ou um decréscimo ligeiro, à excepção de: Rio de Couros e N^a S^a da Piedade cujo decréscimo foi mais significativo e, Gondemaria e Ribeira do Fárrio cujo valor do indicador subiu, reflexo dum aumento de famílias a que o número de alojamentos não respondeu do mesmo modo.

No que se refere aos valores da população residente (e consequentemente o número de famílias e alojamentos), os valores Censitários parece conterem algumas incorrecções, que foi necessário verificar e confirmar através de outras fontes, recorrendo-se por isso ao número de eleitores recenseados no concelho, cuja actualização mais recente foi efectuada em 1997/98 (Quadro nº 20).

Em Ourém, em 1981 (valores Censitários), a população residente com idade inferior a 18 anos (a qual ainda não pode votar) era de 13.627 ($\approx 33\%$ da população total) e em 1991, a população residente com idade inferior a 18 anos era de 9.973 ($\approx 25\%$ da população total), ou seja esta faixa etária em 10 anos terá registado uma quebra acentuada, cerca de 27% (cerca de 3.600 pessoas).

Supondo que esta tendência se mantém ainda que com algum abrandamento e que em 1997/8 a percentagem da população com idade inferior a 18 anos terá sido da ordem dos 20%, teremos para o concelho, com o número de eleitores recenseados de 36397 pessoas, em 1998, um valor estimado para a população total de cerca de 45.500 pessoas em 1998, valor bastante superior aos 40.185 pessoas de população residente, em 1991, segundo os valores Censitários. Presumindo, todavia, que alguns eleitores não são de facto residentes (uma hipótese pessimista, de 5% dos eleitores) teríamos uma população residente total estimada na ordem dos 43.300 habitantes, ou seja, mais 3.100 pessoas em 1998 que em 1991, que indica, contrariamente os valores Censitários, que se esteja a verificar uma ligeira tendência de crescimento populacional. Estas considerações são importantes para o dimensionamento de áreas de expansão urbana e novos equipamentos a prever ou a remodelar (Quadro nº 20).

**QUADRO Nº 20 - RECENSEAMENTO ELEITORAL E POPULAÇÃO ESTIMADA
PARA 1998, NO CONCELHO DE OURÉM**

FREGUESIAS	Pop. 1991	Eleitores 1998	Pop. (>18) 1991	% (>18) 1991	Pop. Estimada 1998
Alburitel	1.181	976	900	0,76	1.161
Atouguia	2.196	1.985	1.674	0,76	2.362
Casal dos Bernardos	1.175	1.069	883	0,75	1.272
Caxarias	2.182	1.952	1.658	0,76	2.323
Espite	1.194	1.143	966	0,81	1.360
Fátima	7.213	6.880	5.446	0,76	8.187
Formigais	490	451	367	0,75	537
Freixianda	2.638	2.450	1.984	0,75	2.916
Gondemaria	1.166	1.028	860	0,74	1.223
Olival	2.031	2.059	1.549	0,76	2.450
Nª Sª Misericórdias	4.777	3.942	3.467	0,73	4.691
Rio de Couros	1.901	1.781	1.389	0,73	2.119
Seiça	2.291	1.992	1.822	0,80	2.370
Urqueira	2.013	1.670	1.518	0,75	1.987
Nª Sª Piedade	5.027	4.495	3.708	0,74	5.349
Matas	986	970	760	0,77	1.154
Cercal	809	715	584	0,72	851
Ribeira do Fárrio	915	839	677	0,74	998
	40.185	36.397	30.212	0,75	43.312

Fonte: Recenseamento eleitoral 1998 (STAPE).

Pela importância e número de unidades de alojamentos registadas, a nível do concelho, especialmente concentradas em 3 freguesias apresenta-se o número de alojamentos colectivos e a sua evolução na década de 80 (Quadro nº 21).

QUADRO Nº 21 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS COLECTIVOS NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991, DISCRIMINANDO TRÊS FREGUESIAS

FREGUESIAS	1981	1991
Fátima	108	136
Formigais	1	6
Nª Sª Piedade	5	6
SUB-TOTAL	114	148
TOTAL DO CONCELHO	138	156

Fonte: Censos Gerais da População e Habitação, INE, 1981 e 1991.

Na década de 80 o número de alojamentos colectivos em Ourém regista um acréscimo de 13%, quase todos da freguesia de Fátima, que por si só regista um acréscimo de 26%. Por alojamentos colectivos entende-se os locais que alojam mais do que uma família, residentes ou apenas presentes, independentemente de eventuais relações de parentesco, abrangendo assim os hotéis, pensões e similares, as instituições religiosas e colégios internos, de que Fátima como local de peregrinação e centro religioso de projecção nacional e internacional é responsável.

3.7 ACTIVIDADES ECONÓMICAS

O concelho de Ourém apesar dos ritmos de crescimento e desenvolvimento que tem vindo a registar, ainda é um concelho com um peso do sector primário relativamente importante.

A população residente activa do concelho, na década de 80 (Quadro nº 22), decresceu em cerca de 9%, passando de 17.095 pessoas para 15.514 pessoas, mas a maior alteração foi nos pesos relativos dos diferentes sectores de actividade.

QUADRO N^º 22 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR SECTORES DE ACTIVIDADE, EM 1981 E 1991

Freguesias	População residente activa PRIMÁRIO		População residente activa SECUNDÁRIO		População residente activa TERCIÁRIO	
	1981	1991	1981	1991	1981	1991
Alburitel	245	102	112	152	140	259
Atouguia	333	123	339	431	217	369
Casal dos Bernardos	436	110	110	223	43	85
Caxarias	211	37	432	346	202	337
Espite (**)	1.001	239	375	540	136	282
Fátima	425	141	867	1.039	1.532	2.000
Formigais	306	86	88	57	34	34
Freixianda (*)	1.119	387	473	498	309	342
Gondemaria	158	38	170	289	55	71
Olival	718	103	365	324	160	296
N ^a S ^a Misericórdias (castelo)	522	183	706	1.065	419	665
Rio de Couros	377	282	262	279	105	209
Seiça	370	62	257	257	320	425
Urqueira	472	88	337	336	157	221
N ^a S ^a Piedade (cidade)	263	101	544	674	873	1.327
Concelho Ourém	6.956	2.082	5.437	6.510	4.702	6.922

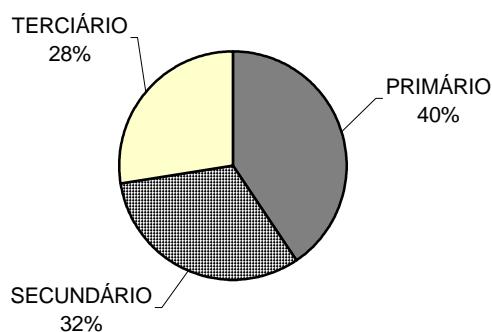
Fonte: Censos Gerais da População e Habitação, INE, 1981 e 1991.

(*) Em 1991 desta freguesia foi criada mais a freguesia de Ribeira do Fárrio.

(**) Em 1991 desta freguesia foram criadas mais as freguesias do Cercal e Matas.

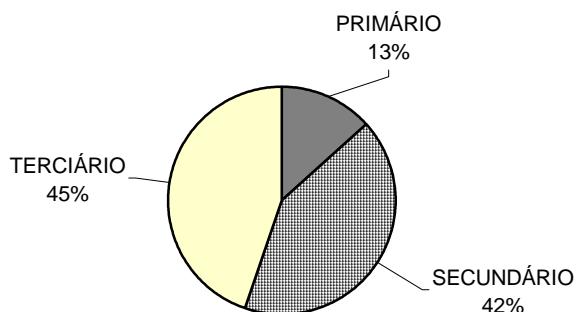
Em 1981 (Figura n^º 24) o concelho regista valores sectoriais, onde predomina o sector primário com 40%, seguindo-se o secundário com 32% e por fim o terciário com 28%.

FIGURA N^º 24 - POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE NO CONCELHO DE OURÉM EM 1981



Em 1991 (Figura nº 25) há total alteração das importâncias relativas dos três sectores, apresentando o sector terciário o maior peso, 45%, seguindo-se o secundário (que também regista subida significativa) com um peso de 42% e por fim o sector primário com 13% da população residente activa. Na origem destas transformações estará por certo a dinâmica e a evolução de Fátima, onde a actividade terciária (hotelaria e restauração) cresce a ritmos acentuados e a cidade de Ourém que se tem vindo a desenvolver. Também a explicar estas transformações está o crescimento do sector industrial, nomeadamente construção civil, madeiras, mobiliário e cerâmica e no sector primário, a extracção de rochas ornamentais, pedreiras e saibreiras.

FIGURA Nº 25 - POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE NO CONCELHO DE OURÉM EM 1991



Por freguesia, a evolução dos residentes a trabalhar no sector primário (Figura nº 26) mostra decréscimos mais acentuados nas freguesias mais rurais ou onde o sector agrícola era importante, nomeadamente Alburitel, Casal dos Bernardos, Espite, Gondemaria, Olival, Seiça, Urqueira, N^a S^a das Misericórdias e N^a S^a da Piedade.

No sector secundário (Figura nº 27), todas as freguesias registaram acréscimos, de 1981 para 1991, à excepção de N^a S^a da Piedade em que a população activa se manteve e Caxarias com um ligeiro decréscimo, pois Caxarias já era um centro de indústrias. Os acréscimos mais acentuados verificaram-se nas freguesias: Casal dos Bernardos, Espite, Gondemaria e Urqueira.

FIGURA Nº 26 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA NO SECTOR PRIMÁRIO NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991

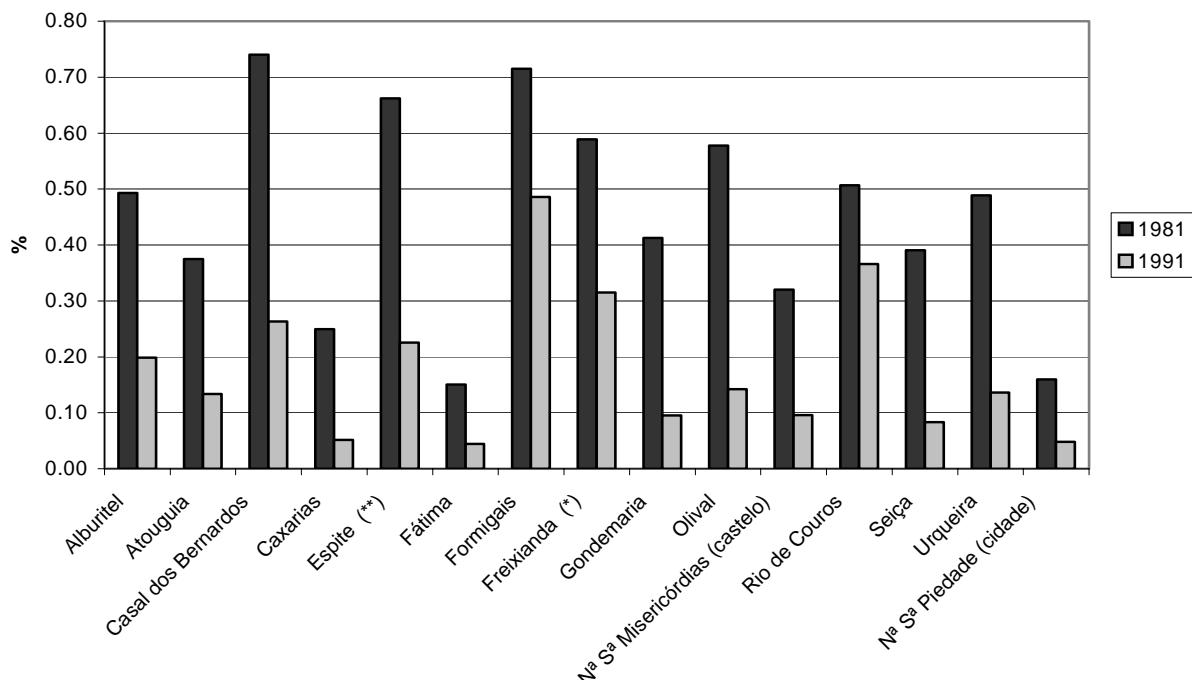
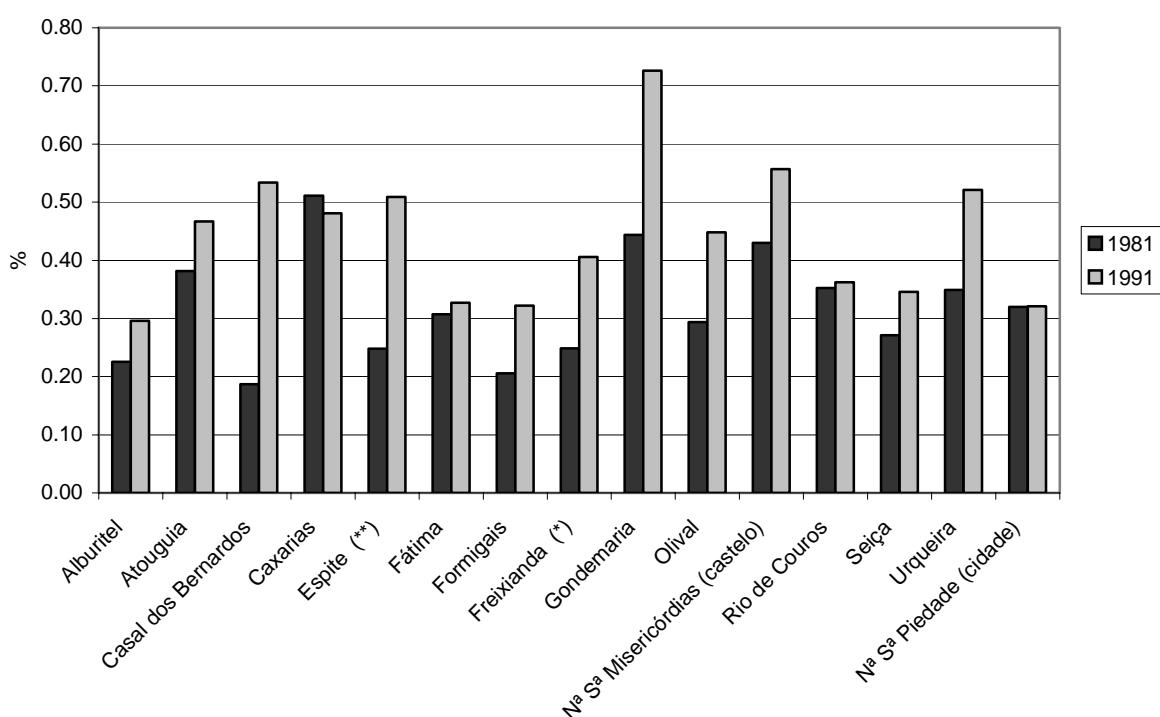
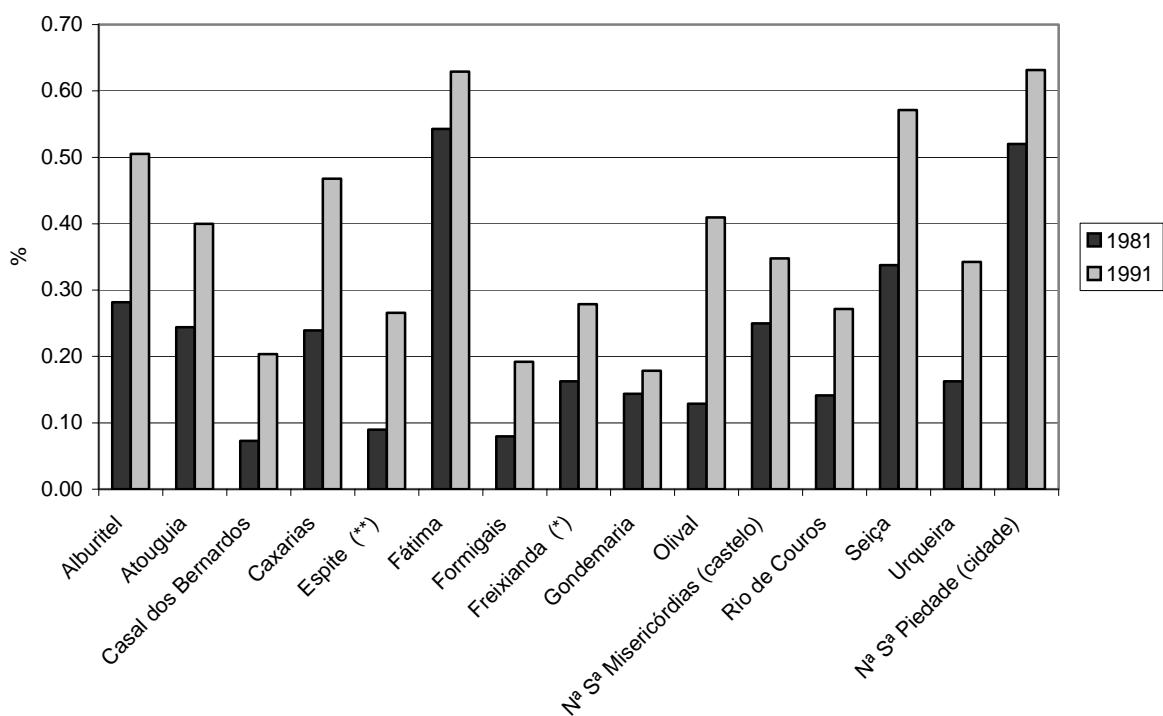


FIGURA Nº 27 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA NO SECTOR SECUNDÁRIO NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991



O sector terciário (Figura nº 28) regista acréscimos em todas as freguesias, com destaque para Alburitel, Atouguia, Caxarias, Espite, Olival, Seiça e Urqueira, revelando a importância das actividades terciárias e as tendências normais de crescimento dos aglomerados e a profunda transformação do concelho que apresentava em 1981 características marcadamente rurais, situação completamente alterada em 1991.

FIGURA N° 28 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA NO SECTOR TERCIÁRIO NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991



No que diz respeito à evolução das várias actividades económicas e aos ramos de actividade no concelho de Ourém, de 1981 a 1991, no Quadro nº 23 apresentam-se os valores registados agrupados por grandes grupos. As comparações podem nem sempre ser claras porque os dados estatísticos não contemplavam as mesmas actividades nem os mesmos ramos de actividade. Todavia é possível tirarem-se algumas conclusões, para a década de 80:

- a) A população residente activa decresceu cerca de 5% (como já se tinha referido) passando de mais de 17.000 para cerca de 15.500 pessoas;
- b) A população residente activa ligada à agricultura e pecuária (criação de animais) diminui mais de 70% (\approx 4.850 pessoas);
- c) A população residente a trabalhar na exploração de inertes aumenta cerca de 55% (\approx 24 pessoas);
- d) A população residente a trabalhar na indústria têxtil, do couro e calçado cresce cerca de 45% (\approx 137 pessoas) e a que trabalha na indústria da madeira e seu tratamento (mobiliário e outros artigos) cresce cerca de 42% (\approx 448 pessoas);
- e) A população residente activa empregue na fabricação de produtos cerâmicos regista um crescimento elevado cerca de 200% (\approx 217 pessoas);
- f) A população residente que se dedica ao comércio por grosso cresce cerca de 33% (\approx 99 pessoas) enquanto a que se dedica ao comércio a retalho cresce 44% (\approx 530 pessoas). Neste ramo de actividade ainda se podem ter registado maiores acréscimos de 1981 para 1991 pois nas estatísticas de 1991 aparece discriminado o comércio automóvel (acessórios, manutenção e reparação) que não se sabe como foi contabilizado em 1991;
- g) A população residente a trabalhar na restauração e actividades similares também regista acréscimos muito acentuados cerca de 106% (\approx 126 pessoas), assim como a hotelaria, pensões e similares cujo acréscimo foi de 188% (\approx 334 pessoas), explicados em grande parte pela Vila de Fátima (onde o número de peregrinos e visitantes cresce anualmente) e a cidade de Ourém (cujo crescimento dos serviços implica o crescimento das unidades de restauração e similares);

- h) Também a população residente dedicada aos serviços de educação regista um crescimento de 42% (≈ 199 pessoas) mostrando a importância que o sector educativo regista;
- i) A população residente activa a trabalhar nos serviços de saúde e veterinária cresce cerca de 62% (≈ 52 pessoas);
- j) Com estes dados não é possível saberem-se as variações e acréscimos de serviços que não estão discriminados em 1981, nomeadamente actividades jurídicas, contabilidade, auditoria, arquitectura, engenharia, etc. e as actividades culturais, desportivas e de outras colectividades.

QUADRO Nº 23 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA POR RAMO DE ACTIVIDADE, NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991

RAMOS DE ACTIVIDADE	1981	1991
Agricultura e Criação de Animais (Pecuária)	6.849	2.004
Silvicultura e Exploração Florestal	63	78
Exploração Inertes (pedra e hulha)	44	68
Indústria Alimentação, Bebidas e outros produtos alimentares e Indústria Alimentos Animais	141	158
Indústria Têxtil e do Couro (vestuário e acessórios) e Calçado	305	442
Indústria Madeira e seu tratamento (mobiliário, colchões e outros artigos)	1.064	1.512
Indústria Papel, Artes Gráficas e Impressão	34	41
Fabrico produtos químicos, pesticidas, petrolíferos, borracha, artificiais e farmacêuticos)	54	83
Fabricação artigos materiais plásticos e de vidro	35	46
Fabricação produtos cerâmicos (excepto para a construção)	87	262
Fabricação de materiais para construção e tratamento de pedra	217	262
Fabricação de produtos metálicos	487	438
Fabricação máquinas, acessórios, material eléctrico e automóveis)	56	110

(continua)

(continuação)

Outras indústrias transformadoras (incluindo distribuição de electricidade, gás e água)	222	136
Construção e Obras Públicas (edifícios, acabamentos e pequenas construções)	2.735	2.952
Comércio automóveis, acessórios e manutenção e reparação		514
Comércio por grosso	303	402
Comércio a retalho	1.206	1.736
Restauração e actividades similares	119	245
Hotelaria, pensões e similares e parques de campismo	178	512
Transportes (rodo e ferroviário), actividades ligadas aos transportes, operadores e agências	391	395
Telecomunicações e correios	92	94
Bancos, outras instituições financeiras, actividades imobiliárias e seguros	111	180
Aluguer máquinas, equipamento, automóvel, bens uso pessoal e doméstico	58	35
Actividades jurídicas, contabilidade, auditoria, arquitectura, engenharia, etc.		109
Outros serviços (comerciais, limpeza, publicidade, investigação, pessoal)		92
Administração Pública (não especializada e especializada, geral e administrativa)	383	417
Serviços à colectividade (assistência social, previdência, habitação, serviços sociais, saneamento)	372	493
Serviços de Educação (Básico, Secundário, Superior, para adultos, não especializado)	475	674
Serviços de Saúde e Veterinária	84	136
Actividades culturais, desportivas e de outras associações		321
Outras actividades e serviços pessoais diversos e reparações bens pessoais	524	161
Serviços Domésticos	426	406
	17.115	15.514

Fonte: Censos Gerais da População e Habitação, INE, 1981 e 1991.

No sector primário, em 1989, o concelho de Ourém, relativamente aos outros concelhos do Médio Tejo, é dos que apresenta maior número de explorações (Quadro nº 24), cerca de 25% do total que correspondem às mais de 5.600 existentes. Consequência desse número elevado, Ourém é o concelho que regista o valor mais baixo da área média das explorações, com cerca de 2,34 ha.

QUADRO N° 24 - ÁREA DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (ha) NO MÉDIO TEJO EM 1989

Concelhos	Nº de Explorações	Área (ha)	Área média das explorações (ha)
Abrantes	2.773	44.735	16,13
Alcanena	1.229	5.390	4,39
Constância	151	2.331	15,44
Entroncamento	80	198	2,48
Ferreira do Zêzere	2.429	7.553	3,11
Gavião	1.631	20.631	12,65
Ourém	5.683	13.326	2,34
Sardoal	715	3.666	5,13
Tomar	4.791	15.233	3,18
Torres Novas	3.113	12.568	4,04
Vila Nova da Barquinha	243	979	4,03
MÉDIO TEJO	22.838	126.610	5,54

Fonte: RLVT - Caracterização Socio-Económica Regional, MEPAT/CCRLVT, 1997 e Recenseamento Geral Agrícola, INE, 1989.

Relativamente aos Efectivos Pecuários (Quadro nº 25) na sub-região do Médio Tejo, em 1989, Ourém é o concelho com: maior número de bovinos, cerca de 28% do total, com quase 4.000 cabeças; situa-se em segundo lugar no número de ovinos e caprinos a seguir a Abrantes, com cerca de 20% do total, quase 21.500 cabeças; e no número de suínos também ocupa a segunda posição, a seguir a Ferreira do Zêzere, com cerca de 22%, quase 11.500 animais.

QUADRO N° 25 - EFECTIVOS PECUÁRIOS NO MÉDIO TEJO EM 1989

Concelhos	Bovinos	Ovinos e caprinos	Suínos
Abrantes	1.069	27.707	2.596
Alcanena	2.947	5.297	6.598
Constância	202	1.508	507
Entroncamento	78	300	35
Ferreira do Zêzere	407	7.490	13.175
Gavião	1.193	8.907	1.095
Ourém	3.880	21.484	11.257
Sardoal	123	3.413	1.284
Tomar	1.643	17.184	8.210
Torres Novas	2.140	13.960	4.820
Vila Nova da Barquinha	211	970	1.316
MÉDIO TEJO	13.893	108.220	50.893

Fonte: RLVT - Caracterização Socio-Económica Regional, MEPAT/CCRLVT, 1997 e Recenseamento Geral Agrícola, INE, 1989.

Quanto à dinâmica empresarial, medida pela evolução do número de empresas, estabelecimentos e pessoas ao serviço nos estabelecimentos o concelho de Ourém mostra as seguintes tendências:

- 1) De 1985 a 1994 o número de empresas (Quadro nº 26) tem vindo a crescer gradualmente registando sempre acréscimos médios anuais superiores a 10%. O maior número de empresas pertence ao Ramo do Comércio, Restaurantes e Hotéis com quase 400 empresas ($\approx 40\%$) em 1994 cuja importância relativa tem vindo a crescer ligeiramente. As indústrias transformadoras são o segundo ramo de actividades mais importante, com 232 unidades ($\approx 23\%$), registando também pequenos acréscimos anuais, apesar do seu peso relativo vir a baixar gradualmente. O número de empresas destinadas aos serviços prestados à Colectividade e Serviços Pessoais com 97 unidades ($\approx 10\%$), também tem registado crescimentos anuais. Todavia o maior acréscimo no número de empresas, que cresceu mais de 700% foi no Ramo da Construção e Obras Públicas, que de 22 unidades em 1985 ($\approx 6\%$) passou para 183 unidades em 1994 ($\approx 18\%$).

QUADRO N° 26 - NÚMERO DE EMPRESAS DO CONCELHO DE OURÉM DE 1985 A 1994

RAMO DE ACTIVIDADES (CAE - 1973)	1985	1991	1993	1994
1 Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	7	12	11	18
2 Indústrias Extractivas	3	3	4	3
3 Indústrias Transformadoras	118	164	204	232
4 Electricidade, Gás e Água	0	0	0	0
5 Construção e Obras Públicas	22	116	145	183
6 Comércio, Restaurantes e Hotéis	133	275	320	399
7 Transportes, Armazenagem e Comunicações	4	12	25	28
8 Bancos, Seguros Operações sobre Imóveis	6	16	20	36
9 Serviços prestados à Colectividade e Pessoais	49	66	78	97
TOTAL	342	664	807	996

Fonte: Emprego na RLVT, MEPAT/CCRLVT, 1997; Indicadores Regionais, 94 e Quadros de Pessoal, 85/94 da DEMESS.

- 2) O comportamento e evolução do número de estabelecimentos (Quadro nº 27) é semelhante ao do número de empresas apesar dos acréscimos serem ligeiramente menores, referindo-se somente um crescimento do número de estabelecimentos menor que o número de empresas no Ramo da Construção e Obras Públicas, que de 1985 a 1994 cresceu 500%. Também se assinala um crescimento maior do número de estabelecimentos relativamente ao número de empresas, com cerca de 210% no Ramo do Comércio, Restaurantes e Hotéis, a que Fátima, como destino de milhares de peregrinos e visitantes explica parcialmente, assim como o próprio crescimento e desenvolvimento da cidade de Ourém.

QUADRO Nº 27 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DO CONCELHO DE OURÉM DE 1985 A 1994

RAMO DE ACTIVIDADES (CAE - 1973)	1985	1991	1993	1994
1 Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	7	15	14	22
2 Indústrias Extractivas	3	4	4	3
3 Indústrias Transformadoras	123	172	209	240
4 Electricidade, Gás e Água	1	1	1	3
5 Construção e Obras Públicas	31	119	149	186
6 Comércio, Restaurantes e Hotéis	144	290	349	447
7 Transportes, Armazenagem e Comunicações	9	16	30	33
8 Bancos, Seguros Operações sobre Imóveis	14	33	40	56
9 Serviços prestados à Colectividade e Pessoais	58	77	94	113
TOTAL	390	727	890	1103

Fonte: Emprego na RLVT, MEPAT/CCRLVT, 1997; Indicadores Regionais, 94 e Quadros de Pessoal, 85/94 da DEMESS.

- 3) O número de pessoas ao serviço (Quadro nº 28) nos estabelecimentos do concelho de Ourém de 1985 a 1994 tem registado acréscimos significativos, apresentando neste período um acréscimo de 95%, enquanto o número de estabelecimentos cresceu 180% e o número de empresas cresceu 190%. O Ramo de actividade que tem mais pessoas ao serviço, em 1994, é o das Indústrias Transformadoras, com um peso de 35% (quase 2.900 pessoas), seguindo-se o Ramo do Comércio, Restaurantes e Hotéis, com mais de 2.000 pessoas e um peso de 26%, depois a Construção e Obras Públicas com 1.238 pessoas e um peso de 15% e por fim os Serviços Pessoais com cerca de 1.200 pessoas e também um peso de 15%, para referir os quatro Ramos de Actividade mais importantes. No período estudado o Ramo de Actividade que registou o maior acréscimo foi o da Construção e Obras Públicas com mais de 200% de crescimento.

QUADRO Nº 28 - NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS DO CONCELHO DE OURÉM DE 1985 A 1994

RAMO DE ACTIVIDADES (CAE - 1973)	1985	1991	1993	1994
1 Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	50	75	83	101
2 Indústrias Extractivas	18	33	61	42
3 Indústrias Transformadoras	1.708	2.400	2.647	2.849
4 Electricidade, Gás e Água	22	18	19	16
5 Construção e Obras Públicas	385	1.144	1.167	1.238
6 Comércio, Restaurantes e Hotéis	969	1.505	1.773	2.090
7 Transportes, Armazenagem e Comunicações	170	246	254	250
8 Bancos, Seguros Operações sobre Imóveis	141	231	243	294
9 Serviços prestados à Colectividade e Pessoais	672	801	1.027	1.191
TOTAL	4.135	6.453	7.274	8.071

Fonte: Emprego na RLVT, MEPAT/CCRLVT, 1997; Indicadores Regionais, 94 e Quadros de Pessoal, 85/94 da DEMESS.

Dos vários industriais existentes no concelho de Ourém, apresentam-se no Quadro nº 29 os seus pesos relativos, permitindo avaliar o grau e a especialização do concelho, medida por dois indicadores: a percentagem do número de pessoas ao serviço e a percentagem do VAB realizado. Os dois indicadores dão resultados semelhantes, que não alteram o tipo de especialização nem a sua importância relativa, sendo o sector mais importante (o que de certa forma traduz a especialização de Ourém) em número de pessoas ao serviço (Figura nº 29): o da Indústria da Madeira e Cortiça com mais de 60% do total, seguindo-se a Indústria de Produtos Minerais não Metálicos, com cerca de 15% e imediatamente abaixo, as Indústrias Químicas com cerca de 11%. No que diz respeito ao VAB a Indústria da Madeira e Cortiça tem um peso de cerca de 68%, seguindo-se a Indústria de Produtos Minerais não Metálicos com cerca de 16% e as Indústrias Químicas com cerca de 8% (Figura nº 30).

QUADRO Nº 29 - RAMOS INDUSTRIAIS DOMINANTES NO EMPREGO E NO VAB NO CONCELHO DE OURÉM EM 1989

RAMOS INDUSTRIAIS	Nº Pessoas ao serviço (%)	VAB (%)
1 Alimentação, Bebidas e Tabaco	5,5	2,7
2 Têxteis, Vestuário e Couro	3	0,8
3 Madeira e Cortiça	61,1	68,4
4 Papel, Artes Gráficas e Edição Publicações	1,3	1
5 Químicas	10,7	7,9
6 Produtos Minerais Não Metálicos	15,2	16,1
7 Metalúrgicas de Base	0	0
8 Produtos Metálicos, Máquinas, Equipamentos e Material de Transporte	3,2	3,1
TOTAL	100	100

Fonte: RLVT - Caracterização Socio-Económica Regional, MEPAT/CCRLVT, 1997 e Estatísticas Industriais, INE, 1989.

FIGURA Nº 29 - NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO (%) NOS RAMOS INDUSTRIAIS DOMINANTES NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1989

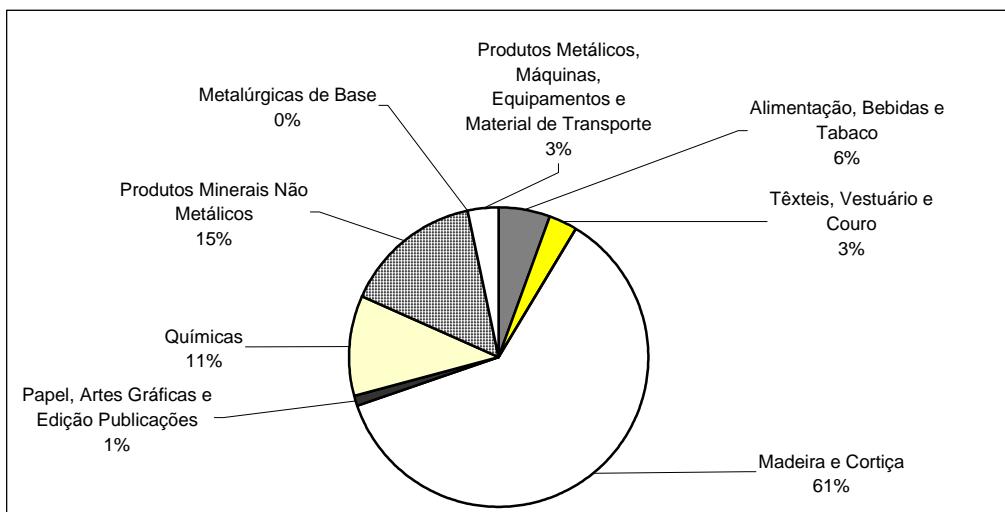
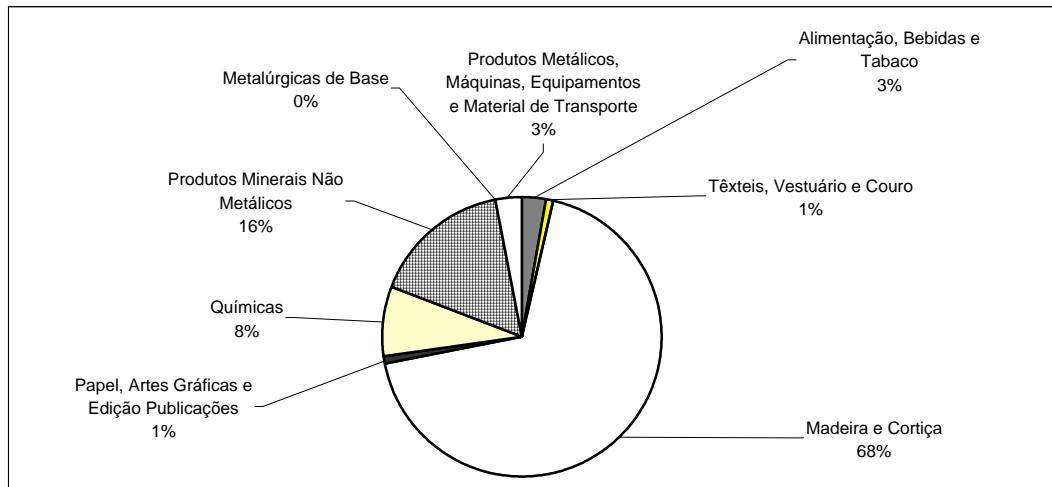


FIGURA Nº 30 - PERCENTAGEM DE VAB NOS RAMOS INDUSTRIAS DOMINANTES NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1989



No contexto do Médio Tejo, para se avaliar a importância de Ourém na sub-região apresentam-se mais três novos indicadores que permitem caracterizar melhor o concelho:

- 1) Um dos indicadores económicos mais utilizados o VAB da Indústria Transformadora (Quadro nº 30) mostra que Ourém na sub-região se encontra em sexto lugar, com cerca de 1,4 milhões de contos a que corresponde um peso relativo de 4%, em 1989.

QUADRO Nº 30 - VALOR ACRESCENTADO BRUTO DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA NO MÉDIO TEJO, EM 1989

CONCELHOS	V.A.B. (mil contos)
Abrantes	4.110
Alcanena	7.431
Constância	4.563
Entroncamento	534
Ferreira do Zêzere	444
Gavião	6
Ourém	1.363
Sardoal	65
Tomar	5.260
Torres Novas	8.357
Vila Nova da Barquinha	43
MÉDIO TEJO	32.176

Fonte: RLVT - Caracterização Socio-Económica Regional, MEPAT/CCRLVT, 1997 e Estatísticas Industriais, INE, 1989.

- 2) Outro indicador é o número de estabelecimentos grossistas e retalhistas (Quadro nº 31), apresentando-se o que diz respeito ao ano de 1993, que mostra que o concelho de Ourém se encontra na segunda e primeira posição respectivamente: tem 102 estabelecimentos grossistas, que representam 20% do total e tem 903 estabelecimentos retalhistas, que representam 23% do total.

QUADRO Nº 31 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS GROSSISTAS E RETALHISTAS E RESPECTIVOS NÚMEROS DE PESSOAS AO SEU SERVIÇO, NO MÉDIO TEJO, EM 1993

CONCELHOS	Nº de Estabelecimentos		Nº Pessoas ao Serviço	
	Grossistas	Retalhistas	Grossistas	Retalhistas
Abrantes	60	768	576	1.658
Alcanena	80	218	273	476
Constância	5	32	26	53
Entroncamento	29	381	300	852
Ferreira do Zêzere	7	103	51	208
Gavião	6	78	7	107
Ourém	102	903	811	1.673
Sardoal	1	40	10	91
Tomar	90	655	804	1.748
Torres Novas	113	678	1.333	1.550
Vila Nova da Barquinha	14	71	39	105
MÉDIO TEJO	507	3.927	4.230	8.521

Fonte: RLVT - Caracterização Socio-Económica Regional, MEPAT/CCRLVT,1997 e Estatísticas do Cadastro Comercial, DG Comércio, 1993.

- 3) Outro indicador é o número de pessoas ao serviço nos estabelecimentos grossistas e retalhistas (Quadro nº 31), apresentando-se o que diz respeito ao ano de 1993, que mostra que Ourém se situa na segunda posição (a seguir ao concelho de Tomar), com 811 pessoas nos estabelecimentos grossistas, cerca de 19% do total e 1.673 pessoas nos estabelecimentos retalhistas, cerca de 20% do total.

Para um melhor conhecimento do concelho de Ourém em termos económicos, os ramos e as empresas existentes e o número de empregos que geram, apresenta-se uma tabela com uma matriz simplificada das 11 empresas do concelho que estão incluídas nas 100 Maiores Empresas do Distrito de Santarém, segundo as rubricas mais importantes (Quadro nº 32).

QUADRO Nº 32 - EMPRESAS DO CONCELHO DE OURÉM DENTRO DAS 100 MAIORES EMPRESAS DO DISTRITO DE SANTARÉM.

Nº Ordem (1)	DENOMINAÇÃO DAS EMPRESAS	Sub- sectores de activ.	Vol. Negóc. 1996 (mil contos)	Vol. Negóc. 1997 (mil contos)	Nº Trab. 1997	Indúst. Transf.	Const. Civil	Comércio p/ grosso	Comércio a Retalho
25	J. Justino das Neves	625	2.627	3.603	30				X
37	Construções Aquino e Rodrigues	510	1.898	2.660	143		X		
47	FAMETAL - Fábrica Port. de Estruturas Metálicas	381	1.873	2.079	163	X			
57	RAMECEL - Rede Abast. de Mercearias Centro	611	1.795	1.777	49			X	
71	SACF – Sociedade de Construções Aquino & Filhos	530	1.129	1.301	139		X		
72	Joaquim Verdasca Júnior, Herdeiros	614	1.218	1.293	31			X	
75	MADECA - Madeiras de Caxarias	331	--	1.209	120	X			
80	VILARPLACA - Sociedade Distribuidora de Matérias p/ Móveis	618	936	1.053	15			X	
81	ARTIMOL - Artigos de Mobiliário	331	--	1.039	35	X			
86	IRMADE - Indústria de Revestimentos p/ Madeira	331	870	961	95	X			
91	VIGOBLOCO	363	--	758	65	X			
T O T A L				17.733	885				

Fonte: As 100 Maiores Empresas do Distrito de Santarém, Jornal "O Ribatejo", Novembro 1998.

(1) Número de ordem segundo o volume de negócios de 1997 em relação à totalidade do distrito.

SUB-SECTORES DE ACTIVIDADE	
331	Indústria de Madeira
363	Cimento, Cal e Gesso
381	Motores e Turbinas
510	Construção de Habitação
530	Construção e Obras Públicas
611	Produtos Agrícolas e Alimentares
614	Máquinas e Motores e Acessórios
618	Diversos
625	Materiais de Construção e Ferragens

O volume de negócios destas 11 empresas, em 1997, foi de um valor mínimo de 758 mil contos no sector do Cimento, Cal e Gesso (VIGOBLOCO) até um máximo de 3,6 milhões de contos no sector de Materiais de Construção e Ferragens (J. JUSTINO DAS NEVES). Na maior parte das empresas o volume de negócios de 1996 para 1997 aumentou substancialmente verificando-se os maiores acréscimos com valores entre os 35% e os 40% nos sectores da Construção de Habitação (CONSTRUÇÕES AQUINO E RODRIGUES) e no de Materiais de Construção.

O número de trabalhadores em 1997, nestas 11 empresas varia de 30 trabalhadores, na empresa com maior volume de negócios (J. JUSTINO DAS NEVES), até um máximo de 163, para a empresa em 3º lugar no volume de negócios. Das empresas referidas: há 4 que têm um número de trabalhadores entre 120 e 165 e são dos sectores: Motores e Turbinas; Construção de Habitação; Construção e Obras Públicas; e Indústria de Madeira; há 3 que têm um número de trabalhadores entre 45 e 95 e pertencem aos sectores: Indústria de Madeira; Cimento, Cal e Gesso; e Produtos Agrícolas e Alimentares; e há 4 com um número de trabalhadores entre 15 e 35 que correspondem aos sectores: Indústria de Madeira; Máquinas, Motores e Acessórios; Materiais de Construção e Ferragens; e Diversos (VILARPLACA).

Das 11 empresas registadas, no que diz respeito ao ramo de actividades, há 5 empresas de Indústrias Transformadoras, 3 empresas que se dedicam ao Comércio por grosso, 2 empresas de Construção Civil e uma empresa de Comércio a retalho.

Relativamente aos sectores de actividade há 3 empresas de Indústria de Madeira e 9 empresas de nove sectores diferentes, discriminados no Quadro nº 32.

Também o número de ordem das empresas referidas que correspondem à sua classificação, segundo o volume de negócios em 1997 das 100 Maiores Empresas do Distrito de Santarém, permite avaliar a sua posição relativa, ficando 3 delas acima das 50 maiores, respectivamente nos lugares 25º, 37º e 47º e referentes aos ramos: Materiais de Construção e Ferragens; Construção de Habitação; e Motores e Turbinas.

Relativamente às Indústrias Transformadoras localizadas no concelho, num total de 153 unidades, devidamente licenciadas e conhecidas até 1998, foi possível agrupá-las de forma a caracterizar o tipo e o peso da indústria existente. Os resultados obtidos são os seguintes:

- Indústrias de Transformação de Madeiras 3
- Serrações de Madeira 24
- Carpintarias 12
- Fábricas de Móveis 11
- Fabrico de sofás e portas 4
- Serralharias de Alumínios e Estruturas Metálicas 19
- Construção Civil 7
- Fornos de Cal e Carvão 4
- Oficinas de Mármores 14
- Cerâmica, Faiança e Louças 8
- Fabrico de Artigos Religiosos e Velas 5
- Aviários 10
- Lagares de Azeite 13
- Padarias 7
- Pastelarias 3
- Outras 7

O maior número de unidades, corresponde a Serrações de Madeira, Serralharias, Oficinas de Mármores, Lagares de Azeite, Carpintarias, Fábricas de Móveis e Aviários. Imediatamente a seguir, são de referir as unidades de Cerâmica, Faiança e Louças, Padarias e a Construção Civil.

3.8 EQUIPAMENTOS COLECTIVOS, COMÉRCIO E SERVIÇOS

Equipamentos de Saúde

No concelho de Ourém não há Estabelecimentos Hospitalares e os mais próximos, utilizados pela população do concelho são: Hospital de Tomar, Hospital de Leiria e Hospital de Torres Novas.

No concelho só existem dois Centros de Saúde: o Centro de Saúde de Ourém (com SAP – Serviço de Atendimento Permanente) e o Centro de Saúde de Fátima. Existem ainda dezasseis Extensões Médicas, como se refere no quadro abaixo (Quadro nº 33) e cuja localização se apresenta na Figura nº 31.

Além de Ourém (freguesia de N^a S^a da Piedade) e Fátima com os Centros de Saúde, todas as outras freguesias têm uma Extensão Médica na sua sede, à excepção da freguesia de N^a S^a das Misericórdias que tem duas Extensões Médicas, uma em Vilar dos Prazeres e outra no Sobral e a freguesia do Cercal que não tem nenhuma.

**QUADRO Nº 33 - EQUIPAMENTOS DE SAÚDE PÚBLICOS, NO CONCELHO DE OURÉM,
EM 1997**

CENTROS DE SAÚDE

Centro de Saúde de Ourém (c/ SAP)

Centro de Saúde de Fátima

EXTENSÕES MÉDICAS

Extensão Médica de Alburitel

Extensão Médica de Atouguia

Extensão Médica de Casal dos Bernardos

Extensão Médica de Caxarias

Extensão Médica de Espite

Extensão Médica de Formigais

Extensão Médica de Freixianda

Extensão Médica de Gondemaria

Extensão Médica de Matas

Extensão Médica de Vilar dos Prazeres

Extensão Médica de Olival

Extensão Médica de Ribeira do Fárrio

Extensão Médica de Rio de Couros

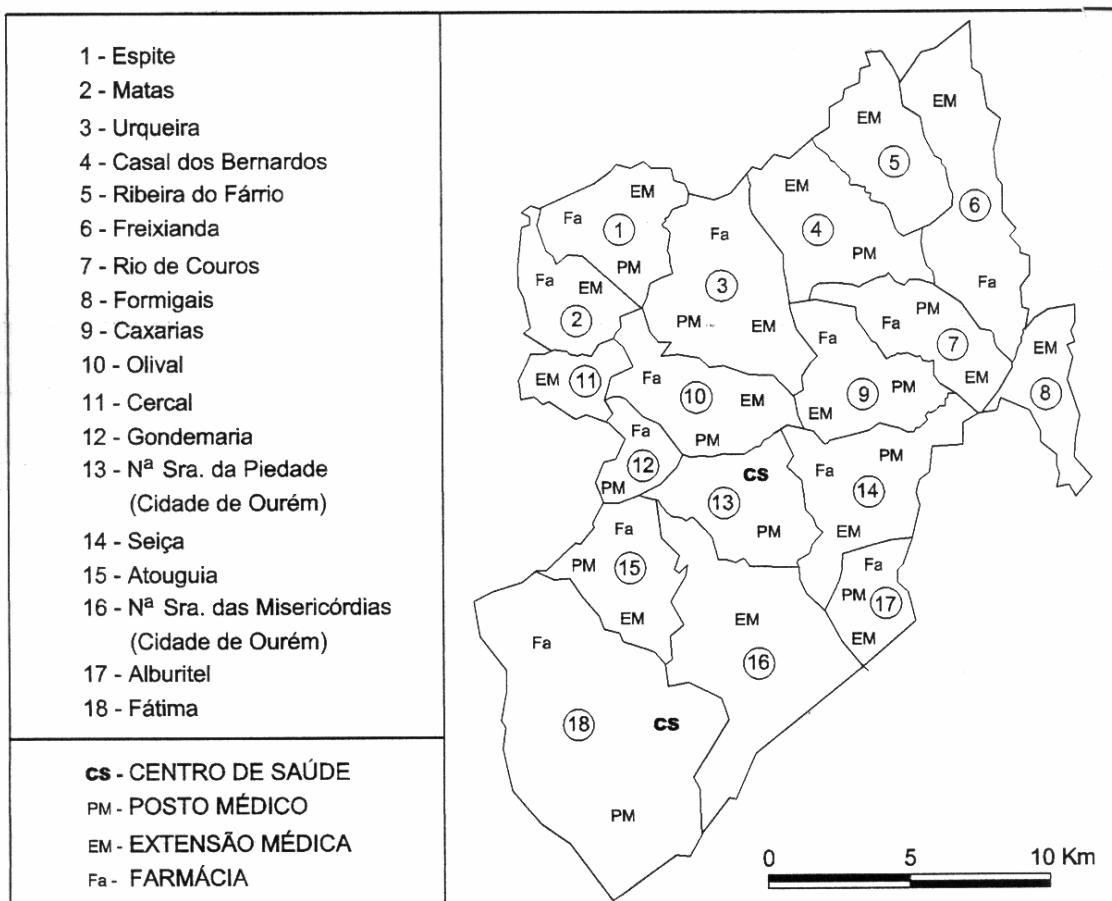
Extensão Médica de Seiça

Extensão Médica de Urqueira

Extensão Médica de Sobral

Fonte: Informação disponibilizada pela C.M. Ourém, 1998.

FIGURA N° 31 - LOCALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE NO CONCELHO DE OURÉM



Fonte: Câmara Municipal de Ourém 1998.

Das dezoito freguesias do concelho, doze freguesias têm um Posto Médico/Enfermagem público, sendo as seis freguesias que não dispõem deste equipamento as seguintes: Cercal, Formigais, Freixianda, Matas, Nª Sª das Misericórdias e Ribeira do Fárrio (Figura nº 31).

Laboratórios de Análises Clínicas Públicos só há em quatro freguesias: Nª Sª da Piedade (cidade de Ourém); Atouguia; Caxarias e Fátima.

Existem farmácias na maior parte das freguesias excepto nas seguintes: Cercal, Formigais e Ribeira do Fárrio (Figura nº 31), Casal dos Bernardos e Nª Sª das Misericórdias têm apenas posto de farmácia.

Equipamentos Desportivos

Os equipamentos desportivos existentes no concelho de Ourém, por freguesia, apresentam-se no quadro abaixo com as suas designações e características principais. Estes equipamentos dividem-se em: grandes jogos que correspondem aos campos de futebol; pequenos jogos: basketball, andebol, futebol de cinco, etc.; a pavilhões gimnodesportivos; a piscinas; e a salas polivalentes. No concelho há cerca de 70 destes equipamentos, sendo 29 campos de futebol, 24 campos de pequenos jogos, 9 pavilhões gimnodesportivos e 4 piscinas cobertas (uma delas tanque de aprendizagem) (Quadro nº 34).

De 1949 até 1973 foram construídos seis equipamentos dos quais se destacam os de Fátima que pertencem a Ordens Religiosas (Seminário da Consolata, Seminário dos Monfortinos e Colégio de S. Miguel); de 1974 a 1980 foram construídos dezanove equipamentos, grande parte da responsabilidade das Juntas de Freguesia; na década de 80 foram construídos quinze equipamentos regularmente ano após ano; na década de 90 (até 1998) foram construídos trinta equipamentos desportivos, dos quais se destacam os executados em Fátima, pelo Centro de Estudos de Fátima em 1997, e os de vários Grupos Desportivos e Associações Culturais e Recreativas.

As áreas dos campos de futebol variam de cerca de 2.800 m² a 8.800 m² enquanto os dos pequenos jogos variam entre 420 m² e 1.370 m². Os pavilhões têm áreas que vão dos 570 m² aos 1.660 m². As piscinas têm uma área aproximada de 310 m².

Todas as freguesias têm um ou mais campos de futebol à excepção da freguesia dos Formigais que não tem nenhum.

QUADRO Nº 34 - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM

FREGUESIA	NOME	TIPOLOGIA	PROPRIETÁRIO	ÁREA	CONS	ANO
ALBURITEL	CAMPO DA CUMIEIRA	GRANDE CAMPO	JUNTA DE FREGUESIA	6121.5	BOM	1978
ALBURITEL	CAMPO DOS TOUCINHOS	GRANDE CAMPO	JUNTA DE FREGUESIA	2828	MAU	1991
ALBURITEL	POLIDESPORTIVO DE ALBURITEL	PEQUENO CAMPO	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA DE ALBURITEL	1017.6	BOM	1995
ATOUGUIA	POLIDESPORTIVO DA ARCA	PEQUENO CAMPO	ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL ATOUGUIENSE	1014.3	BOM	1996
ATOUGUIA	CAMPO DO S. GENS	GRANDE CAMPO	CENTRO DESPORTIVO E CULTURAL S. GENS	5577.5	RAZ.	1977
CASAL DOS BERNARDOS	CAMPO DAS GATILHAS	GRANDE CAMPO	JUNTA DE FREGUESIA	3468.96	RAZ.	1996
CAXARIAS	CAMPO DA CHÃ	GRANDE CAMPO	CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DE CAXARIAS	4959	RAZ.	1976
CAXARIAS	POLIDESPORTIVO DO CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DE CAXARIAS	PEQUENO CAMPO	CENTRO DE CULTURA E DESPORTO DE CAXARIAS	806.01	RAZ.	1981
CAXARIAS	POLIDESPORTIVO DA ESCOLA E.B. 2, 3	PEQUENO CAMPO	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	800	BOM	1990
CAXARIAS	PAVILHÃO DE CAXARIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM	PAVILHÃO	CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM	1234.32	BOM	1996
CERCAL	POLIDESPORTIVO DO CENTRO DESPORTIVO E RECREATIVO DO CERCAL	PEQUENO CAMPO	CENTRO DESPORTIVO E RECREATIVO DO CERCAL	750.2	BOM	1992
CERCAL	CAMPO DAS BARREIRAS (VALES)	GRANDE CAMPO	CENTRO DESPORTIVO E RECREATIVO DO CERCAL	4711.65	RAZ.	1978
ESPITE	CAMPO DE FUTEBOL MANUEL DOS RAMOS	GRANDE CAMPO	HERDEIROS DE MANUEL DOS RAMOS	4230	BOM	1976

FREGUESIA	NOME	TIPOLOGIA	PROPRIETÁRIO	ÁREA	CONS	ANO
ESPITE	POLIDESPORTIVO DA JUNTA DE FREGUESIA DE ESPITE	PEQUENO CAMPO	JUNTA DE FREGUESIA	968	BOM	1997
FÁTIMA	CAMPO DO VASCO DA GAMA	GRANDE CAMPO	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, RECREATIVA E CULTURAL VASCO DA GAMA	6722.28	BOM	1985
FÁTIMA	PARQUE DE JOGOS JOÃO PAULO II	GRANDE CAMPO	CENTRO DESPORTIVO DE FÁTIMA	6543.76	BOM	1969
FÁTIMA	CAMPO DE FUTEBOL DA GIESTEIRA	GRANDE CAMPO	ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA DA GIESTEIRA-GIESTA SPORT CLUBE	5652.9	BOM	1978
FÁTIMA	POLIDESPORTIVO DO GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL EIRAPEDRENSE	PEQUENO CAMPO	GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL EIRA PEDRENSE	905.04	BOM	1995
FÁTIMA	CAMPO DO SEMINÁRIO DA CONSOLATA	PEQUENO CAMPO	SEMINÁRIO DA CONSOLATA	658	RAZ.	1949
FÁTIMA	PAVILHÃO DO COLÉGIO DE S. MIGUEL	PAVILHÃO	COLÉGIO DE S.MIGUEL	948.06	BOM	1968
FÁTIMA	PAVILHÃO DO CENTRO DESPORTIVO DE FÁTIMA	PAVILHÃO	CENTRO DESPORTIVO DE FÁTIMA	756	BOM	1982
FÁTIMA	PAVILHÃO DA CONSOLATA	PAVILHÃO	SEMINÁRIO DA CONSOLATA	624.71	BOM	1949
FÁTIMA	POLIDESPORTIVO DO COLÉGIO DE S. MIGUEL	PEQUENO CAMPO	COLÉGIO DE S. MIGUEL	422.56	RAZ.	1979
FÁTIMA	POLIDESPORTIVO DO COLÉGIO S. MIGUEL	PEQUENO CAMPO	COLÉGIO DE S. MIGUEL	602	RAZ.	1979
FÁTIMA	CAMPO DE FUTEBOL DO COLÉGIO DE S. MIGUEL	GRANDE CAMPO	COLÉGIO DE S. MIGUEL	3687.42	RAZ.	1974
FÁTIMA	PISCINA DO COLÉGIO DE S. MIGUEL	PISCINA COBERTA	COLÉGIO DE S. MIGUEL	225	BOM	1997
FÁTIMA	CAMPO DE FUTEBOL DO SEMINÁRIO DOS MONFORTINOS	GRANDE CAMPO	SEMINÁRIO DOS MONFORTINOS	3104	RAZ.	1962
FÁTIMA	POLIDESPORTIVO DO SEMINÁRIO DOS MONFORTINOS	PEQUENO CAMPO	SEMINÁRIO DOS MONFORTINOS	567	BOM	1975
FÁTIMA	POLIDESPORTIVO DO SEMINÁRIO DOS MONFORTINOS	PEQUENO CAMPO	SEMINÁRIO DOS MONFORTINOS	621.6	RAZ.	1975

FREGUESIA	NOME	TIPOLOGIA	PROPRIETÁRIO	ÁREA	CONS	ANO
FÁTIMA	GINÁSIO DO SEMINÁRIO DOS MONFORTINOS	SALA	SEMINÁRIO DOS MONFORTINOS	293.94	RAZ.	1979
FÁTIMA	POLIDESPORTIVO DO COLÉGIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA	PEQUENO CAMPO	COLÉGIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA	814.03	BOM	1996
FÁTIMA	PAVILHÃO DO COLÉGIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA	SALA	COLÉGIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA	236.4	BOM	1982
FÁTIMA	GINÁSIO DO COLÉGIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA	SALA	COLÉGIO DO SAGRADO CORAÇÃO DE MARIA	212.4	BOM	1982
FÁTIMA	PAVILHÃO DO CENTRO DE ESTUDOS FÁTIMA	PAVILHÃO	CENTRO DE ESTUDOS DE FÁTIMA	1655	BOM	1996
FÁTIMA	POLIDESPORTIVO DO CENTRO DE ESTUDOS FÁTIMA	PEQUENO CAMPO	CENTRO DE ESTUDOS DE FÁTIMA	832	RAZ.	1997
FÁTIMA	POLIDESPORTIVO DO CENTRO DE ESTUDOS FÁTIMA	PEQUENO CAMPO	CENTRO DE ESTUDOS DE FÁTIMA	586.44	RAZ.	1997
FÁTIMA	POLIDESPORTIVO DO CENTRO DE ESTUDOS FÁTIMA	PEQUENO CAMPO	CENTRO DE ESTUDOS DE FÁTIMA	1362.06	RAZ.	1997
FÁTIMA	PISCINA DO CENTRO DE ESTUDOS DE FÁTIMA	PISCINA COBERTA	CENTRO DE ESTUDOS DE FÁTIMA	312.5	BOM	1997
FÁTIMA	TANQUE DE APRENDIZAGEM DO CENTRO DE ESTUDOS DE FÁTIMA	PISCINA COBERTA	CENTRO DE ESTUDOS DE FÁTIMA	28.49	BOM	1997
FÁTIMA	POLIDESPORTIVO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DA MOITA REDONDA	PEQUENO CAMPO	POLIDESPORTIVO DA ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DA MOITA REDONDA	456.87	BOM	1997
FÁTIMA	GINÁSIO DA CASA DO PVO DE FÁTIMA	SALA	CASA DO PVO DE FÁTIMA	148.2	BOM	1993
FORMIGAIS	POLIDESPORTIVO DE FORMIGAIS	PEQUENO CAMPO	JUNTA DE FREGUESIA	978.6	RAZ.	1991
FREIXIANDA	CAMPO DAS PRESAS DE S. MIGUEL	GRANDE CAMPO	JUNTA DE FREGUESIA	4699.38	BOM	1980
FREIXIANDA	POLIDESPORTIVO DA ESCOLA C+S DA FREIXIANDA	PEQUENO CAMPO	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	800	BOM	1990
FREIXIANDA	GINÁSIO DA ESCOLA C+S DA FREIXIANDA	SALA	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	184.8	BOM	1990

FREGUESIA	NOME	TIPOLOGIA	PROPRIETÁRIO	ÁREA	CONS	ANO
GONDEMARIA	CAMPO DE FUTEBOL DE GONDEMARIA	GRANDE CAMPO	UNIÃO DESPORTIVA DE GONDEMARIA	5255.04	RAZ.	1978
GONDEMARIA	PAVILHÃO DE GONDEMARIA	PAVILHÃO	UNIÃO DESPORTIVA DE GONDEMARIA	1100	BOM	1992
MATAS	CAMPO DE FUTEBOL DA TREMELEIRA	GRANDE CAMPO	GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DAS MATAS	4765	RAZ.	1986
Nº Sª DAS MISERICÓRDIAS	CAMPO DO OPERÁRIO	GRANDE CAMPO	CLUBE DESPORTIVO VILARENSE	6088.17	BOM	1989
Nº Sª DAS MISERICÓRDIAS	CAMPO FUTEBOL DO SOBRAL	GRANDE CAMPO	GRUPO DESPORTIVO SOBRALENSE	4512.98	RAZ.	1974
Nº Sª DAS MISERICÓRDIAS	CAMPO DE FUTEBOL DO BAIRRO	GRANDE CAMPO	GRUPO CULTURAL, DESPORTIVO E RECREATIVO BAIRRENSE	6200	BOM	1990
Nº Sª DAS MISERICÓRDIAS	CAMPO DE FUTEBOL DA LAGOA DO FURADOURO	GRANDE CAMPO	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA LAGOENSE	4313.2	MAU	1989
Nº Sª DAS MISERICÓRDIAS	POLIDESPORTIVO DA LAGOA DO FURADOURO	PEQUENO CAMPO	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E RECREATIVA LAGOENSE	671.6	RAZ.	1982
Nº Sª DAS MISERICÓRDIAS	POLIDESPORTIVO TIAGO DE OLIVEIRA FARIA	PEQUENO CAMPO	CLUBE DESPORTIVO VILARENSE	800	BOM	1998
Nº Sª DA PIEDADE	CAMPO DA CARIDADE	GRANDE CAMPO	FUNDAÇÃO DR. AGOSTINHO ALBANO DE ALMEIDA	6300	BOM	1962
Nº Sª DA PIEDADE	PAVILHÃO DA ESCOLA E.B. 2,3 DE OURÉM	PAVILHÃO	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	790.02	BOM	1980
Nº Sª DA PIEDADE	CAMPO DE FUTEBOL DO ALQUEIDÃO	GRANDE CAMPO	UNIÃO DESPORTIVA E CULTURAL DO ALQUEIDÃO	6252.48	RAZ.	1983
Nº Sª DA PIEDADE	CAMPO DE FUTEBOL DO VALE TRAVESSO	GRANDE CAMPO	ASSOCIAÇÃO DE CULTURA E DESPORTO DE VALE TRAVESSO	3073.2	RAZ.	1976
Nº Sª DA PIEDADE	POLIDESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM	PEQUENO CAMPO	CÂMARA MUNICIPAL OURÉM	800	BOM	1996

FREGUESIA	NOME	TIPOLOGIA	PROPRIETÁRIO	ÁREA	CONS	ANO
Nª Sª DA PIEDADE	PAVILHÃO GIMNODESPORTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM	PAVILHÃO	CÂMARA MUNICIPAL OURÉM	678.41	BOM	1974
Nª Sª DA PIEDADE	PAVILHÃO COMANDANTE JOAQUIM DA SILVA	PAVILHÃO	ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OURÉM	569.5	BOM	1987
Nª Sª DA PIEDADE	PISCINAS MUNICIPAIS DE OURÉM	PISCINA COBERTA	CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM	312.5	BOM	1993
Nª Sª DA PIEDADE	CAMPO DE FUTEBOL DA ACHADA	GRANDE CAMPO	UNIÃO DESPORTIVA DO PINHEIRO E CABIÇALVA	8800	RAZ.	1994
OLIVAL	CAMPO DE JOGOS DO BREJO	GRANDE CAMPO	JUNTA DE FREGUESIA	5408	BOM	1984
RIBEIRA DO FÁRRIO	POLIDESPORTIVO DA RIBEIRA DO FÁRRIO	PEQUENO CAMPO	JUNTA DE FREGUESIA	613.7	RAZ..	1997
RIBEIRA DO FÁRRIO	CAMPO DE JOGOS DO GRUDER	GRANDE CAMPO	GRUPO DESPORTIVO DA RIBEIRA DO FÁRRIO - GRUDER	5408	RAZ.	1982
RIO DE COUROS	CAMPO DE FUTEBOL DE RIO DE COUROS	GRANDE CAMPO	JUNTA DE FREGUESIA	5822.48	RAZ.	1978
RIO DE COUROS	POLIDESPORTIVO DO GRUPO DESPORTIVO SANDOEIRENSE	PEQUENO CAMPO	GRUPO DESPORTIVO SANDOEIRENSE	657.03	BOM	1995
SEIÇA	CAMPO DR. GUILHERME BARROS E CUNHA	GRANDE CAMPO	GRUPO DESPORTIVO E CULTURAL DE SEIÇA	4612.8	RAZ.	1976
SEIÇA	CAMPO DE FUTEBOL DA LAMEIRINHA	GRANDE CAMPO	JUNTA DE FREGUESIA	3200	MAU	1996
URQUEIRA	CAMPO DE FUTEBOL DE URQUEIRA	GRANDE CAMPO	JUNTA DE FREGUESIA	4521.84	BOM	1978

Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém, 1998.

À excepção de Fátima, em que quase todos os estabelecimentos são privados e pertencentes a Ordens Religiosas, nas outras freguesias os equipamentos desportivos pertencem às Juntas de Freguesia, a Associações Recreativas e Culturais, a Centros Desportivos, alguns à Câmara Municipal de Ourém e outros ao Ministério da Educação.

Em termos da área total ocupada pelos Equipamentos Desportivos (Quadro nº 35) no concelho de Ourém regista-se um valor de cerca de 17,6 ha.

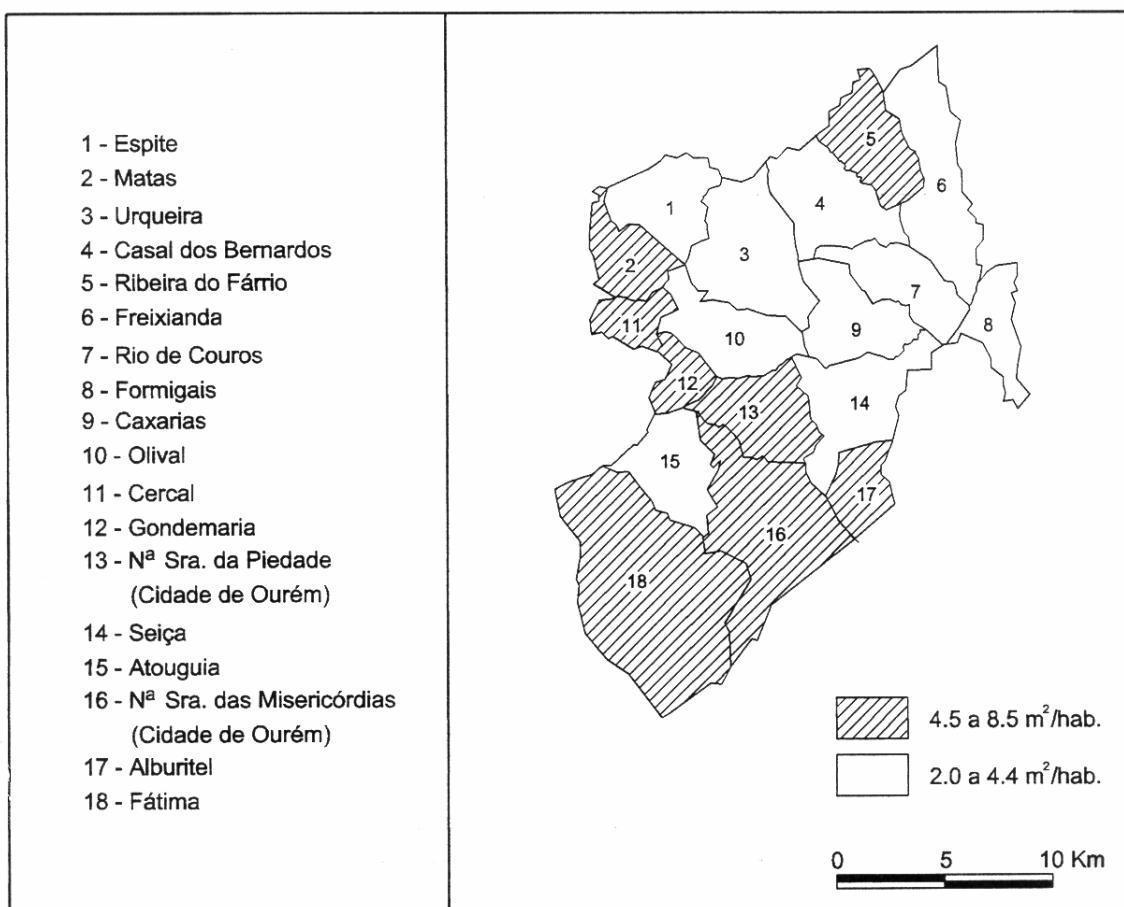
QUADRO Nº 35 - CAPITAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS NO CONCELHO DE OURÉM

FREGUESIAS	População 1991	Área Equipamentos Desportivos (m ²)	Área Equipamentos/ Habitante (m ²)
Alburitel	1.181	9.967	8,4
Atouguia	2.196	6.592	3,0
Casal dos Bernardos	1.175	3.469	3,0
Caxarias	2.182	7.799	3,6
Espite	1.194	5.198	4,4
Fátima	7.213	38.979	5,4
Formigais	490	979	2,0
Freixianda	2.638	5.684	2,2
Gondemaria	1.166	6.355	5,5
Olival	2.031	5.408	2,7
N ^a S ^a Misericórdias (Ourém / Castelo)	4.777	22.586	4,7
Rio de Couros	1.901	6.480	3,4
Seiça	2.291	7.813	3,4
Urqueira	2.013	4.522	2,3
N ^a S ^a Piedade (Ourém)	5.027	27.567	5,5
Matas	986	4.765	4,8
Cercal	809	5.462	6,8
Ribeira do Fárrio	915	6.022	6,6
TOTAL	40.185	175.647	4,4

Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém, 1998.

Em termos de captações dos mesmos equipamentos, temos para o concelho, uma captação média relativamente à população residente, de $4,4\text{ m}^2/\text{ha}$. Abaixo da média ou igual à média (com valores entre $2\text{ m}^2/\text{ha}$ a $4,4\text{ m}^2/\text{ha}$) há dez freguesias (quase toda a parte norte do concelho e Atouguia) e acima da média com valores muito superiores, desde $5,4\text{ m}^2/\text{ha}$ a $8,4\text{ m}^2/\text{ha}$, há oito freguesias designadamente: Fátima, N^a S^a da Piedade, Matas, Cercal, Ribeira do Fárrio, N^a S^a das Misericórdias, Gondemaria e Alburitel (o sul e o extremo poente do concelho) (Figura nº 32).

FIGURA Nº 32 - CAPITAÇÃO MÉDIA DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS NO CONCELHO DE OURÉM



Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém, 1998.

Equipamentos de Ensino

Relativamente aos estabelecimentos de ensino público, existem no concelho de Ourém equipamentos que abrangem os graus de ensino desde a Escola Pré-Primária até ao 12º Ano de Escolaridade.

Existem escolas do nível Pré-Primário em quase todas as freguesias, nas suas sedes, à excepção do Alburitel e Ribeira do Fárrio.

Existem escolas do Ensino Básico – 1º Ciclo (1º a 4º ano de escolaridade) em todas as freguesias sem excepção, cujo número de estabelecimentos e número de salas de aula se apresentam no Quadro nº 36. De realçar as freguesias com cinco ou mais estabelecimentos de ensino: Fátima, Nª Sª das Misericórdias, Atouguia, Caxarias, Frexianda, Olival, Seiça e Urqueira e também a freguesia de Nª Sª da Piedade com quatro estabelecimentos mas um deles, na cidade de Ourém com oito salas de aula.

QUADRO Nº 36 - ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE OURÉM, ANO LECTIVO 1998/99

Freguesias	Nº de estabelecimentos	Nº de Salas de Aula			
		1 Sala	2 Salas	3/4 Salas	8 Salas
Alburitel	2	1	1		
Atouguia	5	1	3	1	
Casal dos Bernardos	4	4			
Caxarias	6	3	3		
Cercal	2	1	1		
Espite	4	4			
Fátima	10	3	4	3	
Formigais	1	1			
Frexianda	6	4	1	1	
Gondemaria	2		2		
Matas	2	1	1		
Nª Sª da Piedade (cidade de Ourém)	4		3		1
Nª Sª das Misericórdias (Ourém/Castelo)	9	4	3	2	
Olival	6	5		1	
Ribeira do Fárrio	2	1	1		
Rio de Couros	4	2	1	1	
Seiça	6	6			
Urqueira	6	4	2		
TOTAL	81	45	26	9	1

Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém (1998).

A localização espacial dos estabelecimentos do 1º ciclo e o respectivo número de salas de aula (Figura nº 33) evidencia um contraste entre o Sul e o Centro e Norte do concelho. O Norte e Centro é onde predominam mais escolas com uma e duas salas, à excepção de eixo Caxarias/Carvoeira, e o Sul é onde predominam as escolas com três ou quatro salas e mesmo oito salas, caso da cidade de Ourém.

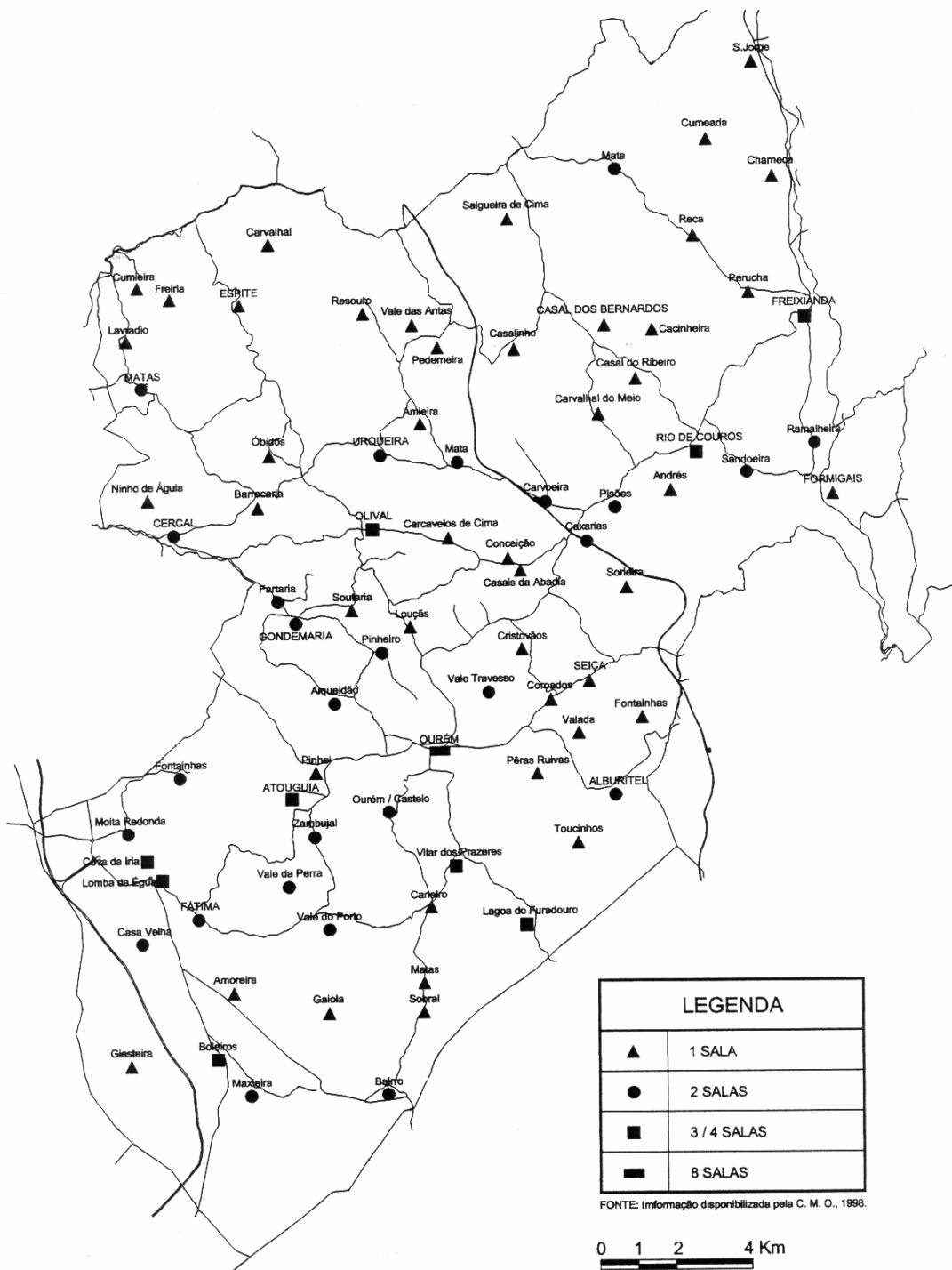
Existem escolas do Ensino Básico – 2º ciclo (5º e 6º ano de escolaridade) em sete freguesias: Caxarias, Cercal, Espite, Freixianda, Matas, Nª Sª da Piedade e Olival.

As escolas do Ensino Básico – 3º ciclo (7º, 8º e 9º anos de escolaridade) só existem em três freguesias: Nª Sª da Piedade, Freixianda e Caxarias e correspondem, respectivamente, às Escolas E.B. 2/3 de Ourém, de Freixianda e de Caxarias.

O Ensino Secundário, que corresponde ao 10º e 11º anos de escolaridade e o 12º ano, só existe na freguesia de Nª Sª da Piedade, na cidade de Ourém, e corresponde à Escola Secundária de Ourém.

Relativamente ao ensino privado, pela sua importância e significado, há que referir a freguesia de Fátima, que dada a sua vocação religiosa favoreceu o aparecimento de várias instituições religiosas, algumas delas dedicadas ao ensino em todos os níveis. Alguns destes estabelecimentos estabeleceram protocolos com o Ministério da Educação, no sentido de assegurarem o sistema de ensino público: Ensino Básico 1º, 2º e 3º ciclo; Ensino secundário e 12º ano de escolaridade. De referir pela sua dimensão e graus de ensino leccionados as três instituições que se localizam na Cova da Iria: Externato S. Domingos com valência da Escola Básica – 1º ciclo, Colégio de S. Miguel e C.E.F. (Centro de Estudos de Fátima com valências de E.B. 2/3 e Secundária (do 1º ano ao 12º ano).

De outro tipo de ensino é de referir a Escola Profissional de Ourém, que tem um pólo em Fátima.



Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém, 1998.

FIGURA Nº 33 - ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO CONCELHO DE OURÉM

Equipamentos de Solidariedade Social

Quanto aos Jardins de Infância públicos, todas as freguesias têm pelo menos um jardim de Infância, caso de: Alburitel, Atouguia, Casal dos Bernardos, Cercal, Espite, Formigais, Gondemaria, Matas, Olival e Ribeira do Fárrio. As freguesias que têm mais do que três Jardins de Infância, são respectivamente: Nª Sª das Misericórdias, Seiça e Fátima (Quadro nº 37).

QUADRO Nº 37 - JARDINS DE INFÂNCIA NO CONCELHO DE OURÉM, ANO LECTIVO 1998/99

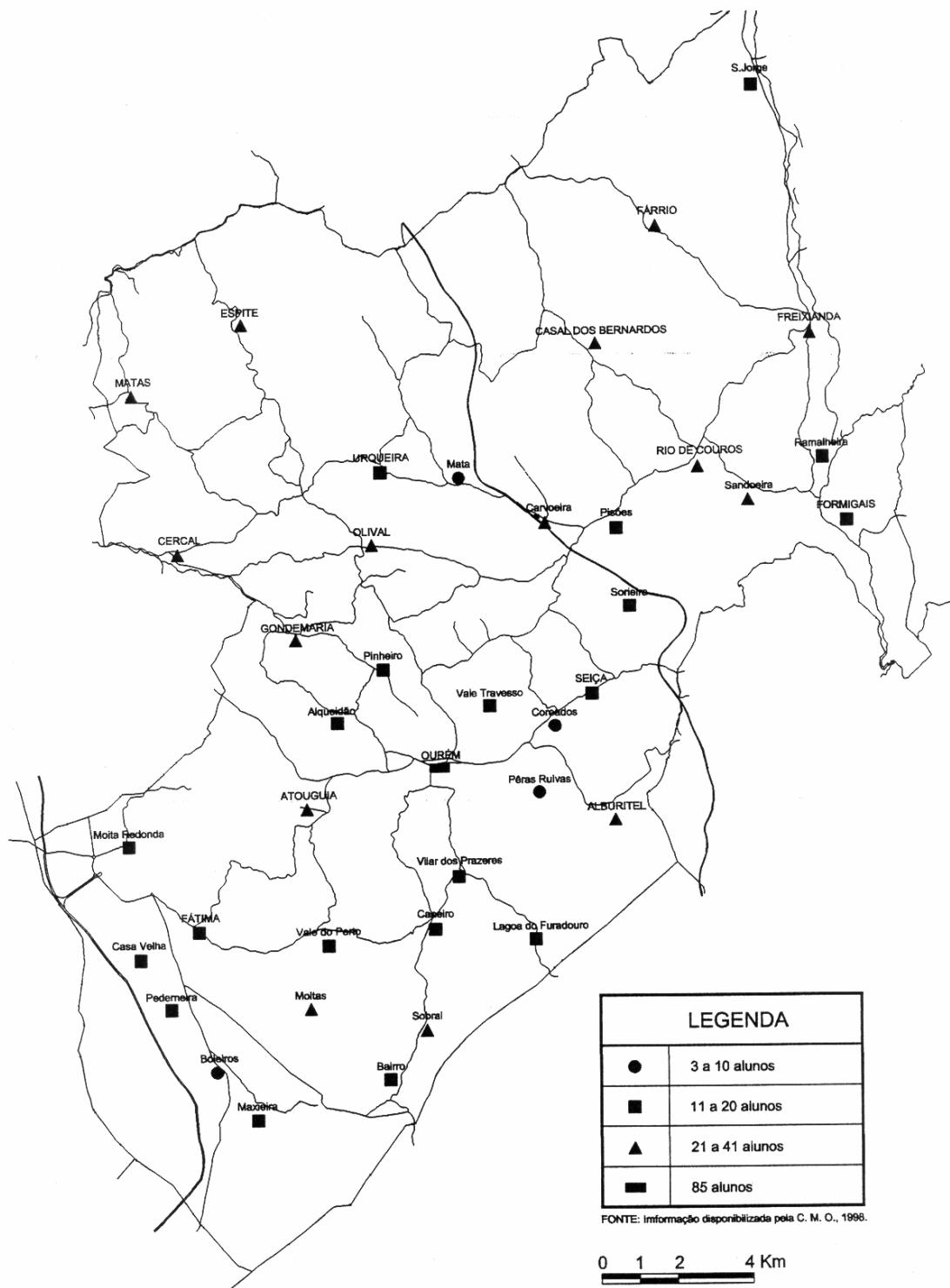
Freguesias	Nº de estabeleci-mentos	Nº de Alunos			
		3 a 10	11 a 20	21 a 41	85
Alburitel	1			1	
Atouguia	1			1	
Casal dos Bernardos	1			1	
Caxarias	2		1	1	
Cercal	1			1	
Espite	1			1	
Fátima	7	1	5	1	
Formigais	1		1		
Freixianda	3		2	1	
Gondemaria	1			1	
Matas	1			1	
Nª Sª da Piedade (cidade de Ourém)	3		2		1
Nª Sª das Misericórdias (Ourém/Castelo)	6		5	1	
Olival	1			1	
Ribeira do Fárrio	1			1	
Rio de Couros	2			2	
Seiça	4	2	2		
Urqueira	3	1	2		
TOTAL	40	4	20	15	1

Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém (1998).

Há todavia que distinguir os estabelecimentos que têm mais ou menos alunos. Cerca de metade dos estabelecimentos têm entre 11 a 20 alunos e mais de 37% têm entre 21 a 41 alunos. É de realçar a cidade de Ourém com um Jardim de Infância com 85 crianças.

De referir na Cova da Iria, freguesia de Fátima, a existência de Jardins de Infância Privados, o Externato S. Domingos e o Jardim Francisco Marto.

Em termos de localização espacial e segundo o número de alunos (Figura nº 34) os Jardins de Infância com mais alunos (de 21 a 41) situam-se predominantemente no norte, nos eixos: Gondemaria, Cercal, Matas e Espite e ainda Olival, e nos eixos: Rio de Couros, Casal dos Bernardos, Ribeira do Fárrio e Freixianda e em Caxarias. Os Jardins de Infância com 11 a 20 alunos predominam no centro e sul do concelho.



Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém, 1998.

FIGURA N° 34 - ENSINO PRÉ-ESCOLAR – JARDINS DE INFÂNCIA NO CONCELHO DE OURÉM

Quanto a Centros de Dia, existem em dez freguesias nomeadamente: Alburitel, Atouguia, Caxarias, Espite, Fátima, Freixianda, N^a S^a das Misericórdias, N^a S^a da Piedade, Ribeira do Fárrio e Seiça, sendo as freguesias que não dispõem de Centros de Dia as seguintes: Casal dos Bernardos, Cercal, Formigais, Gondemaria, Matas, Olival, Rio de Couros e Urqueira.

Só em cinco freguesias existem Lares de 3^a Idade que são as seguintes: Caxarias, Espite, Fátima, N^a S^a da Piedade e Seiça.

Serviços Públicos

Os Serviços Públicos, nomeadamente: Repartição de Finanças, Tesouraria da Fazenda Pública, Cartório Notarial, Conservatória do Registo Civil, Conservatória do Registo Predial, Conservatória do Registo Comercial, Tribunal da Comarca, Posto Policial (GNR e PSP) e Corporação de Bombeiros, só existem na sede do concelho, cidade de Ourém (freguesia de N^a S^a da Piedade). Na cidade de Fátima, existe também um Posto da PSP e um Quartel de Bombeiros.

Serviços Privados

As Agências Bancárias existentes no concelho localizam-se nas seguintes freguesias: Fátima – 9 unidades; N^a S^a da Piedade – 9 unidades; Olival – 3 unidades; Freixianda – 2 unidades; Caxarias – 1 unidade; Gondemaria – 1 unidade, num total de 25 unidades e 6 freguesias servidas.

Relativamente ao Comércio Alimentar, há 5 freguesias que têm supermercados, que são as seguintes: Atouguia – 3; Caxarias – 2; Fátima – 1; Freixianda – 2; N^a S^a da Piedade – 4, num total de 12 unidades.

Em todas as freguesias do concelho, há pelo menos uma Mercearia ou Mini-Mercado, e quase todos têm também pelo menos uma Padaria à excepção de 3 freguesias, que são: Formigais, Rio de Couros e Ribeira do Fárrio. Também quase todas as freguesias têm pelo menos um Talho/Charcutaria, à excepção de 4 freguesias: Matas, Formigais, Ribeira do Fárrio e Seiça.

Relativamente a Comércio e Serviços não Alimentares, mais do que 10 freguesias estão equipadas com Cabeleireiros, Lojas de Vestuário, Lojas de Calçado, Lojas de Electrodomésticos, Lojas de Móveis e Drogarias. Também há 8 freguesias que possuem Stand de Automóveis, que são nomeadamente: Alburitel – 1; Atouguia – 1; Caxarias – 2; Fátima – 4; Urqueira – 2, num total de 30 estabelecimentos.

Há no concelho, um total de 26 Postos de Abastecimento de Combustíveis que se distribuem do modo seguinte: Atouguia – 1; Caxarias – 1; Fátima – 4; Freixianda – 3; Gondemaria – 1; Matas – 1; N^a S^a das Misericórdias – 2; N^a S^a da Piedade – 8; Olival – 1; Ribeira do Fárrio – 1; Rio de Couros – 2; Urqueira – 1, reforçando a importância das cidades de Ourém e Fátima.

3.9 CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES

3.9.1 Acessibilidades

Acessibilidade rodoviária e ferroviária

O concelho de Ourém dispõe actualmente de uma razoável acessibilidade externa, através das ligações rodoviárias ao IP 1/A1, a poente, IP 6, a sul, e também das ligações ferroviárias asseguradas pela Linha do Norte, com acessos permitidos no concelho através da estação de Caxarias, e da estação de Fátima no concelho de Tomar.

Pelo contrário, ao nível interno, a rede de estradas e caminhos municipais apresenta grandes deficiências, quer na articulação dos diversos tipos de vias, quer no seu traçado, quer ainda, nalguns casos, nas características físicas e geométricas do perfil transversal, incluindo a qualidade e condições de conservação dos pavimentos.

Para reforçar a acessibilidade ao exterior está prevista, no Plano Rodoviário Nacional (PRN 2000), a construção do IC 9 que atravessará o concelho, estabelecendo uma ligação transversal W/E, entre o IP 1 próximo de Fátima e o IC 3 junto a Tomar, e que assegurará também um papel colector e distribuidor de alguns tráfegos internos ao concelho.

Além disso foram reclassificadas como Estradas Regionais as antigas EN 349 e EN 356 que, ao serem remodeladas em termos de perfil e traçado, permitirão atravessamentos e ligações do concelho ao exterior: a ER 349 com direcção N/S, assegura uma boa ligação de Ourém a Torres Novas e à ER 350 (no concelho vizinho de Alvaiázere); e a ER 356, com direcção SW/NE, permite a ligação a Alvaiázere e ao IC 3 (através da EN 350, junto de Alvaiázere).

Acresce ainda que, embora implantado no vizinho concelho de Tomar, o IC 3, pela sua localização e traçado, contribuirá fortemente para aumentar a acessibilidade externa do concelho, nomeadamente através da ligação que irá ser assegurada pelo IC 9.

De referir ainda que o Plano Rodoviário mantém a classificação da EN 113, garantindo a remodelação do seu perfil e traçado, e permitindo assim uma importante ligação entre Ourém (IC 9) e Leiria (IC 2).

Ao nível concelhio, desempenham um papel importante nas ligações urbanas e na colecta/distribuição dos tráfegos internos ao concelho, as seguintes vias:

- A sul de Ourém, as estradas municipais 357/360, de orientação NW-SE, assegurando o percurso Lomba da Égua - Fátima - Amoreira - Boleiros - Maxieira - Casal Farto - Bairro; a estrada Sobral - Matas - Outeiro das Matas - Caneiro/IC 9 - Vilar Prazeres/ER 349; a 356 (no troço não classificado como ER), entre Fátima, Vale de Perra, Casal Novo, S. Sebastião/IC 9 e Melroeira/EN 113; a estrada Fátima - Vale de Porto - Caneiro - Vilar Prazeres; e a 113 (no troço não classificado como EN), de orientação W-E entre Ourém, Pêras Ruivas, Alburitel, Furadouro e Fátima (estaçao).
- A norte de Ourém, a estrada municipal 505, assegurando o percurso Cercal - Aldeia Nova - Urqueira - Mata - Carvoeira - Pontes, eixo de orientação W-E, que cruza a ER 349 em Aldeia Nova e é complementado pelos troços das 523/523-1, entre Cercal - Gondemaria – ER 349 e estrada municipal 522, entre Cercal e Olival; a estrada 1016, no percurso Casal dos Bernardos - Casal Ribeiro - Rio de Couros, que cruza a ER 356 em Rio de Couros e é continuada pela estrada 503, entre Estreito - Casalinho - Salgueiras e pela

estrada municipal 525, entre Rio de Couros - Formigais - Palmaria; as estradas 1005/1007, com orientação E-W, ligando Matas à ER 349; as estradas 1011/1012/1014, ligando Resouro/Pederneira - Amieira - Urqueira/Mata; a estrada municipal 502 entre Fárrio e Frexianda; a estrada 604, com o percurso Frexianda - Casal Pinheiro - Ramalheira - Formigais; a estrada 1036, com o percurso Mosqueiros - Seiça/113-1 - Fontainhas - Furadouro - Fátima (estaçao); e a estrada 113-1, com o percurso Ourém - Seiça - Estremadouro

Prevêem-se diversas alterações à rede concelhia, designadamente na envolvente à Cidade de Ourém nas ligações a norte, algumas das quais dispõem já de projectos municipais elaborados ou aprovados, faltando alguns casos garantir o seu financiamento e, noutras casos, apenas falta lançar o concurso para a sua execução.

Estrutura e hierarquização da rede rodoviária

A classificação e hierarquização da rede rodoviária é feita em dois âmbitos distintos, de acordo com as escalas de abordagem dos problemas, a que correspondem diferentes funcionalidades e, portanto diferentes perspectivas de análise: o âmbito concelhio e escala nacional/regional.

O PRN 2000, aprovado pelo Dec. Lei 222/98 de 17/7, define a hierarquia das vias rodoviárias das redes nacional e regional, classificando-as em rede fundamental, que integra os Itinerários Principais (IP), rede complementar, que inclui os Itinerários Complementares (IC) e Outras Estradas Nacionais (EN) e a rede supramunicipal, constituída pelas Estradas Regionais (ER).

Os IP, com várias restrições de circulação e de acessos (vedados em toda a extensão), são as vias mais importantes da rede nacional, constituindo o seu esqueleto e assegurando ligações entre centros urbanos de nível supradistrital e com os principais portos, aeroportos e fronteiras, tendo muitos deles o perfil de auto-estrada. A rede complementar assegura a ligação entre a rede fundamental e os centros urbanos de importância concelhia e supraconcelhia (não distrital), competindo aos IC estabelecer as ligações de maior interesse regional. As ER são vias de interesse supramunicipal e complementar da rede nacional, assegurando a ligação entre grupos de concelhos formando unidades territoriais.

Geração de tráfego

Os principais geradores de tráfego são constituídos pelos centros urbanos, onde se concentra a população, se localiza a maioria do comércio, dos escritórios, dos serviços e dos equipamentos colectivos; as concentrações industriais, fortes geradores de tráfego pesado e de mercadorias, associados ao abastecimento de matérias primas e ao escoamento dos produtos; e também, localizadamente, alguns “interfaces de transporte e “nós” rodoviários ou ferroviários.

No concelho, os “interfaces” de transporte com importância significativa apenas existem no interior das áreas urbanas de Ourém e Fátima e a sua influência é sentida directamente em termos de circulação urbana, não se diferenciando, ao nível da rede global, da importância do restante tráfego urbano. Quanto aos nós, em termos rodoviários merecem destaque o nó do IP-1 de Fátima e, futuramente, os nós do IC-9, em particular com o IP-1.

Em termos ferroviários, até agora nenhuma das estações teve movimento de passageiros ou mercadorias suficiente para justificar a sua consideração como gerador importante, mas no futuro essa situação poderá alterar-se, nomeadamente no caso de Caxarias, no que respeita ao tráfego de mercadorias devendo, no entanto, salientar-se que esses tráfegos não se diferenciarão facilmente daqueles que serão gerados directamente pela zona industrial de Caxarias (Cavadinha/Carvoeira), adjacente à estação.

Quanto aos restantes geradores (concentrações urbano-comerciais e industriais), a sua abordagem far-se-á seguidamente.

Organização da rede urbana

A maioria da população do concelho localiza-se no “corredor diagonal” Fátima - Ourém - Seiça - Caxarias - Rio de Couros - Freixianda, com mais de 65 % do total, enquanto as freguesias mais periféricas - oito em dezoito - (Alburitel, Casal dos Bernardos, Formigais, Ribeira do Fárrio, Espite, Gondemaria, Matas e Cercal), têm menos de 20 % do total da população concelhia.

No conjunto dos aglomerados urbanos do concelho, Fátima e Ourém destacam-se claramente dos restantes, com mais de 5000 habitantes cada.

A distribuição geral da população e das principais aglomerações urbanas desenvolve-se no sul do concelho, em resultado da melhor acessibilidade e da proximidade da antiga EN-1, estando também relacionada com a importância turístico-religiosa de Fátima; face às características

geomorfológicas e às dificuldades topográficas, a distribuição populacional foi claramente influenciada, a norte do concelho, pela acessibilidade proporcionada pelas antigas EN-349 e EN-356 (actualmente ER-349 e ER-356), ao longo das quais se localizam também alguns dos aglomerados mais importantes.

Neste panorama, é de salientar que a influência do caminho de ferro na distribuição da população apenas teve alguma relevância nos casos de Carvoeira - Caxarias - Pontes, de Seiça e de Alburitel, ligada claramente à localização das respectivas estações e apeadeiro.

Tráfego de pesados e mercadorias

As actividades industriais são, além das zonas comerciais e dos “interfaces de transportes, um dos mais importantes geradores de tráfego de mercadorias e de pesados. Importa por isso referenciar a localização dos principais pólos e concentrações industriais (zonas industriais) e relacioná-los com as vias que garantem a acessibilidade, de modo a explicar o funcionamento da circulação de pesados e mercadorias e fundamentar eventuais propostas de alteração.

As consequências das propostas de desenvolvimento das actividades industriais podem sintetizar-se como segue.

A norte de Ourém:

- Z. I. da Urqueira/Aldeia Nova (ZI 6), localizada junto da Aldeia Nova e servida pela ER 349;

- Z. I. de Chã/Caxarias (ZI 2) (Cavadinha/Caxarias/Carvoeira), localizada entre Cavadinha e Carvoeira, próxima da estação de caminho de ferro de Caxarias que a serve, é servida também pelas EM 503 e 505, articuladas com a ER 356 e nova proposta de variante;
- Z. I. de Ourém (ZI 1) (Casal dos Frades), localizada a norte de Ourém, junto de Mosqueiros e Casal dos Matos, servida directamente pela ER 356 e pelo futuro traçado de ligação rodoviária à estação de caminho de ferro de Caxarias, que a serve indirectamente;
- Z. I. de Espite (ZI 8), localizada a norte de Espite e servida pelo CM 1002, que se articula com a ER 349;
- Z. I. de Gondemaria (ZI 5), localizada entre Areias, Furadouro e Escandarão, e servida directamente pela EN 113 e podendo vir a ser servida futuramente pelo IC 9 (alternativa B);
- Z. I. da Frexianda (ZI 7), localizada a poente da Aldeia de Stª Teresa e Casal do Pinheiro, é servida directamente pela ER 356, articulando-se com os aglomerados da Frexianda e Rio de Couros;

De salientar ainda, próximo de Ourém, a existência de indústria extractiva (pedreiras e areeiros), a sul do Alqueidão, servida pela via municipal projectada para a zona, cujo traçado a serve directamente.

A sul de Ourém:

- Z. I. de Vilar de Prazeres (ZI 3), localizada entre Caneiro, Lagoa do Furadouro e Vilar de Prazeres, é servida pelo troço sul da ER 349 e futuramente pelo IC 9;
- Z. I. de Fátima (ZI 4), localizada entre Boleiros e Maxieira e a Auto-Estrada, é servida pela EM 360, que se articula com o IP 1 através da ER 356, em Lomba da Égua (Fátima) futuramente será servida directamente pela variante poente a Fátima e Boleiros que se destina também a servir esta Z.I.;
- Z. I. de Alburitel (ZI 9), a sul de Alburitel, a articular-se com a EM 559 e futuramente com o IC 9.

É também de salientar, a sul, a importância das indústrias extractivas (pedreiras) junto da Lagoa do Furadouro e, principalmente próximo da Giesteira e de Fátima, localizadas a poente do IP 1 e uma a nascente (incluindo também a transformação, britagem e serração de pedra); no primeiro caso é servida directamente pelo troço sul da ER 349; e no segundo caso é mal servida e indirectamente pela EM 360, que se articula depois com o IP 1 através da ER 356, em Lomba da Égua (Fátima).

Deve ainda referir-se, pela sua importância relativa em termos dos tráfegos pesados que gera, a fábrica de materiais para construção pré-fabricados (vigotas e tijoleiras) e também pelos inconvenientes da sua localização específica, os grandes armazéns de varões e perfis de aço em Fátima.

A descrição sumária da rede existente e proposta apresentada evidencia uma distribuição equilibrada (do ponto de vista de acessos) das instalações industriais existentes e suas expansões previstas, prevendo-se que não constituam problema para a circulação viária do concelho, desde que sejam respeitados os seguintes princípios:

- Sejam realizadas, quer a construção das novas vias previstas, quer a remodelação das vias classificadas e a construção das vias propostas;
- Sejam segregados, para vias variantes aos aglomerados, os tráfegos pesados de passagem;
- Seja devidamente sinalizada e respeitada a hierarquização viária proposta;
- Sejam devidamente aproveitadas as potencialidades do caminho de ferro para o tráfego de mercadorias e produtos industriais;
- Sejam relocalizadas em Zonas Industriais as actividades industriais e de armazenagem de produtos pesados actualmente localizados no interior de áreas urbanas.

Hierarquia da rede viária concelhia

Tendo em conta a estrutura territorial, a distribuição da população e a organização da rede de centros urbanos, a rede viária concelhia pode hierarquizar-se em três níveis: a rede principal, que liga os principais aglomerados urbanos e assegura as travessias não estabelecidas pela rede nacional/regional; a rede secundária que estabelece ligações entre os aglomerados secundários e também entre as vias concelhias principais e/ou as vias da rede nacional/regional; e, finalmente, a rede local (todas as restantes vias), que assegura o acesso aos pequenos aglomerados, explorações agrícolas e florestais, pólos e zonas industriais (não servidas directamente por vias de nível superior) e estabelece a sua ligação e articulação com a rede secundária.

3.9.2 Características e funcionalidades das redes viárias

Rede rodoviária

Do ponto de vista topográfico e geomorfológico, o concelho de Ourém pode dividir-se em duas partes bem individualizadas: a primeira corresponde à zona sul do concelho, com cerca de um terço da área total, caracterizada por um relevo ondulado a movimentado, já nos contrafortes da Serra de Aire, formado por calcários de origem cársica do jurássico médio e superior, constituindo terrenos de estabilidade variável; a segunda zona é constituída pelos restantes dois terços a norte do concelho, formada por calcários e margas do cretácico, com vales profundos e encaixados, de difícil travessia.

As vias destas duas zonas têm por isso um traçado irregular, mais difícil a norte de Ourém, com curvas de raios reduzidos e pendentes significativas; a sul os taludes de escavação apresentam-se pouco uniformes e com estabilidade duvidosa, obrigando a menores pendentes e, portanto, a maiores extensões.

Ao longo da maioria das vias da rede de âmbito nacional/regional (exceptuando o IP 1 e a EN 113, entre Ourém e o limite do concelho) e nas vias principais de nível concelhio, o perfil transversal corrente, incluindo bermas, é inferior ou igual a 8,00 m; em muitas zonas, em pontos localizados, a faixa de rodagem destas vias não tem mais de 6,00 m. Por outro lado, a qualidade do pavimento destas estradas é muito deficiente, com a camada de desgaste irregular, com frequentes problemas de drenagem, sem sinalização horizontal, nem delimitação da via; estas deficiências dos pavimentos são tanto mais importantes, quanto pior for o traçado em planta, o qual como atrás referimos, é em geral difícil para a maioria das vias analisadas.

Nestas condições, a capacidade correspondente às vias atrás indicadas é condicionada pelas suas características geométricas e físicas, sendo inferior àquela que seria possível dispor se se efectuassem algumas correcções de traçado e no perfil transversal e alguns melhoramentos no pavimento; em consequência, verifica-se com frequência que as capacidades não são coerentes com as classificações atribuídas às vias e, portanto, com o papel que lhes devia caber na hierarquia viária. No entanto, não é evidente a existência de incoerências entre a utilização das vias analisadas e a sua capacidade por dois motivos principais: primeiro porque as deficiências apontadas penalizam fortemente a procura, adequando-a desse modo às capacidades (casos das ER 349 e ER 356, a norte de Ourém); em segundo lugar porque, em resultado de algumas beneficiações ao longo do tempo, algumas dessas vias adaptaram a sua capacidade ao crescimento específico da procura (casos da ER 349, a sul e da EN 113).

Em termos gerais, as funções das vias da rede nacional são as de assegurar a condução dos tráfegos de passagem e as ligações do concelho aos centros urbanos de nível superior, quer nacionais, quer regionais: é esse o principal papel do IP 1 e será o papel do IC 9, embora este último, pelo seu traçado, possa desempenhar também um significativo papel na distribuição dos tráfegos concelhios interzonais; quanto à EN 113, além das funções de ligação do concelho ao exterior, ela desempenha um papel de redistribuição de tráfegos no interior do concelho, nomeadamente através da sua articulação com as ER-349 e ER 356.

Quanto às vias regionais, o seu principal papel é de permitir as ligações do concelho com os concelhos vizinhos e seus principais centros urbanos e industriais: desempenham estas funções as ER 349 e ER 356, as quais ao serem remodeladas em conformidade com a sua classificação, ampliarão as funções de distribuição concelhia que já desempenhavam de forma limitada.

Às vias principais de âmbito concelhio compete assegurar as funções de ligação entre os principais aglomerados urbanos do concelho, não servidos por estradas de nível nacional ou regional, e também realizar a colecta/distribuição dos vários tipos de tráfego entre as vias de nível superior (nacional/regional), as vias secundárias de distribuição e as vias de acesso local.

O desempenho em boas condições, com eficiência e economia das funções atrás discriminadas, depende principalmente da adequação das características geométricas (traçado e perfil transversal) e físicas (pavimento, equipamentos e sinalização) das vias ao papel que lhes corresponde. Por isso, na fase de proposta privilegiam-se estes aspectos, tendo em conta a hierarquização e estruturação estabelecidas.

O traçado das vias das redes nacional e regional, tanto o das existentes, como o das vias a construir de novo, permite servir o concelho em boas condições, quer no que respeita a assegurar uma boa acessibilidade exterior, quer principalmente no que se refere a garantir uma eficiente conectividade entre zonas concelhias, assegurando a recolha e distribuição dos tráfegos de e para o concelho. Esse traçado (excluindo o IP 1) divide o concelho em cinco zonas cujo território é depois servido pelas vias municipais que constituem uma rede de ligação interzonal e distribuição dentro de cada zona.

Para melhorar a funcionalidade das redes e a sua articulação às escalas, regional e concelhia, o PRN 2000 estabelece que, nas cidades médias que o justifiquem, deverão ser previstas circulares e vias de penetração a integrar na rede nacional, em condições a acordar entre a JAE e as autarquias. Deverá ainda ser elaborado um programa de construção de variantes à travessia de sedes de concelho e outros centros urbanos,

tendo em conta as características operacionais, as condições de segurança e o impacte ambiental. Num caso e noutro, os traçados devem articular-se com os instrumentos de planeamento e de ordenamento territorial ao nível regional e concelhio (art.^º 8^º do PRN 2000).

Rede ferroviária

O concelho de Ourém dispõe de uma localização que poderia ter fomentado uma maior utilização do modo ferroviário no transporte de mercadorias e de passageiros, desde que devidamente articulado com os serviços rodoviários de distribuição.

A linha ferroviária que serve o concelho de Ourém através das estações de Caxarias e Fátima (esta já fora do concelho), corresponde à principal linha do serviço nacional (Linha do Norte), servida por via dupla, totalmente electrificada e dispondo a curto prazo de controlo automático da circulação em toda a sua extensão. Essa linha atravessa a zona norte do concelho com a direcção NW-SE, passando a cerca de 10 km de Ourém (Caxarias) e 20 km de Fátima (gare de Fátima). Esta linha dispõe de um apeadeiro em Seiça, de utilização restrita e condenado a desaparecer com a total automatização desta linha.

Por outro lado, a proximidade da Lamarosa e do Entroncamento, facilitando as ligações ao ramal de Tomar e às linhas da Beira Baixa e do Leste permitem uma elevada e diversificada acessibilidade ferroviária que nunca foi devidamente explorada, nomeadamente porque as circulações com paragem no concelho sempre foram em número reduzido e também porque as ligações rodoviárias entre os principais centros urbanos e o serviço ferroviário sempre foram deficientes, quer em termos de vias utilizáveis, quer em termos de serviço estabelecido.

Os principais centros urbanos servidos por Caxarias são Ourém, a sudoeste (9 km) e Rio de Couros, a nordeste (5 km); a gare de Fátima, localizada a nascente e já fora do concelho, apenas serve Alburitel, na sua proximidade, a poente (5 km), uma vez que as ligações rodoviárias a Ourém (11 km) e a Fátima (21 km) têm limitações.

Avaliação da qualidade e desempenho das redes viárias

O estado actual da maioria das vias, excluindo o IP 1 e a EN 113 (de Ourém ao limite do concelho) é, em geral deficiente, quer no que respeita ao traçado, com raios diminutos e com perfis transversais inferiores aos correspondentes ao papel a desempenhar, quer, principalmente no que respeita às características físicas que não são as melhores, em termos de segurança e comodidade da condução.

A estrutura do conjunto da rede existente e da rede prevista permitirá assegurar uma boa conectividade interna e boas ligações ao exterior, na condição de que sejam construídas as vias previstas e propostas e remodeladas quer as vias cujas características têm alteração prevista, quer aquelas que se propõe neste Plano.

Apesar da qualidade deficiente das estradas no concelho, especialmente em termos de traçado, a sinistralidade tem sido baixa, não existindo pontos negros localizados especificamente no concelho (Estudo da JAE). Apenas na sua vizinhança são de salientar os pontos negros associados à EN 113, entre Ourém e Leiria: um no cruzamento com a ER 357 e o outro junto a Cardosos.

A articulação entre a rede rodoviária e a rede ferroviária é assegurada apenas através das ligações de Ourém às estações de Caxarias (ER 356) e de Fátima (EM 113 e EM 113-1), as quais, como se referiu são bastante deficientes.

Só com a construção da nova via entre Ourém e Caxarias/Estação e com a remodelação das vias atrás referidas será possível uma boa articulação entre os dois sistemas.

Por outro lado, não existe actualmente uma articulação de facto entre o transporte ferroviário e o transporte colectivo rodoviário, apenas existindo algumas ligações “por coincidência”.

Os níveis de utilização global da rede rodoviária são relativamente baixos, reflectindo a sua deficiente qualidade, com excepção do IP 1, do troço principal da EN 113, entre Ourém e o limite W do concelho, da ER 349, entre Ourém e o limite SE do concelho e da EM 356, entre Fátima e Ourém.

3.9.3 Tráfego rodoviário

Tráfego e circulação na rede rodoviária concelhia

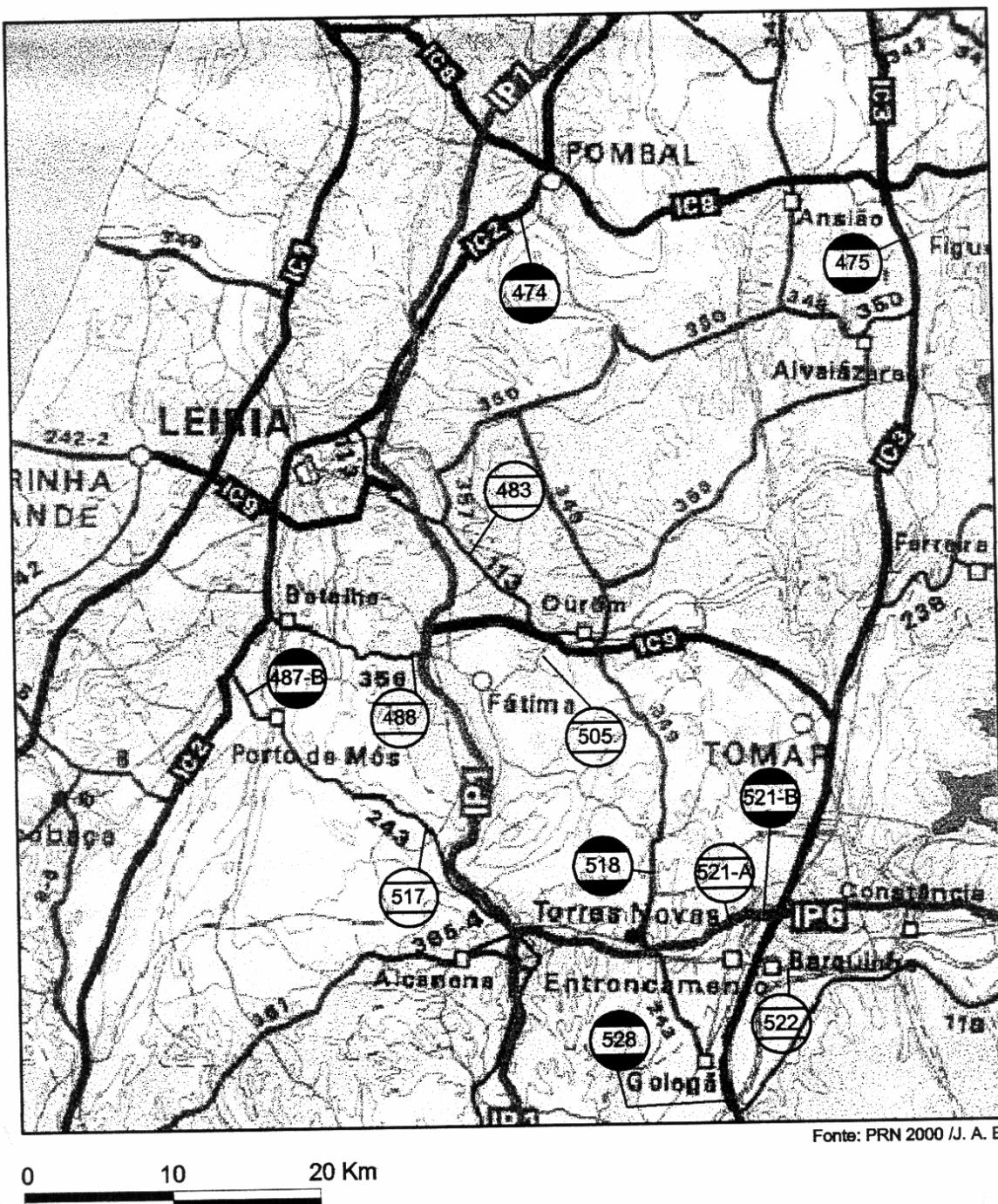
São os seguintes os postos de contagem de tráfego da JAE, localizados no concelho de Ourém ou na sua envolvente, em estradas cuja localização ou serviço têm relações com a circulação na rede que serve o concelho:

- Posto 475/P ao Km 61,55 da EN 110/ IC 3, concelho de Ansião, distrito de Leiria;
- Posto 483/C ao Km 12,70 da EN 113, concelho de Leiria, distrito de Leiria;

- Posto 488/C ao Km 21,95 da EN 356, concelho de Batalha, distrito de Leiria;
- Posto 505/C ao Km 38,60 da EN 356, concelho de Ourém, distrito de Santarém;
- Posto 518/P, ao Km 75,90 da EN 349, concelho Torres Novas, distrito de Santarém;
- Posto 521-B/P, ao Km 127,20 do IP 6, concelho Entroncamento, distrito de Santarém;
- Posto 521-A/C, ao Km 122,30 do IP 6, concelho Torres Novas, distrito de Santarém;
- Posto 522/C, ao Km 92,60 da EN 3, concelho Constância, distrito de Santarém;
- Posto 528/P, ao Km 77,80 da EN 365/IC 3, concelho Entroncamento, distrito de Santarém.

TMD 95

<u>Veículos</u>	<u>Velocípedes</u>		<u>Ligeiros</u>		<u>Pesados</u>		<u>Total Motorizados</u>		<u>Total Geral</u>		<u>Mercadorias</u>	
Postos	TMD	%	TMD	%	TMD	%	TMD	%	TMD	%	TMD	%
Posto 475/P	116	2,08%	4.663	85,45%	794	14,55%	5.457	97,92%	5.573	100%	1.206	22,10%
Posto 483/C	155	2,27%	5.879	88,21%	786	11,79%	6.665	97,73%	6.820	100%	1.262	18,93%
Posto 488/C	53	1,70%	2.381	77,79%	680	22,21%	3.061	98,30%	3.114	100%	881	28,78%
Posto 505/C	70	3,95%	1.518	89,14%	185	10,86%	1.703	96,05%	1.773	100%	239	14,03%
Posto 518/P	310	5,84%	4.612	92,20%	390	7,80%	5.002	94,16%	5.312	100%	591	11,82%
Posto 521-B/P	0	0,00%	9.035	89,09%	1.106	10,91%	10.141	100,00%	10.141	100%	1.575	15,53%
Posto 521-A/C	0	0,00%	9.006	92,61%	719	7,39%	9.725	100,00%	9.725	100%	1.062	10,92%
Posto 528/P	91	1,88%	4.191	88,19%	561	11,81%	4.752	98,12%	4.843	100%	817	17,19%
Total Distrito	795	1,68%	41.285	88,77%	5.221	11,23%	46.506	98,32%	47.301	100%	7.633	16,41%
Média Distrito	99	1,68%	5.161	88,77%	653	11,23%	5.813	98,32%	5.913	100%	954	16,41%



- – POSTOS PERMANENTES
- – POSTOS COMPLEMENTARES

FIGURA N° 35 – REDE RODOVIÁRIA ENVOLVENTE – POSTOS JAE

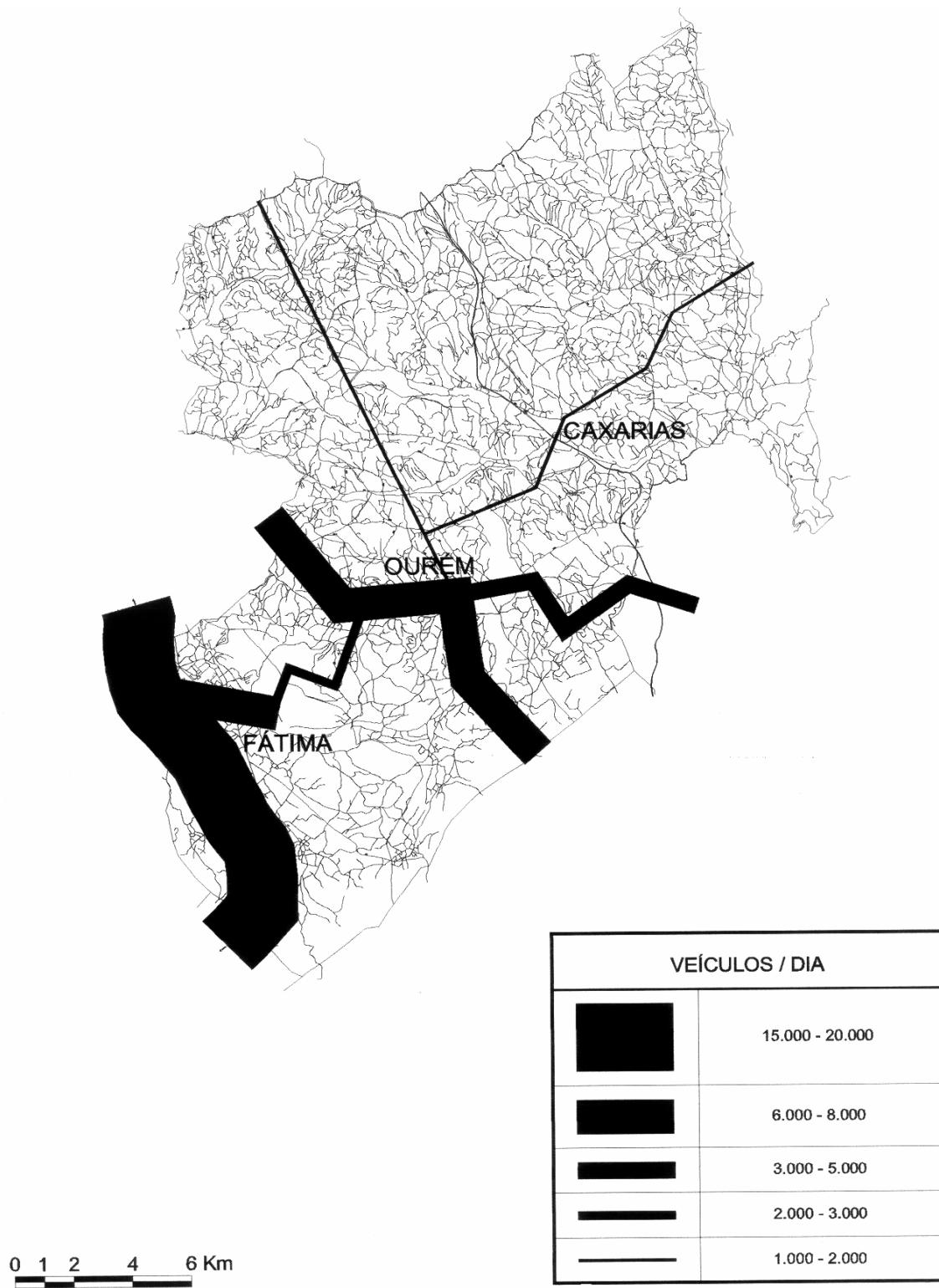


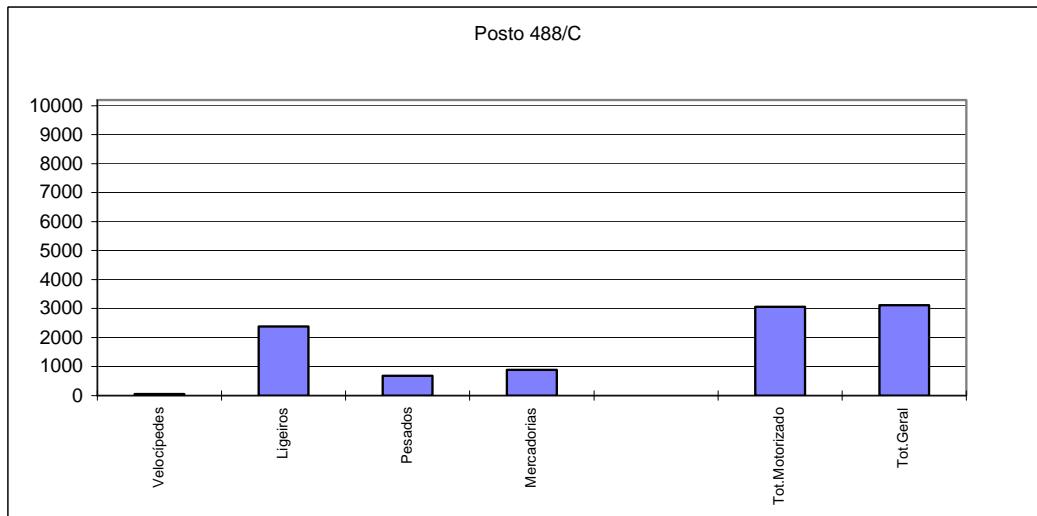
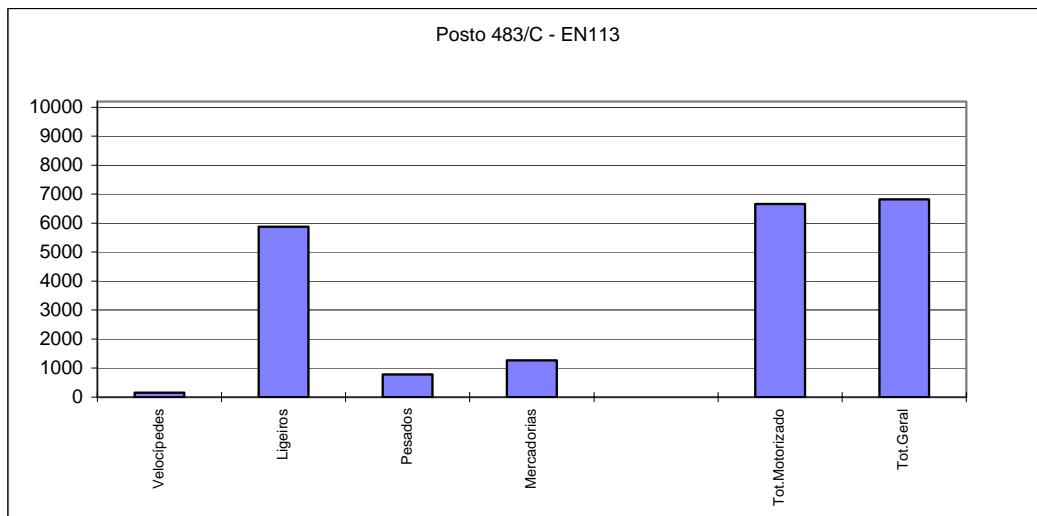
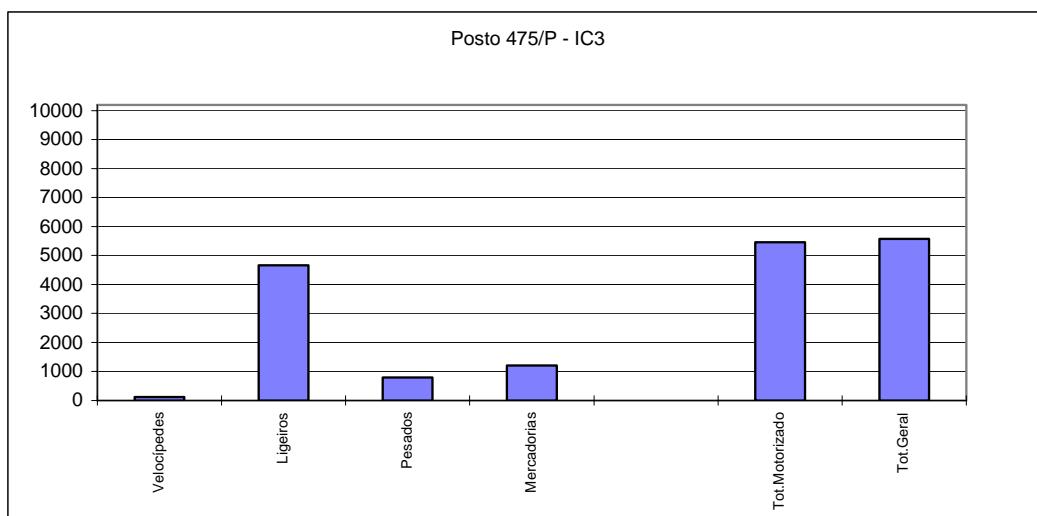
FIGURA N^º 36 – DIAGRAMA – TMD 95

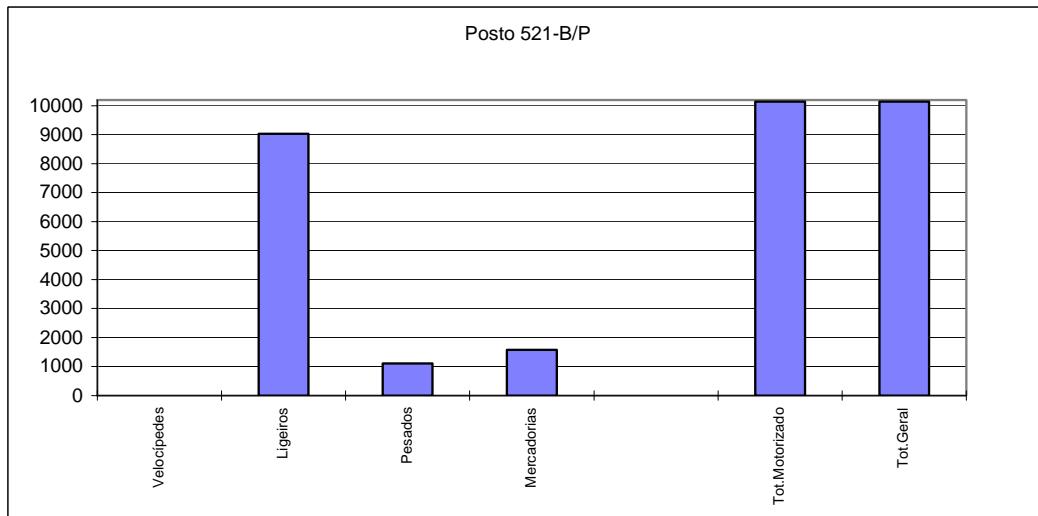
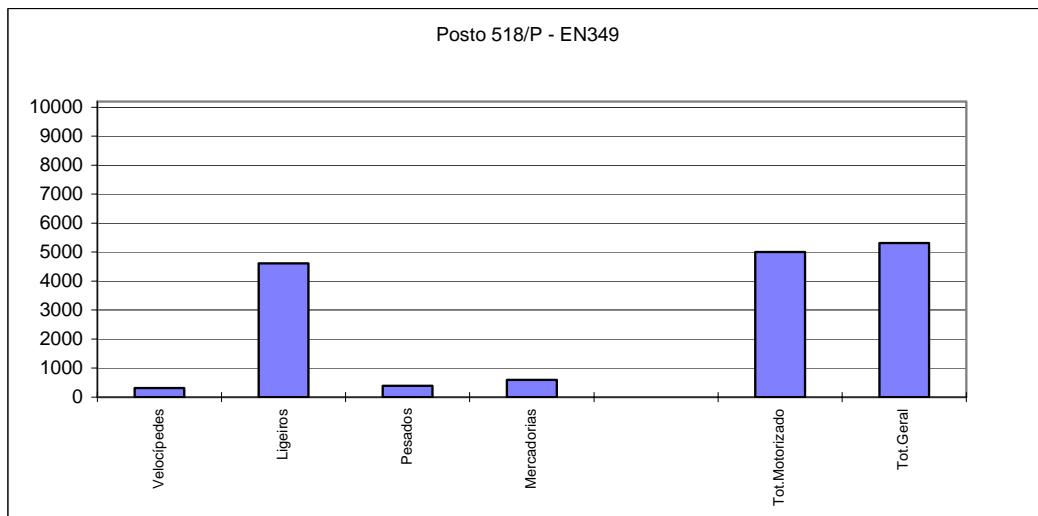
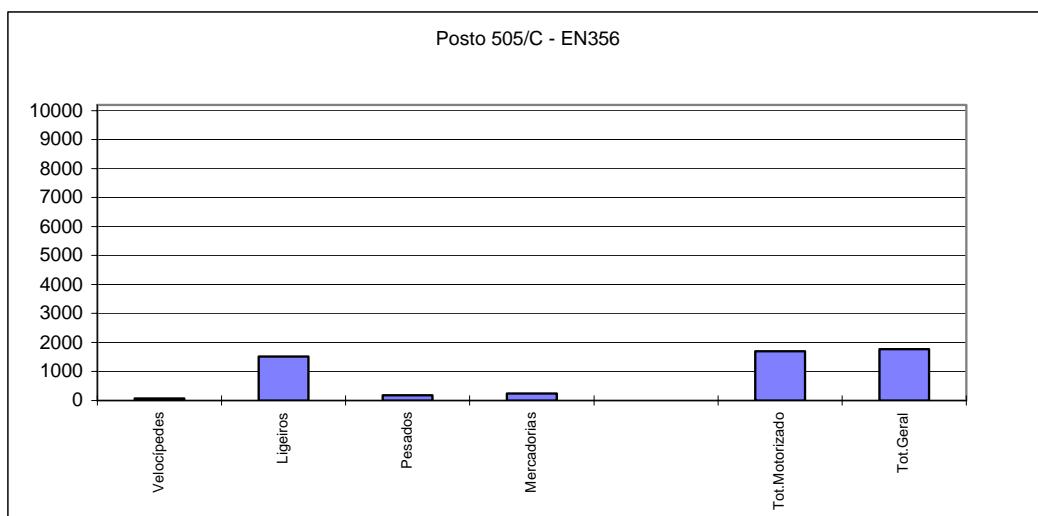
A análise do quadro de valores do TMD 95 e a observação dos gráficos de representação correspondentes a cada posto, permitem concluir o seguinte *:

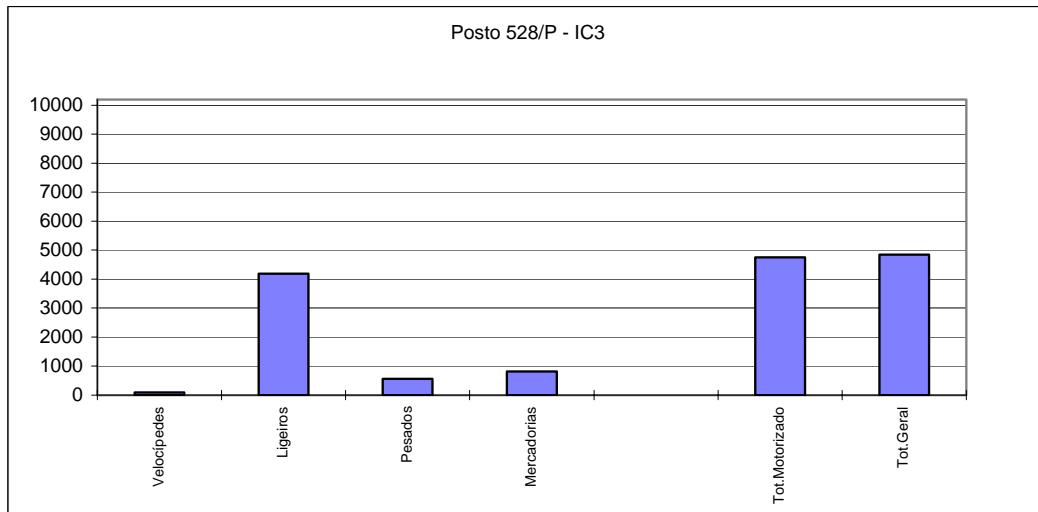
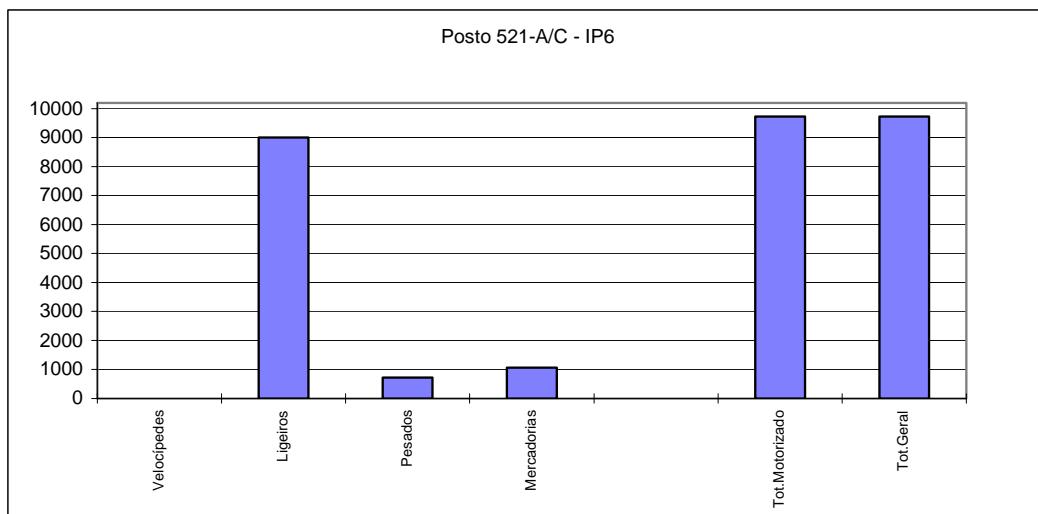
- Ocorrem fluxos muito elevados na envolvente do concelho, em especial no IP 1, a poente, no IP 6, a sul (postos 521-B/P e A/C) e fluxos médios globais e de ligeiros, no IC 3, a nascente (postos 475/P e 528/P), os quais apresentam fortes componentes de mercadorias (475/P - 22%, 528/P - 17,2%, 521-B/P - 15%) e de pesados (475/P - 14,5%, 528/P - 11,8%, 521-B/P - 11%).
- Por outro lado verificam-se também fluxos totais e de ligeiros importantes na EN 113 (que atravessa o concelho de poente para nascente), entre Leiria e Ourém - posto 483/C; e também na EN 349, entre Torres Novas e Ourém - posto 518/P; e registam-se fluxos globais e de ligeiros mais fracos, na ER 356, entre a Batalha e Fátima - posto 488/C; todos estes fluxos apresentam fortes componentes de veículos de mercadorias e pesados, no caso da EN 356 (28,8% e 22,2%, respectivamente) e da EN 113 (18,9% e 11,8%, respectivamente).
- Em contrapartida, no troço desclassificado da EN 356 a sul de Ourém, entre Fátima e Ourém (posto 505/C) apresenta fluxos muito mais reduzidos (1703 motorizados), embora também com uma significativa componente de mercadorias (14%) e de pesados(10,9%). Estas características, permanecem no troço da ER 356 a norte de Ourém, onde os fluxos respectivos são ainda mais reduzidos, excepto entre Ourém e Caxarias, onde são mais significativos. De forma análoga, a ER 349, a norte de Ourém, apresenta fluxos diminutos, reflectindo uma mais fraca actividade económica e uma menor mobilidade de pessoas e bens.

Os gráficos relativos aos diversos postos procuram mostrar a estrutura de composição do tráfego e o diagrama de fluxos na rede que a seguir se apresenta evidencia a distribuição dos fluxos pelas vias mais importantes.

* M = mercadorias P = pesados L = ligeiros







Evolução recente do tráfego concelhio

- Evolução do tráfego na rede nacional. Recenseamentos JAE 1985, 1990, 1995.

TMD 80

<u>Veículos</u>	<u>Velocípedes</u>		<u>Ligeiros</u>		<u>Pesados</u>		<u>Total Motorizado</u>		<u>Total Geral</u>		<u>Mercadorias</u>	
<u>Postos</u>	<u>TMD</u>	<u>%</u>	<u>TMD</u>	<u>%</u>	<u>TMD</u>	<u>%</u>	<u>TMD</u>	<u>%</u>	<u>TMD</u>	<u>%</u>	<u>TMD</u>	<u>%</u>
Posto 475	102	2,81%	2.742	77,85%	780	22,15%	3.522	97,19%	3.624	100%	991	28,14%
Posto 483	55	1,98%	2.275	83,61%	446	16,39%	2.721	98,02%	2.776	100%	641	23,56%
Posto 488	13	0,60%	1.624	75,96%	514	24,04%	2.138	99,40%	2.151	100%	694	32,46%
Posto 505	25	2,25%	885	81,42%	202	18,58%	1.087	97,75%	1.112	100%	235	21,62%
Posto 518	36	1,19%	2.610	87,03%	389	12,97%	2.999	98,81%	3.035	100%	541	18,04%
Posto 520	62	1,45%	3.459	81,83%	768	18,17%	4.227	98,55%	4.289	100%	887	20,98%
Posto 521	122	2,41%	4.175	84,63%	758	15,37%	4.933	97,59%	5.055	100%	961	19,48%
Posto 528	45	1,57%	2.251	79,65%	575	20,35%	2.826	98,43%	2.871	100%	992	35,10%
Posto 504	10	0,61%	1.339	82,76%	279	17,24%	1.618	99,39%	1.628	100%	403	24,91%
Posto 505	25	2,25%	885	81,42%	202	18,58%	1.087	97,75%	1.112	100%	235	21,62%
Posto 507	107	4,51%	1.924	85,02%	339	14,98%	2.263	95,49%	2.370	100%	509	22,49%
Posto 508	127	2,75%	3.449	76,75%	1.045	23,25%	4.494	97,25%	4.621	100%	1.423	31,66%
Posto 509	123	3,99%	2.475	83,70%	482	16,30%	2.957	96,01%	3.080	100%	824	27,87%
Posto 513-A	62	1,70%	2.850	79,56%	732	20,44%	3.582	98,30%	3.644	100%	972	27,14%
Total Distrito	914	2,21%	32.943	81,43%	7.511	18,57%	40.454	97,79%	41.368	100%	10.308	25,48%
Média Distrito	65	2,21%	2.353	81,43%	537	18,57%	2.890	97,79%	2.955	100%	736	25,48%

TMD 85

<u>Veículos</u>	<u>Velocípedes</u>		<u>Ligeiros</u>		<u>Pesados</u>		<u>Total Motorizado</u>		<u>Total Geral</u>		<u>Mercadorias</u>	
<u>Postos</u>	<u>TMD</u>	<u>%</u>	<u>TMD</u>	<u>%</u>	<u>TMD</u>	<u>%</u>	<u>TMD</u>	<u>%</u>	<u>TMD</u>	<u>%</u>	<u>TMD</u>	<u>%</u>
Posto 475/P	93	2,45%	2.791	75,45%	908	24,55%	3.699	97,55%	3.792	100%	1.166	31,52%
Posto 483/C	73	2,58%	2.365	85,81%	391	14,19%	2.756	97,42%	2.829	100%	467	16,94%
Posto 488/C	16	0,59%	2.283	84,93%	405	15,07%	2.688	99,41%	2.704	100%	477	17,75%
Posto 505/C	25	2,28%	942	88,04%	128	11,96%	1.070	97,72%	1.095	100%	226	21,12%
Posto 518/P	35	1,19%	2.591	88,89%	324	11,11%	2.915	98,81%	2.950	100%	460	15,78%
Posto 520/C	63	1,31%	4.144	87,61%	586	12,39%	4.730	98,69%	4.793	100%	868	18,35%
Posto 521/C	138	3,09%	3.757	86,79%	572	13,21%	4.329	96,91%	4.467	100%	759	17,53%
Posto 528/P	118	3,21%	2.905	81,69%	651	18,31%	3.556	96,79%	3.674	100%	1.116	31,38%
Posto 504/C	8	0,41%	1.702	88,55%	220	11,45%	1.922	99,59%	1.930	100%	319	16,60%
Posto 507/C	63	3,24%	1.631	86,57%	253	13,43%	1.884	96,76%	1.947	100%	409	21,71%
Posto 513-A/C	49	1,51%	2.780	87,17%	409	12,83%	3.189	98,49%	3.238	100%	534	16,75%
Posto 519/C	156	9,43%	1.170	78,05%	329	21,95%	1.499	90,57%	1.655	100%	363	24,22%
Posto 508/C	98	1,99%	4.046	83,73%	786	16,27%	4.832	98,01%	4.930	100%	869	17,98%
Total Distrito	935	2,34%	33.107	84,74%	5.962	15,26%	39.069	97,66%	40.004	100%	8.033	20,56%
Média Distrito	72	2,34%	2.547	84,74%	459	15,26%	3.005	97,66%	3.077	100%	618	20,56%

TMD 90

<u>Veículos</u>	<u>Velocípedes</u>		<u>Ligeiros</u>		<u>Pesados</u>		<u>Total Motorizado</u>		<u>Total Geral</u>		<u>Mercadorias</u>	
Postos	TMD	%	TMD	%	TMD	%	TMD	%	TMD	%	TMD	%
Posto 475/P	109	2,03%	4.334	82,36%	928	17,64%	5.262	97,97%	5.371	100%	1.285	24,42%
Posto 483/P	84	1,37%	5.328	88,31%	705	11,69%	6.033	98,63%	6.117	100%	840	13,92%
Posto 488/P	21	0,49%	3.353	78,21%	934	21,79%	4.287	99,51%	4.308	100%	1.058	24,68%
Posto 505/P	32	1,74%	1.647	91,20%	159	8,80%	1.806	98,26%	1.838	100%	216	11,96%
Posto 518/P	137	3,52%	3.288	87,47%	471	12,53%	3.759	96,48%	3.896	100%	647	17,21%
Posto 520/P	142	1,94%	6.261	87,21%	918	12,79%	7.179	98,06%	7.321	100%	1.505	20,96%
Posto 521/P	198	2,46%	6.790	86,47%	1.062	13,53%	7.852	97,54%	8.050	100%	1.263	16,09%
Posto 528/P	44	0,94%	4.128	89,23%	498	10,77%	4626	99,06%	4.670	100%	647	13,99%
Posto 504/P	63	1,90%	2.841	87,36%	411	12,64%	3.252	98,10%	3.315	100%	553	17,00%
Posto 507/P	103	3,47%	2.566	89,59%	298	10,41%	2.864	96,53%	2.967	100%	529	18,47%
Posto 513-A/P	55	1,04%	4.421	84,84%	790	15,16%	5.211	98,96%	5.266	100%	976	18,73%
Posto 508/P	286	3,31%	7.075	84,77%	1.271	15,23%	8.346	96,69%	8.632	100%	1.891	22,66%
Total Distrito	1.274	2,06%	52.032	86,04%	8.445	13,96%	60.477	97,94%	61.751	100%	11.410	18,87%
Média Distrito	106	2,06%	4.336	86,04%	704	13,96%	5.040	97,94%	5.146	100%	951	18,87%

Evolução do tráfego na rede concelhia

A análise da evolução dos TMD entre 1980 e 1995 mostra uma forte variabilidade para os diversos postos considerados, em virtude das transformações sofridas pela rede viária nas regiões envolventes do concelho, em especial com a entrada em funcionamento do IP 6, do IC 3, do IC 1, além do desenvolvimento do IP 1/A1.

De qualquer modo, os maiores crescimentos verificaram-se claramente no período 85/90, com taxas muitas vezes superiores a 100% (EN 113), o que, além de estar relacionado com a evolução da rede viária, reflecte o crescimento do índice de motorização geral nesse período.

Por outro lado, pode constatar-se que as taxas de crescimento dos veículos ligeiros são em geral superiores às dos pesados, e mesmo bastante mais elevadas que as dos veículos de mercadorias, os quais (pesados e mercadorias), em alguns períodos até decrescem.

No entanto, no período 85/90, nas vias da rede concelhia (EN 113, EN 356 e EN 349), na evolução dos pesados e mercadorias verificou-se um fortíssimo crescimento que ultrapassou o crescimento dos ligeiros (483/EN 113: M - 50,2%, P - 11,5%, L - 10,3%; 488/EN 356: M - 121,8%, P - 130,6%, L - 46,9%; 518/EN 349: M - 40,7%, P - 45,4%, L - 26,9%). No período seguinte, 90/95, todas as taxas de crescimento naturalmente abrandaram e, nalguns casos, até foram negativas (posto 488/EN 356, excepto velocípedes; e pesados -17,2% e mercadorias -8,7%, no posto 518/EN 349).

Pelo contrário, no IP 6 (posto 521-A/C), depois de um decréscimo generalizado no período 80/85 (EN 3), verificou-se um crescimento espectacular (80%) no período 85/90; e no período 90/95 (IP 6) os ligeiros cresceram 32,6%, mas decresceram os pesados -32,3% e os veículos de mercadorias -15,9%; enquanto no IC 3 (posto 475/P) se tem verificado um crescimento progressivo, lento, de todos os segmentos, com excepção de pesados -14,4% e mercadorias - 6,2%, no período 90/95.

Posto 475 – IC 3

Ano	1980	1985	1990	1995	Crescimento Médio
Velocípedes	102	93	109	116	
Taxa Cresc.		-8,82%	17,20%	6,42%	4,93%
Ligeiros	2.742	2.791	4.334	4.663	
Taxa Cresc.		1,79%	55,28%	7,59%	21,55%
Pesados	780	908	928	794	
Taxa Cresc.		16,41%	2,20%	-14,44%	1,39%
Tot. Motor.	3.522	3.699	5.262	5.457	
Taxa Cresc.		5,03%	42,25%	3,71%	17,00%
Tot. Geral	3.624	3.792	5.371	5.573	
Taxa Cresc.		4,64%	41,64%	3,76%	16,68%
Mercadorias	991	1.166	1.285	1.206	
Taxa Cresc.		17,66%	10,21%	-6,15%	7,24%

Posto 483 – EN 113

Ano	1980	1985	1990	1995	Crescimento Médio
Velocípedes	55	73	84	155	
Taxa Cresc.		32,73%	15,07%	84,52%	44,11%
Ligeiros	2.275	2.365	5.328	5.879	
Taxa Cresc.		3,96%	125,29%	10,34%	46,53%
Pesados	446	391	705	786	
Taxa Cresc.		-12,33%	80,31%	11,49%	26,49%
Tot. Motor.	2.721	2.756	6.033	6.665	
Taxa Cresc.		1,29%	118,90%	10,48%	43,56%
Tot. Geral	2.776	2.829	6.117	6.820	
Taxa Cresc.		1,91%	116,22%	11,49%	43,21%
Mercadorias	641	467	840	1.262	
Taxa Cresc.		-27,15%	79,87%	50,24%	34,32%

Posto 521 – IP 6

Ano	1980	1985	1990	1995	Crescimento Médio
Velocípedes	122	138	198	0	
Taxa Cresc.		13,11%	43,48%	-100,00%	-14,47%
Ligeiros	4.175	3.757	6.790	9.006	
Taxa Cresc.		-10,01%	80,73%	32,64%	34,45%
Pesados	758	572	1.062	719	
Taxa Cresc.		-24,54%	85,66%	-32,30%	9,61%
Tot. Motor.	4.933	4.329	7.852	9.725	
Taxa Cresc.		-12,24%	81,38%	23,85%	31,00%
Tot. Geral	5.055	4.467	8.050	9.725	
Taxa Cresc.		-11,63%	80,21%	20,81%	29,80%
Mercadorias	961	759	1.263	1.062	
Taxa Cresc.		-21,02%	66,40%	-15,91%	9,82%

Posto 488 – EN 356

Ano	1980	1985	1990	1995	Crescimento Médio
Velocípedes	13	16	21	53	
Taxa Cresc.		23,08%	31,25%	152,38%	68,90%
Ligeiros	1.624	2.283	3.353	2.381	
Taxa Cresc.		40,58%	46,87%	-28,99%	19,49%
Pesados	514	405	934	680	
Taxa Cresc.		-21,21%	130,62%	-27,19%	27,41%
Tot. Motor.	2.138	2.688	4.287	3.061	
Taxa Cresc.		25,72%	59,49%	-28,60%	18,87%
Tot. Geral	2.151	2.704	4.308	3.114	
Taxa Cresc.		25,71%	59,32%	-27,72%	19,10%
Mercadorias	694	477	1.058	881	
Taxa Cresc.		-31,27%	121,80%	-16,73%	24,60%

Posto 518 – EN 349

Ano	1980	1985	1990	1995	Crescimento Médio
Velocípedes Taxa Cresc.	36	35	137	310	
		-2,78%	291,43%	126,28%	138,31%
Ligeiros Taxa Cresc.	2.610	2.591	3.288	4.612	22,15%
		-0,73%	26,90%	40,27%	
Pesados Taxa Cresc.	389	324	471	390	3,82%
		-16,71%	45,37%	-17,20%	
Tot. Motor. Taxa Cresc.	2.999	2.915	3.759	5.002	19,74%
		-2,80%	28,95%	33,07%	
Tot. Geral Taxa Cresc.	3.035	2.950	3.896	5.312	21,87%
		-2,80%	32,07%	36,34%	
Mercadorias Taxa Cresc.	541	460	647	591	5,67%
		-14,97%	40,65%	-8,66%	

Avaliação da utilização da rede rodoviária

Embora os níveis de utilização das redes sejam em geral baixos (exceptuando os casos referidos) e não excedam as capacidades correspondentes às características geométricas e físicas das vias, não é essa a situação nos acessos aos centros urbanos de Fátima/Cova da Iria e de Ourém, onde se verificam alguns congestionamentos em alguns dias, durante as horas de ponta, em resultado, quer da concentração localizada dos tráfegos, quer das condições específicas do funcionamento da circulação interna daqueles aglomerados.

Níveis de utilização das redes nacional, concelhia e urbana; coerência das capacidades das diversas vias e Pontos de Conflito.

De acordo com a análise dos TMD atrás desenvolvida, constata-se que os níveis de utilização da rede progridem no sentido da importância funcional das vias, verificando-se que os grandes eixos nacionais e regionais que envolvem e servem o concelho apresentam fluxos elevados, funcionando no entanto com bons níveis de serviço, atendendo à coerência das capacidades dessas vias com os fluxos que servem.

Quanto à rede interna do concelho em geral, e no que respeita às vias cujos TMD foram analisados, verifica-se que os níveis de utilização são baixos, os fluxos são reduzidos e, embora se verifique uma adequação entre as capacidades das vias e dos fluxos que as utilizam, isso corresponde a uma distorção da funcionalidade, resultante dos problemas de traçado, em consequência das características morfológicas da região, em especial na parte norte do concelho, e também em resultado da fraca dinâmica económica, no caso desta última zona, a qual, por outro lado resulta em parte da deficiente acessibilidade ao longo dos tempos. Essa situação anómala deverá ser corrigida no futuro, rompendo com o círculo vicioso dificuldades económicas / deficiente acessibilidade / estagnação económica, potenciando as capacidades tecnológicas do mundo actual.

Deve no entanto salientar-se que não é esse o nível de utilização da EN 113 entre Leiria e Ourém e da EN 356 entre a Batalha e Fátima (nomeadamente nos troços internos ao concelho), bem como das vias de ligação entre Fátima e Ourém e entre esta e Caxarias, embora nestes dois últimos casos isso não esteja directamente reflectido em nenhum dos postos de contagem da JAE.

De facto, os fluxos em todas aquelas vias são bastante superiores aos da restante rede concelhia, excedendo em diversos períodos a capacidade ou, pelo menos, originando diversos conflitos de tráfego (em especial nos acessos e na envolvente imediata daqueles aglomerados urbanos) e colocando problemas de segurança da circulação. São evidentes nestes casos as limitações de capacidade das vias em causa, cuja remodelação ou substituição estão já previstas no PRN 2000, ou em programas municipais e cuja urgência de execução se salienta nas propostas.

3.9.4 Transportes

Transporte colectivo rodoviário

A exploração do transporte rodoviário de passageiros no concelho de Ourém e nos concelhos vizinhos é a Rodoviária do Tejo, S.A., que opera 18 carreiras no âmbito concelhio, realizando 94 circulações e 6 carreiras de âmbito regional, efectuando 42 circulações, embora várias das circulações só se efectuem em período escolar. São as seguintes as linhas e carreiras exploradas:

No âmbito concelhio:

- Carreira **Casal dos Bernardos / Ourém**: 1 circulação em cada sentido só à 5^a feira;
- Carreira **Ourém / Palmaria** (p./ Caxarias Estação): 1 circulação em cada sentido, entre Caxarias Estação e Palmaria (1 circulação específica à 5^a feira) + 1 circulação em cada sentido, entre Ourém e Palmaria (1 circulação específica à 5^a feira);

- Carreira **Casal Ribeiro / Ourém** (p./ Caxarias Estação): 2 circulações em cada sentido + 1 circulação específica à 5^a feira, entre Urqueira e Ourém;
- Carreira **Lavradio / Ourém**: 2 circulações em cada sentido em período escolar + 1 circulação específica à 5^a feira, em cada sentido;
- Carreira **Arieiro / Caxarias** (Escola): 2 circulações em cada sentido;
- Carreira **Caxarias** (Escola) / **Urqueira**: 1 circulação em cada sentido;
- Carreira **Fátima (Estação) / Ourém**: em período escolar, 1 circulação no sentido Fátima (Estação) - Ourém e 2 no sentido contrário + 1 circulação no sentido Ourém - Fátima (Estação);
- Carreira **Carcavelos / Ourém**: 2 circulações em cada sentido, em período escolar; em férias, só se efectua 1 circulação no sentido Carcavelos - Ourém;
- Carreira **Cova da Iria / Ourém** (p./ Fontainhas): 2 circulações em cada sentido + 1 circulação em cada sentido, em período escolar + 2 circulações específicas à 5^a feira, no sentido Ourém - Cova da Iria, só em férias;
- Carreira **Fontainhas / Ourém**: 2 circulações no sentido Fontainhas - Ourém e 1 no sentido contrário;
- Carreira **Canhardo (Cruz.) / Ourém**: 1 circulação em cada sentido, em período escolar; 1 circulação em cada sentido, em férias;
- Carreira **Cova da Iria / Ourém** (p./ Bairro): 2 circulações no sentido Cova da Iria - Ourém e 1 no sentido contrário + 1 circulação em cada sentido, entre Maxieira e Ourém; em período escolar: 2 circulações em cada sentido, entre Bairro e Ourém + 1 circulação no sentido Caneiro (Cruz.) - Ourém + 1 circulação no sentido Bairro – Cova da Iria;

- Carreira **Caxarias** (Escola) / **Marta**: 2 circulações em cada sentido, só em período escolar;
- Carreira **Ourém / Vale da Meda** (p./ Mosqueiros e Caxarias Estação): 2 circulações específicas à 2 feira, em ambos os sentidos, entre Freixianda e Vale da Meda + 2 circulações específicas à 5^a feira, em ambos os sentidos, entre Freixianda e Ourém + 1 circulação, entre Ourém e Freixianda, em dias úteis + 1 circulação, entre Freixianda e Ourém, em dias úteis, só em férias; e só em período escolar: 1 circulação em cada sentido, entre Ourém e Vale da Meda + 2 circulações, no sentido Freixianda - Vale da Meda e 1 no sentido contrário + 1 circulação, entre Ourém e Caxarias Estação;
- Carreira **Caxarias** (Escola) / **Tomareis**: 2 circulações em cada sentido, só em período escolar;
- Carreira **Freixianda** (Escola) / **Salgueira de Cima**: 2 circulações em cada sentido, só em período escolar;
- Carreira **Freixianda** (Escola) / **Palmaria**: 2 circulações em cada sentido, só em período escolar (1 das circulações apenas entre Palmaria e Rio de Couros);
- Carreira **Cova da Iria / Fátima** Estação (p/ Fátima e Ourém): 2 circulações, em cada sentido, em dias úteis, entre Cova da Iria e Fátima Est. + 2 circulações, em cada sentido, entre Ourém e Fátima Est., em dias úteis, só em período escolar + 1 circulação, entre Fátima Est. e Ourém, só em férias e dias úteis.

No âmbito regional:

- Carreira **Leiria / Ourém**: 2 circulações em cada sentido;

- Carreira **Cova da Iria / Torres Novas** (p/ Ourém): 2 circulações em cada sentido, entre Cova da Iria e Torres Novas (2 circulações específicas à 5^a feira, em cada sentido) + 2 circulações em cada sentido, entre Ourém e Torres Novas (1 circulação específica à 5^a feira, em cada sentido);
- Carreira **Cabaços / Ourém** (p/ Alvaiázere e Caxarias Estação): 2 circulações em cada sentido;
- Carreira **Leiria / Ourém** (p/ Espite): 2 circulações em cada sentido, entre Leiria e Ourém + 2 circulações específicas à 5^a feira, em cada sentido, entre Memória e Ourém e entre Espite e Ourém;
- Carreira **Leiria / Vila Nova** (p/ Ourém, Fátima Estação e Tomar): 1 circulação em cada sentido, entre Leiria e Tomar (p/ Ourém e Fátima Estação), em dias úteis + 1 circulação em cada sentido, entre Leiria e Vila Nova. (p/ Ourém, Fátima Estação e Tomar), em dias úteis;
- Carreira **Abrantes / Nazaré** (p/ Tomar, Ourém e Fátima Estação): 2 circulações, no sentido Abrantes - Alcobaça (1 apenas nos dias úteis) e 1 no sentido contrário + 3 circulações em ambos os sentidos, entre Abrantes e a Nazaré (1 só no Verão; e uma específica aos fins-de-semana, no sentido Abrantes - Nazaré) + 1 circulação no sentido Abrantes - Fátima (Estação), em dias úteis + 1 circulação entre Cova da Iria e Abrantes, nos dias 13 de Maio a Outubro + 1 circulação em cada sentido, entre Tomar e Ourém, em dias úteis + 1 circulação específica em férias escolares, no sentido Fátima (Estação) - Tomar.

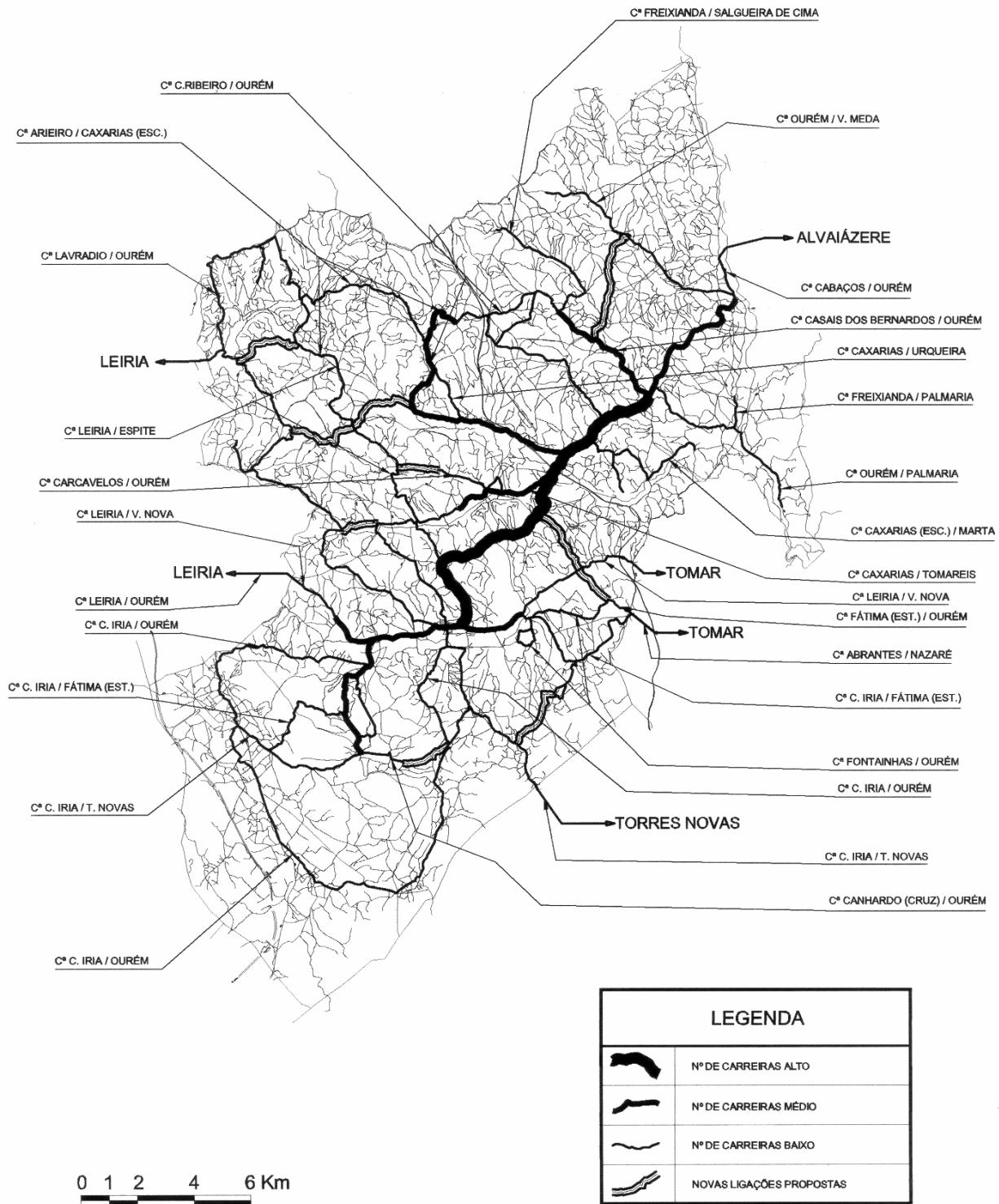


FIGURA N^º 37 – REDE DE PERCURSOS DE TRANSPORTES COLECTIVOS

Avaliação da cobertura territorial da rede de TC

A distribuição geográfica das carreiras e circulações pode ser sintetizada do seguinte modo:

- Nordeste do concelho: 7 carreiras concelhias, realizando 37 circulações e 1 carreira regional com 4 circulações; em média, 0,7 carreiras e 3,5 circulações por cada 1.000 habitantes;
- Noroeste do concelho: 5 carreiras concelhias, realizando 20 circulações e 2 carreiras regionais com 12 circulações; em média, 0,85 carreiras e 2,4 circulações por cada 1.000 habitantes;
- Sul do concelho: 6 carreiras concelhias, realizando 37 circulações e 3 carreiras regionais com 26 circulações; em média, 0,4 carreiras e 2,8 circulações por cada 1.000 habitantes.

Estes valores mostram que as zonas de maior concentração urbana dispõem, em valores absolutos, de um maior número de carreiras e, principalmente, de circulações, mas esses valores são menores em termos relativos por cada 1.000 habitantes.

Como se pode avaliar por estes resultados e também pelo diagrama de representação dos percursos das carreiras, a cobertura da rede é boa em termos geográficos, necessitando apenas de assegurar algumas ligações transversais (como se indica no diagrama), sendo o número de carreiras existentes suficiente para assegurar a cobertura territorial desde que se completem algumas das ligações e se proceda às alterações propostas.

No entanto, ao nível dos horários, existe uma forte dependência em relação à necessidade de assegurar o transporte escolar e não existe uma articulação de facto com o caminho de ferro.

Por outro lado, salvo raras excepções, não existe uma articulação espaço-temporal entre as várias carreiras (nalguns casos há articulação temporal entre carreiras em eixos comuns), impedindo assim um melhor serviço aos utentes e uma optimização da oferta produzida.

As carreiras de âmbito concelhio apresentam uma média de 5 circulações diárias (contando ambos os sentidos), isto é, 2,5 circulações diárias por sentido; enquanto as carreiras de nível regional têm uma média de 7 circulações diárias (contando ambos os sentidos), ou seja, 3,5 circulações diárias por sentido. Em síntese, as carreiras de nível concelhio têm uma média de 1 circulação em cada período do dia (manhã/tarde), por sentido, enquanto as carreiras de âmbito regional têm em média por sentido, 1 circulação matutina, 1 vespertina e 1 a meio do dia. Este nível de cobertura temporal é bastante satisfatório, se se assegurar:

- articulação possível entre carreiras, em termos temporais e espaciais;
- articulação das carreiras de TC com o CF.

Serviço de táxis

Em todo o concelho existe um total de 77 licenças de serviço de táxi atribuídas, distribuídas do seguinte modo por freguesia:

- | | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| - Alburitel - 1
- Atouguia - 2
- Casal dos Bernardos - 1
- Caxarias - 7
- Cercal - 0
- Espite - 4
- Formigais - 1
- Freixianda - 6
- Fátima - 14 (distribuídos por toda a freguesia) | - Gondemaria - 2
- Matas - 1
- Olival - 6
- Ourém (nas duas freguesias) - 19
- Ribeira do Fárrio - 1
- Rio de Couros - 4
- Urqueira - 5
- Vilar de Prazeres - 1
- Seiça - 2 |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

A distribuição das praças pode sintetizar-se por zona, do seguinte modo:

- Zona Sul: 36 táxis com uma média de 1,6 táxis/1.000 habitantes;
- Zona Nordeste: 22 táxis com uma média de 1,9 táxis/1.000 habitantes;
- Zona Sul: 18 táxis com uma média de 2,2 táxis/1.000 habitantes.

Estes valores permitem evidenciar, à semelhança das carreiras de autocarros, que as zonas de maior concentração urbana dispõem de um maior número de táxis, em valores absolutos, mas valores menores em termos relativos, por cada 1.000 habitantes. Esse resultado é uma consequência do maior isolamento das zonas menos urbanizadas, a que também corresponde uma menor taxa de motorização e a necessidade de recorrer ao transporte colectivo público (autocarros) e privado (taxis) é significativamente maior.

Transporte ferroviário de passageiros

A circulação ferroviária que utiliza a infraestrutura da Linha do Norte corresponde aos serviços das tabelas de horários da CP n^{os} 100, 100-A, 110, os dois primeiros específicos da Linha do Norte e o último relativo à Linha da Beira Alta.

A tabela nº 100, relativa ao serviço ferroviário, entre Lisboa (St^a Apolónia) e Braga, apresenta 15 circulações no sentido ascendente (2 apenas até Coimbra-B) e 16 no descendente (2 apenas entre Coimbra-B e Lisboa; e 1 entre Porto e Coimbra-B) e destas, têm paragem em Caxarias 4 comboios inter-regionais, em cada sentido.

A tabela nº 100-A, relativa ao serviço ferroviário, entre Lisboa (Stª Apolónia) e Porto (S. Bento), apresenta 62 circulações no sentido ascendente (26 Lisboa - Entroncamento, 13 Entroncamento - Coimbra-B, 21 Coimbra-B - Porto, 1 Coimbra-B - Aveiro e 1 Lisboa - Porto), das quais apenas 14 comboios regionais passam no concelho, tendo todas paragem em Fátima e Caxarias; e 53 circulações no sentido descendente (19 Porto - Coimbra-B, 11 Coimbra-B - Entroncamento, 21 Entroncamento - Lisboa, 1 Coimbra - Pombal e 1 Porto - Lisboa), das quais apenas 12 comboios regionais passam no concelho e todas têm paragem em Caxarias e Fátima.

A tabela nº 110, relativa ao serviço ferroviário, entre Lisboa (Stª Apolónia) e Vilar Formoso, apresenta 21 circulações no sentido ascendente (7 Porto - Pampilhosa, 2 Guarda - Vilar Formoso, 3 Coimbra - Guarda, 1 Coimbra - Vilar Formoso, 2 Lisboa - Guarda, 3 Lisboa - Coimbra-B e 3 Lisboa - Vilar Formoso), das quais apenas 8 passam no concelho e destas param 2 comboios inter-regionais em Caxarias e 2 comboios regionais em Caxarias e Fátima; e 18 circulações no sentido descendente (6 Pampilhosa - Porto, 2 Vilar Formoso - Guarda, 2 Guarda - Coimbra, 1 Vilar Formoso - Coimbra, 2 Guarda - Lisboa, 2 Coimbra-B - Lisboa e 3 Vilar Formoso - Lisboa), das quais apenas 7 passam no concelho e destas, 1 comboio inter-regional tem paragem em Caxarias e 1 comboio regional tem paragem em Caxarias e Fátima.

Saliente-se ainda que as circulações estabelecidas nas tabelas nº 100 e 110 não prevêem qualquer paragem no apeadeiro de Seiça, o qual nem sequer consta dessas tabelas. No entanto na tabela 100-A, das 14 circulações regionais que passam no concelho no sentido ascendente, 13 param no apeadeiro de Seiça; e das 12 circulações ascendentes, param 10 naquele apeadeiro.

Em síntese, das 37 circulações ascendentes que atravessam o concelho, 6 param só em Caxarias (inter-regionais), 16 (regionais) em Caxarias e Fátima, das quais 13 param também em Seiça; e das 35 circulações descendentes que atravessam o concelho, 5 param só em Caxarias (inter-regionais) e 13 (regionais) em Caxarias e Fátima, das quais 10 param também em Seiça. Pode portanto concluir-se que o concelho tem condições físicas para uma elevada acessibilidade ferroviária que não tem sido devidamente potenciada por ligações rodoviárias aos principais centros urbanos, em particular a Ourém e Fátima.

Articulação entre o transporte ferroviário e o transporte colectivo rodoviário de passageiros

Não existe uma articulação específica e intencional entre o transporte ferroviário e o transporte colectivo rodoviário de passageiros, organizada como tal e com objectivos bem definidos. O que existe são algumas ligações efectuadas por algumas carreiras, entre o caminho de ferro e os centros urbanos e industriais servidos por essas carreiras.

Assim, verifica-se que a estação de C.F. de Caxarias é servida por 8 carreiras (1 de âmbito regional e 3 cuja paragem é na escola) e dispõe de 7 táxis autorizados; enquanto a estação de Fátima é servida por 4 carreiras (2 de âmbito regional), não dispondo de táxis permanentes de serviço à estação, mas existindo 2 táxis em Seiça e 1 em Alburitel, que podem prestar serviço a Fátima (Est.) e ao apeadeiro de Seiça, que não é servido por qualquer carreira.

3.10 SISTEMAS DE INFRAESTRUTURAS

3.10.1 Abastecimento de Água

Pode dizer-se que o concelho está praticamente todo abastecido com Rede Pública de Distribuição Domiciliária de Água, servindo na totalidade as 18 freguesias.

O abastecimento de água é garantido pelos numerosos reservatórios e depósitos existentes no concelho, com diferentes capacidades e construídos em vários períodos. Não há por isso, carências deste tipo de infraestrutura, embora se estude a sua melhoria e modernização.

O sistema do concelho organiza-se nos seguintes oito Sub-sistemas de Abastecimento de Água (Quadro nº 38):

- Sistema da Caridade - abrangendo 29 reservatórios em 29 localidades destacando-se, entre elas: Alqueidão, Casal Novo, Fontainhas da Serra, Ourém Velha, Sobral, Pinheiro, Eira da Pedra, Bairro, Alburitel, Fazarga, Giesteira e Cascalheira.

Dos reservatórios referidos com capacidades que variam de 50 m³ a 4.000 m³, destacam-se os seguintes:

Lourinha – 500 m³; Casal dos Frades – 500 m³; Pinheiro – 500 m³; Eira da Pedra – 1.000 m³; Cascalheira – 4.000 m³.

Está já prevista a construção de mais reservatórios, nomeadamente um em Fátima, com capacidade de 5.000 m³ e dois de 100 m³ no Casal da Abadia e no Casal Fanqueiro.

Este sistema é dos mais antigos do concelho, tendo sido os primeiros reservatórios construídos na Caridade – 1946, em S. Gens Velho – 1967, na Relveirinha – 1967, na Carapita – 1974, em Ourém Velha – 1974 e na Carvoeira – 1978.

- Sistema de Caxarias – é constituído por 4 reservatórios apoiados com as seguintes capacidades: Valados – 30 m³; Balancho – 200 m³; Carvoeira – 650 m³; Chã – 200 m³.

O reservatório da Carvoeira é o mais recente, tendo sido construído em 1990.

- Sistema do Casal Ribeiro – é constituído por um reservatório apoiado com capacidade de 100 m³, no aglomerado de Casal dos Secos.

- Sistema da Frexianda – é constituído por 6 reservatórios apoiados, construídos entre 1984 e 1986, com capacidades entre 25 m³ e 400 m³. Os maiores são os seguintes: Abades – 400 m³, Fárrio – 200 m³ e Vale Joana – 200 m³.

- Sistema do Olival – é constituído por 2 reservatórios apoiados, construídos em 1991, sendo mais importante o da Aldeia Nova com uma capacidade de 500 m³.

Está projectado um novo reservatório apoiado para a Lagoinha, com uma capacidade de 200 m³.

- Sistema de Espite – é constituído por 3 reservatórios apoiados, todos construídos em 1992, com capacidades que variam entre 125 m³ e 250 m³.

- Sistema do Carvalhal – é constituído por 2 reservatórios apoiados, construídos em 1991, no Carvalhal e no Estreito, respectivamente com as capacidades de 250 m³ e 100 m³.

Estão projectados mais 2 reservatórios enterrados, com capacidade de 100 m³ cada, para os aglomerados da Salgueira.

- Sistema das Matas – é o único sistema que não tem ainda reservatórios, estando projectados 2 reservatórios apoiados, com capacidade de 200 m³ cada, para o aglomerado do Castanheirinho.

O sistema de Abastecimento de Água ao concelho de Ourém inclui ainda uma Adutora da EPAL, vinda do concelho de Torres Novas, que passa a sul do Bairro, onde se localiza um reservatório da EPAL, seguindo para a Cova da Iria, abastecendo o reservatório da Cascalheira do Grilo.

QUADRO N^º 38 - CARACTERÍSTICAS DOS RESERVATÓRIOS EXISTENTES E PROJECTADOS NO CONCELHO DE OURÉM

SISTEMAS	RESERVATÓRIOS EXISTENTES	RESERVATÓRIOS PROJECTADOS	ANO DE CONS-TRUÇÃO	TIPO	VOLUME m ³
CARIDADE	Caridade		1946	Enterrado	60
	S. Gens Novo		1988	Apoiado	250
	Alqueidão		1982	Apoiado	100
	Casal Novo		1990	Apoiado	150
	Vale da Perra		1990	Apoiado	100
	S. Gens Velho		1967	Enterrado	100
	Relveirinha		1967	Enterrado	220
	Fontainhas da Serra		1982	Apoiado	400
	Lourinha		1974	Apoiado	500
	Carapita		1974	Apoiado	60
	Ourém Velha		1974	Enterrado	200
	Vilar		1986	Apoiado	350
	Sobral		1982	Enterrado	50
	Casal Frades		1993	Apoiado	500
	Pinheiro		1984	Apoiado	500
	Cascalheira		1967	Apoiado	4.000
	Fazarga		1967	Apoiado	400
	Eira da Pedra		1994	Apoiado	1.000
	Giesteira		1994	Apoiado	200
	Pedreira		1994	Apoiado	100

(continua)

(continuação)

SISTEMAS	RESERVATÓRIOS EXISTENTES	RESERVATÓRIOS PROJECTADOS	ANO DE CONS-TRUÇÃO	TIPO	VOLUME m ³
	Bairro		1982	Apoiado	150
	Valada		1982	Apoiado	50
	Olaia		1982	Apoiado	150
	Tacoaria		1982	Apoiado	200
	Carvoeira		1978	Apoiado	100
	Alburitel		1982	Elevado	200
		Fátima			5.000
		Casal Fanqueiro		Enterrado	100
		Casal Abadia		Enterrado	100
CAXARIAS	Valados		1985	Apoiado	30
	Balancho		1985	Apoiado	200
	Carvoeira		1990	Apoiado	650
	Chã		1975	Apoiado	200
CASAL RIBEIRO	Casal Secos		1982	Apoiado	100
FREIXIANDA	Fárrio		1984	Apoiado	200
	Abades		1986	Apoiado	400
	Vale Joana		1985	Apoiado	200
	S. Jorge		1984	Apoiado	100
	Arneiro		1985	Apoiado	25
	Lagoa Stª Catarina		1985	Apoiado	75
OLIVAL	Pairia		1991	Apoiado	50
	Aldeia Nova		1991	Apoiado	500
		Lagoinha		Apoiado	200
ESPITE	Cruz S. João		1992	Apoiado	250
	Carvalhal		1992	Apoiado	200
	Couções		1992	Apoiado	125
CARVALHAL	Carvalhal		1991	Apoiado	250
	Estreito		1991	Apoiado	100
		Salgueira		Enterrado	100
		Salgueira		Enterrado	100
MATAS		Castanheirinho		Apoiado	200
		Castanheirinho		Apoiado	200

Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém (1998).

3.10.2 Saneamento

A Rede Pública de Águas Residuais só existe actualmente em 2 freguesias, que são respectivamente: Fátima e N^a S^a da Piedade (cidade de Ourém).

A falta de sistemas de saneamento nas restantes 16 freguesias tem originado sérios problemas na poluição das águas das ribeiras do concelho, assim como nas águas subterrâneas. Nesse sentido têm estado a ser desenvolvidos trabalhos de despoluição designadamente nas bacias hidrográficas do rio Lis e da ribeira de Seiça e trabalhos de construção de novos emissários, condutas e Estações de Tratamento.

Estão previstas 3 novas ETAR's no concelho: a ETAR de Fátima Nova, a nascente do aglomerado da Gaiola e a norte de Vale de Cavalos; a ETAR do Sistema de Seiça, que se localizará neste aglomerado, junto ao aglomerado da Sabacheira, no concelho de Tomar; e a ETAR do Alto Nabão, próximo do aglomerado da Palmaria.

Na ausência de redes de águas residuais, estas são em geral conduzidas para fossas sépticas.

3.10.3 Rede Eléctrica

As duas linhas eléctricas de Alta Tensão que atravessam o concelho de Ourém, são designadamente:

- A linha de 60 kV que passa a sul do Bairro e a sul de Fátima, vindo do Entroncamento e seguindo para a Maceira;

- A linha que vem da Venda Nova e segue para a Azóia e passa a norte de Ourém, passando numa sub-estação que aí se localiza.

As linhas de Média Tensão servem todas as freguesias cobrindo todo o concelho.

Para melhorar o sistema de abastecimento de energia eléctrica a todo o concelho está prevista a construção de uma nova sub-estação na freguesia de Fátima, no lugar da Andorinha, de 60/30 kV.

3.10.4 Recolha de Resíduos Sólidos e Limpeza Mecânica

As 18 freguesias do concelho têm assegurada a Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos, pelo menos duas vezes/semana, à excepção das cidades de Ourém e Fátima, onde a recolha do lixo é diária.

No que diz respeito à limpeza/varredura no concelho de Ourém, os meios disponíveis são, um motorista e uma varredoura mecânica, que efectuam os seguintes serviços.

- Cidade de Ourém: as vias circulares do Castelo e as ruas principais de Ourém, abrangendo o centro, são varridas diariamente; todas as outras ruas da cidade e as do interior do Castelo são varridas uma vez por semana;
- Cidade e/ou aglomerado de Fátima: quase toda a Av. D. José Alves Correia da Silva, as ruas Francisco Marto e Jacinta Marto e as ruas paralelas ao Santuário e um troço da Av. Beato Nuno, entre outras, são varridas diariamente; todas as outras ruas que circundam o Santuário, a norte e a sul, designadamente a Av. Papa João XXIII são varridas uma vez por semana.

- As sedes das freguesias: Alburitel, Caxarias, Freixianda, Espite e Atouguia: são varridas uma vez por semana.
- As sedes de todas as outras freguesias: Seiça, Gondemaria, Olival, Urqueira, Cercal, Matas, Ribeira do Fárrio, Casal dos Bernardos, Rio de Couros e Formigais são varridas uma vez por mês.

Em termos de Recolha Selectiva dos Resíduos, no aglomerado de Fátima há 28 Ecopontos e na cidade de Ourém há 20 Ecopontos.

Há mais Ecopontos distribuídos no concelho, pelos menos um em cada sede de freguesia. Também há Ecopontos nos seguintes aglomerados: Giesteira, Maxieira e Boleiros, na freguesia de Fátima; Bairro, Lagoa do Furadouro e Vilar dos Prazeres, na freguesia da N^a S^a das Misericórdias; Pêras Ruivas e Fontainhas, na freguesia de Seiça; Pontes e Carvoeira, na freguesia de Caxarias; Sandoeira na freguesia de Rio de Couros; Mata na freguesia de Urqueira.

Actualmente o concelho de Ourém, mediante um acordo intermunicipal, utiliza o Aterro Sanitário de Leiria, próximo das povoações de Albergaria e Picassinos, para depositar os resíduos sólidos concelhios, articulada com a Estação de Transferência de Resíduos Sólidos Urbanos de Ourém, próxima de Gondemaria.

CÂMARA MUNICIPAL DE OURÉM

**Relatório do
Plano Director Municipal
de Ourém**

Proposta Final

Volume II

JULHO 2002

EQUIPA TÉCNICA:

- Prof. Engº Paulo V.D. Correia** (Coordenação geral, infraestruturas e gestão urbanística).
- Engª Rosa Maria Corvêlo de Sousa** (Apoio à coordenação, infraestruturas, saneamento básico e energia).
- Drª Isabel Maria Costa Lobo** (Apoio à coordenação, estudos de caracterização, demografia e equipamentos colectivos).
- Dr. Rui Amaro Alves** (Desenvolvimento socio-económico).
- Arqtº Fernando Brandão Alves** (Planeamento urbano e articulação com os Planos de Urbanização).
- Engº Vitor Oliveira** (Circulação e transportes).
- Arqtª Pais. Filipa Monteiro** (Arquitectura paisagista - responsável).
- Dr. António Lorena de Sèves** (Aspectos jurídicos - responsável).
- Drª Isabel Abalada Matos** (Aspectos jurídicos).
- Engº Paulo Costa** (Computação gráfica – responsável e desenvolvimento socio-económico).
- Paulo Martins** (Computação gráfica).
- Isabel Duarte** (Composição de texto).

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 ANTECEDENTES DE PLANEAMENTO URBANÍSTICO	1
1.2 CONDICIONANTES E ESPECIFICIDADE DE FÁTIMA/COVA DA IRIA	2
1.3 PRINCIPAIS QUESTÕES DE ORDENAMENTO E DESENVOLVIMENTO E OBJECTIVOS DO PLANO	5
 2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	 9
 3. CARACTERIZAÇÃO.....	 11
3.1 APONTAMENTO HISTÓRICO	11
3.2 LOCALIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO DO CONCELHO NA REGIÃO.....	16
3.3 ENQUADRAMENTO ADMINISTRATIVO E LEGAL.....	17
3.4 RELEVO, SOLOS, CLIMA E RECURSOS NATURAIS	23
3.5 POVOAMENTO E PERÍMETROS URBANOS.....	47
3.5.1 Introdução	47
3.5.2 Metodologia de análise – critérios de delimitação de áreas edificadas.....	48
3.5.3 Características do povoamento	51
3.6 DEMOGRAFIA E HABITAÇÃO	52

3.7 ACTIVIDADES ECONÓMICAS	79
3.8 EQUIPAMENTOS COLECTIVOS, COMÉRCIO E SERVIÇOS	98
3.9 CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES	117
3.9.1 Acessibilidades	117
3.9.2 Características e funcionalidade das redes viárias.....	126
3.9.3 Tráfego rodoviário.....	131
3.9.4 Transportes	146
3.10 SISTEMAS DE INFRAESTRUTURAS.....	156
3.10.1 Abastecimento de água	156
3.10.2 Saneamento.....	160
3.10.3 Rede eléctrica	160
3.10.4 Recolha de resíduos sólidos e limpeza mecânica.....	161
4. SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA.....	163
4.1 PATRIMÓNIO NATURAL.....	163
4.1.1 Recursos hídricos	163
4.1.2 Recursos geológicos.....	163
4.1.3 Áreas de reserva e protecção de solos e de espécies vegetais	164
4.1.4 Sítios Classificados ao abrigo da Directiva 92/43/CEE	166

4.2 PATRIMÓNIO EDIFICADO	167
4.2.1. Imóveis Classificados e Zona de Protecção do Santuário de Fátima.....	167
4.2.2 Valores Municipais Inventariados e Património Arqueológico.....	168
4.3 INFRAESTRUTURAS BÁSICAS	168
4.4 INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	169
4.5 EQUIPAMENTOS	170
4.6 PROTECÇÃO AOS MARCOS GEODÉSICOS	171
 5. PROPOSTA DE ORDENAMENTO E DE ESTRUTURA TERRITORIAL.....	 172
5.1 CONCEITOS E ESTRUTURA TERRITORIAL.....	172
5.2 USOS DO SOLO	179
5.3 PERÍMETROS URBANOS	186
5.3.1 Hierarquia da rede urbana	186
5.3.2 Limites administrativos.....	188
5.3.3. Delimitação de perímetros urbanos	189
5.4 REDE VIÁRIA, CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES.....	194
5.4.1 Alterações na rede rodoviária	194
5.4.2 Alterações na rede ferroviária.....	203
5.4.3 Alterações nos transportes colectivos rodoviários, regionais e urbanos. Transportes escolares.....	206
5.4.4 Estudos de tráfego, circulação, estacionamento e transportes	209

5.5 INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO	212
5.5.1 Abastecimento de água	212
5.5.2 Sistema de águas residuais.....	213
5.6 EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	214
5.7 PATRIMÓNIO	222
5.8 PROTECÇÃO CIVIL.....	232
 6. AVALIAÇÃO ESTATÍSTICA E URBANÍSTICA	 234
 7. MEDIDAS E DISPOSIÇÕES NORMATIVAS.....	 249
7.1 INTRODUÇÃO	249
7.2 ESTRUTURA DO REGULAMENTO	250
7.3 DISPOSIÇÕES NORMATIVAS	251
 8. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E PROGRAMA DE EXECUÇÃO	 256
 9. PLANO DE FINANCIAMENTO	 261
 ANEXO – POPULAÇÃO RESIDENTE E NÚMERO DE ALOJAMENTOS NOS LUGARES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE OURÉM EM 1981 E 1991	 263

ÍNDICE DAS PEÇAS DESENHADAS

- 0.** - Enquadramento
- 1.** - Ordenamento
- 2.A** - Condicionantes – Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Perímetro de Regadio Tradicional
- 2.B** - Condicionantes – Reserva Ecológica Nacional (REN) e Áreas Protegidas
- 2.C** - Condicionantes (excepto RAN, REN e Áreas Protegidas)
- 3.** - Situação Existente
- 4.** - Estrutura Territorial Proposta
- 5.** - Rede Viária
- 6.** - Rede Principal de Distribuição de Energia Eléctrica
- 7.** - Rede de Abastecimento de Água
- 8.** - Património Municipal e Património Classificado

ÍNDICE DAS FIGURAS

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO.....	11
FIGURA 2 - LOCALIZAÇÃO E CONCELHOS CONTÍGUOS	12
FIGURA 3 - REDE VIÁRIA PRINCIPAL E FERROVIÁRIA DO CONCELHO DE OURÉM	13
FIGURA 3A - ENQUADRAMENTO DO CONCELHO DE OURÉM NA REGIÃO.....	17
FIGURA 4 - REGIÕES E SUB-REGIÕES E CAPITAIS DE DISTRITO.....	18
FIGURA 4A - REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO E SUB-REGIÕES	19
FIGURA 5 - REGIÕES DE TURISMO.....	20
FIGURA 6 - ZONAS AGRÁRIAS	21
FIGURA 7 - REDE HIDROGRÁFICA PRINCIPAL DO CONCELHO DE OURÉM	27
FIGURA 8 - OCUPAÇÃO DO SOLO NO CONCELHO DE OURÉM	33
FIGURA 9 - OCUPAÇÃO DO SOLO, POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM	35
FIGURA 10 - PERCENTAGEM DA ÁREA FLORESTAL POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1997	36
FIGURA 11 - PERCENTAGEM DA ÁREA AGRÍCOLA RASTEIRA POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1997	37
FIGURA 12 - PERCENTAGEM DA ÁREA DE INCULTOS POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1997	38

FIGURA 13 - PERCENTAGEM DA ÁREA DE OCUPAÇÃO HUMANA POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1997	39
FIGURA 14 - OCUPAÇÃO FLORESTAL DAS PRINCIPAIS ESPÉCIES POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM	41
FIGURA 15 - GRUPO FLORESTAL (repartição pelas espécies predominantes)	42
FIGURA 16 - OCUPAÇÃO AGRÍCOLA DAS CULTURAS DOMINANTES POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM	43
FIGURA 17 - GRUPO AGRÍCOLA (culturas dominantes) NO CONCELHO DE OURÉM	44
FIGURA 18 - DENSIDADE POPULACIONAL DOS CONCELHOS DA SUB-REGIÃO DO MÉDIO TEJO, EM 1991.....	55
FIGURA 19 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991	67
FIGURA 20 - EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS POPULACIONAIS POR ESCALÃO ETÁRIO E POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM DE 1981 A 1991	70
FIGURA 21 - EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS POPULACIONAIS POR ESCALÃO ETÁRIO NO CONCELHO DE OURÉM DE 1981 A 1991.....	72
FIGURA 22 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS ENTRE 1981 E 1991.....	74
FIGURA 23 - VARIAÇÃO DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991	75

FIGURA 24 - POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE NO CONCELHO DE OURÉM EM 1981.....	80
FIGURA 25 - POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA POR SECTORES DE ACTIVIDADE NO CONCELHO DE OURÉM EM 1991.....	81
FIGURA 26 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA NO SECTOR PRIMÁRIO NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991.....	82
FIGURA 27 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA NO SECTOR SECUNDÁRIO NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991.....	82
FIGURA 28 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA NO SECTOR TERCIÁRIO NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991.....	83
FIGURA 29 - NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO (%) NOS RAMOS INDUSTRIAIS DOMINANTES NO CONCELHO DE OURÉM EM 1989	92
FIGURA 30 - PERCENTAGEM DE VAB NOS RAMOS INDUSTRIAIS DOMINANTES NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1989.....	93
FIGURA 31 - LOCALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SAÚDE NO CONCELHO DE OURÉM	100
FIGURA 32 - CAPITAÇÃO MÉDIA DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS NO CONCELHO DE OURÉM	108
FIGURA 33 - ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO NO CONCELHO DE OURÉM. Fonte: Informação disponibilizada pela C.M. Ourém, 1998	111

FIGURA 34 - ENSINO PRÉ-ESCOLAR – JARDINS DE INFÂNCIA NO CONCELHO DE OURÉM.	
Fonte: Informação disponibilizada pela C.M. Ourém, 1998	114
FIGURA 35 - REDE RODOVIÁRIA ENVOLVENTE – POSTOS JAE.....	133
FIGURA 36 - DIAGRAMA – TMD 95.....	134
FIGURA 37 - REDE DE PERCURSOS DE TRANSPORTES COLECTIVOS	150

ÍNDICE DOS QUADROS

QUADRO 1	- ÁREAS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE OURÉM.	
	Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997, Notícia explicativa da Carta Administrativa	22
QUADRO 2	- OCUPAÇÃO DO SOLO NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1996.	
	Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997	33
QUADRO 3	- OCUPAÇÃO DO SOLO, POR FREGUESIA, NO CONCELHO DE OURÉM.	
	Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997	35
QUADRO 4	- OCUPAÇÃO AGRÍCOLA E FLORESTAL POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM.	
	Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997	40
QUADRO 5	- EVOLUÇÃO DE ÁREAS (AGRÍCOLA, FLORESTAL E INCULTOS), EM % DA SUPERFÍCIE TERRITORIAL DO CONCELHO DE OURÉM.	
	Fonte: Estudo das Causas dos Incêndios com vista à sua prevenção no Concelho de Ourém – GEOTERRA, 1997	45

QUADRO 6	- EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DEMOGRÁFICOS DA REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO E SUB-REGIÃO DO MÉDIO TEJO DE 1981 A 1991. Fonte: Atlas Demográfico do Continente, DOTDU, 1996.....	53
QUADRO 7	- ÁREA, POPULAÇÃO RESIDENTE, DENSIDADE POPULACIONAL E DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NOS CONCELHOS DA SUB-REGIÃO DO MÉDIO TEJO, EM 1981 E 1991. Fonte: INE, XII, XIII Recenseamento Geral da População, 1981 e 1991.; RLVT, Caracterização Socio-Económica Regional, CCRLVT, 1997	54
QUADRO 8	- ESTRUTURA DA POPULAÇÃO NO MÉDIO TEJO, EM 1981 E 1991. Fonte: Atlas Demográfico do Continente, DGOTDU, 1996	56
QUADRO 9	- PERSPECTIVAS DE EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PARA O MÉDIO TEJO. Fonte: Atlas Demográfico do Continente, DGOTDU, 1996	57
QUADRO 10	- EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS CONCELHOS DO MÉDIO TEJO DE 1890 A 1991. Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1970, 1981, 1991 e PGU de Fátima/1995	58
QUADRO 11	- TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NOS CONCELHOS DO MÉDIO TEJO DE 1890 A 1991.....	59
QUADRO 12	- EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS POPULACIONAIS DE CADA ESCALÃO ETÁRIO NO MÉDIO TEJO DE 1960 A 1991. Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1981, 1991 e PGU de Fátima/1995	61

QUADRO 13 - EVOLUÇÃO DOS EFECTIVOS POPULACIONAIS DE CADA ESCALÃO ETÁRIO NO CONCELHO DE OURÉM DE 1960 A 1991. Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1981, 1991 e PGU de Fátima/1995	62
QUADRO 14 - ÍNDICE DE DEPENDÊNCIA (I_D) E DE ENVELHECIMENTO (I_E), DE 1960 A 1991, NO MÉDIO TEJO E CONCELHO DE OURÉM. Fonte: Quadros 6 e 7	63
QUADRO 15 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE OURÉM DE 1890 A 1991. Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da População de 1960, 1970, 1981, 1991 e PGU de Fátima/1995	64
QUADRO 16 - TAXAS DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE OURÉM DE 1890 A 1991	65
QUADRO 17 - EFECTIVOS POPULACIONAIS POR ESCALÃO ETÁRIO E POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM EM 1981 E 1991. Fonte: Censos Gerais da População e Habitação, INE, 1981 e 1991	68
QUADRO 18 - EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE, N ^º DE FAMÍLIAS E N ^º DE ALOJAMENTOS, DE 1980 A 1991. Fonte: Censos Gerais da População e Habitação, INE, 1981 e 1991	73
QUADRO 19 - VARIAÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE E ALOJAMENTOS, 1980/91.....	74
QUADRO 20 - RECENSEAMENTO ELEITORAL E POPULAÇÃO ESTIMADA PARA 1998, NO CONCELHO DE OURÉM. Fonte: Recenseamento eleitoral 1998 (STAPE)	78

QUADRO 21 - EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALOJAMENTOS COLECTIVOS NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991, DISCRIMINANDO TRÊS FREGUESIAS.	
Fonte: Censos Gerais da População e Habitação, INE, 1981 e 1991	79
QUADRO 22 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR SECTORES DE ACTIVIDADE, EM 1981 E 1991.	
Fonte: Censos Gerais da População e Habitação, INE, 1981 e 1991	80
QUADRO 23 - DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE ACTIVA POR RAMO DE ACTIVIDADE, NO CONCELHO DE OURÉM, DE 1981 A 1991.	
Fonte: Censos Gerais da População e Habitação, INE, 1981 e 1991	85
QUADRO 24 - ÁREAS DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS (Ha) NO MÉDIO TEJO EM 1989.	
Fonte: RLVT – Caracterização Socio-Económica Regional, MEPAT/CCRLVT, 1997 e Recenseamento Geral Agrícola, INE, 1989	87
QUADRO 25 - EFECTIVOS PECUÁRIOS NO MÉDIO TEJO EM 1989.	
Fonte: RLVT – Caracterização Socio-Económica Regional, MEPAT/CCRLVT, 1997 e Recenseamento Geral Agrícola, INE, 1989	88
QUADRO 26 - NÚMERO DE EMPRESAS DO CONCELHO DE OURÉM DE 1985 A 1994.	
Fonte: Emprego na RLVT, MEPAT/CCRLVT, 1997; Indicadores Regionais, 94 e Quadros de Pessoal, 85/94 da DEMESS.....	89
QUADRO 27 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS DO CONCELHO DE OURÉM DE 1985 A 1994.	

Fonte: Emprego na RLVT, MEPAT/CCRLVT, 1997; Indicadores Regionais, 94 e Quadros de Pessoal, 85/94 da DEMESS.....	90
QUADRO 28 - NÚMERO DE PESSOAS AO SERVIÇO NOS ESTABELECIMENTOS DO CONCELHO DE OURÉM DE 1985 A 1994. Fonte: Emprego na RLVT, MEPAT/CCRLVT, 1997; Indicadores Regionais, 94 e Quadros de Pessoal, 85/94 da DEMESS.....	91
QUADRO 29 - RAMOS INDUSTRIALIS DOMINANTES NO EMPREGO E NO VAB NO CONCELHO DE OURÉM EM 1989. Fonte: RLVT – Caracterização Socio-Económica Regional, MEPAT/CCRLVT, 1997 e Estatísticas Industriais, INE, 1989	92
QUADRO 30 - VALOR ACRESCENTADO BRUTO DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA NO MÉDIO TEJO, EM 1989. Fonte: RLVT – Caracterização Socio-Económica Regional, MEPAT/CCRLVT, 1997 e Estatísticas Industriais, INE, 1989	93
QUADRO 31 - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS GROSSISTAS E RETALHISTAS E RESPECTIVOS NÚMEROS DE PESSOAS AO SEU SERVIÇO, NO MÉDIO TEJO, EM 1993. Fonte: RLVT – Caracterização Socio-Económica Regional, MEPAT/CCRLVT, 1997 e Estatísticas do Cadastro Comercial, DG Comércio, 1993	94
QUADRO 32 - EMPRESAS DO CONCELHO DE OURÉM DENTRO DAS 100 MAIORES EMPRESAS DO DISTRITO DE SANTARÉM. Fonte: As 100 Maiores Empresas do Distrito de Santarém, Jornal “O Ribatejo”, Novembro 1998	95

QUADRO 33 - EQUIPAMENTOS DE SAÚDE PÚBLICOS, NO CONCELHO DE OURÉM, EM 1997.	
Fonte: Informação disponibilizada pela C.M. Ourém, 1998	99
QUADRO 34 - EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS POR FREGUESIA NO CONCELHO DE OURÉM.	
Fonte: Informação disponibilizada pela C.M. Ourém, 1998	102
QUADRO 35 - CAPITAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESPORTIVOS NO CONCELHO DE OURÉM.	
Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém, 1998	107
QUADRO 36 - ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO DO CONCELHO DE OURÉM, ANO LECTIVO 1998/99.	
Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém, 1998	109
QUADRO 37 - JARDINS DE INFÂNCIA NO CONCELHO DE OURÉM, ANO LECTIVO 1998/99.	
Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém, 1998	112
QUADRO 38 - CARACTERÍSTICAS DOS RESERVATÓRIOS EXISTENTES E PROJECTADOS NO CONCELHO DE OURÉM.	
Fonte: Informação disponibilizada pela Câmara Municipal de Ourém, 1998	158
QUADRO 39 - PROPOSTA DE REDISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR EXISTENTE NO CONCELHO DE OURÉM, NO ANO LECTIVO DE 1998/99.....	218
QUADRO 40 - ÁREAS, NÚMERO DE HABITANTES E NÚMERO DE ALOJAMENTOS EM 1991 NO CONCELHO DE OURÉM	234

QUADRO 41 - AGLOMERADOS URBANOS DE NÍVEL 1 – EXISTENTE E PROPOSTO.....	238
QUADRO 42A - AGLOMERADOS URBANOS DE NÍVEL 2 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FOGOS E SITUAÇÃO EXISTENTE.....	239
QUADRO 42B - AGLOMERADOS URBANOS DE NÍVEL 2 – FOGOS E DENSIDADES ESTIMADAS EM 2011.....	240
QUADRO 43 - AGLOMERADOS URBANOS DE NÍVEL 3 – EXISTENTE E PROPOSTO.....	243
QUADRO 44 - QUADRO-RESUMO DAS ÁREAS URBANAS E URBANIZÁVEIS.....	246

4. SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA

As servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública que são condicionantes na área do concelho de Ourém são as seguintes, obedecendo a toda a legislação em vigor:

4.1 PATRIMÓNIO NATURAL

4.1.1 Recursos Hídricos

- Do domínio Público Hídrico fazem parte:
 - margens dos cursos de água (não navegáveis, nem flutuáveis) do concelho;
 - áreas adjacentes das margens.

4.1.2 Recursos Geológicos

- A nascente do Agroal e a nascente de Água Leve (próxima de Ourém) encontram-se protegidas pela legislação relativa a águas de nascente.
- A extracção das areias dos rios nos leitos, margens, zonas inundáveis e zonas adjacentes, públicas ou privadas só pode ser realizada mediante licença das entidades competentes.
- A exploração de pedreiras pode afectar o equilíbrio ecológico e ter efeitos negativos no ambiente, por isso a sua localização deve respeitar a legislação em vigor.

4.1.3 Áreas de Reserva e Protecção de Solos e de Espécies Vegetais

- É uma condicionante fundamental a REN (Reserva Ecológica Nacional) que inclui: os leitos dos cursos de água, as zonas ameaçadas pelas cheias, algumas cabeceiras de linhas de água, as áreas de máxima infiltração, nas zonas declivosas, as áreas com riscos de erosão (declive superior a 30%) e determinadas formações rochosas (caso do maciço cársico). O seu respeito deve ser preocupação da proposta de Plano, obedecendo a todas as disposições legais vigentes.
- Também é condicionante fundamental a RAN (Reserva Agrícola Nacional) que procura defender os solos com maior aptidão agrícola e é constituída pelos: solos das classes A e B, solos das baixas aluvionares e coluviais e ainda solos da sub-classe Ch ou solos sujeitos a importantes investimentos que permitam manter a capacidade produtiva dos solos e cujo aproveitamento seja determinante na viabilidade das explorações agrícolas existentes. Os usos permitidos nestas áreas são discriminados na legislação em vigor.
- Os parques e reservas têm objectivos de salvaguarda da Natureza e manutenção de valores patrimoniais com interesse ecológico, científico, recreativo, turístico e cultural, dos quais se destacam: o **Parque Natural** - área que se caracteriza por conter paisagens naturais, semi-naturais e humanizadas de interesse nacional, e o **Monumento Natural** – ocorrência natural contendo um ou mais aspectos que pela sua singularidade, raridade ou representatividade em termos ecológicos, científicos e culturais exijam a sua conservação e a manutenção da sua integridade. São geridas pelo ICN. No Plano temos duas destas áreas:

- Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, no sul do concelho;
 - Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios (Pedreira do Galinha), com um invulgar valor científico, pedagógico e cultural, também no sul do concelho contíguo ao Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.
- No âmbito da protecção de valores naturais e paisagísticos assinalam-se:
 - O perímetro florestal existente no concelho, cuja criação visa proteger uma importante riqueza no panorama económico nacional, pela: utilização da madeira, importância deste revestimento na manutenção do bom regime das águas, defesa das várzeas, valorização dos solos mais áridos e benefício do clima e conservação e fixação do solo nas montanhas, é o Perímetro Florestal da Serra de Aire.
 - O corte dos montados de azinho provoca alterações indesejáveis no regime das águas e no clima, daí o condicionar o corte e arranque das azinheiras nos termos da lei.
 - Os montados de sobreiro tanto por razões económicas (indústrias, postos de trabalho, cortiça e outros produtos resultantes), como razões paisagísticas e ecológicas, têm regras e condicionamentos ao seu corte ou arranque, daí a protecção dos sobreiros no concelho, nos termos da legislação em vigor.

- Pela sistemática delapidação das áreas de olival, que se tem processado nos últimos anos, e com o intuito de protecção da produção de azeite, como produto natural de qualidade superior, é condicionado o corte de olivais no concelho, de acordo com a legislação vigente.
- Também existem no concelho quatro árvores de interesse público que se localizam em:
 - Carvalho português - Vale Trajinha, em Alburitel;
 - Magnólia – Olival;
 - Plátano - Largo da Cruz, Regato, na freguesia de N^a S^a das Misericórdias;
 - Azinheira – Lugar das Matas, freguesia de N^a S^a das Misericórdias.

4.1.4 Sítios Classificados ao abrigo da Directiva 92/43/CEE

Os Sítios da Lista Nacional de Sítios classificados ao abrigo da Directiva 92/43/CEE, também designados por Rede Natura 2000, têm como objectivo “a preservação e a valorização dos sistemas naturais e da paisagem e integram parte das áreas mais sensíveis do território municipal, do ponto de vista biofísico”. No concelho de Ourém correspondem ao Sítio PTCON0015 – Serras de Aire e Candeeiros e ao Sítio PTCON0045 – Sicó/Alvaiázere.

4.2 PATRIMÓNIO EDIFICADO

4.2.1 Imóveis Classificados e Zona de Protecção do Santuário de Fátima

- Os imóveis classificados no concelho dividem-se em Monumento Nacional, Imóveis de Interesse Público.

No concelho existem os seguintes Imóveis Classificados, assinalados na Planta de Condicionantes:

a) Monumentos nacionais:

- Castelo de Ourém (MN) – Decreto de 16/06/1910.

b) Imóveis de interesse público, classificados e em vias de classificação:

- Antiga Vila de Ourém (IIP) – Decreto nº 40.361 de 20/10/1955.
- Casas onde nasceram os videntes de Fátima, em Aljustrel (IIP) – Decreto nº 44.075 de 05/12/1961.
- Cripta e túmulo do Marquês de Valença na igreja de Vila Velha de Ourém (IIP) – Decreto nº 37.366 de 05/04/1949.
- Frescos de Santo Ambrósio e de Santo Agostinho na Capela de N^a S^a da Conceição em Ourém (IIP) – Decreto nº 42.255 de 08/05/1959.
- Pelourinho de Ourém (IIP) – Decreto nº 23.122 de 11/10/1933.
- Cabeço dos Valinhos/Lugar do Cabeço de Aljustrel no Monte dos Valinhos, freguesia de Fátima (IIP em vias de classificação) – homologado por Despacho em 20/08/1981.

- Igreja do Olival/Igreja N^a S^a da Purificação, freguesia do Olival (IIP em vias de classificação) – homologado por Despacho em 21/11/1987.

No concelho há uma Zona de Protecção Especial do recinto do Santuário de Fátima definida nos termos do Decreto-Lei nº 37.008, de 11 de Agosto de 1948.

4.2.2 Valores Municipais Inventariados e Património Arqueológico

No Plano são ainda inventariados como Valores Municipais (ver lista que consta do sub-capítulo 5.7) os elementos do património edificado não classificados como Imóveis Classificados nos termos da legislação respectiva e que se considera importante proteger, conservar e recuperar, o que deverá ser assegurado noutros planos municipais de ordenamento do território e em regulamento municipal específico.

Conforme informação do Instituto Português de Arqueologia (IPA), é assinalado no Plano o Património Arqueológico conhecido e descoberto até à data, no concelho de Ourém (ver também sub-capítulo 5.7), estando protegido nos termos da legislação em vigor.

4.3 INFRAESTRUTURAS BÁSICAS

- As redes de esgotos têm servidões próprias impostas pelos seus colectores e instituídas automaticamente a partir da conclusão das redes, assim como as Estações de Tratamento (ETAR), segundo os termos da legislação em vigor.

- Também o abastecimento de água, as condutas da rede de distribuição, os depósitos, as captações, os furos, os reservatórios, as estações de captação e elevatórias necessitam de protecção e faixas de respeito definidas nos termos da lei. Merece destaque especial a adutora da EPAL.
- As linhas eléctricas de alta e muito alta tensão, as sub-estações e as redes de distribuição de média e baixa tensão têm servidões definidas legalmente que nalguns casos impõem servidões que podem ser só de passagem e outros são restrições, nomeadamente a altura da instalação das linhas eléctricas na proximidade de edifícios e a proibição da sua instalação sobre recintos escolares ou campos de desporto.
- Os centros de radiocomunicações e de feixes hertzianos têm servidões definidas na Lei, atravessando o concelho a servidão radioeléctrica de protecção ao Feixe Hertziano “Leiria (Monte do Facho) – Alvaiázere (Serra de Alvaiázere).
- O gasoduto implica uma servidão de passagem nos termos legais, tanto para o próprio gasoduto, como dos depósitos de gás, postos de redução de pressão, estações de compressão e demais infraestruturas.

4.4 INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- A rede rodoviária do concelho de Ourém inclui a rede rodoviária nacional, constituída por um troço de Auto-Estrada do norte (IP 1), Estradas Nacionais (EN 113 e EN 356), Estradas Regionais (ER 349 e ER 356) e rede rodoviária municipal constituída pelas Estradas e Caminhos Municipais. Todas estas estradas têm servidões e zonas *non aedificandi* estabelecidas nos termos da lei, a serem respeitadas consoante a categoria das vias ou usos do solo pretendidos ao longo das suas margens.

- A rede ferroviária do concelho é constituída por um trecho da Linha do Norte, com uma estação em Caxarias e alguns apeadeiros. A denominada estação de Fátima, em Chão de Maçãs/Vale dos Ovos fica já fora do concelho. Também esta linha, segundo a legislação vigente, determina zonas *non aedificandi*.

4.5 EQUIPAMENTOS

- Os edifícios escolares dispõem de dois tipos de protecção, a que é comum a todos os edifícios escolares e regulamenta os afastamentos mínimos que qualquer construção deve respeitar relativamente aos recintos escolares e as que resultam do facto dos edifícios escolares serem de interesse público. No concelho, há que respeitar os afastamentos mínimos exigidos por lei relativamente aos recintos escolares e que definem zonas *non aedificandi*.
- Os estabelecimentos industriais (indústria extractiva e indústria transformadora) têm que obedecer a toda a legislação específica vigente que regulamenta o exercício da Actividade Industrial, introduzindo restrições e exigências à implantação de determinado tipo de indústrias ou a definição de zonas protectoras ou outras servidões ou restrições.

Na área do Plano são ainda regulamentados os tipos e classes de indústrias permitidas para cada uso do solo. No Perímetro Urbano de Fátima devem ser previstas em Plano de Urbanização restrições adicionais que assegurem a salvaguarda dos valores específicos de Fátima.

4.6 PROTECÇÃO AOS MARCOS GEODÉSICOS

Os marcos geodésicos destinados a assinalar pontos fundamentais de apoio à cartografia devem ser protegidos de maneira a garantir a sua visibilidade, sendo assim definidas nos termos da lei zonas de protecção na sua envolvente com dimensão mínima fixa.

A servidão é instituída após a construção dos marcos, devidamente assinalados na Planta de Condicionantes, e que correspondem aos Marcos Geodésicos de 1º Grau definidos nas Cartas Militares do concelho e aos Marcos de Outra Ordem – existentes sobre as construções que servem de vértices geodésicos, designados por: Basílica, Ourém, Alburitel e Casal dos Bernardos.

5. PROPOSTA DE ORDENAMENTO E DE ESTRUTURA TERRITORIAL

5.1 CONCEITOS E ESTRUTURA TERRITORIAL

A fundamentação da proposta de PDM, seja em termos de estrutura territorial, seja em termos de ordenamento, tem por base uma estratégia de conservação dos recursos naturais, compatibilizada com os padrões de povoamento do concelho e as suas potencialidades e as necessidades de desenvolvimento. A proposta decorre fundamentalmente dos estudos de caracterização e diagnóstico das características biofísicas do território, designadamente das áreas protegidas pelos estatutos da RAN e da REN, bem como da análise do povoamento e das áreas edificadas, e da dinâmica demográfica e de construção observadas nas últimas décadas.

São introduzidos conceitos inovadores na delimitação de perímetros urbanos, tanto na identificação das áreas edificadas existentes, na sua maioria já plenamente infraestruturadas, como das áreas de expansão urbana propostas. Excepto nos casos de Ourém e de Fátima, todos os restantes aglomerados são considerados áreas urbanas, com elevados níveis de desafogo e, em especial para os de muito baixa densidade, são asseguradas condições necessárias à dominância dos seus actuais valores rurais.

Inovou-se na metodologia de trabalho, ao utilizar como bases de análise biofísica do território ortofotomapas à escala 1:10.000, bem como na aplicação extensiva dos conceitos de ‘uso urbano de baixa densidade’ e de ‘uso urbano de muito baixa densidade’. Entendeu-se que a eficácia real do ordenamento do território começa pela definição de perímetros adequadamente infraestruturados, dentro dos quais seja possível a contenção da edificação face às pretensões para edificar e aos modelos de parcela e de edificação procurados pela população e pelos agentes de desenvolvimento local (em termos quantitativos e qualitativos).

A conciliação entre a preservação dos recursos naturais fica assim facilitada, em especial na metade sul do concelho que corresponde a formações cársicas, bem como ao longo dos vales aluvionares e leitos de cheia. Optou-se, assim, por condicionar fortemente a edificação fora dos perímetros urbanos.

A inserção do concelho na rede rodoviária nacional, não apenas através do IP1 mas também do IC 9 (cuja inserção no IP 1 continua por definir) limita o alcance da proposta de plano. Propõem-se novas vias municipais e variantes a estradas regionais que se consideram indispensáveis à consolidação da estrutura do território.

Considerando que a cidade de Fátima dispõe de Plano de Urbanização, que para a cidade de Ourém, se encontra em elaboração um Plano de Urbanização e que será possível elaborar ainda planos de urbanização para outras áreas urbanas mais dinâmicas ou sob maior pressão para urbanizar/construir (em especial após a construção do IC 9), como Vilar de Prazeres, Atouguia ou Caxarias, e que ainda se propõe a elaboração de um Regulamento Municipal de Edificações Urbanas, a proposta final de PDM poderia ser aligeirada na sua componente normativa e reforçada na sua componente programática. Esta opção permitiria, por outro lado, dispor de um plano mais flexível e assim mais durável no tempo, bem como associar-lhe, com maior facilidade, um programa de execução e um plano de financiamento que operacionalizem de facto uma estratégia de desenvolvimento para o concelho.

O concelho estrutura-se fundamentalmente nas seguintes unidades naturais:

- Covas de Fátima - atravessadas pelo IP 1, integradas no maciço cársico de Porto de Mós, com a Cidade de Fátima, a área de indústrias extractivas junto à fronteira com o concelho da Batalha e as faldas da Serra de Aire a sul.

- Bacia da Ribeira de Seiça - na sua metade sul - ainda no maciço de Porto de Mós, com a sede do concelho junto àquela Ribeira, com aglomerados importantes em população e actividades, e ligada a Leiria e a Tomar pela EN 113.
- Norte do concelho - limitado a nascente pelo Alto Nabão, na fronteira com os concelhos de Tomar e de Alvaízere, a norte e poente pelo limite da bacia hidrográfica do Tejo e a sul pelas cumeadas que separam a ribeira do Olival da Ribeira de Seiça; contém vários aglomerados urbanos importantes, destacando-se Caxarias / Cavadinha, centrado na Estação de Caminhos de Ferro, e Freixianda, com polarização supra-municipal; a EN 356 é a via estruturante nascente desta unidade e a EN 349 é a via estruturante poente.
- Noroeste do concelho - a poente do limite da bacia do Tejo, incluindo as freguesias do Cercal, Matas e Espite, e ainda Gondemaria, em espaço de transição entre as bacias do Tejo e do Lis; esta unidade é fortemente polarizada por Leiria; trata-se de uma unidade muito dinâmica, tanto em termos de actividades económicas, como de crescimento urbano.

A Planta nº 4 apresenta a Estrutura Territorial Proposta pelo Plano Director Municipal mostrando, de forma sintética e dum ponto de vista macro-económico (à escala 1/50.000), as diferentes ocupações do solo previstas e potenciais. A estrutura do concelho assenta: a) nos dois pólos económicos e populacionais principais a cidade de Ourém, numa posição geográfica central e a cidade de Fátima, a poente da metade sul; b) nas duas estradas regionais que se cruzam em diagonal a norte de Ourém, a ER 349 (com orientação SE-NW) que liga Torres Novas à Memória (concelho de Leiria), passando por Ourém, Olival e Espite e a ER 356 (com orientação SW-NE) que liga a Auto-Estrada Lisboa-Porto (IP1) a

Pombal, passando por Fátima, Ourém, Caxarias e Freixianda, seguindo depois paralelamente ao rio Nabão; c) num troço de caminho de caminho de ferro (com orientação SE-NW) da Linha do Norte, que também atravessa o concelho, com traçado sensivelmente paralelo à ER 349.

A representação dos espaços canais é reforçada, realçando-se o IP1 e o caminho de ferro, assim como as estradas estruturantes existentes (designadamente a ER 349 e a ER 356), a estrada estruturante proposta – o IC9 e as estradas de distribuição/ligação. Não é proposta a construção de mais nenhuma estrada estruturante, mas são propostas algumas novas variantes: a Ourém, os troços que faltam para formarem um anel viário que circunda a cidade, a Fátima e à EM 360 (Fátima-Boleiros-Maxieira) e novas ligações, que sirvam de forma mais directa a Zona Industrial de Ourém a Caxarias e à Estação de Caminho de Ferro e uma ligação de acesso à nova Zona Industrial proposta em Chã/Caxarias.

Pelo seu valor paisagístico, localização, dimensão e pela sua importância em termos de restrição à construção delimitam-se com a mesma cor e tipo de grafismo os cursos de água, os leitos de cheia e as áreas inundáveis, onde sobressaem o rio Nabão, a ribeira de Seiça, a ribeira de Caxarias, a ribeira da Salgueira e a ribeira do Olival.

Porque dispõem actualmente de Plano de Urbanização, ou o respectivo Plano de Urbanização se encontra em elaboração, são identificados os perímetros dos Planos de Urbanização de Ourém e Fátima.

Para os restantes aglomerados ou conjuntos de aglomerados, com as respectivas áreas urbanizáveis, foram delimitados polígonos convexos exteriores às áreas urbanas e urbanizáveis, que incluem integralmente estas áreas mas também, no seu interior, áreas não urbanas nem urbanizáveis, na sua maior parte sem construções, ou algumas

construções dispersas, ocupadas por coberto vegetal e exteriores aos perímetros urbanos. A longo prazo, serão áreas onde a pressão urbanística terá tendência para aumentar, podendo num futuro mais ou menos longo, serem alvo de novas propostas de ocupação urbana. Nesta Proposta de Plano devem ser áreas essencialmente vocacionadas para garantir desafogo às áreas urbanas e urbanizáveis, funcionando como verdes urbanos ou verdes de enquadramento paisagístico e também alguns usos agrícolas ou florestais devidamente controlados e vitalizados (é o caso de hortas e unidades agrícolas destinadas a uma economia complementar).

Pela sua dimensão e importância no concelho foram evidenciadas algumas das Zonas Industriais (ZI) propostas, todas as que se encontram isoladas (mesmo de pequenas dimensões) e das restantes, as que têm maiores dimensões e que são as seguintes: ZI de Ourém/Casal dos Frades, ZI de Chã/Caxarias, ZI de Vilar de Prazeres, ZI de Fátima, ZI de Gondemaria, ZI da Freixianda, ZI da Urqueira/Aldeia Nova e ZI de Alburitel. De forma análoga às áreas urbanas e urbanizáveis, também foram delimitados polígonos convexos exteriores às zonas industriais, o que implica que no interior desses polígonos também apareçam áreas não industriais, correspondendo a áreas que deveriam, a curto prazo, ser preferencialmente verdes de enquadramento e protecção.

Pelos mesmos motivos focados no parágrafo anterior, mas também por razões económicas e salvaguarda de determinados recursos, foram delimitadas as pedreiras em exploração e as áreas com potencial para futura exploração de pedra, que constituem uma reserva eventual a muito longo prazo, maior que o horizonte do Plano. É de salientar que, a serem observadas as disposições legais actualmente em vigor, mesmo as pedreiras em exploração serão futuramente recuperadas através dos respectivos planos de recuperação paisagística.

Todas as restantes áreas do concelho, denominadas áreas não urbanas exteriores aos polígonos convexos, constituindo proporcionalmente a maior parte da área, destinam-se a usos agrícolas, florestais, agro-florestais ou de protecção ecológica.

Tanto as áreas verdes não urbanas dos polígonos convexos como as áreas não urbanas exteriores aos polígonos convexos, constituem áreas que não serão impermeabilizadas, permitindo assim a infiltração das águas. Além disso, no sul do concelho, no maciço cársico, mais importante que o problema da impermeabilização é o concelho dispor o mais brevemente possível de uma adequada rede de drenagem das águas residuais e respectivas ETAR e uma drenagem de águas pluviais, de modo a permitir uma constante recarga dos aquíferos.

Em termos de ocupação urbana e humana, os polígonos que a representam são mais concentrados e têm maiores áreas a sul, tanto pelo volume da população e dimensão dos aglomerados, como pelo tipo de povoamento apresentado - mais desafogo, parcelas maiores e formas mais longilíneas, Têm menores áreas a norte – menos desafogo, parcelas menores e relevo muito acidentado, contrastando com as extensas manchas sem ocupação urbana, constituindo um fundo onde a ocupação agrícola é importante e rico (refira-se a área de Regadio Tradicional, a norte) e onde a gestão florestal deverá ter grande prioridade, para evitar fogos de grande dimensão e de difícil controle.

Importa realçar que, mesmo no futuro, as áreas urbanas e urbanizáveis, excluindo Ourém e Fátima, terão tipos de ocupação de baixa e muito baixa densidade, com parâmetros de edificabilidade restritivos, o que permite garantir uma impermeabilização do solo bastante reduzida, em especial no maciço cársico, considerando o controle da ocupação dos logradouros e os sistemas de drenagem das águas.

O PDM propõe as seguintes alterações estruturais:

- Construção do IC 9, ligando Ourém ao IP 1, à Batalha e Leiria, a poente, e a Tomar a nascente, estruturando a rede urbana do centro do concelho, constituída pelas cidades de Ourém e Fátima e, em resultado das novas acessibilidades, reforçando Atouguia (e aglomerados vizinhos), Vilar dos Prazeres, Lagoa do Furadouro, e Alburitel.
- Construção de uma variante norte a Ourém, formando um anel com o IC 9, interligando todas as EN que partem de ou atravessam Ourém.
- Nesta variante deve inserir-se uma outra para ligação directa a Cavadinha/Caxarias e à Estação de Caminho de Ferro de Caxarias, permitindo uma ligação rápida entre a estação, Ourém e Fátima, bem como ao exterior do concelho.
- Ligações entre Caxarias e a nova Z.I. de Chã/Caxarias.
- Construção de variantes a Fátima entre o acesso à A.E. e as estradas de Minde (EM 360) e de Ourém (EM 356) e a Z.I. de Fátima.
- Ampliação ou construção de Zonas Industriais que tiram partido das novas condições de acessibilidade proporcionadas pelo IC 9, pelas novas variantes, em Caxarias e pela nova estação de caminho de ferro, e também para promover o desenvolvimento do norte do concelho.
- Os equipamentos colectivos de nível municipal e supra-municipal localizam-se nas cidades de Ourém e Fátima. Propõe-se completar esta rede, designadamente pela localização de equipamentos que, pelas suas especificidades, se possam ou devam localizar fora dos perímetros urbanos mas bem servidos pela rede de acessibilidades, é sobretudo o caso de equipamentos desportivos ocupando áreas de maior dimensão bem como de alguns equipamentos de solidariedade social; os equipamentos de âmbito local deverão progressivamente concentrar-se nas sedes de freguesia, na medida em que a modernização e viabilização de equipamentos existentes, ou em falta, o recomende.

- No sector do turismo, recreio e lazer, propõe-se a reserva de espaços de áreas com aptidão turística, conjugando actividades de desporto e lazer com alojamento turístico e restauração.
- Conclusão dos sistemas de saneamento ambiental, seja pelo reforço da capacidade dos sistemas de abastecimento de água, seja pela execução dos sistemas de drenagens e tratamento de águas residuais e da despoluição das ribeiras.

5.2 USOS DO SOLO

Espaços urbanos, urbanizáveis e zonas industriais

O PDM visa disciplinar o uso, ocupação e transformação do solo para todo o concelho, delimitando os espaços correspondentes às diversas classes de uso, parametrizando estes usos e definindo os sistemas de infraestruturas principais com o rigor próprio da escala da sua planta-síntese – a Planta de Ordenamento.

Assim, o PDM delimita as áreas urbanas e urbanizáveis, estabelecendo três níveis de densidade:

- Média densidade, apenas aplicável a Ourém e Fátima, cujos planos de urbanização respectivos deverão desenvolver e detalhar, segundo as soluções do PDM.
- Baixa densidade, aplicável a aglomerados urbanos que, pelas características de divisão de propriedade e de ocupação do solo, que actualmente registam densidades globais entre 3 e 8 fogos/ha, se propõem densidades globais aproximadamente entre 4 e 6 fogos/ha.
- Muito baixa densidade aplicável a aglomerados e pequenos perímetros edificados, que correspondem, em geral, a densidades da ordem de 3 a 5 fogos/ha, e para os quais se propõe parâmetros que asseguram a manutenção destes valores globais.

Note-se que aos níveis de baixa densidade e muito baixa densidade não corresponde qualquer indicação de hierarquia urbana mas tão só de padrões de povoamento. Se é certo que os níveis de densidade urbana no concelho são baixos, isso resulta dos padrões que correspondem à satisfação da procura: em geral procuram-se lotes que permitam, com desafogo, a construção de uma moradia unifamiliar isolada e ainda um pequeno espaço de produção agrícola para lazer e/ou consumo próprio.

Para os aglomerados urbanos: que virão a sofrer uma maior pressão urbana em resultado da construção do IC 9 (Atouguia, Vilar dos Prazeres e Alburitel); ao novo interface rodo-ferroviário (Caxarias), pelo papel de pólo de indústria e de serviços, apoiado nas actividades ligadas aos transportes; e aglomerados carecendo com urgência de estruturação urbana, pela sua dimensão ou dinâmica (Freixianda e Gondemaria), delimitam-se unidades operativas de planeamento e gestão para as quais deverão ser elaborados Planos de Urbanização e/ou Planos de Pormenor. Só com este tipo de planos será possível, à escala adequada, propôr soluções de uso do solo e de condições de edificação com o detalhe suficiente para permitir (re-)estruturar estes aglomerados e, eventualmente, densificar a sua área central. O sítio do Agroal constitui um caso particular, dadas as suas características e interesse paisagístico e ecológico, necessitando por isso de adequado Plano de Pormenor.

As áreas urbanizáveis propostas, junto às áreas urbanas, correspondem tanto a áreas denominadas colmatações, parcialmente edificadas e infraestruturadas, como a expansões dos aglomerados urbanos, explicadas com mais detalhe no capítulo 5.3.3 – delimitação de Perímetros Urbanos. Propõe-se que os seus níveis de densidade (e padrões de ocupação) sejam idênticos aos aglomerados a que estão ligadas.

Propõem-se dez zonas industriais que correspondam à consolidação, ampliação ou criação de áreas especificamente dedicadas à instalação de unidades industriais e de armazéns e serviços relacionados, cuja localização e proximidade de outros usos urbanos se considera inconveniente. Excluem-se, no entanto, de todo o concelho, as actividades industriais da Classe A.

Em complemento destas zonas industriais, propõem-se pequenas zonas dispersas pelo concelho para as mesmas classes de actividade, quase sempre isoladas dos perímetros urbanos, mas com dimensões reduzidas. Pretende-se não concentrar excessivamente o emprego industrial e responder na medida do possível a indústrias já instaladas.

Espaços não urbanos

São delimitadas áreas para alguns equipamentos isolados enquadrados por espaços não urbanos tais como equipamentos desportivos (pistas de motocross, karting, espaço para ultraleves e complexos de campos de jogos) e para equipamentos de solidariedade social (centros de dia para a 3^a idade), seja pela conveniência deste isolamento em termos de vizinhança, seja pela dimensão da área necessária não ser viável no interior dos perímetros urbanos propostos.

São reservadas duas áreas com aptidão turística: junto à Ortiga prevê-se um espaço ligado ao recreio, lazer e restauração; junto a Caxarias prevê-se uma área destinada a um campo de golfe apoiada por um conjunto turístico e/ou equipamento hoteleiro.

Prevêem-se ainda áreas reservadas para infraestruturas, como uma pista de aviação na Giesteira dedicada à protecção civil, parcialmente construída, um parque de sucata junto à zona industrial da Urqueira e as ETAR de Fátima (Vale de Cavalos) e Palmaria (Formigais) e a sub-estação de Fátima.

De um modo geral, pretende-se limitar a edificação às já extensas áreas urbanas (porque já dotadas de todas as infraestruturas urbanísticas excepto, eventualmente, sistema de drenagem de águas residuais). A edificação fora de perímetros urbanos deverá ser a excepção e não comprometer a viabilidade e o estatuto correspondentes ao uso dominante.

Às áreas de espaço-canal não correspondem a classes de uso, sendo integradas no uso dominante. A sua representação é simbólica.

São delimitados os espaços correspondentes às ocorrências mais importantes de recursos minerais (calcários, areias e argilas) para indústrias extractivas e não apenas os perímetros actualmente concessionados para estas actividades. Pretende-se salvaguardar estes recursos não renováveis ainda que, até que a sua exploração efectiva se inicie, se devam manter os usos não edificados actuais. Igualmente importante será a sua recuperação paisagística uma vez terminada a exploração do recurso.

Os barreiros existentes no concelho geralmente têm uma dimensão reduzida, sem representação à escala da Planta de Ordenamento.

Os restantes espaços do concelho correspondem a usos não urbanos, onde a edificação é muito condicionada.

Nos espaços agrícolas, têm normas especialmente limitadoras as áreas sujeitas ao regime da Reserva Agrícola Nacional e as áreas abrangidas pelo Perímetro de Regadio Tradicional. No entanto, há deficiências e incorrecções na marcação dos limites da RAN, resultantes principalmente da escala a que foi feita (1:25.000) e do tipo de suporte utilizado para desenho.

A RAN de que dispomos (obtida a partir da RAN publicada) não está adaptada ao rigor dos perímetros urbanos, que foram desenhados com base nos ortofotomapas, às escalas 1:10.000 e 1:5.000.

Através dos ortofotomapas é possível verificar que existem algumas áreas de RAN desajustadas dos locais que se quer proteger, e o contrário, locais que deviam corresponder a RAN e não se encontram protegidos, porque a RAN em vigor tem deficiências de cartografia.

Tendo em conta estes desajustes, a Proposta de Ordenamento apresentada pode conter algumas incorrecções, ou seja, não propõe crescimentos urbanos para áreas classificadas como RAN, que podem não o ser efectivamente e o contrário, propôr crescimentos e ocupações urbanas para áreas que são ou deveriam ser efectivamente RAN, mas que assim não figuram em termos cartográficos, ainda que estes casos sejam sempre marginais e envolvam áreas de reduzida dimensão.

Na Planta de Ordenamento, o uso Agrícola (A) inclui todas as áreas de RAN (constantes da Planta da RAN), áreas de Regadio Tradicional e as restantes áreas com aptidão agrícola mesmo que actualmente possam ter a utilização florestal ou se encontrem em abandono de uso. O Uso Florestal (F) e o uso Agro-Florestal (AF) não incluem pois quaisquer áreas de RAN, pelo menos com dimensão para ter representação cartográfica. Não quer isto dizer que não há, ou não possa haver, usos agrícolas nas zonas Florestal e Agro-Florestal, não são é áreas de RAN, mas por exemplo outros solos agrícolas, constituindo um uso dominado.

Finalmente, no interior dos perímetros urbanos não existem áreas de RAN, à excepção da cidade de Ourém, dum vale que atravessa a Zona Industrial de Fátima, e da área de Equipamentos a sudeste de Ourém, no Carregal.

A Planta nº 2A corresponde à RAN final proposta no PDM, tendo em conta as desafectações necessárias à Proposta de Ordenamento apresentada e as observações feitas pelos serviços competentes (DRARO).

No que diz respeito à REN do concelho de Ourém, apresentada na Planta nº 2B, foi obtida através de um processo diferente do da RAN (que já existia publicada em Diário da República). Com a concordância dos serviços responsáveis, a proposta de REN foi elaborada pela equipa do PDM, tanto a REN Bruta como a proposta de REN final, por não existir ainda uma proposta anterior completa.

A carta da REN Bruta é constituída pelos seguintes ecossistemas que fazem parte da Reserva Ecológica, designadamente: cabeceiras das linhas de água, áreas com riscos de erosão, áreas de máxima infiltração, leitos dos principais cursos de água e zonas ameaçadas pelas cheias, aos quais foram retiradas todas as áreas edificadas/perímetros urbanos - à excepção das áreas ameaçadas pelas cheias (sujeitas a regime específico) cuja definição e pressupostos são explicados mais adiante (sub-capítulo 5.3.3) - ou seja, estas áreas edificadas já não fazem parte da REN Bruta. No concelho de Ourém, as áreas de máxima infiltração, além dos leitos dos cursos de água mais importantes, incluem todo o maciço cársico, que corresponde a quase toda a área sul do concelho (a sul de Ourém), que implica um cuidado acrescido na proposta de Ordenamento.

A partir da carta da REN Bruta foram delimitadas as correspondentes desafectações, através de processo específico entregue na DRALVT, de acordo com a Proposta de Ordenamento apresentada no PDM - Planta nº 1. A carta da REN Bruta conjugada com as desafectações pedidas, deu origem à carta da REN final proposta no PDM (Planta nº 2B).

É precisamente sobre a área do maciço cársico, que ocupa quase todo o sul do concelho, que se concentra a maior parte da população e actividades económicas e se registam os maiores crescimentos populacionais e habitacionais. Daí a contenção e as restrições à construção e à necessidade da sua compatibilização com perímetros urbanos realistas, que permitam um desenvolvimento equilibrado e sustentável.

É importante perceber a vocação principal de cada espaço e que a conjugação de usos é possível, tendo em atenção que o uso florestal necessita de maiores extensões para ser rentável, enquanto o uso agrícola é viável em áreas menores. A vocação da parte norte do concelho, nos espaços não urbanizáveis, é essencialmente florestal, sendo necessário um esforço e empenho de todos para a proteger e salvaguardar, enquanto junto aos vales e linhas de água se encontram as áreas com maiores potencialidades agrícolas, existindo alguns vales muitos férteis, com disponibilidade de água, e com produções agrícolas importantes, caso da área afecta ao Regadio Tradicional nas ribeiras de Olival, Caxarias e Salgueira (ver Planta de Ordenamento).

Os usos dominados permitidos fora dos perímetros urbanos são os considerados compatíveis com os diversos usos não urbanos.

Os espaços naturais correspondem à área do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, ao Monumento Natural das Pegadas de Dinossáurios (Pedreira do Galinha) e ao Perímetro Florestal da Serra de Aire.

5.3 PERÍMETROS URBANOS

5.3.1 Hierarquia da rede urbana

O concelho de Ourém apresenta diferentes tipos de ocupação urbana e uma estrutura diversificada. Os dois aglomerados mais importantes e com maior poder de atracção são a cidade de Ourém e sede do concelho, que se localiza numa posição central relativamente a todo o concelho, e a cidade de Fátima, numa posição junto ao limite sudoeste do concelho mas que funciona como um importante centro religioso polarizador de todas as áreas contíguas, com projecção nacional e internacional. Cada uma destas cidades registou em 1991, uma população residente superior a 5.000 habitantes e um número de alojamentos superior a 2.000 unidades, com acréscimos significativos durante a década de 80, tanto a nível populacional como habitacional.

Num nível imediatamente inferior surgem todos os aglomerados ou conjuntos de aglomerados do concelho, que correspondem a todas as sedes de freguesia, áreas contíguas e satélites e os aglomerados mais importantes, tanto no número de habitantes e alojamentos, como nos serviços e funções centrais que possuem, ou na posição que ocupam relativamente aos eixos de transporte mais importantes.

Seguem-se as aldeias ou conjuntos habitacionais, um pouco por todo o concelho, mas que formam pequenos núcleos coerentes, tanto no número de habitações que possuem como na proximidade que as relaciona, funcionando como pequenos bairros periféricos.

Por fim, “espalhadas” por todo o concelho, há as habitações dispersas, normalmente associadas à agricultura, tanto em parcelas pequenas como em parcelas de maior dimensão e as quintas, algumas reconvertidas para o turismo, que ainda dominam em certas áreas do concelho, nomeadamente na freguesia de Seiça.

O concelho de Ourém, no seu conjunto, caracteriza-se por dois tipos de povoamento, cujos espaços se encontram sensivelmente a norte e a sul da cidade de Ourém.

A norte de Ourém, consequência do relevo mais acidentado, declives mais acentuados e uma estrutura da propriedade constituída por parcelas de menores dimensões (a dimensão média da propriedade edificada é cerca de 600 a 800 m²), o tipo de povoamento é constituído por lugares mais concentrados, onde as construções se localizam mais próximas umas das outras, ou sem logradouros ou com logradouros reduzidos, formando assim núcleos mais densos e coesos, ocupando áreas relativamente menores.

A sul de Ourém, onde o relevo é menos acentuado, com alguns planaltos e uma estrutura de propriedade constituída por parcelas de grandes dimensões (a dimensão média da propriedade edificada é cerca de 1.500 m²), o tipo de povoamento é mais disperso e menos denso e as construções localizam-se mais afastadas umas das outras, com extensos logradouros entre as construções, registando desafogo e menores densidades médias nos aglomerados.

Além das cidades de Ourém e Fátima e a maior parte das sedes de freguesia, com maior ou menor poder de atracção, consoante a sua dimensão (áreas, população e alojamentos), localização, funções e serviços oferecidos, o tipo de povoamento registado no concelho é essencialmente linear, distribuindo-se de forma bastante uniforme ao longo das vias existentes, tanto das principais como das secundárias. É uma tendência de crescimento característica de muitas zonas do país e muito enraizada na cultura da população, mas com consequências muito negativas a nível do ordenamento do território. Se por um lado tem menores custos de infraestruturação, acessos mais simples e é uma

forma de rentabilizar as infraestruturas existentes, por outro leva ao crescimento linear de comprimento exagerado dos aglomerados, com grandes distâncias entre as primeiras e últimas construções e impossibilidade de criar núcleos e áreas centrais, transforma as estradas em arruamentos urbanos, para os quais não estão preparadas nem vocacionadas e implica no futuro próximo excessivos custos na conservação das infraestruturas. É no entanto um factor importante a ter em conta na proposta de ordenamento. É necessário partir da situação existente, não “fingindo” que determinadas situações ou problemas não existem, perceber as necessidades e aspirações da população, integrar condicionantes ou restrições administrativas e as políticas que o município pretende ou pode implementar, e, ponderando todos os factores em jogo, propôr soluções possíveis, desejáveis e realistas, que podem não ser totalmente compreendidas e bem aceites por todos mas que constituirão a base de um futuro crescimento mais ordenado e correcto do território concelhio.

5.3.2 Limites administrativos

A base em que o PDM assenta corresponde a uma carta digitalizada de todo o concelho, efectuada em 1997 para um estudo anterior ao PDM, no âmbito do combate ao fogo e sua prevenção.

Em Portugal, estamos neste momento numa fase de transição, entre a cartografia tradicional, em papel, e a nova cartografia, em base digital, que além do rigor e precisão, não fica dependente dos erros da multiplicação de cópias e variações do comportamento do suporte dos desenhos (ozalid e reprolar). Todavia, a base digital disponível baseou-se em limites, que se verificou “à posteriori” (depois de queixas de várias freguesias) ou pelo menos não serem aceites por todos. Os diversos

serviços oficiais responsáveis pela produção cartográfica estão, na medida do possível, a actualizar e digitalizar os dados de que dispõem e o concelho de Ourém dispõe recentemente de um ficheiro digitalizado dos limites do concelho e respectivas freguesias, que apresenta diferenças significativas nalguns locais (com aglomerados a “mudarem” de freguesia), mas mais ou menos perceptíveis consoante as escalas de análise, mas não totalmente compatível com os limites dos concelhos vizinhos (pelo menos segundo as plantas dos respectivos PDM em vigor, ainda sem bases digitais).

Apesar de todas as implicações parece mais razoável apresentar a proposta de ordenamento com estes novos dados, os novos limites de freguesia actualizados e digitalizados pelo Instituto Português de Cartografia e Cadastro. Na década de 80 houve a criação de mais 3 freguesias em Ourém, que estão já contempladas nesta nova informação.

No que diz respeito aos limites do concelho, para evitar desfasamentos com os PDM dos concelhos vizinhos, apresenta-se o limite da base digital fornecida pela Câmara Municipal (levantamento efectuado para o estudo de fogos e sua prevenção), com um ajuste apenas no lugar da Lagoa da Pedra (extremo NW), onde se localizam terrenos e construções licenciados pela Câmara (no sentido da delimitação disponibilizada pelo IPCC).

5.3.3 Delimitação de perímetros urbanos

A delimitação de perímetros urbanos visa definir as áreas do concelho consideradas aptas para a edificação, considerando que a protecção dos espaços não urbanos assenta no correcto dimensionamento dos perímetros urbanos face às necessidades de procura e criação de condições para a sua estabilização.

Na verificação da adequação dos perímetros urbanos propostos englobam-se além dos perímetros urbanos existentes:

- As áreas de colmatação, isto é, áreas parcialmente edificadas e adjacentes dos perímetros urbanos existentes e, em geral, total ou parcialmente infraestruturadas.
- As áreas de expansão, isto é, as áreas sem edificações ou muito poucas edificações mas cujas características físicas e dotação (ainda que parcial) de infraestruturas seja especialmente favorável à urbanização e edificação e se localizem em geral fora das condicionantes legais. No sul do concelho isto não é possível pois qualquer alteração, mesmo por menor que seja, na delimitação dos perímetros urbanos sobrepõe-se pelo menos à condicionante REN - maciço cársico.

A delimitação dos perímetros urbanos existentes, das áreas de colmatação e áreas de expansão foi realizada à escala 1:10.000, sobre ortofotomapas de 1995, com apenas algumas actualizações parciais das edificações e licenciamentos municipais posteriores.

Comparando o resultado desta análise elaborada com a planimetria da carta militar à escala 1:25.000 resultam diferenças significativas. A principal diferença está no recorte dos contornos dos perímetros acima indicados, e na sua dimensão.

Na delimitação dos perímetros urbanos existentes utilizou-se como grão de análise as parcelas, seja as que já contêm edificações, seja as que ainda não contêm qualquer tipo de construção. A métrica de delimitação é a seguinte:

- Considera-se a profundidade das parcelas a contar do eixo das vias até um máximo de 50 metros. Em parcelas com profundidade menor, considera-se apenas a profundidade da parcela edificada.

- Incluem-se dentro do perímetro urbano parcelas que fiquem entre edificações que distem entre si até 100 metros no norte e até 150/200 metros – no sul. Este critério é relativizado pela estrutura do povoamento e pela proximidade a outros aglomerados mais ou menos extensos e nucleados. Reproduz-se, em certa medida, o conceito dos modelos gravitacionais - a maiores aglomerados associa-se uma maior capacidade de atracção.
- Incluem-se dentro do perímetro parcelas que fiquem do outro lado da rua/estrada ao longo da qual já exista construção, à excepção de se estar próximo de linhas de água com importância (baixas aluvionares ou com risco de cheias) ou de se tratarem de espaços com uma ocupação florestal ou agrícola plenamente utilizada e claramente compartimentada.
- Incluem-se no perímetro urbano espaços não edificados que sejam jardins, hortas, pomares ou quintais de parcelas com construções, considerando que a representação desses espaços só se justifica à escala 1:25.000 caso tenham dimensão superior a aproximadamente 1 ha (*).
- As áreas industriais como áreas edificadas que são, também se incluem nos perímetros urbanos, em conjunto com áreas habitacionais quando são indústrias compatíveis, ou em áreas industriais autónomas, quando se encontram isoladas.
- Incluem-se no perímetro urbano todas as parcelas que regularizem a sua forma, evitando reentrâncias injustificadas. O contorno é, sempre que possível, adaptado ao cadastro, seguindo os limites das parcelas.

(*) Por exemplo, 1 mm² em Planta - considerado um ponto - são 625 m² na realidade, valor superior à parcela mínima edificável no norte do concelho. Não se podem resolver problemas do uso do solo actual ou potencial à escala do PDM (1/25.000), porque nem sempre têm representação real na Planta de Ordenamento do PDM.

- Incluem-se no perímetro urbano áreas e zonas que apresentem movimentações de terras, por já ter sido alterado o anterior uso ou por indiciarem início de construções.

Após a delimitação dos perímetros das áreas com edificações, consideradas urbanas porque infraestruturadas (eventualmente ainda sem esgoto residual) foram identificadas as áreas de expansão e/ou colmatação, de acordo com as necessidades e as dinâmicas locais e a tendência de formação de constelações, através duma ligação territorial de vários aglomerados contíguos.

As áreas de colmatação e expansão urbanas em termos de ordenamento do território são áreas urbanizáveis e assim apresentadas na Planta de Ordenamento, pois o que as distingue genericamente é a pré-existência ou não de edificações, e a sua localização e dimensão face às áreas urbanas adjacentes ainda que a um ritmo e distância entre construções que não permite incluí-las nos perímetros urbanos existentes.

As características do povoamento da parte norte do concelho levaram à delimitação de áreas urbanas mais cingidas e densas e, na parte sul do concelho, onde a dimensão média da propriedade é maior e a dinâmica de crescimento é mais elevada, as áreas urbanas são mais extensas.

De uma forma geral, nas áreas do concelho onde o relevo é mais movimentado com vales mais estreitos e encostas mais declivosas, o povoamento ocupa cumeadas em parcelas com uma dimensão média menor do que no sul.

Enquanto no norte a parcela contendo a edificação pode corresponder a pouco mais do que a área necessária à implantação de uma moradia isolada, tendo o mesmo proprietário a sua horta no vale, no sul do concelho, na mesma parcela, agregam-se as duas finalidades.

Exceptuando os perímetros das cidades de Ourém e de Fátima onde se atingem níveis de densidade urbana mais elevados, é opção fundamental da proposta de ordenamento estabilizar os perímetros urbanos propostos assegurando níveis de desafogo à parcela, elevados (baixas e muito baixas densidades habitacionais e baixas percentagens de impermeabilização) e, por outro lado, um impacto minorado da urbanização e edificação no regime hidrológico. Se assim não fosse, a procura de parcelas para construção continuaria a recair sobre espaços não urbanos, mesmo que em parcelas maiores, e com possibilidade de utilização agrícola e/ou florestal na parte não edificada ou pavimentada.

Tendo em conta a localização dos três nós previstos para o IC 9 propõe-se que aos aglomerados de Atouguia, Vilar dos Prazeres e Alburitel corresponda baixa densidade (e não muito baixa densidade), isto é, alguma densificação. O conjunto urbano de Caxarias, pela importância da Estação de caminho de ferro que irá ser melhorada e pelas funções centrais (serviços, equipamentos, comércio, etc.) que desempenha e irá desempenhar, também deverá corresponder no PDM ao nível de baixa densidade.

Boleiros e Maxieira não devem constituir uma expansão de Fátima para sul, antes sendo uma alternativa para habitação com padrões de desafogo mais elevados. Propõe-se assim o nível de muito baixa densidade para este conjunto.

Todos os aglomerados situados no maciço cársico, que fazem parte da REN, são de muito baixa densidade, apesar de terem dinâmicas de crescimento positivas e elevado número de fogos.

Uma preocupação muito importante na delimitação do contorno dos perímetros urbanos existentes, tanto a norte como a sul, foi a preservação e o respeito dos vales, áreas aluvionares e áreas ameaçadas pelas cheias, mesmo que nessas áreas actualmente existam edificações, que assim ficam de fora desses perímetros, sem possibilidades de ampliação e reconstrução. Como consequência desta preocupação, aparecem alguns perímetros urbanos do mesmo aglomerado que não são contíguos.

5.4 REDE VIÁRIA, CIRCULAÇÃO E TRANSPORTES

5.4.1 Alterações na rede rodoviária

Estrutura e hierarquização da rede rodoviária

A garantia de um bom funcionamento da rede viária aos níveis concelhio e regional implica que a estrutura hierárquica da rede nacional e regional permita assegurar os tráfegos de passagem, de atravessamento do concelho e de ligação entre os centros urbanos importantes; rede concelhia principal com funções colectoras/distribuidoras dos tráfegos, circulando entre os centros urbanos secundários; e a restante rede concelhia deverá assegurar os acessos locais às povoações, às zonas industriais e às explorações agrícolas e florestais.

Para que à hierarquia formal estabelecida no plano corresponda uma hierarquia funcional adequada, com os níveis de utilização e funções correspondentes, é necessário garantir três aspectos fundamentais:

- A estruturação e funcionalidade da rede aos vários níveis;
- A alteração da geometria dos traçados e do perfil transversal das vias cujas características e capacidade não sejam coerentes com as funções que devam desempenhar;
- A sinalização necessária à orientação do tráfego para os percursos mais adequados, em termos de condições de circulação, designadamente dos tempos de acesso e custo das deslocações.

A necessidade e os fundamentos das alterações da rede rodoviária

As análises realizadas anteriormente evidenciaram deficiências que é necessário corrigir, tanto em termos de organização e estrutura da rede rodoviária, como em termos de melhorias específicas de determinadas vias.

O desigual desenvolvimento das regiões no tempo e no espaço cria e cristaliza injustiças relativas para as populações pior servidas que é necessário corrigir progressivamente, definindo e estabelecendo condições para uma aproximação no sentido da igualdade e dos benefícios que são disponibilizados ao conjunto da população.

As intervenções de construção e remodelação viária representam em geral um elevado esforço financeiro e, por isso, é necessário uma estratégia criteriosa na escolha das soluções, localização, âmbito e dimensão, faseamento e prazos das intervenções a realizar.

Antes de mais, as intervenções devem ser perspectivadas em dois âmbitos: intervenções de tipo geral, abrangendo simultaneamente partes significativas da rede; e intervenções de tipo local, que apenas atingem certas vias, troços de vias, ou partes muito limitadas da rede.

Em segundo lugar, as intervenções têm de ser pensadas em termos de prazo e faseamento, com objectivos, duração e âmbito muito bem definidos, devendo considerar-se, em particular, intervenções de curto prazo e baixo custo, intervenções estratégicas de longo prazo e custo considerável e intervenções de realização a médio prazo e longa amortização. Entre estas soluções bem demarcadas, existe uma grande variedade de opções, nem sempre adequadas, mas que em certos casos são as únicas que permitem progredir. É com base nestes pontos de vista que se avançam as propostas descritas a seguir.

Construção e melhoramentos na rede rodoviária

De acordo com o exposto, torna-se imprescindível avançar rapidamente com a construção do IC 9 e suas ligações, ao IP 1, ao IC 3 e a Ourém, cujo traçado e pontos de ligação deverão ser a níveis adequados para a estruturação e desempenho pretendidos.

Esta via constitui o principal eixo de atravessamento do concelho na direcção nascente-poente, devendo canalizar os tráfegos de passagem entre Tomar, o IP 1 (Fátima) e Leiria, bem como assegurar as ligações de Ourém ao exterior e merecerá por isso uma análise específica adiante.

Em segundo lugar é necessário reformular o traçado, o perfil transversal e as características físicas (pavimento, sinalização, protecções, etc.) da Estrada Nacional 113 - entre Cardosos e Ourém (IC 9) - e das Estradas Regionais 349 - entre Memória e Torres Novas (IP 6) e 356 - entre Ourém e Pelma (no limite da região de Lisboa e Vale do Tejo). Para além disto, é evidente a importância da remodelação dos troços da EN 113 - entre Cardosos e Leiria (IC 2) e da EN 356 - entre Batalha e Fátima - completando-se as ligações nacionais e regionais do concelho e, em particular, de Ourém e Fátima aos centros urbanos mais importantes e/ou mais próximos: Leiria, Tomar, Torres Novas/Entroncamento, Batalha/Porto de Mós e Alvaiázere.

A ER 349 constitui o principal eixo de ligações Norte-Sul, conduzindo e distribuindo os tráfegos entre Ourém e Torres Novas/Entroncamento (IP 6). Saliente-se que, a nascente e a poente do concelho, se desenvolvem paralelamente o IP 1 (no limite poente do concelho) e o IC 3 (já no concelho de Tomar) com funções mais específicas para os tráfegos de passagem Norte-Sul.

A norte de Ourém, a ER 349, com direcção Sudeste - Noroeste, até Memória e a ER 356, com direcção Sudoeste-Nordeste, até Pelma, constituem eixos diagonais de ligação aos vizinhos concelhos de Pombal e Alvaiázere.

Em terceiro lugar, ao nível concelhio, a estrutura da rede necessita de melhorias, principalmente a sul da cidade de Ourém, implicando o estabelecimento de uma ligação transversal que assegure a distribuição na direcção de Fátima – Vilar dos Prazeres/Caneiro/Lagoa do Furadouro e Alburitel em boas condições e duas ligações nascente-poente que garantam a distribuição nas direcções Atouguia – Vale do Porto e Vilar

dos Prazeres – Outeiro das Matas – Bairro; ainda, na direcção nascente-poente, as ligações Fátima – Maxieira/Boleiros deve ser melhorada, em termos de correcções geométricas do traçado/perfil (em troços localizados) e do pavimento (globalmente).

Note-se que, o traçado do IC 9, a sul de Ourém, retira importância à ligação nascente-poente anteriormente referida, embora a estruturação global da rede e a articulação entre o âmbito concelhio e o âmbito regional/nacional correspondam a contextos relativamente diferentes.

Em quarto lugar, a norte da cidade de Ourém, há que definir ligações nascente-poente que garantam a distribuição dos tráfegos em boas condições, entre os eixos diagonais para norte, constituídos pelas ER 349 e ER 356, implicando melhorias nas ligações Cercal – Gondemaria – ER 349 e Matas – ER 349, Cercal – Olival – ER 349 – Urqueira – Caxarias e Rio de Couros – Formigais.

Saliente-se que as características geomorfológicas e topográficas não permitem o traçado (em boas condições técnicas e por valores financeiros aceitáveis) de um eixo nascente-poente mais a norte, ligando Espite a Casal dos Bernardos e Frexianda, o que torna mais importante o eixo nascente-poente Cercal – Caxarias – Formigais.

Em complemento, deverão ser melhoradas em termos de correcções geométricas o traçado/perfil (em troços localizados) e o pavimento (globalmente) das ligações Ourém – Seiça, e Frexianda – Fárrio – Casal dos Bernardos – ER 356.

Em quinto e último lugar, as vias (em parte já projectadas) que irão formar uma circular envolvente da sede do concelho a norte, será completada a sul pelo IC 9.

Este anel é ligado a Caxarias pela ER 356, cujo troço entre Caxarias (Estação de caminho de ferro) e o término norte da variante municipal proposta, nascente à cidade de Ourém, se torna prioritário melhorar, designadamente através da construção de um troço alternativo entre Casais da Abadia e a estação de caminho de ferro de Caxarias, cujo traçado proposto poderá ser melhorado.

O traçado do IC 9, o nó de ligação ao IP 1 e as ligações a Fátima

Foram consideradas duas alternativas de traçado do IC 9, cujo balanço se sumariza adiante, tendo-se analisado com a JAE as vantagens/desvantagens relativas e tendo-se optado conjuntamente pela alternativa de traçado a sul de Ourém. Foi ainda considerada uma variante na ligação do IC 9 ao IP 1, encontrando-se as duas hipóteses de ligação representadas na Planta de Ordenamento.

É o seguinte o balanço de vantagens/desvantagens das alternativas de traçado do IC 9, a sul e a norte de Ourém:

Traçado a Sul de Ourém:

Vantagens:

- Traçado, em geral mais fácil e, portanto, mais económico, em virtude de uma morfologia do relevo mais favorável;

- “Corredor” e ligações previstas passando entre Fátima e Ourém (principais pólos geradores de tráfego), servindo de modo eficiente os fluxos entre esses dois centros;
- O traçado previsto a sul, fazendo um “S”, permitirá o funcionamento do IC 9 como variante urbana, para o tráfego de passagem, tanto às cidades de Ourém, como de Fátima;
- As ligações transversais entre o IC 9, Ourém e Fátima, são mais fáceis a sul, devido a menores desníveis a vencer e à orientação do relevo, mais favorável.

Desvantagens:

- Pior articulação rodo-ferroviária com base na rede rodoviária actual, privilegiando o acesso à estação de Fátima – Chão de Maçãs (concelho de Tomar), em detrimento de Caxarias (concelho de Ourém) e das ligações a Fátima, e dos centros urbanos do Norte do Concelho;
- Atravessamento do concelho próximo de zonas com significativas concentrações e aglomerados urbanos, conduzindo a uma concentração do tráfego em determinados nós de acesso e desenvolvendo uma tendência para aumentar a pressão urbana sobre essas zonas (Atouguia, Vilar dos Prazeres, Lagoa do Furadouro, Alburitel);
- Maior polarização do desenvolvimento no sul do concelho e da distribuição global das acessibilidades, em termos da rede principal actual do concelho;
- Maior probabilidade de ocorrência de problemas geotécnicos, associados aos calcários cársicos.

Traçado a Norte de Ourém:

Vantagens:

- Melhor articulação rodo-ferroviária com base na rede rodoviária actual, quer nas ligações intraconcelhias, quer principalmente, nas ligações dos nós ferroviários (Caxarias e Fátima) aos concelhos envolventes, potenciando a mobilidade das populações e relações comerciais vantajosas para o concelho de Ourém;
- Traçado mais afastado das principais concentrações e aglomerados urbanos, e contribuindo para uma distribuição mais equilibrada do tráfego pelo concelho;
- Redistribuição mais equilibrada da rede principal do concelho e reforço do desenvolvimento do concelho, a Norte de Ourém, estabelecendo um contraponto ao eixo urbano – comercial: Fátima - Cova da Iria - Atouguia - Ourém, através do eixo urbano – industrial: Gondemaria - Ourém - Caxarias/Carvoeira;
- Menor probabilidade de enfrentamento de problemas geotécnicos, associados aos calcários cársicos.

Desvantagens:

- Traçado mais difícil e mais caro, devido a uma topografia mais acidentada e com orientações desfavoráveis do relevo, mais pronunciadas;
- Maior afastamento da zona de importância turística e concentração populacional de Fátima, com importantes fluxos de origem/destino regionais e nacionais;

- Maior afastamento do bipólo Fátima/Ourém, não servindo, ou servindo mal, os fluxos entre aqueles dois aglomerados, de grande importância no concelho e não podendo servir directamente Fátima;
- Ligações (transversais) mais difíceis entre o IC-9 e Ourém ou Fátima, devido ao acidentado do terreno e à orientação do relevo.

O traçado escolhido - a sul de Ourém - e assim representado na Planta de Ordenamento, na alternativa A, estabelece a necessidade de um nó de ligação relativamente próximo de Fátima. Orientado na direcção da Batalha, o traçado contorna Fátima - Cova da Iria, seguindo para nascente um pouco a norte de Fontainhas (servindo de variante urbana); daqui o traçado inflete para sudeste, em direcção a Atouguia e Vilar dos Prazeres, que envolve pelo sul, passando entre esta e a Lagoa do Furadouro; continua a partir daqui para noroeste, em direcção a Alburitel que contorna pelo sul, passando entre esta e Toucinhos e seguindo para nascente, em direcção ao vizinho concelho de Tomar. Esta alternativa é a que melhor serve Fátima.

Na alternativa B, a ligação ao IP-1 é proposta muito mais a norte de Fátima, orientada na direcção de Leiria e o traçado bastante mais afastado de Fátima até Atouguia, segue a partir daqui o mesmo percurso da alternativa A.

De salientar a preocupação existente em qualquer das alternativas de traçado, de afastar o nó de ligação do IC 9 ao IP 1, tanto quanto possível de Fátima/Cova da Iria, de modo a assegurar desafogo a esse nó, às ligações locais do IC 9 e às ligações internas do tecido urbano de Fátima e ainda para disponibilizar espaço de acumulação de fluxos nos períodos de maior congestionamento nos acessos ao Santuário e facilitar a respectiva circulação.

5.4.2 Alterações na rede ferroviária

A este nível as propostas a fazer estão relacionadas com o papel a desempenhar pelas estações de Caxarias e Fátima, uma vez que o apeadeiro de Seiça está destinado a ser desactivado, no âmbito do plano de automatização da rede e de expansão da rede electrificada e automatizada.

Nesta perspectiva, há que garantir a manutenção, desenvolvimento e expansão do serviço ferroviário na estação de Caxarias. A articulação com o transporte rodoviário de passageiros entre Caxarias, Ourém e Fátima é essencial e será assegurada pela Câmara Municipal.

A prossecução daqueles objectivos passa pela necessidade de se tomarem iniciativas em duas direcções: por um lado, será conveniente negociar com a CP uma estratégia a nível concelhio, no sentido de manter e melhorar as condições de acessibilidade existentes e do serviço prestado; por outro lado é necessário garantir uma articulação entre as acessibilidades e a organização dos serviços rodo e ferroviários de forma a potenciar as vocações específicas de cada um dos modos e optimizando e rentabilizando o funcionamento de ambos nos aspectos técnicos e económico.

Em termos práticos, torna-se necessário assegurar boas e eficientes ligações viárias entre as duas estações ferroviárias e os principais aglomerados urbanos do concelho e, em particular com Ourém e Fátima, e ainda de Caxarias com as zonas industriais do concelho, que utilizam matérias-primas ou produzem bens cujo transporte possa ser realizado de forma rentável e eficiente pelo comboio. As propostas apresentadas atrás para a rede rodoviária concelhia já têm em conta essas necessidades, mas devem ser afinadas depois de estabelecido em definitivo o traçado do IC 9.

Quanto à articulação do serviço rodoviário com o ferroviário, há que ter em consideração três aspectos: primeiro, é preciso distinguir o caso do transporte de passageiros e o da carga; em segundo lugar, deve notar-se que os transportes escolares, que constituem actualmente os fluxos mais importantes do serviço rodoviário de passageiros, quase não têm relação com o caminho de ferro; finalmente, a articulação do serviço dos dois modos de transportes passa principalmente pela estratégia dos operadores privados, embora a C.M. Ourém possa adoptar algumas medidas para influenciar essas estratégias e as condições daquela articulação.

Na prática, essa articulação deverá assegurar ligações regulares do transporte de passageiros, entre a estação ou estações ferroviárias e os principais aglomerados urbanos, em particular com Ourém e Fátima, procurando servir o máximo de centros intermédios e, principalmente, garantindo uma boa qualidade de serviço, quer no percurso, quer na ligação. Quanto ao transporte de carga, a articulação com o transporte ferroviário quase não depende dos operadores rodoviários, mas sim das unidades industriais e comerciais, podendo ser influenciadas por políticas municipais de localização de actividades e uso do solo e, principalmente, pelas políticas comerciais do operador ferroviário.

As propostas concretas apresentadas no parágrafo respeitante aos transportes colectivos rodoviários já têm em vista responder àqueles objectivos.

Alterações à estação de Caxarias

É intenção da REFER remodelar a estação de caminho de ferro de Caxarias. Esta decisão tem a nossa concordância de princípio e entendemos apresentar algumas considerações sobre aspectos que pensamos deverem ser salvaguardados na remodelação daquela infraestrutura.

O acesso de veículos a uma qualquer “interface” de transportes, em particular do tipo misto, passageiro/mercadorias do caminho de ferro, implica a necessidade de desafogo para circulação, manobra e estacionamento, o que só pode ser garantido com uma localização (desde logo) em espaço desafogado.

Por outro lado, exige-se uma fácil e eficiente articulação da estação com a rede viária da zona envolvente, assegurada através da sua localização relativa na rede e da forma de estruturar as ligações, nomeadamente a da travessia viária da linha do caminho de ferro.

Acresce ainda que, o “lay-out” duma estação tem exigências técnicas específicas do funcionamento do caminho de ferro e dependentes do nível e das características próprias de cada estação, mas para além disso, deverá assegurar a racionalidade da circulação, em termos de entradas e saídas, em especial de veículos de mercadorias, e facilitar o acesso, manobra e estacionamento de veículos de TC de passageiros - autocarros e táxis - dependente também do desafogo.

Por outro lado, importa minimizar ao mesmo tempo a extensão da área envolvida nesta intervenção (nomeadamente através duma opção por passagens inferiores para veículos e para os peões).

Finalmente, impõe-se a necessidade de articular as exigências técnicas e funcionais (parâmetros técnicos) com os interesses de particulares e do público em geral, que têm de ser considerados, aspectos em que a autarquia tem uma palavra fundamental a dizer e onde pode ter um papel importante a desempenhar.

Deve estudar-se a reformulação das acessibilidades rodoviárias a Caxarias, designadamente a variante de ligação de Ourém à Estação de Caxarias, bem como à estrada de Chã (por travessia do feixe de linhas, no prolongamento daquele para sudoeste), em sede do futuro Plano de Urbanização.

5.4.3 Alterações nos transportes colectivos rodoviários, regionais e urbanos.

Transportes escolares

A análise efectuada aos transportes colectivos públicos (autocarros) e privados (táxis) permitiu concluir que o sistema existente tem características bastante razoáveis, mas apresenta algumas limitações bem identificadas, a saber:

- A oferta, em termos de número de carreiras, frequências (circulações) e horários é razoável, mas está excessivamente dependente das deslocações por razões escolares;
- A cobertura territorial e a distribuição espacial dos percursos são satisfatórios, apresentando apenas algumas lacunas de relativamente fácil correcção;

- Não existe uma articulação espaco-temporal entre as várias carreiras e circulações (apenas em alguns casos existe uma articulação temporal entre circulações de carreiras em eixos comuns) e não existe uma articulação de facto com o caminho de ferro.

Os sistemas de transporte colectivo apresentam uma maior complexidade devido às fortes interdependências das suas várias componentes entre si e com a sua envolvente e, por isso, as propostas de alteração necessitam em geral de uma fundamentação pormenorizada, exigindo estudos específicos aprofundados, que deveriam ser realizados no sentido de optimizar o sistema e melhor servir os utilizadores.

No entanto, é possível desde já avançar algumas propostas de curto prazo e custo limitado, de modo a corrigir e melhorar as principais deficiências do sistema.

No sentido de potenciar e promover as capacidades do transporte ferroviário e garantir a conveniente articulação entre este e o transporte colectivo rodoviário, deveriam ser garantidas ligações rodoviárias para todas as circulações diárias do caminho de ferro com paragem nas estações de Caxarias ou Fátima (não simultaneamente para ambas). Essas ligações deverão fazer-se com Ourém e/ou Fátima, para além de outros términos eventuais, e deverão articular-se, sempre que possível, em termos espaciais e de horário com carreiras e circulações servindo outros locais (a articulação poderá fazer-se em Ourém, Fátima ou outro ponto do percurso). A escolha, em cada caso, da estação de ligação, do número de carreiras a utilizar, dos términos e do percurso a efectuar, das articulações com outras carreiras e circulações e os diversos pormenores de implantação do sistema deverão ser esclarecidos em estudo a realizar especificamente para esse efeito.

Para além disso e relacionado directamente com o dimensionamento desse sistema, deveria avaliar-se a possibilidade técnica e económica de assegurar uma praça de táxis associada a cada uma das estações (Caxarias e Fátima), garantindo uma assistência desse tipo de transporte a todas as circulações diárias do caminho de ferro, devidamente articulado com o Transporte Colectivo público e podendo ser a única alternativa rodoviária nos “períodos mortos” do horário.

No sentido de melhorar a articulação global do sistema e da rede de percursos, propõe-se que seja avaliada a possibilidade de serem asseguradas ligações nos seguintes troços, actualmente não servidos por qualquer carreira:

A norte de Ourém:

- Fontainhas - Seiça - Mosqueiro;
- Gondemaria - Soutaria;
- Vales - Barrocaria - Aldeia Nova - Urqueira;
- Matas - Arieiro (cruzamento - ER-349);
- Casal Ribeiro - Fárrio.

A sul de Ourém:

- Canhardo - Caneiro;
- Lagoa do Furadouro - Toucinhos.

A ponderação de efectivar essas ligações e as formas concretas de o realizar (prolongando percursos existentes, efectuando desvios, alterando percursos ou carreiras ou articulando carreiras existentes, etc.), deverá ser objecto de estudo específico que avalie também os custos (oferta) e os benefícios (procura e operador) de cada implantação a realizar.

De qualquer modo, desse estudo deverá sempre resultar a possibilidade de articulação de carreiras ou circulações, quer em termos espaciais (de percurso), quer em termos temporais (de frequência e/ou horário).

Num estudo desse tipo deveria ser também ser avaliada a necessidade de criar, alterar ou prolongar alguma carreira de âmbito regional.

A referida dependência excessiva do Transporte Colectivo em relação às deslocações em períodos escolares poderá ser muito reduzida ou, pelo menos esbatida indirectamente, através de algumas das modificações sugeridas atrás, por motivos diferentes desse, em resultado da criação ou alterações de percursos ou de horários. No entanto, uma intervenção directa visando a criação ou manutenção de carreiras fora dos períodos escolares, exigirá a garantia de existência de uma procura que assegure a rentabilidade da exploração, implicando por isso uma avaliação de todos os factores em jogo, nomeadamente a possibilidade de articulação global do funcionamento escolar e, que não pode aqui ser avançada, devendo também ser objecto de estudo de pormenor.

5.4.4 Estudos de tráfego, circulação, estacionamento e transportes

Para o aprofundamento do estudo de problemas e procura das soluções técnicas adequadas será conveniente realizar estudos complementares de tráfego, circulação, estacionamento e transportes, seja na sequência do Plano Director Municipal centrado nas questões já abordadas ou não resolvidas, seja no âmbito de Planos de Urbanização ou Planos de Pormenor que detalhem as propostas de hierarquização da rede viária, de gestão da circulação e sinalização, de estacionamento e de circulação de peões em zonas urbanas, ou do transporte de carga e mercadorias, rodoviário ou ferroviário.

Os estudos de tráfego deverão permitir avaliar os fluxos globais, parciais e específicos na rede de âmbito municipal, bem como nas redes urbanas de Ourém e Fátima/Cova da Iria, detectar potenciais conflitos e estrangulamentos, determinar as capacidades necessárias para assegurar os níveis de serviço convenientes e a fluidez da circulação em toda a rede e confirmar ou redefinir a hierarquização e organização da rede, de forma a optimizar o seu funcionamento em circunstâncias médias e excepcionais.

Os estudos deverão abordar também a questão do transporte de carga e mercadorias, tanto rodoviário como ferroviário e avaliar a distribuição modal mais adequada, tendo em conta as formas de articulação entre esses modos e abordando nomeadamente os seguintes aspectos:

- Circulações ferroviárias com paragem no concelho, sua dimensão e frequência;
- Tráfego ferroviário de mercadorias actual, no concelho e previsão da sua evolução;
- Operadores rodoviários de carga e mercadorias actuando no concelho;
- Tráfego rodoviário de mercadorias actual, no concelho, e previsão da sua evolução;
- Articulação entre o transporte rodoviário e ferroviário de mercadorias.

Além disso, os estudos deverão abordar o papel dos transportes colectivos (públicos e privados) em dias normais e excepcionais e avaliar a distribuição modal necessária e possível, tendo em conta as formas de articulação entre os diversos modos, incluindo o transporte particular individual, garantindo a coerência entre a hierarquização da rede viária, e a organização do sistema de transportes colectivos.

Deverá merecer atenção especial o aprofundamento do transporte escolar municipal e do transporte ferroviário de passageiros e sua articulação com o transporte colectivo rodoviário público.

Por outro lado, deverá avaliar-se as condições de circulação (tanto de veículos como de peões) e de estacionamento em zonas urbanas sobretudo (Fátima e Ourém na actualidade e face às soluções dos respectivos Planos de Urbanização), avaliando a adequação dos espaços destinados a circulação, estacionamento, percursos pedonais e estadias, e estudando as características e segurança desses espaços, identificando e caracterizando os pontos de conflito, de modo a validar as propostas existentes ou justificar a sua alteração, tendo em vista a maior segurança da circulação, devendo definir-se parâmetros de regulação e qualificação desses aspectos.

A importância de Fátima como um pólo religioso com renome internacional e a crescente procura de que o Santuário tem sido alvo, justifica o estudo, tanto a nível do concelho de Ourém, como dos concelhos contíguos, de rotas adequadas aos peregrinos a pé, que à semelhança de Santiago de Compostela, poderão vir a constituir uma mais valia, tanto para Fátima, como para o concelho de Ourém e para o país.

Finalmente os estudos de tráfego deverão incluir a análise e avaliação das características e capacidades das infra-estruturas viárias, bem como os tipos e capacidade dos nós viários, em especial das novas vias e dos nós propostos, consideradas individualmente e integradas na rede, bem como avaliar e qualificar com maior detalhe as necessidades de estacionamento, prevendo e propondo soluções para responder à procura admissível.

5.5 INFRAESTRUTURAS DE SANEAMENTO

5.5.1 Abastecimento de água

No que respeita à infraestrutura Abastecimento de Água, o concelho de Ourém apresenta a especificidade de estar praticamente coberto por uma completa Rede de Abastecimento de Água (Plantaº 7).

Rede de Abastecimento constituída por um conjunto de sub-sistemas, designadamente, Carvalhal, Freixianda, Mata, Espite, Olival, Caxarias, Caridade, Valada e Fátima, incluindo cada um dos sistemas as respectivas captações, Adutoras, Reservatórios, Estações Elevatórias e de Tratamento, e Distribuidoras.

Esta realidade confere ao Concelho de Ourém um grau de cobertura espacial da infraestrutura Abastecimento de Água próximo dos 100%, no que diz respeito às áreas edificadas existentes.

Por outro lado, e no que se refere às áreas de expansão dos aglomerados urbanos, estas, em grande parte, colmatam os próprios aglomerados, pelo que, parte das áreas de expansão propostas são áreas já infraestruturadas.

Assim sendo, em termos do presente Plano Director Municipal, no que respeita ao Abastecimento de Água, apenas se prevê a extensão de algumas redes distribuidoras, em algumas áreas de alguns aglomerados, para além de um eventual reforço pontual da capacidade de armazenagem num ou outro sub-sistema, com particular destaque para o reforço do sub-sistema de Fátima directamente abastecido pela adutora da EPAL.

5.5.2 Sistema de águas residuais

No que toca ao Sistema de Águas Residuais o Concelho de Ourém apresenta ainda um baixo nível de infraestruturação, seja ao nível das condutas, seja ao nível dos Sistemas Colectivos de Tratamento.

Ao nível das Condutas, na parte norte do concelho, apenas se verifica a existência da Rede de Esgotos de Freixianda e Caxarias, estando em fase de construção o denominado Emissário do Alto Nabão, bem como o sistema da ribeira de Seiça, integrados no programa de despoluição destas bacias.

Assim, à excepção do Cercal, Matas e Espite (aglomerados que drenam para o Vale do Lis), todo o norte do concelho de Ourém virá a ser servido pelo sistema, do Alto Nabão, em construção, ao qual terão que se seguir as respectivas Redes de Colectores nos principais aglomerados, nomeadamente, Gondemaria, Olival, Urqueira, Casal dos Bernardos, Fárrio, Rio de Couros e Formigais.

Mas é na parte sul do concelho que a implementação do Sistema de Águas Residuais se torna mais premente, especialmente se se tiver em conta a sua mais elevada densidade populacional, bem como a projecção dos seus indicadores demográficos, e ainda a elevada permeabilidade das formações cársicas a que corresponde a geomorfologia desta parte do concelho.

Daí que, quer a construção das três ETAR previstas (Rio Nabão, Ribeira de Seiça e Ribeira das Matas-Fátima), quer a extensão da Rede de Esgotos existente (casos de Fátima, Vilar dos Prazeres, Ourém e Atouguia), ou ainda a criação de raiz de redes em aglomerados como Alburitel ou Seiça, constituam os objectivos a prosseguir no que toca à infraestruturação do concelho em termos de Sistema de Drenagem de Águas Residuais.

5.6 EQUIPAMENTOS COLECTIVOS

Na Planta de Ordenamento foram devidamente identificados vários equipamentos colectivos propostos que se encontram isolados. Isto significa que podem existir e existem outros equipamentos dentro dos Perímetros Urbanos, seja nas áreas edificadas existentes, seja nas áreas urbanizáveis.

A razão desta delimitação, prende-se não só com a área e a localização isolada de qualquer outro perímetro mas também com a afectação desse espaço a esse uso após a entrada em vigor do PDM, em especial na metade sul, totalmente abrangida pela condicionante REN - formação cárstica, e para conter a disseminação de equipamentos em toda a área concelhia.

Não é excluída a hipótese de aparecerem novos equipamentos fora dos Perímetros Urbanos mas tendo que obedecer às regras enunciadas no Regulamento do PDM.

Os equipamentos propostos são:

- 1) Freguesia de N^a S^a das Misericórdias – a sul da ribeira de Seiça e de Ourém equipamento e complexo desportivo, a poder conjugar várias modalidades e permitindo a reconversão do uso actual que é de um areeiro.
- 2) Freguesia de N^a S^a das Misericórdias – a sudeste do Sobral localiza-se um espaço para desporto, nomeadamente “Ultraleves”.
- 3) Freguesia de N^a S^a das Misericórdias – no aglomerado do Caneiro localiza-se um equipamento desportivo e recreativo.

- 4) Freguesia de Caxarias – equipamento desportivo, nomeadamente campo de golfe associado a uma área de aptidão turística.
- 5) Freguesia de Alburitel – a sul de Alburitel propõe-se uma área para equipamento que poderá ser desportiva e/ou recreativa.
- 6) Freguesia de Matas – junto a Poças localiza-se uma área de equipamento que corresponde em parte ao Campo de Futebol existente e futura ampliação e/ou outra modalidade.
- 7) Freguesia do Olival – propõe-se um espaço para equipamento desportivo e/ou de solidariedade social, servindo mais que uma freguesia.

No aglomerado de Areias (freguesia de Gondemaria) é proposto, ou pode aí localizar-se um equipamento, em princípio, para desporto e/ou cultura, mas cuja marcação não foi distinguida por não ser equipamento isolado, e está integrado no perímetro urbano.

Não são delimitadas áreas sem dimensão suficiente para serem representadas à escala do plano, nem equipamentos que não incluem edificação ou pavimentação artificial, designadamente ciclocross, autocross ou motocross.

Também nesta Proposta de PDM, não foram pedidas desafectações da RAN e da REN nalgumas áreas destinadas a equipamentos e parcial ou totalmente condicionadas por uma ou as duas condicionantes referidas, até se determinar a efectiva necessidade da totalidade dessas áreas. Por exemplo, para o equipamento previsto a sul de Ourém, na ribeira de Seiça, próximo do Carregal, não se prevê nem se justifica pedir a desafectação das áreas de RAN e REN, pois a área sobrante é mais que suficiente para a construção dos equipamentos desportivos: pistas, pavilhões, piscinas, etc. e as áreas de RAN e de REN podem destinar-se a áreas verdes de enquadramento e protecção, compatível com qualquer uma destas condicionantes.

Equipamentos de Ensino e Formação Profissional

A rede de Ensino Básico cobre actualmente todo o concelho mas carece de uma reformulação que a viabilize a prazo, designadamente tendo em vista a sua modernização.

A reformulação da rede de Ensino do 1º Ciclo do Concelho deve visar a construção ou reformulação dos estabelecimentos que possam dispôr de um número mínimo de alunos que viabilize uma melhor qualidade dos equipamentos e dos serviços prestados.

Os custos envolvidos neste processo, bem como as responsabilidades da Administração requerem uma estreita colaboração entre o Ministério da Educação e a Câmara Municipal.

A política a seguir deve apontar para a concentração do ensino do 1º Ciclo nas sedes de freguesia, em freguesias com um número reduzido de alunos, e em aglomerados com populações escolares superiores a um limiar que justifique a sua manutenção e modernização. Esta política está aliás a ser seguida para os Jardins de Infância, dependendo a sua aplicação ao Ensino Básico da política que vier a ser seguida pelo Governo.

A conjugação de Jardins de Infância e do Ensino do 1º Ciclo nos mesmos equipamentos permitirá contribuir para viabilizar uma rede extensiva a todo o concelho, ainda que com um número menor de estabelecimentos face ao número actual.

O número mínimo de salas por estabelecimento não deverá ser inferior a 2 salas (4 anos em dois turnos para ensino do 1º Ciclo, e 3 salas quando combinado com Jardim de Infância).

O desenvolvimento dos transportes escolares é condição indispensável à concentração dos equipamentos.

Uma proposta para uma nova distribuição das Escolas do 1º Ciclo (Ensino Básico) terá que ter por base um estudo mais pormenorizado e detalhado, tanto do número de escolas existentes, como do número de alunos que as frequentam (e a sua evolução previsível), como da qualidade das instalações (a todos os níveis), da sua capacidade, e da possibilidade da sua recuperação e/ou ampliação.

O número muito reduzido de alunos nalgumas escolas, recomenda um melhor aproveitamento dos recursos humanos e financeiros que passa pela concentração de alunos em menos escolas, mas com melhores condições e convenientemente localizadas.

Como ponto de partida para uma redistribuição dos alunos pelas escolas existentes, ainda que estas se tivessem que melhorar e/ou ampliar se as suas condições de funcionamento forem insuficientes, ou não adequadas, propõe-se uma Rede Escolar com unidades em cada um dos aglomerados discriminados no Quadro seguinte – Nº 39, com base em dados fornecidos pela Câmara Municipal de Ourém referentes ao número de alunos que frequentaram o ano lectivo 1998/99, num total de 2.202 alunos.

Esta Rede Escolar que implicaria como resultado final o encerramento de quase 50 escolas do 1º Ciclo consiste numa hipótese de trabalho que um estudo aprofundado das condições de funcionamento de cada escola, das suas acessibilidades, das tradições locais e das políticas municipais, poderia conduzir à definição de soluções alternativas.

QUADRO Nº 39 - PROPOSTA DE REDISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ESCOLAR EXISTENTE NO CONCELHO DE OURÉM, NO ANO LECTIVO 1998/99

Local a manter	Alunos	Conjunto de populações escolares a servir
Ourém	363	Ourém + Castelo + Vale Travesso
Cova da Iria	98	Cova da Iria
Moita Redonda	68	Moita Redonda + Fontainhas
Lomba d'Égua	101	Lomba d'Égua
Fátima	42	Fátima
Casa Velha	47	Casa Velha
Giesteira	21	Giesteira
Boleiros	89	Boleiros + Maxieira + Amoreira
Bairro	92	Bairro + Sobral + Matas + Gaiola + Caneiro
Lagoa do Furadouro	46	Lagoa do Furadouro
Vilar dos Prazeres	54	Vilar dos Prazeres
Vale do Porto	88	Vale do Porto + Zambujal + Vale da Perra
Atouguia	65	Atouguia
Alburitel	53	Alburitel + Toucinhos
Seiça	53	Seiça + Fontainhas + Valada + Pêras Ruivas + Coroados + Cristóvãos
Alqueidão	73	Alqueidão + Pinhel + Pinheiro + Louçãs
Gondemaria	63	Gondemaria + Fartaria
Olival	75	Olival + Soutaria + Carcavelos de Cima + Barrocaria + Óbidos
Caxarias/Carvoeira	90	Caxarias/Carvoeira + Caxarias + Casais da Abadia + Conceição + Mata
Pisões	67	Pisões + Andrés + Barreira
Rio de Couros	48	Rio de Couros
Sandoeira	34	Sandoeira
Formigais	35	Formigais + Ramalheira
Cercal	52	Cercal + Ninho de Águia
Urqueira	66	Urqueira + Amieira + Pederneira + Vale das Antas + Resouro
Matas/Pisão	49	Matas/Pisão + Lavradio
Espite	38	Espite + Carvalhal + Freiria + Cumieira
Casal dos Bernardos	44	Casal dos Bernardos + Casalinho + Salgueira
Casal do Ribeiro	37	Casal do Ribeiro + Cacinheira + Carvalhal do Meio
Freixianda	78	Freixianda + Perucha
Mata do Fárrio	38	Mata do Fárrio + Reca
S. Jorge	35	S. Jorge + Charneca + Cumeada
TOTAL	2.202	

Conclui-se deste quadro que se propõe a progressiva redução do número de escolas de 81 unidades para 32 unidades, com um número de alunos que varia – regra geral – de 35 a 75 alunos, com os valores extremos em Ourém - com 346 alunos, e na Giesteira - com 21 alunos. Ourém, como sede do concelho, justifica por si só a concentração de alunos, enquanto Fátima, pelas suas características e vocação, em que o ensino é assegurado por vários instituições religiosas, concentra grande número de escolas no seu perímetro urbano. O lugar da Giesteira deverá manter a escola que possui com 21 alunos, porque a sua localização, a poente da auto-estrada, num dos extremos do concelho, recomenda a sua manutenção.

Nesta proposta assume-se a hipótese de que os aglomerados urbanos onde se localizam os equipamentos escolares serão aqueles a que corresponderão dinâmicas populacionais positivas ou de relativa estabilidade.

A conjugação dos Jardins de Infância com o ensino do 1º Ciclo permite ainda uma melhor rentabilização das actividades de tempos livres (só possível em equipamentos melhorados) e do sistema de distribuição de refeições escolares, que requer aumento de capacidade com o aumento da distância média casa-escola.

O Ensino Básico e o Ensino Secundário requerem também uma melhoria do transporte escolar e do transporte público, sejam os estabelecimentos do sistema público, sejam os estabelecimentos privados que, em Fátima, estabeleceram protocolos com o Ministério da Educação.

Seria interessante dotar o concelho, em Ourém ou Fátima de estabelecimento de ensino superior e/ou de formação profissional ligados ao centro religioso de Fátima, ao turismo ou às actividades económicas dominantes no concelho.

Equipamentos de Saúde

A nível hospitalar, o concelho é servido pelos hospitais de Tomar, Leiria e Torres Novas, não se justificando a construção de um hospital no concelho.

Os Centros de Saúde de Ourém e de Fátima asseguram os cuidados de saúde nas duas cidades, sendo a rede completada por 16 extensões de saúde que cobrem o concelho.

Os postos médicos, de enfermagem e farmácias cobrem a generalidade do concelho.

Registam-se, como carências mais evidentes a satisfazer:

- Postos médicos no Cercal, Freixianda e Matas;
- Farmácia no Cercal.

Equipamentos Desportivos

O concelho encontra-se, de um modo geral, bem servido por equipamentos desportivos.

Regista-se, no entanto, a necessidade de Ourém e de Fátima virem a dispôr de complexos desportivos:

- Em Fátima, na Eira da Pedra incluindo campos de jogos cobertos e descobertos e piscina;
- Em Ourém, já fora do perímetro urbano, um complexo de campos de jogos cobertos e descobertos e pista para atletismo.

A freguesia da Freixianda carece de um pavilhão poli-desportivo que poderá servir também as freguesias limítrofes.

A freguesia do Olival, em conjunto com Gondemaria e Urqueira, requer também um complexo desportivo.

Os equipamentos desportivos devem articular-se, na sua utilização, com a rede escolar. As suas dimensões recomendam que não se pretenda inseri-los na malha urbana, antes valorizando o seu enquadramento verde. O sistema de transportes escolares deve corresponder às necessidades de articulação dos utentes das escolas.

O golfe e a equitação são desportos com interesse para o desenvolvimento do concelho mas que devem ser equacionados no âmbito do desenvolvimento turístico e localizados em áreas designadas com esta aptidão.

Equipamentos de Solidariedade Social

Para além da rede de Jardins de Infância, já abordada no tema Ensino, coloca-se a questão dos equipamentos para a 3^a idade, com importância crescente no concelho.

Apesar de já existirem Centros de Dia para a 3^a idade em 10 freguesias, persistem carências por satisfazer. No que respeita a Lares para a 3^a idade apenas 5 freguesias dispõem deste tipo de equipamento.

Face a estas carências e ao relativo envelhecimento da população do concelho propõe-se a criação de novos equipamentos eventualmente em localizações isoladas, mas bem enquadradas no espaço não urbano e dotadas de boa acessibilidade às áreas que sirvam.

5.7 PATRIMÓNIO

No contexto das áreas a proteger sobressai de imediato toda a área envolvente do Agroal, em parte já sujeita a Plano de Pormenor. É no entanto necessário proceder a um estudo mais pormenorizado e desenvolvido abrangendo uma área maior, para permitir um correcto enquadramento e uma efectiva possibilidade de recuperação e valorização de todo o conjunto, designadamente aproveitamento turístico de qualidade associado a práticas desportivas, como a canoagem, por exemplo. A piscina natural do Agroal é o resultado do aparecimento à superfície das águas subterrâneas do Rio Nabão, que em vários troços do seu percurso aparece e desaparece, conferindo-lhe uma característica invulgar e curiosa. Uma das principais razões do comportamento destas águas é a natureza geológica do solo formada por rochas calcárias.

Para salvaguardar os valores municipais não abrangidos pela Legislação relativa a Imóveis Classificados e que não justificam esse nível de classificação, são inventariados vários valores como Património Municipal devidamente delimitados na Planta nº 8 (Património Municipal e Património Classificado).

O concelho de Ourém é muito rico em património construído, o que torna urgente a necessidade de o conservar, proteger e recuperar. Uma das formas de o fazer é através da classificação do património (já classificado ou em vias de classificação) pelo organismo público competente – o IPPAR. No concelho de Ourém os edifícios classificados são os que constam da Planta de Condicionantes e já referidos no ponto 4.2.

O restante património a proteger, tem essencialmente um interesse municipal e local, pelo que a sua protecção passa por planos municipais complementares do PDM e por regulamentação municipal específica.

Além destas medidas, a salvaguarda e valorização do património histórico passa também pelo seu uso e funções, pelo que a gestão camarária deve procurar contribuir eficazmente para a vitalização desses edifícios e dessas áreas de património cultural, adequando os espaços físicos às actividades que aí se desenvolvem ou podem vir a desenvolver.

Fez-se um levantamento das construções a proteger a este nível municipal, com a ajuda da Câmara Municipal, a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), o Centro de Património da Estremadura (CEPAE) e a Quercus, procurando salvaguardar os valores do concelho, tantos os mais eruditos, como os populares, que reflectem toda uma cultura e história económica e social, incluindo-se, nestes valores, edifícios ou conjuntos de edifícios, tanto particulares como públicos, sendo no entanto uma grande parte deles privados. Este património é designado neste Plano de Património Municipal do concelho de Ourém, que compete à Câmara Municipal proteger, salvaguardar e regulamentar, através das normas e orientações posteriores que a Câmara Municipal venha a fixar oportunamente.

Os grandes grupos em que o Património Municipal edificado se divide são:

- Capela/Igreja/Cruzeiro/Convento – onde se incluem capelas e igrejas, que se localizam em aglomerados de diferentes dimensões (um pouco por todo o concelho) e cuja denominação tanto é capela como igreja, muitas delas reflectindo uma cultura e tradição populares. Também se inclui neste grupo um antigo convento que pertenceu aos monges de Cister e um cruzeiro que se localiza em frente à Igreja Matriz da Freixianda.

A lista de Edifícios que constam deste grupo são (numeração que consta da Planta nº 8 - Património Municipal e Património Classificado):

Denominação	Lugar	Freguesia
1 – Capela do Ninho de Águia	Ninho de Águia	Cercal
2 – Capela/Igreja dos Toucinhos (1649)	Toucinhos	Alburitel
3 – Igreja de S. Sebastião	S. Sebastião	Atouguia
4 – Capela do Casal Farto	Casal Farto	Fátima
5 – Capela da Perucha	Perucha	Freixianda
6 – Capela do Formigal (1777)	Formigal	Matas
7 – Capela de Stº. Amaro	Stº. Amaro	Nª Sª das Misericórdias
8 – Capela e Cruzeiro da Melroeira	Melroeira	Nª Sª das Misericórdias
9 – Igreja da Lourinha	Lourinha	Nª Sª da Piedade
10 – Capela antiga do Estreito	Estreito	Urqueira
11 – Cruzeiro (em frente à Igreja Matriz)	Freixianda	Freixianda
12 – Antigo Convento de Tomareis (Cister)	Casais da Abadia	Caxaraíis
13 – Igreja de Fátima	Fátima	Fátima
30 – Igreja da Ortiga/Santuário da Ortiga	Ortiga	Fátima

- **Quinta** – neste grupo incluem-se as quintas mais importantes consideradas como um todo, tanto a nível do património arquitectónico dos seus edifícios como das construções aí existentes, que podem ser: capela, fonte, moinho, eira, lagar, a própria entrada, com o seu muro e portão, etc. Todas estas quintas são particulares, localizando-se principalmente nas freguesias de Seiça, Nª. Sª. das Misericórdias e Olival. Algumas delas são actualmente unidades de Turismo em Espaço Rural (TER).

A lista de Quintas que fazem parte deste grupo são (numeração que consta da Planta nº 8 - Património Municipal e Património Classificado):

Denominação	Lugar	Freguesia
14 – Quinta da Parreira (casa e lagar)	Ourém	Nª Sª das Misericórdias
15 – Quinta do Caneiro (casa e capela)	Caneiro	Nª Sª das Misericórdias
16 – Quinta dos Castelinhos/Quinta dos Namorados	Ourém	Nª Sª das Misericórdias
17 – Quinta de S. Gens	S. Gens	Nª Sª das Misericórdias
18 – Quinta da Alcaidaria (entrada, casa, igreja, anexos e carvalho)	Alcaidaria	Nª Sª da Piedade
19 – Quinta da Casa Velha (casa e fonte)	Vale Travesso	Nª Sª das Misericórdias
20 – Quinta Velha	Moçomodia	Olival
21 – Quinta dos Passos/Quinta do Paço	Olival	Olival
22 – Quinta do Fárrio (entrada, casa e capela)	Fárrio	Ribeira do Fárrio
23 – Quinta da Sorieira (inclui calçada antiga)	Sorieira	Seiça
24 – Quinta da Mota (entrada, casa, capela, fonte, moinho e árvores de grande porte)	Olaia	Seiça
25 – Quinta da Olaia (casa, capela e árvores de grande porte)	Olaia	Seiça
26 – Quinta de Seiça (entrada, casa e plátano)	Seiça	Seiça
27 – Quinta de Chão de Maçãs	Chão de Maçãs	Seiça

- **Casa/antiga Escola** – incluem-se todas as casas que se consideram com interesse como património municipal e também uma antiga escola, à excepção de todas as que se localizam no Perímetro delimitado como Centro Antigo de Ourém (CAO), na cidade de Ourém.

A lista de Casas que fazem parte deste grupo são (numeração que consta da Planta nº 8 - Património Municipal e Património Classificado):

Denominação	Lugar	Freguesia
28 – Casa Margarida Telles Sampaio Rio	Pisões	Caxarias
29 – Casa abastada com relógio de sol	Casal Farto	Fátima
31 – Casa dos Padres em Formigais	Formigais	Formigais
32 – Antiga Casa do Barão de Alvaiázere	Ourém	N ^a S ^a da Piedade
36 – Casa do Poeta Acácio Paiva/Casa das Conchas	Olival	Olival
38 – Escola antiga	Perucha	Freixianda
59 – Casa Paroquial de Fátima	Fátima	Fátima

- Conjunto de Edifícios – neste grupo inclui-se um conjunto de edifícios que pela sua homogeneidade e características comuns é importante salvaguardar e conservar. O Conjunto de Edifícios que se classificou como património municipal, pelos seus alpendres e entradas típicas, localiza-se próximo da Aldeia Nova (numeração que consta da Planta nº 8 - Património Municipal e Património Classificado):

Denominação	Lugar	Freguesia
37 – Conjunto de casas alpendradas	Aldeia Nova	Olival

- Centro Antigo de Ourém (CAO) – O Centro Antigo de Ourém (CAO) ou Centro Histórico da antiga Vila Nova de Ourém, na cidade de Ourém, foi delimitado pela Equipa que está a elaborar o futuro Plano de Urbanização de Ourém quando começou a efectuar os primeiros esboços, podendo ser posteriormente corrigido, no âmbito do próprio Plano de Urbanização (cuja escala de análise e trabalho permite um maior rigor). A lista de Casas e Conjuntos de Edifícios que fazem parte do Centro Antigo de Ourém (CAO), na freguesia de N^a S^a da Piedade, são (numeração que consta da Planta nº 8 - Património Municipal e Património Classificado):

Denominação
33 – Edifício sito na Av. Nuno Álvares Pereira, nº 192, incluindo a oficina de torneiro “Américo Seca e Irmão” no r/chão
34 – Antigo Hospital de Stº Agostinho
35 – Casa do Administrador de Ourém
61 – Casa do Tenente Coronel Moreira Lopes
62 – Antiga Casa dos Magistrados
63 – Conjunto de Edifícios da Rua Teófilo Braga
64 – Conjunto de Edifícios da Rua Carvalho Araújo
65 – Conjunto de Edifícios da Praça Agostinho Albano de Almeida
66 – Conjunto de Edifícios da Praça Mouzinho de Albuquerque

A delimitação do Centro Antigo de Ourém poderá ser oportunamente ajustada pela Câmara Municipal, após estudo detalhado assim como as normas de actuação no seu interior e na sua envolvente, de modo a proteger adequadamente toda esta área.

- **Fonte** – Elemento fundamental para o abastecimento da população e para a agricultura, as fontes são, em princípio valores a proteger. A Fonte que se classificou como património municipal localiza-se próximo da cidade de Ourém (numeração que consta da Planta nº 8 - Património Municipal e Património Classificado):

Denominação	Lugar	Freguesia
39 – Fonte dos Cavalos	Ourém	Nª Sª das Misericórdias

- **Cisterna** – Felizmente ainda é possível encontrar várias cisternas antigas no concelho de Ourém: as típicas, que tanto podem ser de planta rectangular como de planta redonda e as subterrâneas. Num país onde a falta de água é uma constatação cíclica, as cisternas não só mostram a importância de poder guardar esse bem precioso, como são reservatórios que poderão ainda ser destinados a esse fim. As cisternas foram fundamentais para responder às necessidades das populações e à actividade agrícola.

A lista de Cisternas antigas que fazem parte deste grupo são (numeração que consta da Planta nº 8 - Património Municipal e Património Classificado):

Denominação	Lugar	Freguesia
40 – Cisterna antiga subterrânea (em laje) da Lomba	Lomba/Ramila	Fátima
41 – Cisterna antiga típica da Ramila	Ramila	Fátima
43 – Cisterna antiga típica da Gaiola	Gaiola	Fátima
44 – Cisterna antiga rectangular	Matas	Nª. Sª. das Misericórdias
45 – Cisterna antiga redonda	Matas	Nª. Sª. das Misericórdias
46 – Cisterna antiga da Moita do Açor	Canhardo	Nª. Sª. das Misericórdias

- **Eira** – O concelho de Ourém, além das suas duas cidades: Ourém e Fátima e de alguns aglomerados mais importantes, foi e ainda é essencialmente agrícola, sendo essa actividade importante em vários locais, como o testemunham as eiras, os moinhos e os lagares. Neste grupo as eiras que se registaram para serem consideradas como património municipal, concentram-se na metade sul do concelho na freguesia de Fátima, junto dos aglomerados: Ramila, Gaiola, Lomba e Vale de Cavalos.

A lista de Eiras, ou grupo de Eiras, antigas que fazem parte deste grupo são (numeração que consta da Planta nº 8 - Património Municipal e Património Classificado):

Denominação	Lugar	Freguesia
42 – Eira da Ramila	Ramila	Fátima
53 – Eira de pedra	Eira da Pedra	Fátima
54 – Eiras da Gaiola (duas)	Gaiola	Fátima
55 – Eiras da Lomba (três)	Lomba/Ramila	Fátima
56 – Eiras de Vale de Cavalos (quatro)	Vale de Cavalos	Fátima

- Moinho – Um concelho onde a agricultura já foi muito importante e onde o fabrico do pão é uma actividade fundamental para a subsistência da população é imperiosa a existência de moinhos. No concelho há ainda dois tipos de moinhos: moinhos de vento, no Monte da Fazarga (freguesia de Fátima) e moinhos de água, nas freguesias de Caxarias, Matas e Urqueira.

A lista de Moinhos que fazem parte deste grupo são (numeração que consta da Planta nº 8 - Património Municipal e Património Classificado).

Denominação	Lugar	Freguesia
47 – Moinho de Água (ruína)	Formarigos	Casal dos Bernardos
48 – Moinho de Água de Pisão do Oleiro	Pisões	Caxarias
49 – Moinho de Água da Mata	Mata/Urqueira	Urqueira
50 – Moinho de Água da Fontainha	Matas	Matas
60 – Moinhos do Monte da Fazarga (três)	Fazarga	Fátima

- Lagar – O fabrico de azeite no concelho de Ourém já teve grande importância, como o testemunham os inúmeros lagares (muitos deles ainda em laboração) que ainda se encontram no concelho. Para já, considerou-se de proteger como património municipal o seguinte Lagar de azeite movido a água (numeração que consta da Planta nº 8 - Património Municipal e Património Classificado):

Denominação	Lugar	Freguesia
51 – Lagar movido a água da Amieira	Amieira	Urqueira

- Forno de Cal/Chaminé antiga/antiga Cerâmica – este grupo inclui um forno de cal e uma chaminé de uma antiga Cerâmica (numeração que consta da Planta nº 8 - Património Municipal e Património Classificado):

Denominação	Lugar	Freguesia
52 – Forno de Cal	Várzea do Bispo	Freixianda
57 – Chaminé e fornalha de antiga Cerâmica em Bêco da Eira	Pinhel	Atouguia

- Pombal – nesta classe inclui-se um pombal que se localiza junto a uma eira, na freguesia de Fátima, (numeração que consta da Planta nº 8 - Património Municipal e Património Classificado):

Denominação	Lugar	Freguesia
58 – Pombal junto a uma eira	Eira da Pedra	Fátima

O Património Municipal arqueológico é constituído pelos seguintes sítios (designação que consta da Planta nº 8 - Património Municipal e Património Classificado), segundo informação do Instituto Português de Arqueologia (IPA):

Designação	Lugar / Denominação	Freguesia	Período Histórico
A Vestígios diversos	São Miguel das Antas 1	Urqueira	Indeterminado
B Vestígios diversos	São Miguel das Antas 2	Urqueira	Indeterminado
C Achado isolado	Espite	Espite	Idade do Bronze
D Vila	Olival	Olival	Romano
E Capela	Capela de Stª Marta	Freixianda	Moderno
F Achado isolado	Póvoa	Freixianda	Idade do Bronze
G Achado isolado	Cabeço de Maria Candal	Freixianda	Idade do Bronze
H Necrópole	Rio de Couros	Rio de Couros	Idade Média e Moderna
I Povoado Fortificado	Porto Velho	Formigais	Idade do Bronze e Ferro
J Gruta	Lapa dos Furos	Formigais	Paleolítico e Idade do Bronze
K Povoado	Agroal	Formigais	Idade do Bronze e Média
L Abrigo	Abrigo do Agroal	Formigais	Indeterminado
M Habitat	Agroal I	Formigais	Idade do Bronze e Ferro
N Necrópole	Pombalinho	Seiça	Idade Média e Moderna
O Gruta	Casal Papagaio	Fátima	Mesolítico
P Gruta	Planalto de São Mamede	Fátima	Indeterminado

Além de todas as construções e sítios arqueológicos inventariados como Património Municipal, referem-se ainda outros que, posteriormente, poderão vir a ser considerados como património municipal, devendo, desde já, a Câmara Municipal de Ourém procurar proteger e salvaguardar esses valores, assim como a sua envolvente, de modo a garantir um desafogo que conserve a sua imagem. Estes valores tanto revelam a tradição religiosa e cultura popular de Portugal, como as necessidades básicas da população e são os seguintes:

- *Igreja de N^a S^a da Piedade;*
- *Igreja de Espite;*
- *Igreja de Seiça;*
- *Capela de Boleiros;*
- *Capela de St^o Amaro, Botelha, Formigais;*
- *Capela de St^o António, Caxarias;*
- *Capela de Vilar dos Prazeres;*
- *Capela de N^a S^a da Ajuda, Alburitel;*
- *Torre antiga da Igreja de Rio de Couros;*
- *Cisternas naturais de Casal Farto;*
- *Fontanário da Rua St^a Teresa de Ourém (Ourém);*
- *Fontanário do Ribeirinho;*
- *Ponte dos Namorados;*
- *Calçada Romana (entre o cruzeiro da Mulher Morta e o Centro Histórico).*

Um pouco por todo o concelho, mas principalmente nos lugares de menor dimensão e nas áreas não urbanas deve ter-se presente uma preocupação de manter e valorizar a arquitectura tradicional existente, nomeadamente quanto ao número de pisos, o tipo e a cor dos revestimentos exteriores e de preservar os muros que dividem as propriedades e são um elemento tão típico do concelho.

5.8 PROTECÇÃO CIVIL

As questões relativas à protecção civil no concelho de Ourém centram-se na prevenção dos incêndios florestais e no combate à sua ocorrência.

Não existem riscos de origem humana (riscos tecnológicos) ou de origem natural (cheias e inundações, ou sismos) que justifiquem a mesma atenção em temos de planeamento de risco e programação de socorro.

Em 1997, a Câmara Municipal mandou elaborar um estudo das “Causas dos Incêndios com vista à sua Prevenção”, que permitiu avaliar esta questão, e que identifica as medidas a tomar com vista à diminuição do risco e ao aumento da eficácia dos meios de defesa e de socorro.

Com relevância para o PDM destacam-se os seguintes aspectos:

- Conservação e melhoria da rede viária municipal, recuperando caminhos existentes, sobretudo os que servem áreas florestais em abandono de utilização.
- Meios de alerta e detecção, o que implica medições meteorológicas contínuas (estações a criar) que permitam o conhecimento de micro-climas, repetidores de comunicações rádio e vigilância fixa (torres de vigilância) e móvel (veículos, rádios e pessoal).
- Programa de meios de extinção e pontos de água, que inclui a organização das secções e agrupamentos de bombeiros, designadamente a partir das secções existentes (Ourém, Caxarias, Fátima, Freixianda e Espite), disponibilização de pontos de água adequados (designadamente ao abastecimento de helicópteros – lagoas, charcos, tanques e piscinas), veículos e meios aéreos, armazenagem de material e pessoal.

O aumento da eficácia e da eficiência da programação de protecção civil municipal implica pois o reforço das componentes acima indicadas, conforme as recomendações do estudo de 1997.

Fica clara a necessidade em garantir a disponibilidade de caudais de água nos pontos de abastecimento, bem como dos espaços (públicos ou privados) de abastecimento, e ainda a melhoria dos acessos terrestres.

Por outro lado, o ordenamento proposto para o concelho, limita o povoamento nos espaços florestais com vista a minimizar o risco para as populações em caso de incêndio, sobretudo quando não disponham de boa infraestruturação, designadamente de acessos.

6. AVALIAÇÃO ESTATÍSTICA E URBANÍSTICA

Conceitos, avaliação e quantificação da solução de ordenamento proposta

O concelho de Ourém tem uma área ligeiramente superior a 41.600 ha e uma população residente que era, em 1991, de quase 40.200 habitantes, 20.400 alojamentos, a que corresponde uma densidade populacional global de cerca de 1 habitante/ha e uma densidade média de cerca de 0,5 fogos/ha (ver quadro nº 40). Os valores da população residente e do número de alojamentos, por lugar e por freguesia, dos Recenseamentos do INE apresentam-se em anexo nas últimas páginas do Relatório.

QUADRO Nº 40 - ÁREAS, NÚMERO DE HABITANTES E NÚMERO DE ALOJAMENTOS EM 1991, NO CONCELHO DE OURÉM

FREGUESIAS	ÁREAS (ha)	HAB. 1991	ALOJ. 1991
Espite	2.273	1.194	998
Urqueira	3.128	2.013	1.230
Matas	914	986	516
Cercal	623	809	337
Casal dos Bernardos	2.397	1.175	725
Ribeira do Fárrio	1.838	915	437
Freixianda	3.270	2.638	1.442
Caxarias	2.025	2.182	1.113
Rio de Couros	1.808	1.901	1.056
Formigais	1.153	490	288
Olival	2.325	2.031	1.138
Sub-total	21.754	16.334	9.280
Seiça	2.514	2.291	1.169
Gondemaria	860	1.166	573
Nª Sª da Piedade	2.052	5.027	2.676
Atouguia	1.955	2.196	1.059
Nª Sª das Misericórdias	4.235	4.777	2.066
Alburitel	1.151	1.181	511
Fátima	7.129	7.213	3.001
Sub-total	19.896	23.851	11.055
TOTAL DO CONCELHO	41.650	40.185	20.335

As 7 freguesias do centro e sul do concelho: N^a. S^a: das Misericórdias (Ourém), N^a. S^a. da Piedade (Ourém), Fátima, Alburitel, Atouguia, Seiça e Gondemaria têm mais de metade da população do concelho (23.851 habitantes em 1991) e, consequentemente mais do que as restantes 11 freguesias (19.816 habitantes em 1991). Também o número de alojamentos destas 7 freguesias é cerca de 11.000 fogos, que também é mais de metade de todos os fogos existentes.

A área do concelho de Ourém que corresponde às 7 freguesias citadas (centro e sul) é praticamente de 20.000 ha que é um pouco inferior a metade da área do concelho. Assim, o sul regista uma densidade habitacional média de cerca de 0.56 fogos/ha e uma densidade populacional de 1,2 hab/ha, enquanto o norte regista um valor médio de 0.43 fogos/ha e uma densidade populacional de 0,75 hab/ha. Estes valores mostram que a pressão para construir é maior no sul que no norte e são um indicador para as estratégias e opções tomadas ou a tomar.

Em termos de crescimentos do número de alojamentos, no sul, registam-se crescimentos positivos significativos, em parte explicados pelos aglomerados e áreas de influência de Ourém e Fátima, com valores superiores a 50% e 35% respectivamente. De referir na franja ocidental do concelho, com um valor excepcional, a freguesia do Cercal com um crescimento habitacional de 75%, em parte explicado pela recente criação desta freguesia, na década de 80. No norte há uma tendência de estabilidade ou pequenos acréscimos, do número de alojamentos, que variam de 2% a 18%.

Em termos de povoamento, no sul os aglomerados têm áreas maiores, mostrando grande extensão e uma certa compacidade e nucleação, com grandes parcelas de terreno onde se implantam as habitações, deixando grande desafogo para os respectivos logradouros, enquanto que a norte, os aglomerados têm áreas menores, acompanhando em muitos casos os arruamentos principais e sendo constituídos por parcelas mais pequenas, com logradouros reduzidos, e ainda por pequenos conjuntos de habitações dispersas.

As áreas urbanas, que correspondem às áreas com construções existentes, segundo os critérios já explicitados anteriormente, dividem-se em três níveis:

- Aglomerados de Nível 1 – são as áreas contidas nos perímetros dos Planos de Urbanização de Fátima (Revisto) e do Plano de Urbanização de Ourém (em elaboração), que correspondem às duas cidades do concelho e lugares contíguos;
- Aglomerados de Nível 2 – todos os aglomerados ou conjuntos de aglomerados contíguos, de baixa densidade (com densidades habitacionais entre 3 e 8 fogos/ha), num total de 23 aglomerados ou seus conjuntos. Incluem todas as sedes de freguesia, à excepção das cidades de Fátima e Ourém, e todos os outros aglomerados com maior número habitantes e fogos (mais de 140 fogos em 1991) e mais funções centrais (equipamentos, comércio e serviços). Apesar do elevado número de fogos, mas especialmente pelas suas especificidades e localização, não se consideram neste nível, todos os aglomerados que se localizam no maciço cársico, ou seja a sul do Castelo de Ourém;
- Aglomerados de Nível 3 – todos os aglomerados, ou conjunto de aglomerados contíguos, de muito baixa densidade (com densidades habitacionais entre 3 e 6 fogos/ha, à excepção do conjunto de lugares da freguesia de Caxarias). São os mais frequentes e em maior número do concelho e com maior peso relativo, tanto em número de alojamentos, como da área que ocupam, principalmente explicado pelos extensos aglomerados a sul de Ourém – no maciço cársico - nas freguesias de Fátima e N^a S^a das Misericórdias, que por essa condicionante não foram considerados de Nível 2.

Em termos de avaliação estatística da situação existente, os aglomerados de Nível 1 – Ourém e Fátima (Quadro Nº 41) no interior de cada um dos perímetros urbanos dos Planos de Urbanização de Fátima e Ourém tinham, em 1991, cerca de 2.000 alojamentos cada, para áreas urbanas e/ou urbanizáveis com características muito diferentes. Fátima tem uma área urbana e urbanizável de 980 ha, enquanto Ourém tem somente cerca de 400 ha. As características e vocação de cada uma destas cidades explica esta diferença, reforçando a ideia de que o perímetro urbano do Plano de Urbanização de Fátima é generoso e desafogado, com muito espaço livre no seu interior, reflexo de uma densidade habitacional (da área urbana) de 3 fogos/ha, em 1991, enquanto o perímetro urbano de Ourém é mais cingido e denso, com uma densidade habitacional (da área urbana) de 7 fogos/ha. O perímetro do Plano de Urbanização de Fátima integra muitas áreas sem construções, nomeadamente: o Monte dos Valinhos com cerca de 100 ha e a Tapada que são áreas da REN, a extensa área verde da unidade da Cova Grande que será futuramente um grande Parque Urbano, com reduzidas áreas para construção, e os grandes parques de estacionamento propostos.

O Quadro Nº 42A, relativo aos aglomerados do Nível 2, traduz a situação existente em 1991, mostrando a evolução do número de fogos na década de 80, os valores das áreas urbanas existentes e as respectivas densidades habitacionais. As densidades habitacionais em 1991 variavam entre um mínimo de 3,4 fogos/ha na Atouguia e 3,5 fogos/ha em Gondemaria e lugares contíguos e um máximo de 7,6 fogos/ha em Alburitel.

Quanto às áreas urbanizáveis propostas para os aglomerados do Nível 2 (Quadro Nº 42B) traduzem crescimentos relativamente às áreas urbanas que vão desde 9%, em Pinhel, a 145 %, em Alburitel, apesar do intervalo de variação da quase totalidade destes crescimentos se situar entre 20% e 60%.

QUADRO Nº 41 - AGLOMERADOS URBANOS DE NÍVEL 1 – EXISTENTE E PROPOSTO

FREGUESIAS	AGLOMERADOS OU SEUS CONJUNTOS	FOGOS 1991	ÁREA URBANA EXISTENTE (ha)	ÁREA URBANIZÁVEL (ha)	DENSIDADE HABITACIONAL 1991 (fogos/ha)	CRESCIMENTO URBANO PROPOSTO (%)
Nº S^a das Misericórdias / Nº S^a da Piedade	Plano de Urbanização de Ourém (Ourém + Ourém/Castelo + Stº Amaro + Lagoa da Carapita + Vale do Lobo + Hortas + Regato + Corredoura + Lagarinho + Penigardos)	1.951	287,3	107,9	6,8	38
Fátima	Plano de Urbanização de Fátima (Fátima + Cova da Iria + Moita Redonda + Lomba d' Égua + Aljustrel + Moimento + Casa Velha + Eira da Pedra)	1.982	696,6	286,4	2,8	41
TOTAL		3.933	983,9	394,3	4,0	40

QUADRO N° 42A - AGLOMERADOS URBANOS DE NÍVEL 2 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FOGOS E SITUAÇÃO EXISTENTE

FREGUESIAS (Aglomerados ou conjuntos de aglomerados)	Fogos 1981	Fogos 1991	Variação de Fogos 1981/91	Área Urbana Existente (ha)	Densidade Habitacional 1991 (Fogos/ha)
ALBURITEL (Alburitel)	348	410	0,18	54,1	7,6
ATOUGUIA (Atouguia + Mourã + Murtal + Fontainhas + Feteira + Pinheiro do Murtal + Outeiro do Murtal)	456	540	0,18	158,9	3,4
CASAL DOS BERNARDOS (Casal dos Bernardos + Casal dos Moleiros)	197	183	-0,07	41,9	4,4
CAXARIAS/URQUEIRA (Caxarias/Carvoeira + Caxarias + Vendas + Cavadinha + Mata + Pontes + Pisões + Pisão do Oleiro)	1020	1125	0,10	214,9	5,2
CERCAL (Cercal + Vale do Feto + Ninho de Águia)	128	221	0,73	48,9	4,5
ESPITE (Espite + Cimo da Igreja + Braga + Casal Monte + Meliceira + Vale do Ugreiro)	195	260	0,33	51,3	5,1
FORMIGAIS (Formigais + Casal da Igreja + Porto Velho)	165	178	0,08	26,8	6,6
FREIXIANDA (Frexianda + Várzea do Bispo + Abades + Aldeia de Staª Teresa + Casal do Pinheiro + Porto do Carro + Vale do Carro)	625	678	0,08	141	4,8
GONDEMARIA (Gondemaria + Cidral + Fartaria + Palheiro + Cardiais)	279	339	0,22	97,8	3,5
MATAS (Matas + Achada + Cubal + Casal Menino + Barreirinhas)	99	142	0,43	34,9	4,1
MATAS (Lavradio + Vesparia + Perdigão)	156	167	0,07	42,9	3,9
Nª Sª MISERICÓRDIAS (Vilar dos Prazeres) (*)	280	336	0,20	71,9	4,7
Nª Sª MISERICÓRDIAS/ATOUGUIA (Melroeira + Pinhel) (*)	145	156	0,08	42,8	3,6
Nª Sª PIEDADE (Vale Travesso + Casal Matos + Casal Castanheiro)	207	220	0,06	58,9	3,7
Nª Sª PIEDADE (Alqueidão + Cartacha + Quinta Nova + Casais da Caridade) (*)	160	250	0,56	50,3	5,0
Nª Sª PIEDADE (Pinheiro + Pimenteira + Cabiçalva) (*)	141	208	0,48	35,3	5,9
OLIVAL (Olival + Aldeia Nova)	214	252	0,18	59,9	4,2
RIBEIRA DO FÁRRIO (Fárrio + Reca)	161	153	-0,05	34,4	4,4
RIO DE COUROS (Rio de Couros)	185	227	0,23	52,5	4,3
RIO DE COUROS (Sandoeira + Castelejo)	148	211	0,43	49,1	4,3
SEIÇA (Seiça + Pombalinho + Outeiro + Alqueidão + Carvalhal + Chão de Maçãs + Estremadouro)	244	289	0,18	55,5	5,2
SEIÇA (Pêras Ruivas + Pedreira)	172	202	0,17	49,9	4,0
URQUEIRA (Urqueira)	158	193	0,22	33,6	5,7
TOTAIS	5.883	6.940	0,18	1.507,5	4,6

(*) Número de fogos em 1991 estimados com base na evolução do número de fogos de 1981/91 no total da freguesia.

QUADRO Nº 42B - AGLOMERADOS URBANOS DE NÍVEL 2 – FOGOS E DENSIDADES ESTIMADAS EM 2011

FREGUESIAS (Aglomerados ou conjuntos de aglomerados)	Área Urbanizável (ha)	Crescimento urbano proposto (%)	Fogos estimados 2001	Fogos estimados 2011	Densidade Habitacional estimada 2011 (Fogos/ha)
ALBURITEL (Alburitel)	78,7	145	483	652	4,9
ATOUGUIA (Atouguia + Mourã + Murtal + Fontainhas + Feteira + Pinheiro do Murtal + Outeiro do Murtal)	60	38	639	863	3,9
CASAL DOS BERNARDOS (Casal dos Bernardos + Casal dos Moleiros)	17,4	42	201	221	3,7
CAXARIAS/URQUEIRA (Caxarias/Carvoeira + Caxarias + Vendas + Cavadinha + Mata + Pontes + Pisões + Pisão do Oleiro)	125,2	58	1238	1485	4,4
CERCAL (Cercal + Vale do Feto + Ninho de Águia)	23,3	48	332	365	5,1
ESPITE (Espite + Cimo da Igreja + Braga + Casal Monte + Meliceira + Vale do Ugreiro)	15,7	31	347	381	5,7
FORMIGAIS (Formigais + Casal da Igreja + Porto Velho)	17,4	65	196	215	4,9
FREIXIANDA (Freixianda + Várzea do Bispo + Abades + Aldeia de Stª Teresa + Casal do Pinheiro + Porto do Carro + Vale do Carro)	82,4	58	746	895	4,0
GONDEMARIA (Gondemaria + Cidral + Fartaria + Palheiro + Cardiais)	16,5	17	412	494	4,3
MATAS (Matas + Achada + Cubal + Casal Menino + Barreirinhas)	14,5	42	185	222	4,5
MATAS (Lavrado + Vesparia + Perdigão)	15,7	37	184	220	3,8
Nº Sª MISERICÓRDIAS (Vilar dos Prazeres) (*)	53	74	403	524	4,2
Nº Sª MISERICÓRDIAS/ATOUGUIA (Melroeira + Pinhel) (*)	3,8	9	172	206	4,4
Nº Sª PIEDADE (Vale Travesso + Casal Matos + Casal Castanheiro)	9,8	17	242	290	4,2
Nº Sª PIEDADE (Alqueidão + Cartacha + Quinta Nova + Casais da Caridade) (*)	14,6	29	300	330	5,1
Nº Sª PIEDADE (Pinheiro + Pimenteira + Cabiçalva) (*)	32,7	93	250	275	4,0
OLIVAL (Olival + Aldeia Nova)	27,8	46	297	326	3,7
RIBEIRA DO FÁRRIO (Fárrio + Reca)	14,6	42	168	185	3,8
RIO DE COUROS (Rio de Couros)	11,3	22	279	306	4,8
RIO DE COUROS (Sandoeira + Castelejo)	10,5	21	253	279	4,7
SEIÇA (Seiça + Pombalinho + Outeiro + Alqueidão + Carvalhal + Chão de Maçãs + Estremadouro)	34,6	62	342	411	4,6
SEIÇA (Pêras Ruivas + Pedreira)	19,3	39	237	285	4,1
URQUEIRA (Urqueira)	38,1	113	236	283	3,9
TOTAIS	736,9	49	8.140	9.714	4,3

(*) Número de fogos em 1991 estimados com base na evolução do número de fogos de 1981/91 no total da freguesia.

Para uma avaliação da proposta do Plano, quanto aos aglomerados de Nível 2, fez-se uma estimativa da evolução do número de fogos para 2001 e 2011 – estimativa esta, unicamente para efeitos de dimensionamento das áreas urbanizáveis – com os seguintes pressupostos:

- Para 2001 considerou-se, como regra geral, que a evolução do número de fogos mantinha o ritmo verificado na década de 80, com algumas excepções. Para variações negativas até 5% e positivas até 10%, considerou-se um crescimento sempre positivo de 10%, como mínimo indispensável ao bom funcionamento do mercado imobiliário. Para variações positivas superiores a 40% (por exemplo, caso das duas novas freguesias criadas no concelho, na década de 80 – Matas e Cercal) consideraram-se crescimentos de 30% e 50%, respectivamente, função do seu próprio crescimento, e crescimentos de 20% nos restantes casos.
 - Para 2011 utilizaram-se três coeficientes: a) 10%, b) 20% e c) 35%, que correspondem, respectivamente, aos: a) aglomerados do norte do concelho, com menores crescimentos habitacionais; b) aglomerados do centro e sul do concelho, que registam maiores dinâmicas habitacionais; c) aglomerados que virão a ser servidos pelo futuro IC 9 e junto dos quais se localizam os respectivos nós viários de acesso.

A partir do número de fogos estimados para 2011 calcularam-se as densidades habitacionais (estimadas) para 2011, utilizando o total das áreas urbanas e urbanizáveis. Obtiveram-se valores entre 4 e 6 fogos/ha, ou seja, um maior desafogo dos aglomerados, reduzindo a densidade dos que são hoje mais densos, através de maiores áreas urbanizáveis, e subindo a densidade dos que são hoje menos densos, com menores áreas urbanizáveis.

Em termos globais as áreas urbanizáveis, para os aglomerados do Nível 2, representam um crescimento da área urbana de cerca de 50% e uma redução da densidade habitacional média de 4,6 fogos/ha para 4,3 fogos/ha, que traduz a manutenção dos padrões existentes e um maior desafogo.

Os aglomerados, ou conjunto de aglomerados, do Nível 3, que são em maior número e se encontram espalhados por todo o concelho, (Quadro Nº 43) registaram densidades habitacionais, em 1991, que variam dum mínimo de 2,3 fogos/ha na Atouguia e Formigais até 7,1 fogos/ha em Caxarias. Mesmo para densidades mais baixas há que prever áreas urbanizáveis suficientes para o bom funcionamento do mercado, mas para as densidades mais altas, caso de Caxarias, por exemplo, foi prevista uma área urbanizável que representa um acréscimo de cerca de 60% da área urbana existente.

No horizonte do Plano, que se situa em 2011, a proposta de crescimento das áreas urbanas, porque a procura de mais alojamentos tem tendência para continuar a aumentar, nomeadamente para responder:

- a) à procura crescente, de novos alojamentos determinada pelo desdobramento das famílias (menor número de pessoas por família);
- b) à renovação do parque habitacional e elevação dos seus padrões de construção e de desafogo;
- c) à margem e espaço de manobra que o mercado imobiliário implica, controlado pelo sector privado, a fim de não tornar ainda mais especulativo os preços do solo e das habitações;
- d) à procura de segundas residências, que em Ourém é muito significativa, tanto pelo poder de atracção de Fátima, como para obter habitação em sítio desafogado e com qualidade, fora dos grandes centros urbanos (mas apenas a 1 hora de carro de Lisboa).

QUADRO Nº 43 - AGLOMERADOS URBANOS DE NÍVEL 3 – EXISTENTE E PROPOSTO

FREGUESIAS	AGLOMERADOS OU SEUS CONJUNTOS	FOGOS 1991	ÁREA URBANA EXISTENTE (ha)	ÁREA URBANIZÁVEL (ha)	DENSIDADE HABITACIONAL 1991 (Fogos/ha)	CRESCIMENTO URBANO PROPOSTO (%)
Nº Sª das Misericórdias	Bairro + Sobral + Matas + Outeiro das Matas + Lagoa do Furadouro + Casais Espertos + Henriques + Caneiro + Laranjeiras + Vales (*) + Quinta do Feto + Beltroa + Tijolo + Carregal + outros (2)	1113	333,9	44,4	3,3	13
Nº Sª das Misericórdias / Atouguia / Fátima	Canhardo + Vale do Porto + Alvejar + Casal Branco + Vale da Perra + Gabriéis + Zambujeiro do Cão + Zambujal + Casal Novo + S. Sebastião + outros (1)	653	232,9	49,1	2,8	21
	Sub-total	1766	566,8	93,5	3,1	16
Fátima	Vale de Cavalos + Pedreira + Giesteira + Moitas + Gaiola + Ortiga + Ramila + Casal Stª. Maria + Maxieira + Casal Farto + Boleiros + Valinho + Chã + Pederneira + Montelo + Amoreira	942	286	116,5	3,3	41
	Sub-total	942	286	116,5	3,3	41
Atouguia	Vale de Leiria + Escandarão + Várzea + outros (2)	76	33,1	12,4		37
	Sub-total	76	33,1	12,4	2,3	37
Nº Sª da Piedade	Favacal + Lourinha (*) + Calcós + Monreal + Casal S. João + Alcaidaria + Casais das Louçãs + Louçãs + Vilões + Casal dos Crespos + outros (2)	332	83,2	27,4	4,0	33
	Sub-total	332	83,2	27,4	4,0	33
Gondemaria	Furadouro + Areias + Barroca Branca + Lagoinha + Casal da Bica + Calçada + Folgado + Galega + Barroquinha + Outeiro da Calçada + Santarém dos Tojos + outros (1)	220	56,3	14,7	3,9	26
	Sub-total	220	56,3	14,7	3,9	26
Seiça	Olaia + Valada + Fontainhas + Quintas (*) + Coroados + Tacoaria + Cristóvãos + Mosqueiro + Casal do Pisco (*) + Sorieira + Vale da Cordela + Lameirinha	676	120,1	38,2	5,6	32
	Sub-total	676	120,1	38,2	5,6	32

FREGUESIAS	AGLOMERADOS OU SEUS CONJUNTOS	FOGOS 1991	ÁREA URBANA EXISTENTE (ha)	ÁREA URBANIZÁVEL (ha)	DENSIDADE HABITACIONAL 1991 (Fogos/ha)	CRESCIMENTO URBANO PROPOSTO (%)
Alburitel	Toucinhos	97	21,3	8,8	4,6	41
	Sub-total	97	21,3	8,8	4,6	41
Olival	Valinho + Casaria + Boieiro + Casal + Penedo + Tomareis + Cardal + Paiveira + Soutaria + Ventelharia + Montalto + Carcavelos de Cima + Esperança + Casais Carcavelos + Camalhotes + Cisterna + Casal da Mata + Casais Montes + Brejo + Óbidos + Moçomodia + Pedreira + Capucho + Pairia + Moinhos + Ribeira + outros (2)	745	154,1	46,8	4,8	30
Olival / Cercal	Barrocaria + Conceição + Carcavelos de Baixo + Gaiteiros + outros (1)	130	36,1	11,2	3,6	31
	Sub-total	875	190,2	58	4,6	30
Caxarias	Abadia + Casais da Abadia + Cogominho + Valada + Faletia + Barreira + Balancho + Andrés + Castelo da Abadia + outros (4)	367	51,8	30,3	7,1	58
	Sub-total	367	51,8	30,3	7,1	58
Formigais	Agroal + Casal da Fonte + Palmaria + Vermoeira + Quebrada de Baixo + Botelha + outros (1)	94	40,5	2,1	2,3	5
	Sub-total	94	40,5	2,1	2,3	5
Rio Couros	Marta + Casal de Baixo + Soalheira + Casal dos Secos + Casal Domingos João + Engenhos + Casal do Ribeiro + Carvalhal de Cima + Carvalhal do Meio + Carvalhal de Baixo + Água Formosa + outros (4)	622	144,5	21,5	4,3	15
	Sub-total	622	144,5	21,5	4,3	15
Urqueira	Casal Silva + Amieira + Resouro + Vale das Antas + Pederneira + Vale da Pedra + outros (8)	551	87,4	33,6	6,3	38
Urqueira / Casal dos Bernardos	Estreito + Valongo	112	25,9	2,1	4,3	8
	Sub-total	663	113,3	35,7	5,9	32
Cercal	Vales + Matos + outros (2)	115	28,3	8,9	4,1	31
	Sub-total	115	28,3	8,9	4,1	31

FREGUESIAS	AGLOMERADOS OU SEUS CONJUNTOS	FOGOS 1991	ÁREA URBANA EXISTENTE (ha)	ÁREA URBANIZÁVEL (ha)	DENSIDADE HABITACIONAL 1991 (Fogos/ha)	CRESCIMENTO URBANO PROPOSTO (%)
Matas	Lagoa da Pedra + Casa Caiada + Solheira + Campina + Ponte Grande + Terra Velha + Formigal + Cerejeiras + Poças + Castanheirinho + Fonte Santa + Barreira + Vale Carvalhinho + Outeiro das Gameiras	207	42,9	34,7	4,8	81
	Sub-total	207	42,9	34,7	4,8	81
Espite	Cumieira + Freiria + Memória + Couções + Barroco + Vale do Freixo + Costa + Sesmarias + Pinhais Novos + Carvalhal + Arneiros do Carvalhal + Castelo + Maia + Falgar + Pinhal Carreira + Martianas + Chã + Brejo + Salgueiral + Cortes + Areeiro + outros (5)	727	136,7	35,5	5,3	26
	Sub-total	727	136,7	35,5	5,3	26
Freixianda	Parcerias + Arneiro + Fonte Fria + Lagoa Stª. Catarina + S. Jorge + Cumeada + Junqueira + Charneca + Cardal + Póvoa + Granja + Besteiros + Perucha + Casal Sobreira + Ramalheira + Lagoa do Grou + outros (10)	744	221,5	47	3,4	21
	Sub-total	744	221,5	47	3,4	21
Ribeira do Fárrio	Vale de Meda + Ladeira do Fárrio + Ruge-Água + Mata + Valongo do Fárrio + Camarões + Figueirinhas + outros (4)	284	74,6	18,7	3,8	25
	Sub-total	284	74,6	18,7	3,8	25
Casal dos Bernardos	Formarigos + Salgueira de Cima + Salgueira do Meio + Salgueira de Baixo + Casais Galegos + Cacinheira + Várzea da Cacinheira + Casalinho + Cova do Lobo + outros (5)	479	99,2	16,5	4,8	17
	Sub-total	479	99,2	16,5	4,8	17
Isolados	Lugares isolados (159) e Arieiro na Freixianda (17)	176				
TOTAL		9.462	2.310,3	620,4	4,1	27

(*) Número de fogos em 1991 estimados com base na evolução do número de fogos de 1981/91 no total da freguesia.

As denominadas áreas urbanizáveis na Planta de Ordenamento (conjunto das áreas de colmatação e expansão urbanas, referidas nos números anteriores) deveriam incluir as necessárias folgas para o bom funcionamento do mercado, dada a falta de produção de lotes para construção, de iniciativa pública.

Como resumo das propostas apresentados pelo Plano (Quadro nº 44) observa-se que o número de fogos dos aglomerados de Nível 1 representa 19% do parque habitacional do concelho em 1991, o número de fogos dos aglomerados de Nível 2 representa 34% e o número de fogos dos aglomerados do Nível 3 representa 47%, dos fogos totais existentes no concelho em 1991, traduzindo o peso significativo do conjunto destes aglomerados na totalidade do concelho. Já relativamente às áreas urbanas que cada conjunto de aglomerados dos três níveis representa: os aglomerados do Nível 1 representam 21%, os aglomerados do Nível 2 representam 31% e os aglomerados do Nível 3 representam 48% do total das áreas urbanas, reforçando a importância dos aglomerados do Nível 1 (Ourém e Fátima) e do Nível 3 relativamente ao número de fogos respectivos.

QUADRO Nº 44 - QUADRO-RESUMO DAS ÁREAS URBANAS E URBANIZÁVEIS

NÍVEIS DOS AGLOMERADOS	FOGOS 1991	ÁREA URBANA EXISTENTE (HA)	ÁREA URBANIZÁVEL (HA)	DENSIDADE HABITACIONAL 1991 (FOGOS/HA)	CRESCIMENTO URBANO PROPOSTO (%)
Aglomerados do Nível 1	3.933	983,9	394,3	4,0	40
Aglomerados do Nível 2	6.940	1.507,5	736,9	4,6	49
Aglomerados do Nível 3 (e lugares isolados)	9.462	2.310,3	620,4	4,1	27
TOTAL DO CONCELHO DE OURÉM	20.335	4.801,7	1.751,6	4,2	36

As densidades habitacionais variam entre 4 e 5 fogos/ha, registando o concelho de Ourém em 1991 a densidade habitacional média de 4,2 fogos/ha. Os aglomerados do Nível 2 são os que apresentam a densidade mais elevada. De realçar, todavia, a densidade habitacional da cidade de Ourém, que é de 7 fogos/ha, mas que em conjunto com Fátima atinge um valor próximo do valor concelhio.

Em termos de áreas urbanizáveis (novas áreas urbanas propostas) os seus valores acompanham as densidades habitacionais. Para os aglomerados de Nível 2 com uma densidade aproximada de 5 fogos/ha, prevê-se um crescimento urbano na ordem dos 50%, para os aglomerados do Nível 1 com uma densidade de 4 fogos/ha prevê-se um crescimento urbano de 40% (maior que a média) - pois são os que registam crescimentos populacionais e habitacionais maiores - e para os aglomerados de Nível 3 com uma densidade de cerca de 4 fogos/ha prevê-se um crescimento urbano de 27% (menor que a média).

De referir ainda que, a proposta de Ordenamento do PDM, estabelece 7 unidades operativas de planeamento e gestão, que constituem espaços onde é possível definir áreas com maiores densidades, através dos respectivos Planos de Urbanização. Este maior aproveitamento não altera os parâmetros apresentados, em virtude das folgas previstas.

Com esta proposta de Plano pretende atingir-se um maior desafogo, de modo a permitir uma melhor qualidade de vida, procurando, ao mesmo tempo, disciplinar e ordenar a edificação e proporcionar fluidez ao mercado. Os valores apresentados, para as áreas urbanizáveis (colmatação e expansão urbanas, respectivamente, quando incluem já algumas edificações, ou não contém ainda qualquer edificação) constituem valores teóricos e limites máximos que não deverão ser atingidos, mas traduzem uma margem de segurança prudente e desejável.

Os valores apresentados nas Tabelas nº 42, nº 43 e nº 44, traduzem as capacidades de crescimento urbano no pressuposto de que todos os pedidos de desafectação à REN fossem aceites. No entanto, a Comissão Nacional da Reserva Ecológica Nacional (CNREN), com base num parecer da DRAOTLVT, entendeu recusar alguns dos pedidos de desafectação, originando a alteração de alguns dos valores das áreas urbanizáveis e respectivas capacidades de crescimento urbano passaram a ser inferiores aos que constam das Tabelas referidas, especialmente nos aglomerados do sul do concelho, que se localizam no maciço cársico.

Assim, em alguns locais, as áreas urbanas e urbanizáveis da proposta de Plano serão menores que as necessidades estimadas, e por isso insuficientes para garantir um funcionamento do mercado sem especulação, mas com uma margem de segurança adequada aos diferentes tipos de procura. Em termos globais no concelho de Ourém, a estimativa do crescimento médio do número de alojamentos para o horizonte do Plano (um período de 20 anos desde os últimos dados - 1991 a 2011, aplicáveis só para efeitos de quantificação das áreas de expansão urbana) é de um crescimento de 39%, enquanto o crescimento urbano médio da proposta de Plano compatível com o parecer final da CNREN, em área urbanizável, é de 36% (Tabela nº 44).

7. MEDIDAS E DISPOSIÇÕES NORMATIVAS

7.1 INTRODUÇÃO

No âmbito do planeamento urbanístico municipal, a lei reconhece à entidade competente o poder discricionário na escolha das soluções que considerar mais adequadas e correctas ao desenvolvimento urbanístico do território. É natural que assim seja, face à importância do conhecimento de que dispõe sobre a realidade e os juízos de valor que opera sobre as suas previsões de evolução futura dos processos urbanísticos.

A agilidade e a adaptabilidade às condições de cada situação concreta são as razões que justificam a atribuição deste poder discricionário à Administração Pública em matéria de planeamento. Este poder é, contudo, limitado na fixação do conteúdo dos planos, seja pelas servidões administrativas e restrições de utilidade pública, seja pelo regime jurídico dos bens do domínio público, seja pelas próprias limitações físicas do território, seja ainda pelo princípio da garantia da existência.

Este último princípio tem a ver com a tutela de um valor jurídico fundamental: o da protecção da confiança. Neste sentido, e recorrendo à linguagem comum, embora um plano só produza efeitos para o futuro, deve respeitar os direitos adquiridos até à sua entrada em vigor, designadamente as construções existentes e os licenciamentos entretanto emitidos.

A integração da realidade física e da realidade jurídica, sobretudo na revisão de um plano, é pois uma tarefa particularmente complexa e que requer o levantamento de todas as servidões de direito público, das limitações físicas com consagração legal (principalmente RAN e REN) e das diversas existências juridicamente tuteladas.

Por outro lado, impõe-se a aplicação das medidas que proporcionem os fins de garantia da execução do plano e que permitam evitar a constituição de novas situações, que por terem sido tuteladas juridicamente, venham a constituir novamente limitações à correcção de patologias urbanísticas e de desaproveitamento e degradação de recursos e, por isso, obstáculos a melhores soluções.

7.2 ESTRUTURA DO REGULAMENTO

O Regulamento adopta a estrutura geral recomendada pela DGOTDU organizando-se nos seguintes capítulos:

- Disposições gerais – disposições introdutórias que contextualizam o Regulamento, bem como as relações com outros planos municipais e a definição dos conceitos utilizados.
- Serviços administrativos e restrições de utilidade pública – listagem de todas as disposições decorrentes da lei relativas a condicionantes aplicáveis ao território do concelho de Ourém.
- Usos do solo – definição das classes de uso do solo, dos seus estatutos e das regras de urbanização e edificabilidade correspondentes a cada classe.
- Infraestruturas rodoviárias e estacionamento – classificação da rede rodoviária, estabelecimento de perfis transversais tipo e das regras de afastamento das edificações às vias; exigências mínimas e dimensão de estacionamentos.

- Unidades operativas de planeamento e gestão – perímetros a serem objecto da elaboração de Planos de Urbanização e/ou Planos de Pormenor, em áreas específicas do concelho e parâmetros a respeitar.
- Gestão – estabelecimento de parâmetros mínimos para o dimensionamento de áreas públicas e relações entre o PDM e outros instrumentos de planeamento e gestão municipal.
- Disposições finais e transitórias – identificação de outros instrumentos de planeamento em vigor, regras supletiva para operações de loteamento urbano não enquadradas por Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor e regime geral de contra-ordenações.

7.3 DISPOSIÇÕES NORMATIVAS

Destacam-se as disposições normativas consideradas mais importantes para o estabelecimento da disciplina urbanística do concelho, seja pelo seu carácter inovador, seja pela extensão das suas consequências.

Usos do solo

O plano prevê, para cada classe de uso do solo, um regime de uso e de edificabilidade compatível com as especificidades de cada uso dominante, tendo em conta a capacidade desejável para as infraestruturas e equipamentos, bem como razões de economia urbana.

Nos espaços de classes de uso não urbanas são impedidos usos ou conjugações de usos considerados incompatíveis com o seu estatuto, tendo em conta as características naturais a preservar e valorizar.

É dada uma particular atenção aos níveis de densidade de ocupação, construção e impermeabilização, seja por razões paisagísticas e ambientais, seja com vista a assegurar boas condições de infiltração para as águas pluviais, o que permite simultaneamente ir ao encontro dos padrões de povoamento e de fraccionamento da propriedade mais procurados no concelho.

Edificabilidade

Neste âmbito são estabelecidas regras sobre a superfície mínima e forma das parcelas edificáveis, distinguindo entre parcelas que resultem de operações de loteamento urbano ou não, com vista a manter os padrões de povoamento e de divisão de propriedade mais ajustados à procura e a salvaguardar os valores naturais nas áreas urbanas dos aglomerados, sobretudo nos de menor dimensão.

O futuro Regulamento Municipal de Edificações Urbanas em elaboração, estabelecerá regras mínimas sobre edificabilidade, que completam a disciplina urbanística que o plano procura estabelecer.

São estabelecidas regras sobre afastamentos mínimos das construções em relação às vias.

As regras sobre alturas, alinhamentos e recuos visam estabelecer condições mínimas para garantia dos perfis transversais mínimos das vias e sobre o desafogo dos espaços urbanos, onde predominam a baixa e a muito baixa densidades.

É estabelecido o princípio da ligação (progressiva) de todas as edificações em áreas urbanas existentes e nas áreas urbanizáveis (de colmatação e de expansão) às redes públicas de infraestruturas, em condições adequadas.

A edificação fora dos perímetros urbanos é fortemente limitada, tendo em vista aliar a rentabilização das extensas redes de infraestruturas existentes no concelho à defesa dos valores de paisagem natural e dos recursos naturais a proteger.

A frequência com que surgem povoamentos lineares e se propõem crescimentos lineares (ao longo de vias secundárias) deve-se à existência localização de infraestruturas urbanísticas nessas áreas, que importa rentabilizar, às condicionantes naturais (relevo, RAN e REN) e às pretensões manifestadas localmente.

Admite-se, contudo, a reconversão de usos edificados pré-existentes nos espaços não urbanos, bem como novas edificações sempre que as suas utilizações sejam relevantes para as actividades próprias destes espaços ou as utilizações sejam compatíveis com o estatuto destes espaços e a dimensão da parcela em que se insiram seja suficiente para não comprometer a dominância do uso e para proporcionar um enquadramento adequado aos usos construídos.

Rede viária e estacionamentos

A rede viária do concelho é hierarquizada de acordo com a organização funcional proposta, sendo estabelecidos perfis transversais diferenciados de acordo com as suas capacidades e funções.

São estabelecidas regras detalhadas sobre o dimensionamento de estacionamentos, com vista a suprir as actuais carências, em especial nos principais aglomerados urbanos, e a prevenir o surgimento de carências futuras, tanto para os residentes, como para os visitantes.

Regimes específicos das unidades e sub-unidades

Considerando que o PDM não é o instrumento adequado ao planeamento urbano dos principais aglomerados urbanos propõe-se a elaboração de Planos de Urbanização e/ou Planos de Pormenor.

Para cada unidade de planeamento e gestão correspondente a cada aglomerado ou conjuntos de aglomerados nestas circunstâncias, são definidos os respectivos parâmetros urbanísticos gerais, conteúdo e regras a respeitar na elaboração de Planos de Urbanização e/ou de Planos de Pormenor, complementares do presente PDM.

Unidades operativas de planeamento e gestão

As unidades operativas de planeamento e gestão correspondem a espaços territoriais coerentes, que apresentam vocações urbanas específicas e diferenciadas. Cada unidade poderá, sempre que necessário, ser sub-dividida em sub-unidades, de acordo com os níveis de ocupação urbana a propôr nos Planos de Urbanização e Planos de Pormenor a elaborar.

Áreas para espaços de utilização colectiva e equipamentos

São estabelecidas áreas mínimas para espaços verdes, espaços de utilização colectiva e equipamentos colectivos, distinguindo entre os diferentes níveis de necessidade criados pelos diferentes usos e intensidades de utilização do solo, estabelecendo dimensões mínimas para as áreas resultantes da aplicação destas regras sem as quais não seria possível cumprir cabalmente as suas funções.

Normas supletivas e normas transitórias

Um número significativo de normas do PDM, designadamente as relativas a edificabilidade devem, nos termos previstos no Regulamento deste plano, ser desenvolvidas em Plano de Urbanização e Plano de Pormenor para as unidades operativas de planeamento e gestão. Assim, uma vez aprovados estes planos, passam a aplicar-se as suas regras tendo as normas correspondentes do PDM um carácter apenas transitório.

As operações de loteamento dispõem também de um regime especial sempre que se localizem em áreas para as quais não exista Plano de Urbanização ou Plano de Pormenor.

Execução do plano

Para que o Regulamento do plano, uma vez aprovado e publicado, tenha eficácia real, e não apenas eficácia simples, é necessário que o Executivo Municipal se empenhe na gestão da implementação do plano, seja pelo desenvolvimento dos estudos complementares previstos, seja na execução das obras que dele decorrem e que implicam a obtenção de meios de financiamento adequados, seja na negociação e eventual estabelecimento de vias contratadas com os promotores do sector privado, seja ainda na avaliação atenta dos resultados que vão sendo obtidos.

8. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E PROGRAMA DE EXECUÇÃO

Os grandes objectivos de desenvolvimento para o concelho, com tradução directa na proposta de PDM, e as orientações gerais para o seu alcance são os seguintes:

- a) Melhoria das acessibilidades internas e externas do concelho através da construção do IC 9, das variantes a Ourém e Fátima, de nova ligação entre a variante a Ourém e Caxarias, da beneficiação das EN 349 e EN 356, da nova Estação de Caxarias e da introdução de transporte público frequente entre esta Estação de Caxarias, Ourém e Fátima.
- b) Saneamento ambiental através da execução dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais das bacias do Nabão, de Seiça, das covas de Fátima e das cabeceiras da bacia do Lis, do reforço de adução das redes de abastecimento de água e da rentabilização destes sistemas contendo o crescimento urbano nas áreas já servidas ou com infraestruturação programada.
- c) Criação de novos equipamentos nos domínios do recreio, lazer e desporto, designadamente no Agroal, e de segurança social para a população residente e para população visitante como factores de elevação da qualidade de vida dos municíipes e como factor de desenvolvimento, pela criação de emprego e de rendimento; racionalização das redes de equipamentos locais, designadamente do ensino básico.
- d) Desenvolvimento da indústria e da distribuição através de uma política de localização coerente e distribuída pelo concelho permitindo a relocalização de unidades deslocadas, e potenciando as novas acessibilidades.

- e) Estabilização dos espaços não urbanos através da estabilização dos perímetros urbanos, da contenção da edificação em espaços não urbanos, da disciplina das indústrias extractivas e da política de localização industrial.
- f) Desenvolvimento da rede urbana do concelho, reforçando as funções centrais das duas cidades e dos aglomerados urbanos mais dinâmicos, ainda que a prazo, e promovendo a elaboração de Planos de Urbanização e Planos de Pormenor e respectivas estratégias de execução específicas.
- g) Desenvolvimento do turismo, seja com base no turismo religioso, seja apoiado nos equipamentos desportivos e de lazer, seja ainda pelo desenvolvimento de novas áreas com aptidão turística, nomeadamente para agro-turismo e turismo rural.

O faseamento proposto para a execução do PDM depende das opções de política municipal que o executivo municipal considere mais aceitáveis e ajustadas às conjunturas previsíveis, face aos objectivos de desenvolvimento do concelho de Ourém.

As obras a realizar deverão repartir-se entre a Câmara Municipal de Ourém, o Estado, Juntas de Freguesia e promotores privados, numa repartição de encargos que contribua para o desenvolvimento do concelho de forma viável.

As obras e acções mais importantes a realizar dividem-se em 5 tipos: rede viária e transportes, sistema de saneamento, equipamentos colectivos, zonas industriais e Planos de Urbanização e de Pormenor.

Em termos de faseamento e a título indicativo, apontam-se as seguintes prioridades a prazos; relativas a investimentos da responsabilidade do Estado e da Câmara Municipal:

a) Muito curto prazo (até 2 anos):

- Implementação de transporte colectivo frequente entre a Estação de Caxarias, Ourém e Fátima;
- Beneficiação da EN 349;
- Conclusão da construção dos sistemas integrados de recolha e tratamento de águas residuais do Alto Nabão, Seiça e Covas de Fátima;
- Construção da sub-estação eléctrica de Fátima;
- Início das novas Z.I. de Chã/Caxarias e de Fátima e seus acessos rodoviários;
- Remodelação da Estação de Caxarias e construção da passagem desnívelada, ligando a estação (e a futura via de ligação a Ourém) à EM 505;

b) Curto prazo (até 4-5 anos):

- Início da execução do IC 9 e respectivos acessos;
- Início da construção das variantes à Cidade de Ourém;
- Beneficiação da EN 356;
- Reperfilamento da Av. Papa João XXIII em Fátima;
- Construção das Z.I. de Chã/Caxarias e de Fátima e respectivos acessos rodoviários.
- Início da construção dos sistemas integrados de recolha e tratamento de águas residuais do Alto Nabão, Seiça e Covas de Fátima;

- Reforço da capacidade de captação e de armazenamento de água nos sub-sistemas de Fátima e de Carvalhal;
- Continuação do reforço das redes de distribuição de água;
- Início do processo de reestruturação da rede de ensino básico;
- Reconversão dos transportes escolares;
- Início da criação dos equipamentos municipais de desporto, segurança social, cultura, recreio e lazer, e de formação profissional na hotelaria, previstos;
- Lançamento do processo de planeamento, projecto e aquisição de solos para ampliação ou criação das zonas industriais propostas;
- Lançamento do programa de incentivos à relocalização industrial;
- Elaboração dos Planos de Urbanização de Caxarias, Alburitel, Vilar dos Prazeres e Agroal, e respectivos programas de execução.

c) Médio prazo (5-10 anos):

- Conclusão do IC 9 e respectivos acessos;
- Conclusão da construção das variantes à Cidade de Ourém;
- Construção da variante de ligação à Estação de Caxarias;
- Início da construção das variantes a Fátima;
- Início do sub-sistema de drenagem de águas residuais das cabeceiras do Lis (freguesias do Cercal, Matas e Espite);
- Extensão das redes de drenagem locais;
- Reforço da capacidade de captação e armazenamento dos restantes sub-sistemas;

- Continuação do reforço e extensão das redes de distribuição de água;
- Conclusão do processo de restruturação da rede de ensino básico;
- Conclusão da criação dos novos equipamentos municipais previstos;
- Infraestruturação das ampliações e das novas zonas industriais propostas;
- Continuação do programa de incentivos à relocalização industrial;
- Execução dos Planos de Urbanização de Atouguia e Freixianda e respectivos programas de execução.

d) Longo prazo (10-15 anos) - para além do horizonte do PDM

- Conclusão da construção das variantes a Fátima;
- Conclusão do sub-sistema de drenagem de águas residuais das cabeceiras do Lis;
- Elaboração do Plano de Urbanização de Gondemaria;
- Programa de apoio à recuperação paisagística das áreas de indústrias extractivas.

9. PLANO DE FINANCIAMENTO

A viabilidade económica e financeira de execução do PDM não se encontra, à partida, assegurada, embora com a sua entrada em vigor seja possível aceder ao III QCA, designadamente através do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo e Programas Operacionais Sectoriais (nacionais).

Por outro lado, as iniciativas que cabem ao Estado, embora não representando encargos para o município, não são calendarizadas a nível local.

Finalmente, os níveis totais de carência em infraestruturas, designadamente no sistema de saneamento básico, representam custos que implicam investimentos superiores à capacidade financeira do município, se se pretender suprir estas carências a curto/médio prazo.

Para além das carências actuais em infraestruturas, o Plano propõe novas vias para completar a rede viária principal, indispensáveis à consolidação da rede urbana do concelho. Há que encontrar formas de financiamento destas novas infraestruturas, seja através do recurso aos fundos estruturais da União Europeia, seja através de uma criteriosa aplicação do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças, seja ainda pelo estabelecimento de acordos com o sector privado visando a promoção conjunta de projectos prioritários de interesse público.

A execução das novas Zonas Industriais e Áreas com Aptidão Turística propostas requer não apenas a elaboração de Planos de Pormenor (e seus mecanismos de perequação), mas também a aplicação de modelos de financiamento e de gestão viáveis.

Cabe à Câmara Municipal de Ourém definir o Plano de Financiamento, a partir do Programa de Execução (e eventuais protocolos e acordos associados) e das disponibilidades financeiras de que o município disponha e tenha capacidade de mobilizar.

Lisboa, Julho de 2002

Prof. Engº Paulo V.D. Correia

ANEXO

POPULAÇÃO RESIDENTE E NÚMERO DE ALOJAMENTOS NOS LUGARES DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE OURÉM EM 1981 E 1991

**POPULAÇÃO RESIDENTE E NÚMERO DE ALOJAMENTOS NOS LUGARES DAS
FREGUESIAS DO CONCELHO DE OURÉM EM 1981 E 1991**

FREGUESIA	LUGAR	POPULAÇÃO RESIDENTE		Nº DE ALOJAMENTOS	
		1981	1991	1981	1991
<u>Alburitel</u>	Alburitel	522	934	218	410
	Tojeira	296		130	
	Toucinhos	190	238	86	97
	Isolados		9		4
	<i>Sub-Total</i>	1.008	1.181	434	511
<u>Atouguia</u>	Atouguia	376	532	145	252
	Casal Novo	141	125	67	72
	Escandarão	96	99	34	50
	Fontainhas da Serra	343	388	118	150
	Gabriéis	24	47	13	19
	Mourã	133		50	
	Murtal	208	279	79	138
	Outeiro do Murtal	35		11	
	Pinheiro do Murtal	68		20	
	Pinhel	199	156	76	73
	S. Sebastião	122	148	45	79
	Vale de Leiria	32		18	
	Vale da Perra	169	108	68	61
	Várzea	42	28	25	26
	Zambujal	193	249	95	126
	Zambujeira do Cão	42		24	
	Feteira	60		15	
	Alveijar		37		13
	<i>Sub-Total</i>	2.283	2.196	903	1.059
<u>Casal dos Bernardos</u>	Cacinheira	151	138	68	61
	Casais Galegos	73	63	61	65
	Casal dos Bernardos	314	207	156	123
	Casal dos Moleiros	90	100	41	60
	Casalinho	88	138	59	106
	Cova do Lobo	30	36	20	29
	Estreito	81	78	34	40
	Salgueira de Baixo	110	96	72	67
	Salgueira de Cima	157	140	59	57
	Salgueira do Meio	90	95	47	59
	Valongo	44	37	25	23
	Várzea da Cacinheira	51	47	26	35
	<i>Sub-Total</i>	1.279	1.175	668	725

FREGUESIA	LUGAR	POPULAÇÃO RESIDENTE		Nº DE ALOJAMENTOS	
		1981	1991	1981	1991
<u>Caxarias</u>	Abadia	94	80	41	42
	Andrés	150	130	63	73
	Balancho	29	23	15	23
	Barreira	112	99	51	45
	Carvoeira	608	483	251	240
	Casais da Abadia	185	166	96	87
	Castelo da Abadia	89	95	39	39
	Caxarias	360	306	156	146
	Cogominho	59	59	29	31
	Faletia	58	55	22	27
	Pisões	271	181	121	100
	Pontes	297	311	109	174
	Vendas	104	84	38	38
	Águas Formosas	13	7	5	4
	Isolados		59		18
	Pisão de Ouleiro		44		26
<i>Sub-Total</i>		2.429	2.182	1.036	1.113
<u>Espite</u>	Areeiro	75	42	34	33
	Barroco	11	11	14	11
	Braga	18		19	
	Brejo	50	26	34	32
	Carvalhal	54	55	43	62
	Casal do Monte	34	40	26	51
	Castelo	34	32	31	30
	Chã	41	47	34	47
	Cimo da Igreja	132		80	
	Couções	45	36	18	24
	Cortes	48	34	28	32
	Costa	37	33	41	39
	Cumieira	178	179	95	104
	Espite	29	232	24	209
	Falgar	39	37	15	20
	Freiria	121	104	95	95
	Maia	40	43	31	29
	Memória	67	106	33	52
	Paul	58		27	
	Pinhais Novos	24	22	29	19
	Pinhal Carreira	18	11	12	14
	Salgueiral	36	33	22	34
	Sismarias	20	18	29	23
	Vale do Feto	87		24	
	Vale do Freixo	39	35	25	27
	Vale da Pontinha	27		18	
	Vale do Ugreiro	17		28	
	Isolados		18		11
<i>Sub-Total</i>		1.379	1.194	909	998

FREGUESIA	LUGAR	POPULAÇÃO RESIDENTE		Nº DE ALOJAMENTOS	
		1981	1991	1981	1991
Fátima	Aljustrel	395		113	
	Alveijar	129	93	53	45
	Amoreira	164	181	61	65
	Boleiros	477	473	177	226
	Casa Velha	241		76	
	Casal Santa Maria	48	68	12	21
	Casal Farto	85	68	28	31
	Chã (Currais)	20		11	
	Cova da Iria	2.191		558	
	Eira da Pedra	195		60	
	Fátima	548	4.921	167	1.982
	Gaiola	56	29	21	12
	Giesteira	332	347	111	138
	Lameira	47	60	12	26
	Lomba da Égua	313		100	
	Maxieira	377	369	153	188
	Moimento	151		38	
	Moita Redonda	827		244	
	Moitas	60	56	27	28
	Montelo	116	98	49	52
	Pederneira	74	52	22	31
	Pedreira	60	71	23	25
	Ramila	37	26	18	14
	Valinho de Fátima	163	205	51	85
	Isolados	63	81	15	26
	Vale do Porto		15		6
Sub-Total		7.169	7.213	2.200	3.001
Formigais	Botelha	75	51	38	38
	Casal da Fonte	38	27	12	12
	Casal da Igreja	116	88	53	62
	Formigais	99	96	48	54
	Palmaria	61	47	23	23
	Porto Velho	169	137	64	62
	Vermoeira	43	29	16	21
	Isolados	28	15	9	16
Sub-Total		629	490	263	288

FREGUESIA	LUGAR	POPULAÇÃO RESIDENTE		Nº DE ALOJAMENTOS	
		1981	1991	1981	1991
<u>Freixianda</u>	Abades	191	142	141	104
	Aldeia de Sta. Teresa	104	88	46	52
	Arieiro	20	21	15	17
	Arneiro	262	179	125	102
	Aventeira	66		32	
	Besteiros	80	77	45	42
	Cardal	52	64	28	41
	Casal do Pinheiro	282	355	134	164
	Casal da Sobreira	138	103	53	46
	Charneca	86	92	43	32
	Cumeada	204	172	69	78
	Fonte Fria	48	18	21	15
	Freixianda	350	334	172	221
	Granja	35	67	17	33
	Junqueira	67	60	27	24
	Lagoa do Grou	273	238	125	110
	Lagoa de Sta. Catarina	47	35	28	25
	Parcerias	92	51	42	25
	Perucha	39	29	22	16
	Porto do Carro	97	99	38	39
	Póvoa	49	36	36	28
	Ramalheira	353	198	169	108
	S. Jorge	49	39	33	19
	Solhal	19		16	
	Vale do Carro	69	67	39	49
	Várzea do Bispo	76	72	55	49
	Isolados		2		3
Sub-Total		3.148	2.638	1.571	1.442
<u>Gondemaria</u>	Areias	106	102	55	65
	Barroquinha	46	50	19	20
	Calçada	56	98	31	45
	Cardiais	66	101	28	37
	Casal da Bica	61	51	32	36
	Cidral	102	117	47	56
	Fartaria	200	227	88	89
	Gondemaria	234	294	105	157
	Outeiro das Gameiras	35		20	
	Palheiro	39		11	
	Santarém dos Tojos	59	55	23	30
	Isolados	16	23	6	14
	Outeiro da Calçada		48		24
Sub-Total		1.020	1.166	465	573

FREGUESIA	LUGAR	POPULAÇÃO RESIDENTE		Nº DE ALOJAMENTOS	
		1981	1991	1981	1991
<u>Olival</u>	Vales	64		27	
	Aldeia Nova	254	244	117	117
	Barrocaria	115	94	50	47
	Boieiro	99	94	54	62
	Brejo	35		15	
	Camalhotes	84	52	28	31
	Capuchinho	46	32	15	17
	Carcavelos de Baixo	76	42	27	24
	Carcavelos de Cima	134	123	65	64
	Casais de Carcavelos	84	58	42	33
	Casais dos Montes	75	53	52	46
	Casarria	48	42	25	23
	Conceição	67	82	32	38
	Gaiteiros	52	39	20	20
	Moinhos	29	36	16	18
	Montalto	42	43	24	27
	Moçomodia	120	56	54	40
	Óbidos	211	144	97	97
	Olival	223	259	97	135
	Outeiro da Pereira	48		18	
	Pairia	47	29	23	21
	Paiveira	27	28	14	12
	Pedreira	54	55	27	33
	Ribeira do Olival	88	99	36	37
	Soutaria	191	122	96	81
	Tomareis	148	118	86	69
	Ventelharia	76	62	32	34
	Isolados		25		12
	Sub-Total	2.537	2.031	1.189	1.138

FREGUESIA	LUGAR	POPULAÇÃO RESIDENTE		Nº DE ALOJAMENTOS	
		1981	1991	1981	1991
<u>Nª Sª das Misericórdias</u>	Alveijar	41	48	20	20
	Zambujeira do Cão	13		5	
	Bairro	579	622	202	234
	Beltroa	106		52	
	Caneiro	235	220	85	87
	Canhardo	131	136	49	57
	Carapita	120		51	
	Carregal	14		6	
	Casal Branco	112	115	38	65
	Corredoura	28		16	
	Fonte Catarina	47		21	
	Hortas	64		25	
	Lagoa da Carapita	69		23	
	Lagoa do Furadouro	673	733	272	313
	Laranjeiras	39		12	
	Matas	108	84	43	50
	Melroeira	170		69	
	Mulher-Morta	56		23	
	Ourém	63	1.956	26	885
	Outeiro das Matas	272	275	82	91
	Quinta do Rei	39		12	
	Regato	125		41	
	Santo Amaro	83	38	35	18
	Sobral	323	323	124	156
	Vale do Porto	234	227	82	90
	Vales	48		18	
	Vilar dos Prazeres	757		280	
Sub-Total		4.549	4.777	1.712	2.066
<u>Rio de Couros</u>	Água Formosa	31	43	17	25
	Carvalhal de Baixo	88	76	34	38
	Carvalhal de Cima	186	99	91	62
	Carvalhal do Meio	70	79	29	35
	Casal de Baixo	153	139	75	93
	Casal Domingos João	222	197	89	91
	Casal do Ribeiro	220	165	106	88
	Casal dos Secos	107	59	64	62
	Castelejo	75	78	26	45
	Marta	160	178	47	83
	Rio de Couros	465	385	185	227
	Sandoeira	410	326	122	166
	Soalheira	91	77	34	41
	Sub-Total		2.278	1.901	919
	Sub-Total		2.278	1.901	919
Sub-Total		6.827	6.678	2.631	3.021

FREGUESIA	LUGAR	POPULAÇÃO RESIDENTE		Nº DE ALOJAMENTOS	
		1981	1991	1981	1991
<u>Seiça</u>	Alqueidão	94	71	49	46
	Carvalhal	70	106	28	50
	Chão de Maçãs	28	21	20	29
	Coroados	157	214	76	98
	Cristovãos	191	175	81	88
	Estremadouro	23	25	11	15
	Fontainhas	357	330	165	161
	Lameirinha	174	167	65	77
	Mosqueiro	86	107	41	51
	Outeiro	152	94	55	50
	Pêras Ruivas	408	394	172	202
	Pombalinho	68		32	
	Quintas	39		14	
	Seiça	93	195	49	99
	Sorieira	31	18	18	18
	Tacoaria	119	114	58	57
	Valada	248	222	101	106
	Vale da Cordela	36	35	19	20
	Vale do Pico	64		23	
	Casal do Pisco	33		13	
	Isolados		3		2
<i>Sub-Total</i>		2.471	2.291	1.090	1.169
<u>Urqueira</u>	Amieira	334	325	143	179
	Cavadinha	348	291	169	200
	Estreito	31	32	26	27
	Mata	323	315	176	201
	Pederneira	348	248	205	180
	Resouro	182	184	89	107
	Urqueira	380	423	158	193
	Vale das Antas	120	126	83	85
	Valongo	22	26	20	22
	Isolados		43		36
<i>Sub-Total</i>		2.088	2.013	1.069	1.230

FREGUESIA	LUGAR	POPULAÇÃO RESIDENTE		Nº DE ALOJAMENTOS	
		1981	1991	1981	1991
<u>Nº Sª da Piedade</u>	Carregal	122		38	
	Olaia	28		15	
	Alqueidão	379	84	160	39
	Cabicalva	98	101	32	38
	Calcos	17	43	10	19
	Casal do Castanheiro	42	48	23	22
	Casal dos Crespos	115	116	68	64
	Casal de S. João	31	54	11	23
	Favacal	59	58	21	28
	Lagarinho	138		43	
	Louçãs	108	98	64	57
	Lourinha	137		53	
	Casal dos Matos	77	81	30	39
	Penigardos	41		17	
	Pinheiro	292		109	
	Vale	87		25	
	Vale Travesso	351	412	154	159
	Vila Nova de Ourém	2.317	3.816	792	2.113
	Vilões	86	104	47	58
	Isolados		12		17
Sub-Total		4.525	5.027	1.712	2.676
Matas (ex-Espite)	Achada	46	46	16	24
	Barreirinhas	51	54	17	21
	Campina	46	62	22	28
	Casa Caiada	37	39	20	38
	Casal Menino	95	83	34	42
	Cerejeiras	97	59	29	25
	Cubal	36	69	15	29
	Formigal	62	37	15	16
	Lagoa da Pedra	52	51	30	31
	Lavrário	160	156	89	89
	Matas	53	62	17	26
	Outeiro das Gameiras	47	42	21	21
	Perdigão	60	71	38	44
	Poças	43	68	22	30
	Solheira	32	41	15	18
	Vesparia	52	46	29	34
Sub-Total		969	986	429	516

FREGUESIA	LUGAR	POPULAÇÃO RESIDENTE		Nº DE ALOJAMENTOS	
		1981	1991	1981	1991
Cercal (ex-Espite)	Cercal	259	441	81	163
	Matos	74	40	24	21
	Ninho de Águia	102	117	47	58
	Vales	130	207	41	94
	Barrocaria		4		1
	Sub-Total	565	809	193	337
Ribeira do Fárrio (ex-Freixianda)	Camarões	92	67	26	27
	Fárrio	141	125	68	59
	Figueirinhas	83	65	30	29
	Ladeira do Fárrio	93	73	43	47
	Mata do Fárrio	176	146	70	70
	Reca	211	168	93	94
	Ruge-Água	167	201	60	72
	Vale da Meda	87	70	38	39
	Sub-Total	1.050	915	428	437
TOTAL		41.376	40.185	17.190	20.335

Fonte: INE, XII e XIII Recenseamento Geral da População, 1981 e 1991.